

Dossiê

Inventário participativo

Fábrica São Martinho (Tatuí/SP)



Organização do Dossiê
Simone Scifoni



DOI 10.11606/9788575065716

Dossiê

Inventário participativo

Fábrica São Martinho (Tatuí/SP)

Organização do Dossiê

Simone Scifoni

São Paulo, 2026



Universidade de São Paulo

Reitor

Carlos Gilberto Carlotti Junior

Vice-Reitora

Maria Arminda do Nascimento Arruda



Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Diretor

Adrián Pablo Fanjul

Vice-Diretora

Silvana de Souza Nascimento

Catálogo na Publicação (CIP)

Serviço de Biblioteca e Documentação

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Charles Pereira Campos – CRB-8/8057

Dossiê inventário participativo [recurso eletrônico]: fábrica São Martinho
D724 (Tatuí/SP) / Organizado por Simone Scifoni. -- São Paulo: FFLCH/USP, 2025.
34.200 Kb; PDF.

ISBN 978-85-7506-571-6

DOI: 10.11606/9788575065716

1. Inventário participativo. 2. Fábrica São Martinho (Tatuí/ SP). 3. São
Martinho – Referência cultural. 4. Centro histórico de Belém – São Luís. I. Scifoni,
Simone, org. II. Título.

CDD 624.301



Esta obra é de acesso aberto. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e autoria e respeitando a Licença *Creative Commons* indicada



Organização do Dossiê

Simone Scifoni

Integrantes da equipe

Coordenação

Simone Scifoni (Geografia/FFLCH/USP)

Pesquisadores

Maria Tereza Duarte Paes (Geografia/IG/Unicamp)

Flávia Brito do Nascimento (Arquitetura e urbanismo/FAU/USP)

Sonia Regina Rampim Florêncio (Sociologia/doutoranda Arquitetura/UFMG e IBRAM)

Gabrielle Cifelli (Faculdade de Tecnologia de Itu/Fatec Itu)

Maíra de Camargo Barros (Arquitetura e urbanismo/Unifesp)

Fábio Luís de Campos (Geografia/IG/Unicamp)

Kaíque Bezerra (Turismo/IG/Unicamp)

Bolsistas de Iniciação Científica e voluntários

Vinícius Gomes Lima (História FFLCH USP)

Maria Donalísio Cordeiro (Geografia FFLCH USP)

Luiza Ravanini Dinhani (Arquitetura e urbanismo FAU USP)

Sofia Diogo Braga (Geografia FFLCH USP)

Marina Gazzoli Pio (arquitetura e urbanismo FAU USP)

Luísa S. Trematerra (Geografia FFLCH USP)

Instituições participantes

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFLCH) da Universidade de São Paulo;

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da Universidade de São Paulo;

Instituto de Geociências (IG) da Universidade Estadual de Campinas;

Instituto Brasileiro de Museus (Ibram);

Universidade Federal de Minas Gerais;

Faculdade de Tecnologia de Itu (Fatec Itu).

Organização e elaboração dos mapas

Luísa S. Trematerra (Geografia FFLCH USP)

Colaboradores

Coletivo Vozes da São Martinho; ETEC Sales Gomes; Casa da Práxis, Eduardo Guedes, Tony Guedes, Prof.^a Rossana de Camargo Barros, Sindicato dos Trabalhadores da Fiação e Tecelagem de Tatuí e Região; Norma Bastos; Lucia Helena Moreira Branco; Padre Carlos; Jorge Rizek; José Norbal; Luis Antonio Voss Campos

Recursos

Projeto n. 420924/2022-1 – “Inventário Participativo como instrumento para identificação e gestão do patrimônio cultural”, Chamada nº 40/2022 - Linha 5B - Projetos em Rede - Políticas públicas para a promoção da cultura - Pro-Humanidades 2022 – CNPQ

Período de realização

Janeiro de 2023 a dezembro de 2025

Revisão

Simone Scifoni e Gabrielle Cifelli

Projeto gráfico e Capa

José Antonio Bezerra Junior

**Agradecimentos às pessoas e instituições
que colaboraram com o Inventário**

Thony Guedes
Eduardo Guedes
José Norbal de Moraes Marques
Rita Braz
Padre Carlos Alberto de Moraes Machado
Norma Bastos
Museu Paulo Setúbal
Câmara Municipal de Tatuí
Coletivo Vozes da São Martinho
Movimento Popular Práxis
Prefeitura Municipal de Tatuí
Condephat – Tatuí
Conselho de Políticas Culturais de Tatuí
ETEC Sales Gomes
FATEC Tatuí – Prof. Wilson Roberto Ribeiro de Camargo
Esporte Clube São Martinho
Jornal do Povo
Jornal O Progresso
Jornal Integração
Biblioteca Municipal
EMEI Joaquim da Silva Campos
Igreja de São José Operário
Rede Paulista de Educação Patrimonial (Repep)
CNPq, pelo financiamento da pesquisa

Sumário

1. Introdução	9
1.1. Problemática do Inventário (objeto, problema e objetivos)	9
2. Metodologia	15
2.1. Etapas de pesquisa e procedimentos	16
3. Território inventariado	31
3.1. Indústria têxtil em São Paulo e a Fábrica São Martinho	33
3.1.1. A Companhia de Fiação e Tecelagem São Martinho	36
3.2. Trabalho feminino e infantil	38
3.3. Formação da classe trabalhadora e o movimento sindical	44
3.3.1. As condições de trabalho da classe operária	46
3.3.2. A gênese da organização dos trabalhadores e trabalhadoras	49
3.3.3. A organização sindical e a Fábrica São Martinho sob nova administração	53
3.3.4. A classe trabalhadora e a perda da centralidade da Fábrica São Martinho	56
3.4. Futebol operário	58
3.5. Patrimônio industrial e operário	65
3.6. Produção cultural associada à Fábrica	72
3.6.1. Eventos atuais: entre a memória operária e o legado cultural	73
3.6.2. O turismo cultural	75
3.6.3. O futebol e a luta política pelo acesso ao lazer	76
3.6.4. A cena musical e o Conservatório de Tatuí	77
4. Identificação das Referências Culturais	80
4.1. Celebrações	84
4.1.1. Festas no antigo casarão da família Guedes e na fábrica São Martinho	84
4.1.2. Festas de final de ano	86
4.1.3. Viagens à Praia	87
4.1.4. 1º de Maio	88
4.1.5. Concurso de sirenes	92
4.1.6. Campeonatos de Futebol e Liga Tatuiana	93
4.2. Saberes	95
4.2.1. Saberes do Mundo do Trabalho Têxtil	95
4.2.2. Arte Bonequeira	99
4.2.3. Táticas da luta do futebol	100
4.3. Formas de Expressão	107
4.3.1. Família Operária	107
4.3.2. Lenda da noiva	109
4.3.3. Boato da visita de D. Pedro II ao Casarão	111

4.3.4. Boato da visita de Getúlio Vargas ao Casarão dos Guedes e Fábrica.....	113
4.3.5. Indicação.....	115
4.3.6. Paisagem sonora da Fábrica São Martinho.....	116
4.3.7. Cordão dos Bichos Mirim.....	118
4.3.8. Cordão dos Bichos.....	119
4.4. Lugares.....	121
4.4.1. Sala do Batedor e Carda.....	121
4.4.2. Praça São Martinho.....	122
4.4.3. Sala de Troféus do Esporte Clube São Martinho.....	124
4.4.4. Esporte Clube São Martinho.....	125
4.4.5. Campo Beira Rio.....	131
4.4.6. Vila Esperança.....	132
4.5. Objetos.....	139
4.5.1. Troféus do Esporte Clube São Martinho.....	139
4.5.2. Relógio e Sino da Fábrica São Martinho.....	140
4.5.3. Camisa do Esporte Clube São Martinho.....	141
4.5.4. Carro Alegórico Falta D'água (em memória).....	143
4.5.5. Urdideira.....	145
4.5.6. Livro dos Sindicalizados.....	147
4.5.7. Lançadeira.....	149
4.5.8. Espulas.....	150
4.5.9. Maçaroqueira.....	151
4.5.10. Espuladeira.....	152
4.5.11. Busto do Presidente Getúlio Vargas.....	153
4.6. Edificações.....	156
4.6.1. Casarão dos Guedes.....	156
4.6.2. Fábrica São Martinho.....	160
4.6.3. Museu Paulo Setúbal.....	163
4.6.4. Primeira sede do Conservatório de Tatuí.....	168
4.6.5. Igreja São José Operário.....	170
4.6.6. Cine São Martinho (em memória).....	176
4.6.7. Torre do Relógio da São Martinho.....	181
4.6.8. Vila Operária São Martinho.....	183
4.6.9. Primeira Sede do Sindicato dos Trabalhadores em Fiação e Tecelagem de Tatuí.....	186
4.7. Natureza.....	192
4.7.1. Rio Manduca.....	192
5. Resultados da Devolutiva.....	195
6. Considerações Finais.....	201
7. Referências.....	202

1. Introdução

O presente Dossiê é parte do projeto de pesquisa intitulado “Inventário Participativo como instrumento para identificação e gestão do patrimônio cultural”, coordenado pela Profa. Dra. Maria Tereza Duarte Paes (Unicamp/SP), com recursos do Edital de políticas públicas para a promoção da cultura, Pro-Humanidades (2022) do CNPQ.

O objetivo do projeto foi realizar quatro inventários participativos de referências culturais em sítios com diferentes tipologias e localização no país, a saber: dois centros históricos, de Belém (PA) e São Luís (MA), o patrimônio natural dos Monólitos de Quixadá (CE) e o patrimônio industrial e operário da Companhia de Fiação e Tecelagem São Martinho, em Tatuí (SP). Cada inventário contou com uma equipe própria de pesquisadores, alunos de graduação, bolsistas e voluntários, distribuídos pelo país.

A partir da avaliação dos resultados da realização dessas quatro experiências foi possível elaborar um Termo de Referência sobre o uso dos Inventários Participativos nos municípios e estados, como forma de contribuir para a reflexão teórica e as práticas ligadas a esse instrumento nascido no campo da Educação Patrimonial e da Museologia Social (VIEIRA NETO & GOMES, 2018; SCIFONI, 2022; FLORENCIO, 2025;).

Como base para a realização dos inventários foi utilizada a metodologia elaborada pelo Iphan¹, a qual será detalhada no capítulo 2. O Inventário Participativo é um recurso que visa promover a participação social nos processos de identificação, proteção e gestão do patrimônio cultural, a partir da escuta, da interlocução e do diálogo com os sujeitos da preservação. É uma estratégia de educação patrimonial voltada à mobilização social e à valorização das práticas culturais locais, na qual a produção de conhecimento se dá a partir das trocas e diálogos entre os saberes populares e o conhecimento acadêmico, respeitando o ponto de vista daqueles que vivem cotidianamente o patrimônio cultural.

1.1. Problemática do Inventário (objeto, problema e objetivos)

O inventário participativo que aqui se apresenta contempla como objeto de pesquisa o universo fabril e operário da antiga Fábrica São Martinho, reunindo suas instalações industriais, uma vila operária, a residência dos administradores e dos familiares do proprietário e um campo de futebol do clube operário. Esse universo inventariado inclui também outros bens que guardam relação com a Fábrica, tais: como o rio Manduca, fonte de abastecimento para o processo fabril, a Vila Esperança, bairro vizinho onde moravam muitos trabalhadores, a Igreja de São José Operário e a sede do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem, situado no centro da cidade.

¹ Educação Patrimonial: Inventários Participativos. Manual de Aplicação, Iphan (2016).

Assim, a delimitação do território do inventário assumiu um espaço ampliado para incluir referências culturais ligadas à história dos trabalhadores da fábrica. Seus limites se encontram detalhados no capítulo 3, relativo à compreensão do território inventariado.

A fábrica São Martinho, ao longo de sua história de mais de um século de existência, teve diversas denominações em função da mudança de seus proprietários, mas para fins deste inventário adotou-se o nome mais conhecido e popular.

No que diz respeito à problemática que envolve e justifica a realização do inventário e seus objetivos, cabe destacar:

a) Os limites das políticas públicas de preservação do patrimônio cultural

Embora a Fábrica São Martinho seja um patrimônio tombado em duas instâncias, no âmbito estadual pelo Condephaat, por meio da Resolução SC no.61 de 2007, e no âmbito municipal por meio do decreto municipal no. 4.735/05, seu estado de preservação é precário, resultado do abandono contínuo promovido pelos proprietários, desde os anos 1990, depois que a fábrica encerrou suas atividades.

Tendo em vista que cabe ao Condephaat fiscalizar, autuar e multar aqueles que demonstrem condutas sistemáticas omissivas e dolosas em relação ao patrimônio tombado, o órgão encaminhou ao longo do tempo providências legais como: abertura de processos administrativos, realização de auto de constatação de conduta irregular e notificação.

Apesar da existência de processo administrativo, até o momento não há notícia de que os proprietários foram multados ou que esses procedimentos resultaram em alguma ação punitiva. Neste sentido, um dos limites das políticas públicas se dá pela ausência de providências legais concretas, o que acaba funcionando como um fator de estímulo à continuidade do abandono.

Acrescenta-se a isso o fato de que na instância federal, a solicitação de tombamento encaminhada ao Iphan, em 2022, resultou em indeferimento, causando frustração das expectativas dos moradores e ativistas do movimento em defesa da fábrica e impossibilitando a ampliação da proteção legal em nível federal, fato que poderia contribuir para reforçar a importância da preservação do conjunto e traria a possibilidade de uso de recursos públicos para o restauro e conservação.

Neste sentido, a primeira problemática do inventário se relaciona ao fato de que é preciso garantir a eficácia da proteção legal por meio dos diversos instrumentos existentes, além de reforçar a sua ampliação, de forma a viabilizar a conservação física deste bem cultural.

Assim, o primeiro objetivo do inventário participativo é produzir conhecimento de maneira a contribuir para o avanço das políticas públicas de preservação no que diz respeito aos destinos da Fábrica São Martinho.

b) A demanda social pelo tombamento e preservação

Parte da problemática do inventário tem um sentido positivo ligado ao fato de que esse patrimônio fabril e operário é objeto de grande demanda social; trata-se do suporte material de uma memória viva que permanece entre os moradores da cidade, muitos deles antigos trabalhadores ou seus parentes.

Em função disso surgiu um movimento em defesa da fábrica, o Coletivo Vozes da São Martinho, que reúne jovens ativistas da cultura, militantes políticos, moradores e antigos trabalhadores, pesquisadores e especialistas em patrimônio. Organizado desde o ano de 2021, mesmo em contexto do isolamento social provocado pela pandemia da Covid-19, o grupo vislumbrou no inventário participativo uma maneira de mobilizar, sensibilizar e produzir material para subsidiar o pedido de tombamento federal. Neste sentido, organizou atividades de formação na metodologia do inventário participativo que contou com a condução da então coordenadora de Educação Patrimonial do Iphan, a educadora e socióloga Sônia Regina Rampim Florêncio, por meio de encontros virtuais.

Para potencializar esta ação, em 2022, já em situação presencial, o coletivo realizou o Festival Vozes da São Martinho, um evento que ocupou a rua principal onde se localiza a fábrica reunindo inúmeros moradores da cidade e antigos trabalhadores.

Foram organizadas apresentações musicais, atividades de coleta de depoimentos de história oral e falas públicas para esclarecimentos e apoio à pauta da preservação do patrimônio. O objetivo era dar início à coleta de material para a realização do inventário participativo, que acabou não ocorrendo naquele momento. A ideia, porém, foi trazida e acolhida pela equipe do projeto do CNPq, que adotou a Fábrica como um dos 4 casos de atuação no país.



Figura 1 e 2: Material de divulgação do Primeiro Festival Vozes da São Martinho.

Fonte: facebook/vozesdasaomartinho

O festival em 2023 seguiu para segunda edição e mostrou que a população está engajada na preservação deste patrimônio.

Neste sentido, o segundo objetivo do inventário participativo é apoiar e fortalecer a mobilização social contribuindo para ampliar a documentação do pedido de tombamento no Iphan, assim como solicitando a reconsideração da decisão anterior.

c) O silenciamento sobre o passado operário

A fábrica São Martinho está presente na produção historiográfica local, nos espaços museológicos e nas pesquisas sobre patrimônio cultural, com destaque para a trajetória dos primeiros proprietários e sua composição familiar. Porém sabe-se pouco sobre as trabalhadoras e trabalhadores dos diferentes momentos históricos em que a empresa funcionou nos mais de 100 anos de existência.

Não estão disponíveis e sistematizados, na produção historiográfica e nos acervos de documentação histórica, dados e informações sobre os/as trabalhadores/as, onde e como moravam e como se davam as relações de trabalho e os conflitos entre o operariado e o patronato. Não há menção à existência de greves, de mobilizações e lutas da classe trabalhadora e nem ao papel e presença da organização sindical, muito embora o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Fiação e Tecelagem de Tatuí e Região tenha se constituído nos anos 1940.

Assim, a operação historiográfica produz uma memória oficial heroica, dos grandes fatos e feitos, do progresso material sem conflito ou opressão, determinando as fontes de pesquisa e os testemunhos que podem falar pelo passado (POLLAK, 1992). Em consequência, produz um silenciamento sobre o passado que diz respeito ao cotidiano de vida e trabalho, as lutas e a mobilização da classe trabalhadora em Tatuí.

A produção do silenciamento pode se dar a partir de duas diferentes estratégias: a da rasura e a da banalização (TROUILLOT, 2016). A rasura acontece quando não se produz conhecimento sobre o acontecido, apagando-o ou cancelando-o como um fato histórico. É como se ele não tivesse acontecido. Esta foi a estratégia usada para produzir silenciamento sobre as formas de organização da classe trabalhadora das fábricas têxteis de Tatuí, pois não há menções às greves ou às formas de mobilização da classe.

Mas há ainda outra maneira de produzir silenciamento a partir da negação do conteúdo político dos acontecimentos, a partir da sua banalização. É uma forma de trivializar o passado, retirando dele as múltiplas formas de opressão diária que acontecem dentro do universo fabril, resultado da exploração do trabalho. Ocorre, por exemplo, quando se naturaliza o uso de crianças como mão de obra nas fábricas, justificando para isso a contribuição ao orçamento familiar ou a pretexto moral, afastando-as dos vícios da rua.

Muito embora a classe operária tenha sido um tema em debate para as ciências humanas nos anos 1980, ele não foi esgotado, ao contrário, foi abandonado, restando ainda inúmeras lacunas no conjunto da produção acadêmica sobre o tema. Este é o caso dos trabalhadores da Fábrica São Martinho.

Semelhante silenciamento sobre a classe trabalhadora se dá nas políticas de preservação do patrimônio cultural, mesmo quando se trata do tema do patrimônio industrial. Smith, Campbell e Schacker (2011), alertam para a pouca representação da classe trabalhadora no patrimônio industrial, mesmo em países com forte investimento na identificação dessa categoria. Os autores lembram que o tratamento do tema tem abstraído as pessoas e a luta de classes, o que leva-os a afirmar que: “A classe ainda importa” (idem, p.1).

Assim, a memória operária está ameaçada pelas circunstâncias do presente, pela produção da ausência da classe trabalhadora nas narrativas oficiais construídas sobre o patrimônio industrial. Segundo Chauí (2006), constitui-se uma memória oprimida pela monotonia da repetição de uma história oficial celebrativa em que está presente unicamente a figura do proprietário “empreendedor”, elevado à condição de herói, o vencedor. Para a autora, trata-se da “[...] vitória do vencedor a pisotear a tradição dos vencidos”.

Para combater essa política de silenciamento é preciso um trabalho de memória, noção mobilizada por autores como Ecléa Bosi (2003; 2010) e Paul Ricouer (2012). Para a primeira, é preciso considerar que, longe de ser apenas a lembrança pura que traz à tona um momento único da vida, a memória é, principalmente, trabalho sobre o tempo vivido, uma forma organizadora que reconstrói o acontecido a partir do que se vive no presente. Trata-se da experiência de releitura do passado. Neste mesmo sentido, Ricouer explicita que não se trata de evocar o passado de forma nostálgica, nem do culto celebrativo que funda um dever de memória. É preciso considerar a noção de um trabalho de memória que retira do acontecimento passado seu caráter exemplar, sua função pedagógica de apreender, aquela que converte a memória em um projeto.

Este trabalho vai em busca do que Pollak (1992) chamou de memória subterrânea, aquela dos grupos sociais que ficam de fora da memorialização oficial, ou seja, os grupos subalternizados. O termo “subterrânea” traz o sentido de algo que se encontra abaixo de uma superfície definida pelos interesses hegemônicos - aqueles que elaboram as políticas, destinam os recursos e as iniciativas de valorização e de visibilidade.

Semelhante esforço fazem os autores Smith, Campbell e Schacker (2011), organizadores do livro “Heritage, labour and the working classes” ao apresentar e discutir exemplos de usos positivos que pessoas, comunidades e organizações da classe trabalhadora estão dando ao patrimônio no presente, ou de que maneira esses sujeitos sociais, partindo do passado e do sentido de lugar e da tradição, reinterpretem



sua identidade no presente, em contexto de mudanças econômicas, sociais e políticas que corroem laços de longa data de solidariedade de classe”. (idem, p. 1, tradução livre).

Neste sentido, o terceiro objetivo do presente Inventário Participativo é contribuir para que esse trabalho de memória possa romper com o silenciamento sobre o passado operário, suprimindo a lacuna da produção historiográfica e do campo do patrimônio cultural.

2. Metodologia

Como já foi apontado anteriormente, a elaboração deste Inventário Participativo teve como base a metodologia desenvolvida pelo Iphan, constante da publicação Educação Patrimonial: Inventários Participativos/Manual de Aplicação (IPHAN, 2016).

Tal qual apresenta o manual, o Inventário Participativo tem como objetivo principal a mobilização e sensibilização das comunidades em relação à preservação do patrimônio. Como estratégia de educação patrimonial, o inventário deve ser entendido na perspectiva da produção de conhecimentos, no diálogo e na troca de saberes, entre o conhecimento popular e o acadêmico. Essa ressalva faz-se necessária uma vez que ainda é muito comum compreender a educação como ato meramente de transmissão de conteúdos gerados de fora dela, em vez de concebê-la como processo dialógico que envolve a produção de conhecimentos, tal qual propõe Paulo Freire (2011).

Um dos elementos centrais da metodologia diz respeito à noção de referência cultural. Ela é orientadora do processo de identificação e consolida-se no campo do patrimônio a partir do artigo 216 da Constituição Federal de 1988, apesar de ter surgido antes, na década de 1970, com a criação do Centro Nacional de Referências Culturais (CNRC). A noção diz respeito àquilo que baliza a experiência e a memória social, ou seja, é a marca distintiva que compõe a identidade dos grupos sociais, conforme define o Iphan:

Referências são edificações e são paisagens naturais. São também as artes, os ofícios, as formas de expressão e os modos de fazer. São as festas e os lugares a que a memória e a vida social atribuem sentido diferenciado: são as consideradas mais belas, são as mais lembradas, as mais queridas. São fatos, atividades e objetos que mobilizam a gente mais próxima e que reaproximam os que estão longe, para que se reviva o sentimento de participar e de pertencer a um grupo, de possuir um lugar. Em suma, referências são objetos, práticas e lugares apropriados pela cultura na construção de sentidos de identidade, são o que popularmente se chama de raiz de uma cultura. (IPHAN, 2000 p. 29).

A compreensão do significado de cada referência cultural passa pela sua classificação em categorias, conforme apresenta o manual do Inventário Participativo. A classificação se dá a partir da escuta dos sujeitos do patrimônio, ou seja, de como estes enunciam a importância dos bens na vida do grupo social. Conforme adaptação da Repep (2019) a partir do manual do Iphan, as categorias utilizadas na pesquisa de Tatuí foram:

- A) Celebrações:** festas e rituais, feitos para marcar vivências e datas que podem ser de trabalho, entretenimento, religiosas e ligadas a outras práticas sociais. As celebrações passam de geração a geração, mas podem ter alteradas suas características, adaptadas a novos momentos e condições.

- B) Saberes:** modos de fazer, conhecimentos sobre técnicas, materiais ou aqueles definidores de modos de ser e viver, assim como os ofícios tradicionais, enraizados no cotidiano dos grupos sociais.
- C) Formas de Expressão:** manifestações lúdicas, musicais, plásticas, cênicas, literárias e também políticas, enraizadas no cotidiano dos grupos e definidoras de sua identidade como tal. É a forma como cada grupo comunica e expressa a sua cultura. Podem ter sentido religioso, comunicar protestos sociais ou direitos não cumpridos.
- D) Lugares:** espaços onde se concentram ou se reproduzem práticas culturais coletivas. Um lugar pode ser importante para um grupo por ser referência em seu cotidiano, vital para a realização de suas crenças, atividades de trabalho ou um lugar de encontro.
- E) Objetos:** materiais de uso cotidiano, sendo instrumentos de trabalho, ou usados em rituais de devoção religiosa ou associados a momentos significativos da trajetória de um grupo.
- F) Edificações:** são construções associadas a certos usos e significados históricos ou de memória dos grupos sociais. Esses são reconhecidos pelo grupo independente de sua qualidade arquitetônica ou artística.
- G) Natureza:** elementos como rios, morros e serras, árvores, bosques, matas e estruturas rochosas, enraizados na experiência cotidiana e no vivido do grupo social. Trata-se de uma nova categoria incluída no inventário a partir da enunciação dos sujeitos do patrimônio. Nos inventários de patrimônio imaterial realizados pelo Iphan tem-se considerado esses elementos da natureza a partir da categoria Lugar. Entretanto, no caso de Tatuí, os grupos sociais não se referem a eles como mera expressão espacial de lugar, mas sim como bens naturais que compõem a memória social, o que motivou, assim, a criação desta categoria específica.

2.1. Etapas de pesquisa e procedimentos

Atendendo ao que orienta a metodologia, o trabalho estruturou-se em quatro etapas gerais: a) formação da equipe; b) levantamento preliminar; c) identificação, documentação e mapeamento das Referências Culturais; d) devolutiva aos grupos sociais.

a) Formação da equipe

As atividades nesta etapa objetivaram a compreensão da origem e dos princípios do instrumento do Inventário Participativo, bem como a sua utilização prática. Foram feitas reuniões online com a equipe de pesquisadores, bolsistas e estudantes voluntários, ocasiões em que a metodologia foi debatida a partir da leitura do manual do Iphan e da apresentação de alguns estudos de caso.

A primeira experiência a ser apresentada foi o “Projeto Educação e Patrimônio Compartilhado Cooperação Brasil-Holanda”, que envolveu o público escolar dos territórios que compõem três fortificações tombadas pelo Iphan, na cidade de Recife e de Itamaracá, trabalho esse feito em parceria do órgão, com a prefeitura e estado de Pernambuco e com a Embaixada dos Países Baixos. Na sequência foram apresentados alguns inventários realizados e em realização pelo coletivo Repep (Rede Paulista de Educação Patrimonial), na área central da cidade de São Paulo, como o “Minhocão contra a gentrificação” e o “Arouche LGBTQIA+”. O objetivo da apresentação dos estudos foi tomar contato com diferentes formas de uso da ferramenta.

No que diz respeito aos temas tratados na formação destacam-se as mudanças ocorridas no campo da educação patrimonial, a partir da instituição de alguns marcos programáticos como:

- Carta de Nova Olinda (2009)
- I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural (2009)
- Documento do II Encontro Nacional de Educação Patrimonial (2011)
- Publicação “Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos” (2014)
- Manual “Educação patrimonial: inventários participativos” (2016)
- Portaria IPHAN, 137 de abril de 2016

A compreensão do conceito de educação patrimonial, constante na portaria anteriormente citada, fez-se necessária como subsídio aos procedimentos da pesquisa, já que ela norteia a relação a ser estabelecida com os sujeitos da preservação, ou seja, os moradores e as comunidades envolvidas. Neste sentido, entende-se por Educação Patrimonial, de acordo com o art. 2º da portaria:

“os processos educativos formais e não formais, construídos de forma coletiva e dialógica, que têm como foco o patrimônio cultural socialmente apropriado como recurso para a compreensão sociohistórica das referências culturais, a fim de colaborar para seu reconhecimento, valorização e preservação”.

Parágrafo único. Os processos educativos deverão primar pelo diálogo permanente entre os agentes sociais e pela participação efetiva das comunidades.

A etapa de formação permitiu à equipe compreender as fases do inventário e os procedimentos e atividades a serem realizados.

b) Levantamento preliminar

Esta fase envolveu pesquisa bibliográfica, cartográfica, documental, iconográfica e de dados estatísticos necessários à compreensão do objeto inventariado. O material foi organizado em um drive compartilhado coletivamente, que funcionou como um banco de dados do projeto.

Além disso, esta etapa implicou em pesquisa e os primeiros contatos e aproximação com coletivos, associações, escolas e instituições do poder público, no sentido de criar uma rede de parceiros para a realização do inventário, tendo em vista os princípios de uma pesquisa participativa.

A dificuldade inicial da equipe foi a distância geográfica entre Tatuí e o local de moradia da maior parte dos pesquisadores, o que inviabilizou a vivência cotidiana com o objeto inventariado. Nesse sentido, a constituição da rede de parceiros valeu-se da experiência de duas pesquisadoras que são moradores da cidade de Tatuí, que abriram caminho para os primeiros contatos.

Como parte da fase de levantamento preliminar foi realizado trabalho de campo na cidade, durante os dias 19, 20 e 21 de maio de 2023. Nesta ocasião a equipe realizou visita aos bens em estudo, coleta de documentação nas instituições e conversas locais com parceiros do projeto.

A reunião de todas as informações e documentos permitiu a reflexão coletiva e a primeira sistematização que teve como resultados:

- A definição da problemática que justifica o inventário
- a delimitação do território a ser inventariado
- a identificação dos grupos sociais envolvidos

Como sugestão do Manual de Aplicação dos Inventários foram elaboradas as duas primeiras fichas, buscando sistematizar e registrar os resultados que foram preliminarmente produzidos, ou seja, as Fichas de Projeto e do Território.

A partir da construção da rede de parceiros foi organizada a Oficina de Formação em Tatuí, atividade voltada a apresentar a proposta da pesquisa e a metodologia da identificação das referências culturais, além de consolidar a aproximação com os coletivos, associações e o poder público local. A oficina foi realizada em 20 de maio de 2023, na Câmara Municipal de Tatuí.



Figura 3: Foto da Oficina de Formação em Tatuí.



Figura 4: Participantes da Oficina de Formação em Tatuí.

Fonte: Acervo da equipe, 2023

Após a apresentação, foi organizada uma dinâmica que buscou explicitar na prática o conceito de referência cultural e sua categorização.

A dinâmica teve como base uma proposta metodológica desenvolvida pela Rede Paulista de Educação Patrimonial (Repep) chamada de Mandala de Referências Culturais. Trata-se de um exercício lúdico que utiliza cones de trânsito sinalizados com placas que levam os nomes das categorias de referências (celebrações, formas de expressão, saberes, lugares, edificações e natureza), tendo ao centro da mandala a placa denominada Cultura. Os participantes são convidados a escrever em tarjas coloridas o nome de alguma prática, lugar ou objeto que seja representativo da

memória da fábrica, explicando a sua indicação e as tasetas são penduradas em fios ligando os cones ao centro da mandala, de acordo com a categoria identificada. Nova provocação é feita ao grupo para relacionar outras referências possíveis em categorias diferentes. Assim, o trançado da mandala vai sendo criado, ligando as referências em diferentes categorias, mostrando que as relações estabelecidas no universo da cultura.

O objetivo da mandala foi, ao mesmo tempo, mostrar as possibilidades de identificação dos inventários participativos e promover a primeira escuta sobre as referências culturais significativas para a memória coletiva.



Figura 5: Mandala de referências culturais montada na Oficina de Formação.

Fonte: Acervo da equipe, 2023

Após o exercício de identificação, os participantes foram convidados a responder três perguntas que buscavam refletir sobre a preservação da Fábrica São Martinho: o que devemos fazer? Como fazer? Com quem fazer?

As respostas foram organizadas em um painel que buscou sistematizar os encaminhamentos do grupo em relação a realização do Inventário. Foram levantadas expectativas como a realização de entrevistas e rodas de conversa com antigos funcionários da fábrica, pesquisa documental no sindicato e nos jornais da cidade, levantamento de possíveis greves envolvendo os trabalhadores, parcerias com Museu da Pessoa, Fatec, Etec e Cursinho Comunitário da Casa da Práxis, além do envolvimento das escolas da cidade.



Figura 6: Painel com os resultados da Oficina de Formação realizada na Câmara Municipal.
Fonte: Acervo da equipe, 2023

Terminada a fase de Levantamento Preliminar e preenchidas as Fichas iniciais de Projeto e Território foi organizado o 1o Seminário Nacional, reunindo todos os quatro núcleos de pesquisa. O seminário foi realizado em São Luís do Maranhão, entre os dias 27 a 29 de agosto de 2023, e foi uma oportunidade de troca de experiências entre os 4 núcleos.

O evento iniciou-se com uma rodada de trabalhos em grupos a partir da dinâmica chamada de Café Mundial, com o intuito de promover a aproximação dos participantes dos diferentes núcleos. Cada grupo foi convidado a debater quatro questões, uma em cada rodada, sendo as respostas sistematizadas por um mediador. As quatro questões foram: por que fazer o inventário participativo? Quais os desafios para garantir a participação social na identificação e gestão do patrimônio cultural? Quais são os resultados esperados da pesquisa e como a pesquisa pode mudar as práticas na identificação e gestão do patrimônio cultural? 4) Qual a relação entre a problemática e o objetivo da pesquisa no seu núcleo? Ao final, os mediadores apresentaram a sistematização das respostas de todos os grupos nas quatro questões.

No evento também foram realizadas apresentações da metodologia dos Inventários Participativos e dos resultados preliminares de cada núcleo, contando com uma avaliação realizada por pesquisadores externos, convidados para a leitura das fichas. Ao final, uma reunião geral com os membros do projeto de pesquisa foi realizada para organização e encaminhamento das próximas atividades.

c) Identificação e documentação das Referências Culturais

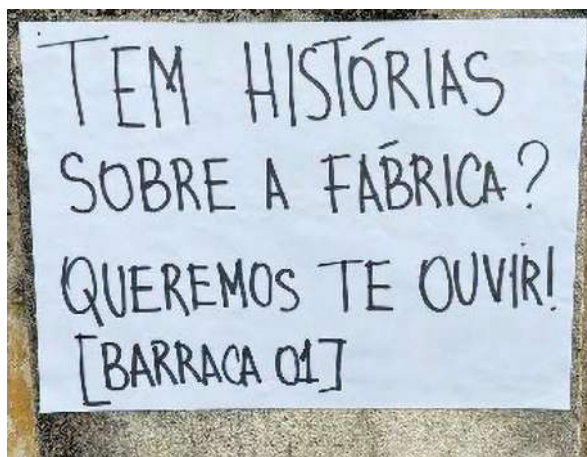
A fase seguinte da pesquisa objetivou identificar as referências culturais a partir de atividades de escuta e diálogo com a população, o que resultou posteriormente no preenchimento das fichas indicadas no Manual de Aplicação (Iphan, 2016).

O trabalho de identificação iniciou-se com a oportunidade de participação da equipe no 2º. Festival, realizado pelo Coletivo Vozes da São Martinho, em 29/07/2023. Contando com shows e barracas de rua com venda de comidas, bebidas e artesanato, o festival ocupou a frente da fábrica para afirmar o direito à memória e ao patrimônio, chamando a atenção dos moradores e do poder público para a importância de sua preservação.

Nesta ocasião, a equipe realizou entrevistas e conversas com antigos trabalhadores e moradores da cidade que relataram o cotidiano operário, a vida no bairro e apresentaram algumas referências culturais ligadas à fábrica.



Figuras 7 e 8: À esquerda, entrevista com participante do 2º. Festival Vozes da São Martinho. À direita, Material de registro das entrevistas. Fonte: Acervo da equipe, 2023



Figuras 9 e 10: À esquerda, integrantes da equipe entrevistando participantes do 2º. Festival. À direita: cartazes de chamada de público.

Fonte: Fotos da equipe, 2023

Para viabilizar essa etapa de identificação das referências culturais foi prevista a realização de cinco oficinas participativas a serem organizadas com os parceiros ao inventário. Foi prevista também a continuidade e finalização da fase de levantamento de dados e documentos em Tatuí, que seria feita concomitante às oficinas, como forma de otimizar os recursos dos trabalhos de campo. Em reunião de agosto de 2023, a equipe deu início à organização e planejamento das oficinas, que foram inicialmente previstas para o mês de setembro e contavam com os seguintes temas: sindicato; trabalho feminino; bairro de Vila Esperança e Paróquia de São José Operário; futebol e Esporte Clube São Martinho; produção cultural. A proposta era organizar pelo menos cinco oficinas com estes grupos temáticos.

Entretanto, tais oficinas não puderam ser realizadas, pois no mês de agosto a equipe foi informada da não liberação dos recursos do projeto pelo CNPq. Este fato comprometeu o cronograma e resultou na suspensão temporária das oficinas participativas. Impossibilitados de ir a campo, a equipe voltou-se à complementação de pesquisa bibliográfica e de consulta por meio da internet e das redes sociais, como facebook e instagram.

A suspensão das oficinas resultou também na impossibilidade de realização do Seminário Regional previsto para a apresentação dos resultados preliminares do trabalho, o que gerou, conseqüentemente o atraso em todo o cronograma

Após três meses sem definição do retorno dos recursos, a equipe decidiu redimensionar as cinco oficinas temáticas iniciais, reduzindo-as para apenas duas, de forma a evitar os gastos em deslocamento. Neste sentido, a etapa participativa foi organizada em dois dias seguidos, no formato de Roda de Conversa.

A primeira atividade ocorreu em 30 de novembro e foi voltada a um público geral de moradores e antigos trabalhadores da fábrica e ocorreu na ETEC Sales Gomes.



Figura 11: Material de divulgação em redes sociais sobre a oficina.
Fonte: Acervo da equipe, 2023

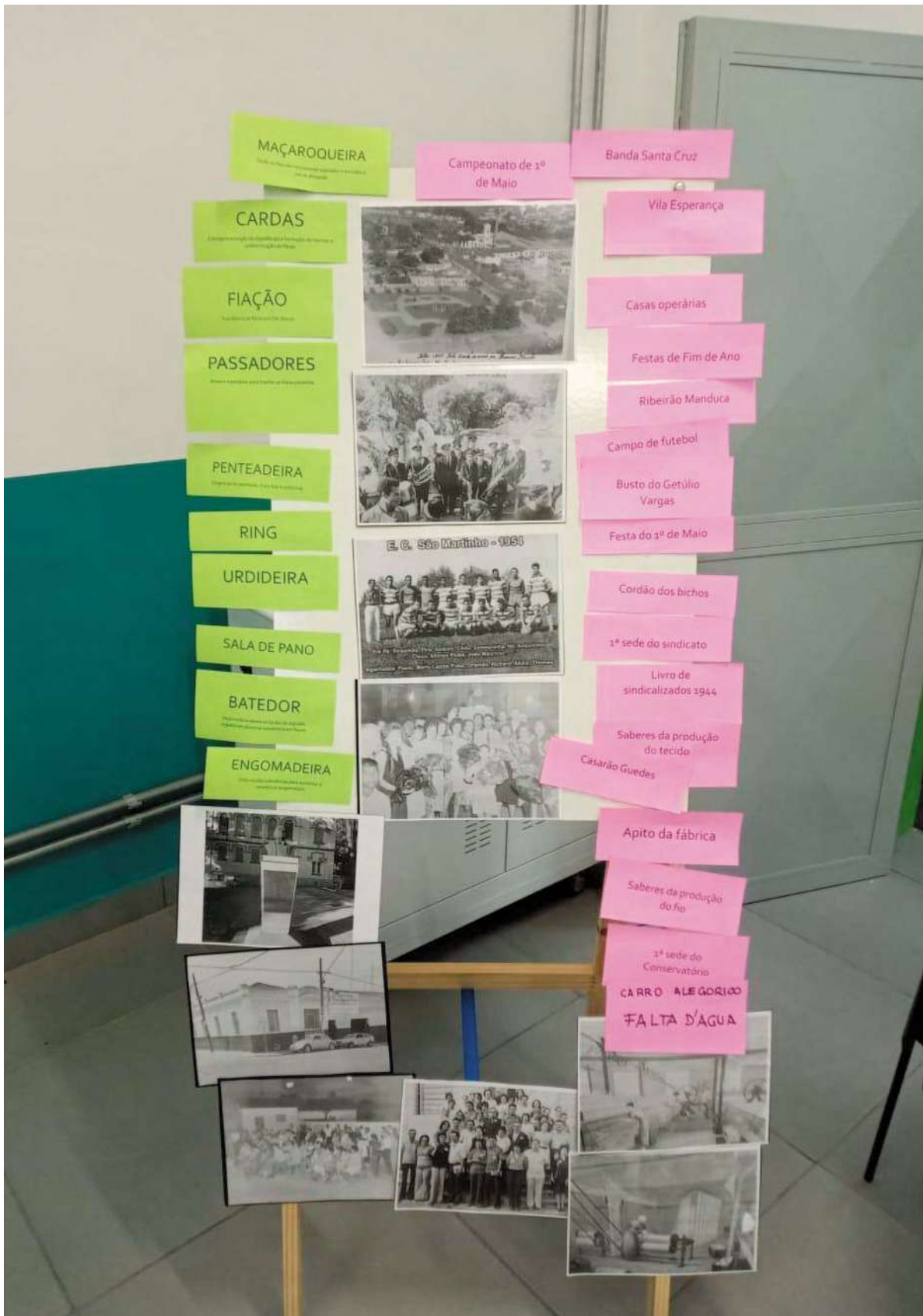
A segunda atividade foi voltada para o projeto da Prefeitura Municipal de Tatuí denominado “Envelhecer com Qualidade de Vida”, voltado ao público da chamada terceira idade e ocorreu no Parque Municipal Maria Tuca, no dia 01 de dezembro. A escolha deste público específico teve como objetivo se aproximar de antigos trabalhadores da Fábrica, já aposentados.

Nas duas Rodas de Conversa foi utilizado como recurso o exercício da Mandala de Referências Culturais. Para provocar a lembrança e a participação, foram apresentadas fotos antigas da fábrica e dos bens ligados a ela e trechos de falas da primeira Oficina de Formação realizada na Câmara Municipal, além de algumas referências que já tinham sido identificadas.



Figura 12: Exercício da mandala na 1ª. Roda de Conversa sobre a memória da fábrica na ETEC Sales Gomes.
Fonte: Acervo da equipe, 2023





Figuras 13 e 14: 1ª Roda de Conversa.
Fonte: Acervo da equipe, 2023



Figura 15 e 16: Foto da 2ª. Roda de Conversa com integrantes do Projeto Envelhecer com Qualidade de Vida.

Fonte: Acervo da equipe, 2023



Figuras 17 e 18: 2ª Roda de Conversa com o Projeto Envelhecer com Qualidade de Vida.

Fonte: Acervo da equipe, 2023

Em fevereiro de 2024, mantida ainda a situação de indisponibilidade de recursos e sem poder realizar trabalhos de campo na cidade, a equipe optou por elaborar posts a serem divulgados em redes sociais (facebook e Instagram) para mobilizar interesse dos moradores, tendo em vista os meses de ausência na cidade. Foram organizados os posts a partir da pesquisa sobre as referências, para mostrar o que estava sendo produzido.

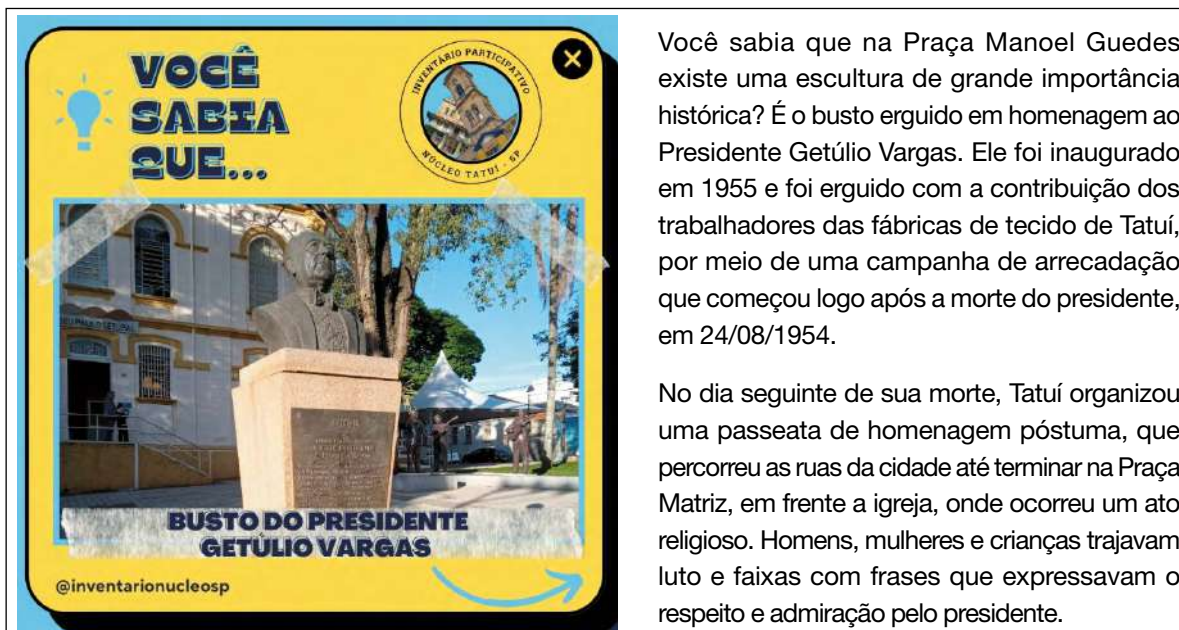


Figura 19: Post publicado em redes sociais para a divulgação da pesquisa.

Fonte: postagem no Instagram e no Facebook sobre o projeto, 2024

O uso das redes sociais foi uma estratégia paliativa para manter a relação com os moradores da cidade devido a impossibilidade de retorno à Tatuí. No entanto, em avaliação feita na reunião de fevereiro de 2024, a equipe constatou que a ausência na cidade esgarçou as relações que vinham sendo construídas desde o início da pesquisa, principalmente com os grupos e coletivos parceiros.

Como prejuízos observados pela equipe pela falta de liberação dos recursos da pesquisa destacam-se:

- frustração de expectativas criadas junto às comunidades envolvidas, em função do compromisso firmado nos contatos iniciais, de realização da pesquisa fundada na premissa do diálogo e da participação social, o que demandava a presença constante na cidade;
- descontinuidade do diálogo presencial que impactou a relação estabelecida com os grupos sociais;
- perda de credibilidade e de confiança em relação à atuação das universidades e seus pesquisadores.

Além disso, procedimentos de pesquisa tiveram que ser revistos, readequados a uma nova situação e um novo cronograma, mais enxuto e com menor possibilidade de

atuação na cidade. Como a presença em campo foi mantida nos três outros núcleos, que tinham equipes moradoras nas localidades, o cronograma do núcleo Tatuí teve que ser readequado para acompanhar o encaminhamento dos demais.

Sem recursos até o mês de julho de 2024, a equipe concentrou-se no preenchimento das fichas de identificação das referências culturais, concernente à etapa de Documentação, prevista no Manual de Aplicação. As fichas constituem uma oportunidade de reunir conteúdos explicativos sobre cada referência: o que é, como, quando e onde ocorre, sua história e situação atual. A ficha é o momento de sistematização desses conteúdos para que possam ser disponibilizados ao público em geral. Adotou-se um template de ficha para cada categoria, padronizando-o para todos os quatro núcleos da pesquisa do CNPq.

Em julho foi planejada uma atividade que não tinha sido prevista no cronograma geral: a realização de um **seminário interno**, ocasião na qual os pesquisadores, bolsistas e voluntários apresentaram os conteúdos das fichas de referências culturais que estavam sendo elaboradas. Esta atividade foi importante para a equipe, pois forneceu uma visão geral do conjunto de bens identificados, bem como a relação entre eles, e serviu de estímulo face a impossibilidade de retorno ao campo, que havia criado desmobilização dos pesquisadores e bolsistas.

Depois de um ano sem recursos, no início de agosto de 2024, a equipe foi informada sobre a liberação do valor remanescente, o que possibilitaria a retomada dos trabalhos, ou seja, a realização das oficinas participativas e do Seminário Regional. Entretanto, como os três núcleos já haviam feito ambas as atividades, a equipe de Tatuí considerou a necessidade de reduzir o que havia sido previsto inicialmente, para se adequar ao andamento dos demais. Assim, das cinco oficinas previstas foram realizadas apenas duas. O mesmo ocorreu no Seminário Regional que não foi realizado, mantendo-se a apresentação dos resultados para a Oficina Devolutiva final.

Assim que liberados os recursos foi necessário também organizar o retorno ao campo, para a complementação da pesquisa documental, de levantamento de dados e algumas entrevistas, o que foi realizado em 27 de setembro de 2024. Esta etapa foi também reduzida para adequar o cronograma de atividades do núcleo de Tatuí aos demais, o que significou cancelar a continuidade de levantamentos como a leitura das atas da Câmara Municipal e a consulta aos processos da Vara de Justiça do Trabalho. Destaca-se assim, mais um prejuízo causado pela não liberação dos recursos, especificamente relacionado ao levantamento de dados, que acabou por ficar incompleto em relação ao que foi previsto inicialmente.

Como parte dos procedimentos de Documentação foram finalizadas as 44 Fichas de Referências Culturais acompanhadas de mapeamento.

d) Devolutiva aos grupos sociais

Como fase final do Inventário, o Manual de Aplicação prevê a necessidade de planejar as formas de apresentação dos resultados do trabalho para os grupos e comunidades envolvidas. Neste sentido foi planejada a realização dessa atividade com apresentação do Inventário, das referências culturais identificadas e do mapa. Intitulada como Oficina Participativa Memórias da Fábrica São Martinho, a atividade foi realizada em 14 de dezembro de 2024, na ETEC Sales Gomes. Como forma de divulgação da devolutiva foi elaborado um folder contendo, além da programação, o mapa final das referências culturais.

Uma semana antes da oficina parte da equipe viajou para Tatuí para divulgar folhetos e cartazes nos principais equipamentos públicos da cidade, bem como aos parceiros do projeto, conselho de cultura e do patrimônio, ETEC Sales Gomes, EMEI Joaquim da Silva Campos, bairro de Vila Esperança, Museu Paulo Setúbal, Biblioteca Pública e jornais da cidade.

Programação

9h
Recepção do público e momento para participação no Mapa de Referências Culturais da Fábrica São Martinho

9h30
Abertura e apresentação do projeto e dos primeiros resultados

10h
Oficina participativa
Café Mundial: quais referências culturais do Mapa da Fábrica São Martinho você se identifica mais? O que queremos para o futuro da Fábrica São Martinho?

11h
Debate sobre as perguntas formuladas e síntese geral



**Oficina Participativa
Memórias da Fábrica
São Martinho**

14 dez. (sábado), 9-13h
ETEC Sales Gomes
Praça Adelaide Guedes, 1
Centro de Tatuí, São Paulo

O objetivo é apresentar e debater os primeiros resultados do Inventário Participativo da Fábrica São Martinho

Realização
Projeto "Inventário Participativo como instrumento de identificação e gestão do patrimônio cultural". Edital CNPq Pró-Humanidades 2022 na categoria Políticas públicas para a promoção da cultura (USP, UNICAMP)

Apoio
ETEC Campos Sales



Figura 20: Folheto de divulgação da Oficina Participativa Memórias da Fábrica São Martinho.

Fonte: Material da equipe, 2024



Figura 21: Folhetos e cartazes de divulgação da Oficina Participativa Memórias da Fábrica São Martinho.
Fonte: Material da equipe.

Como forma de divulgação, o Jornal Integração fez uma matéria sobre o evento, publicada em sua primeira página.



Figura 22: Matéria de divulgação da oficina no Jornal Integração de Tatuí.
Fonte: JORNAL INTEGRAÇÃO. Alunos da USP e da UNICAMP mostram pesquisa sobre a Fábrica São Martinho. Tatuí, 13. dez. 2024



Figuras 24 e 25: Vila Operária da Fábrica São Martinho Casa do Administrador.
Fonte: Fotos da equipe, 2024

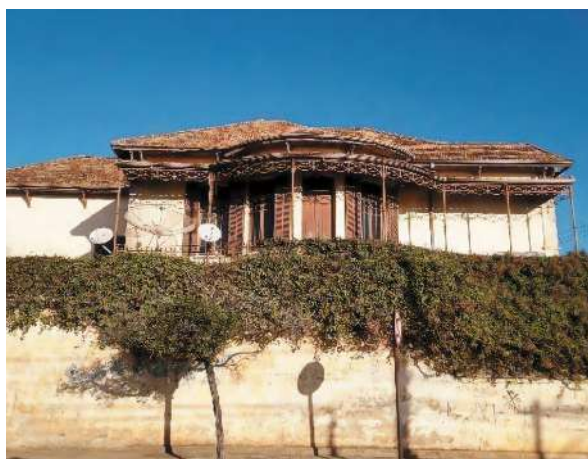


Figura 26 e 27: Casa de Manoel Guedes e Casa de Thomaz Guedes que foi a 1ª sede do Conservatório de Tatuí.
Fonte: Foto da equipe, 2024



Figura 28: Entrada da Fábrica de Tecidos São Martinho.
Fonte: Acervo da equipe, 2024



Figura 29: Igreja São José Operário. / **Figura 30:** Vila Esperança, bairro dos trabalhadores.
Fonte: Acervo da equipe, 2024



Figura 31: Campo e arquibancada do São Martinho Futebol Clube.
Fonte: Acervo da equipe, 2024

3.1. Indústria têxtil em São Paulo e a Fábrica São Martinho

O processo de industrialização brasileiro teve início no final do século XIX e São Paulo adquiriu um pioneirismo em seu desenvolvimento frente às demais províncias do país, tendo a produção têxtil como um dos setores mais promissores.

A acumulação de capital proveniente da cafeicultura e o desenvolvimento do transporte ferroviário foram basilares para o processo de industrialização e urbanização do território paulista, o qual adquiriu expressividade, principalmente, a partir das duas últimas décadas do século XIX, tanto na capital quanto nas cidades do interior. Nesse período, apesar da produção do café ser predominante na Província de São Paulo, também cresciam as áreas de cultivo do algodão destinadas a suprir as necessidades de matéria prima da nascente indústria têxtil.

As primeiras indústrias têxteis paulistas surgiram em áreas interioranas do estado, entre as décadas de 1860 e 1870. Produtoras de artigos algodoeiros rústicos, as unidades fabris situavam-se no interior em razão da proximidade dos mercados

consumidores rurais, da disponibilidade de matéria-prima e da existência de rios fornecedores de energia hidráulica, com abundância (LOUREIRO, 2006, p. 38).

O binômio café-ferrovia promoveu transformações significativas no interior paulista nesse período. Os territórios se urbanizaram e a produção industrial passou a se concentrar ao longo das linhas férreas como forma de facilitar o transporte de matérias-primas, maquinários, trabalhadores e mercadorias.

O cultivo do café e a atividade fabril foram responsáveis por um grande afluxo populacional para as áreas rurais e urbanas do interior paulista, sendo que “a maior parte da mão de obra empregada na indústria estava justamente no setor têxtil” (NEVES, 2019, p. 64), constituída, principalmente, por imigrantes europeus.

Em diversas unidades de produção, conciliava-se o cultivo do algodão e a atividade fabril como é o caso da Companhia de Fiação e Tecelagem São Martinho que iniciou suas atividades na cidade de Tatuí, em 1883, tornando-se uma das principais indústrias têxteis do estado. Tanto essa quanto diversas outras fábricas de tecido produziam artigos, em quase sua totalidade, com algodão produzido na própria província (BANDEIRA JÚNIOR, 1901).

Nas duas primeiras décadas do século XX, a produção têxtil teve crescimento expressivo, tanto na capital quanto no interior do estado. Entre 1900 e 1915, o principal setor do ramo têxtil (tecidos de algodão) quase se quadruplicou (ALMEIDA, 1981). A primeira Guerra Mundial impulsionou esse crescimento, pois a dificuldade de importação de produtos provenientes dos países envolvidos no conflito elevou a procura por mercadorias produzidas no Brasil, fortalecendo o mercado interno.

Nesse período, a cidade de São Paulo passou a concentrar a maior parte das tecelagens, com o predomínio de indústrias de pequeno e médio porte. O interior concentrou as unidades fabris de maior porte e de grandes dimensões mais adaptadas à instalação dos maquinários e à organização do trabalho.

Nos anos 1920, a produção industrial neste setor continuou em pleno crescimento, porém, os reflexos da crise de 1929 na economia brasileira interromperam esse ciclo de prosperidade. Esta resultou na queda da renda doméstica e na conseqüente redução da demanda por tecidos. Das 22 empresas têxteis paralisadas em razão da depressão, 15 eram produtoras de tecidos de algodão, muitas delas de grande porte, como a Companhia Têxtil São Martinho (LOUREIRO, 2015).

Nesse contexto, a redução de salários, as demissões em massa e a falta de cumprimento das leis trabalhistas culminou na eclosão de inúmeras greves operárias, muitas delas, organizadas pelos trabalhadores do setor têxtil. “Entre 1928 e 1930, a indústria têxtil no estado de SP foi o ramo mais afetado pela depressão e o número de operários baixou 14% com relação às cifras anteriores a 1928” (ALMEIDA, 1981, p. 4).

Nos anos 1930, o setor têxtil apresentou fases de instabilidade, já que muitas indústrias do ramo tiveram um desempenho menor que antes da recessão de 1929. Ao longo desse período houve um maior crescimento das indústrias têxteis no interior paulista em detrimento da capital, porém, a maior parte dos trabalhadores empregados em indústrias do ramo concentrava-se na cidade de São Paulo (LOUREIRO, 2006).

A retomada de crescimento do setor ocorreu apenas durante a II Guerra Mundial com a política de substituição de importações. Os países em guerra não conseguiam mais suprir as necessidades de abastecimento do mercado nacional, portanto, as indústrias brasileiras, como as do ramo têxtil, passaram a produzir mais para suprir essa demanda com a comercialização da produção para o mercado interno e para os países pobres. Nesse período foram inauguradas 323 novas unidades produtivas e o aumento de 174% na contratação de mão de obra com jornadas de 14 a 16 horas por dia (LOUREIRO, 2006), que ocorreu tanto pelo aumento da demanda por tecidos quanto pela falta de maquinário.

Entre o final da II Guerra Mundial e o início dos anos 1960, a retomada da produção da indústria têxtil dos países envolvidos no conflito acirrou a concorrência internacional que resultou na queda das exportações de tecidos. Porém, o setor continuou apresentando taxas significativas de crescimento devido ao aumento do abastecimento do mercado interno.

Esse contexto acelerou o processo de modernização tecnológica de muitas indústrias têxteis paulistas. A introdução de novos maquinários no processo produtivo se deu não apenas para aumentar a produtividade do setor, mas também devido às adaptações da produção com a introdução das fibras sintéticas (CLEMENTINO, 2000). Porém, essa modernização tecnológica não se deu de forma homogênea, resultando na dificuldade de muitas indústrias de pequeno e médio porte se manterem competitivas e conquistarem novos mercados. Diante desse contexto, muitas indústrias que não sofreram inovações tecnológicas faliram.

Nos anos 1970, houve a entrada de investidores estrangeiros que priorizavam a produção de fibras e filamentos artificiais e sintéticos que contribuíram para a diversificação dos artigos produzidos para um público cada vez mais segmentado (FUJITA & JORENTE, 2015).

A crise econômica dos anos 1980 refletiu-se sobre o desempenho do setor. A defasagem tecnológica das indústrias têxteis, o aumento da concorrência externa, principalmente, de produtos asiáticos, e a perda do poder de compra da população devido ao processo inflacionário, resultou no desemprego dos operários fabris e na falências de muitas empresas do ramo, principalmente, as de pequeno e médio porte. Na década de 1990, o acirramento da concorrência internacional em meio ao capitalismo globalizado resultou em novos desafios para as indústrias têxteis paulistas. As pouco modernizadas tecnologicamente não tinham muitas chances de sobreviverem diante da grande concorrência de empresas chinesas do ramo de confecção e vestuário (FUJITA & JORENTE, 2015).

Nos anos 2000, o aumento expressivo das importações de produtos têxteis e de confecção a preços baixos provenientes do mercado asiático, principalmente, da China, elevou ainda mais as dificuldades do setor que busca se manter competitivo por meio de inovações no processo de produção, gestão e criação de novos produtos.

3.1.1. A Companhia de Fiação e Tecelagem São Martinho

Na década de 1860 chegaram à cidade de Tatuí as primeiras sementes de algodão herbáceo importadas por Martinho Guedes Pinto de Mello. Ele plantava parte dos exemplares em sua propriedade, a Fazenda Pederneiras, e outra fração era destinada aos agricultores locais que produziam em sistema de meação, chamado também de-a-meia, na qual os produtos do trabalho na terra eram divididos em partes iguais, uma parte aos agricultores que plantavam o algodão e outra parte para Martinho Guedes. Em poucos anos a cidade de Tatuí tornou-se um dos maiores produtores de algodão herbáceo no sul do país.

Em 1872, Martinho faleceu, assumindo os negócios da família seu filho, Manoel Guedes Pinto de Mello. Em 1881, este funda a Companhia de Fiação e Tecelagem São Martinho, nesse contexto de aquecimento industrial em São Paulo pelos lucros do café, e crescimento das áreas de produção de algodão.

Neste sentido, em 1889 é inaugurada na cidade a estação da Estrada de Ferro Sorocabana, que escoava a produção de artigos têxteis para o Porto de Santos. Em 1912, Manoel inicia a produção de energia elétrica na cidade de Cerquilha, para alimentação da fábrica, que migra da fonte de energia a carvão para a elétrica. Com o excedente da energia, Tatuí começa a ser atendida, sendo uma das primeiras cidades do Estado a receber essa benfeitoria.

A fábrica que principiou a trabalhar com 54 teares tem hoje 175 e o seu proprietário pretende elevá-los a maior número. A produção excede a um milhão e meio de metros anualmente de tecidos das diversas qualidades, como sejam: Algodões brancos grossos, finos: cassinetas, oxfords, casimiras, riscados, toalhas, etc, sendo o maior consumo neste Estado.

A matéria prima - algodão - é toda suprida pelo município.

Empregam-se na fábrica cerca de 300 pessoas, quase todas filhas do lugar. Despende-se mensalmente com ordenados as mesmas a quantia de quinze contos de réis; sendo dez horas de trabalho e 2 ½ horas por noite. (JÚNIOR, 1901. p. 49)

A morte de Manoel Guedes, em 1927, a disputa pela sua herança e a crise de 1929 abalaram significativamente a Fábrica, que foi fechada em 1930. O espólio de Manoel foi dividido entre sua segunda esposa, Maria Adelaide Barnsley e filhos, e os herdeiros do primeiro casamento, Martinho e Thomaz Guedes. Durante 22 anos, Thomaz e o

pai dividiram a direção da fábrica em Tatuí, enquanto Martinho era o responsável pelo escritório, em São Paulo. Os dois filhos foram ainda muito jovens enviados pelo pai à Europa para estudar a tecnologia ligada à produção têxtil. No entanto, no inventário de Manoel Guedes, os dois irmãos foram preteridos na condução da fábrica, ficando a mesma sobre propriedade da viúva. Ambos foram afastados da direção e a empresa vendida a Dario Freire Meirelles que assumiu a administração da fábrica.

Na gestão de Dario Meirelles (1930-1948), a fábrica atingiu seu auge, sendo a maior empregadora da cidade. No entanto, sabe-se pouco sobre este período e sobre este proprietário. Em 1948, a Fábrica São Martinho foi vendida para o empresário Antônio Adib Chammas, proprietário da Moinho São Jorge, uma grande empresa fabricante de farinha de trigo, no município de Santo André, região do ABC Paulista.

A mudança de proprietário significou uma inflexão na trajetória da fábrica, marcando o fim de um ciclo no qual ela exercia um papel central nos negócios familiares, seja os de Manoel Guedes como de Dario Meirelles. A partir deste momento, a Companhia Têxtil São Martinho, como seria oficialmente denominada, constituía parte de um complexo industrial cuja centralidade era a produção de farinha de trigo. A função da São Martinho, a partir deste momento, foi ser subsidiária, produzindo e fornecendo sacaria de algodão para embalar a farinha produzida pela fábrica de Santo André.

Antônio Adib Chammas, filho de libaneses, adquiriu desde muito cedo habilidades no comércio, expandindo depois para o setor bancário, dirigindo o Banco do Vale do Paraíba, até firmar-se como grande empresário industrial. Fundou em 1951 as Indústrias Reunidas São Jorge S/A, que reunia fabricação de farinha de trigo, tecidos, máquinas e laticínios. O Moinho São Jorge tornou-se a principal atividade econômica deste complexo. Situado em um amplo espaço industrial, o Moinho foi considerado a maior unidade de ensilagem do país, com capacidade para 50 mil toneladas.

Para viabilizar a grande produção de farinha de trigo, buscando suprir o mercado nacional que, até aquele momento, era abastecido por produto importado, o empresário planejou o complexo industrial, adquirindo a Fábrica São Martinho, no mesmo momento em que se dava a construção do Moinho, que levou dez anos para ficar pronto. Assim, a São Martinho lhe garantiria o suprimento de sacaria de algodão, reduzindo os custos de produção da farinha e, portanto, um preço mais competitivo em relação aos concorrentes. Em 1953 o Moinho São Jorge iniciou suas operações de moagem e foi considerada a maior empresa brasileira do setor, conferindo papel importante ao empresário. Ao adquirir a São Martinho o empresário iniciou um programa de investimentos com novas máquinas e tecnologia moderna, remodelando totalmente a produção para adequar às novas necessidades da produção de sacaria (JORGE, 1979).

Além das atividades ligadas à indústria, Antônio Adib Chammas foi deputado federal, eleito em 1962 pelo Partido Social Progressista, ingressando posteriormente, em 1966, na

Arena (Aliança Renovadora Nacional), partido de sustentação ao regime militar de 1964. Apesar disso, teve seu mandato cassado por força do AI-2 de 1965, que suspendeu direitos políticos no país, reforçando a repressão do regime militar (CPDOC/FGV).



Figura 32: Entrada da fábrica em 1912.
Fonte: Acervo Tony Guedes.

A perda de centralidade da fábrica também foi responsável pelo seu fim. Nas décadas de 1980 e 1990, as crises enfrentadas pelo Moinho São Jorge de Santo André repercutiram consequentemente na continuidade da produção de sacaria para a farinha. Em 1982 a São Martinho enfrentou uma crise, tendo sido fechada e, posteriormente, reaberta em 1986, acompanhando as oscilações da produção do Moinho São Jorge. Em 1996 a fábrica encontrava-se definitivamente desativada. Desde então, o exuberante conjunto arquitetônico, composto por 39 casas operárias, o casarão de moradia do proprietário, a casa de residência do administrador e diversos galpões fabris, encontra-se abandonado, à exceção das moradias operárias que são locadas para residência.

Diante do crescente abandono, o conjunto encontra-se em péssimo estado de conservação, apesar do tombamento municipal, ocorrido em 2005 e o estadual em 2007.

3.2. Trabalho feminino e infantil

A origem das indústrias têxteis no estado de São Paulo, contexto em que está situada a Fábrica São Martinho, em Tatuí, não pode ser considerada sem o trabalho de mulheres e crianças nas fábricas. A força de trabalho feminina e infantil sempre fez parte das fábricas têxteis (RIBEIRO, 1988, p. 147).

Para esse entendimento, é importante considerar que a entrada da mulher no mercado de trabalho, mais precisamente no setor secundário da economia brasileira, se deu de modo muito diferente à do homem. Em primeiro lugar, as mulheres e crianças não substituíram a força de trabalho masculina nas fábricas têxteis. Ao contrário: as indústrias têxteis foram um desdobramento da indústria doméstica (MATOS, 1996, p. 70), modelo inglês que fazia uso da mão-de-obra feminina e infantil, dada a compatibilidade das atividades de tecer, fiar e costurar, atividades tradicionalmente associadas ao lar e ao trabalho de mulheres. Em segundo lugar, a entrada da mulher no mercado de trabalho das indústrias se deu a partir de um deslocamento dessa mesma mão-de-obra vinda do setor primário, o da agricultura (BLAY, 1978, P. 142), dada a retração do setor e a diversificação das oportunidades de trabalho. Blay acrescenta:

Portanto não é o processo de urbanização que amplia a participação ativa da mulher na economia, mas ele em conjunto com a diversificação da estrutura do mercado de trabalho passa a transferir a presença do trabalho feminino a áreas antes não ocupadas por ele (BLAY, 1978, p. 142).

Nas indústrias têxteis, como especificado anteriormente, as atividades realizadas eram vistas como compatíveis com a suposta “natureza feminina” e a delicadeza do trabalho das mulheres jovens e, até mesmo crianças, o que explicaria o emprego maciço desse tipo de mão-de-obra. Além disso, eram atividades de menos esforço físico e menor compreensão mecânica, também compatíveis com a condição considerada “inata” da mulher. Matos (1996), argumenta, entretanto, que as operárias têxteis

[...] não podem ser vistas, porém, como operárias não-qualificadas ou trabalhadoras manuais mal formadas; ao contrário, possuíam uma formação adaptada às atividades industriais que exerciam, haviam adquirido habilidades, através de um aprendizado das funções de futuras mães quando eram meninas, e depois mediante uma formação contínua para trabalhos domésticos. (MATOS, 1996, p. 73)

Algumas autoras ainda afirmam que outro motivo para o emprego de mulheres e crianças nas fábricas era a sua condição de obediência, condição essa também advinda de sua posição na sociedade à época:

A facilidade na imposição da disciplina de fábrica para essa força de trabalho advinha da própria situação social em que estavam inseridas a mulher e a criança - a submissão a uma autoridade do marido, pai, irmãos - regra socialmente válida que se refletia no meio fabril na subserviência ao mestre e ao contra-mestre. (RIBEIRO, 1988, p. 159)

Tabela 1: Participação da força de trabalho nas fábricas de tecidos de algodão investigadas em 1912, sendo sete o número de estabelecimentos.

Gênero	Trabalhadores menores de idade				Trabalhadores adultos		Total	
	até 12 anos	12 a 16 anos	total	%	total	%	total	%
Masculino	81	354	435	8,57	999	19,68	1.434	28,25
Feminino	159	1.181	1.340	26,40	2.302	45,35	3.642	71,75
Total	240	1.535	1.775	34,97	3.301	65,03	5.076	100

Fonte: RIBEIRO, 1988. Boletim do Departamento Estadual do Trabalho, p. 74-75. Adaptado.

Mulheres e crianças também foram incentivadas a trabalharem nas fábricas como substituição do operariado grevista. Os chamados “crumiros”, por exemplo, eram meninos e meninas que substituíram o operariado que não havia cedido ao aumento da jornada e outros cortes de direitos. Por isso, houve o aumento de denúncias e greves contra uso de mulheres e crianças.

É interessante notar o significado da palavra “crumiros”, encontrado na wikipedia espanhola, pois o termo não se encontra na plataforma brasileira. “Crumiro, sinónimo de esquirolo o “revienta huelgas” en el español de Argentina, Chile y Uruguay”. Utilizado também em italiano com o mesmo significado, “revienta huelgas” é uma pessoa que aceita trabalhar em uma empresa cujos trabalhadores suspendem sua atividade e se declaram em greve. (**Fonte:** <https://es.wikipedia.org/wiki/Crumiro>: Acesso em 10/07/2023).

Este significado pode evidenciar uma atribuição equivocada da condição de “fura-greve” às trabalhadoras e às crianças por parte dos movimentos grevistas, já que o termo na Espanha e também em alguns países da América Latina, conforme o verbete acima, era usado para apontar os que não participavam das greves. Ao que parece, o incentivo ao trabalho feminino e infantil, nessas condições, foi impulsionado por uma conjuntura histórica, social e econômica e não por vontade própria como “fura greves”.

Assim, os baixos salários, o entendimento das atividades fabris têxteis como continuidade das atividades domésticas, a facilidade da imposição de disciplina, aliadas à necessidade de mulheres e crianças de classes sociais baixas de ajudar no provimento do lar, eram determinantes para o emprego de crianças e mulheres, principalmente jovens e meninas (MATOS, 1996, p. 73), nas fábricas têxteis.

Apesar do emprego maciço desse tipo de mão de obra desde os primórdios da indústria têxtil em São Paulo em meados do século XIX, foi somente no final do século XIX e início do século XX que foram criados decretos que regulamentam o trabalho de crianças e mulheres nas fábricas têxteis. Em 1984, o Código Sanitário paulistano expunha algumas medidas que dispunham sobre o trabalho infantil, como a proibição do emprego fabril de crianças menores de 12 anos, deixando a cargo das autoridades competentes a determinação de trabalhos acessíveis a menores entre 10 e 12 anos,

e a proibição do trabalho noturno às crianças menores de 12 anos e mulheres até 21 anos (RIBEIRO, 1988). Entretanto, não havia regulamentações para o trabalho feminino.

Tabela 2: Operários empregados nos estabelecimentos industriais em 01/09/1920, segundo idade e sexo, por ramos de indústria no estado de São Paulo.

Operários								
Ramos de indústria	Adultos					Menores		
	estabelecimentos	Total	Homens	Homens total do ramo (%)	Mulheres	Mulher total do ramo (%)	Menores	Menores total do ramo (%)
Indústrias têxteis	247	34.825	14.352	41,21%	17.747	50,96%	2726	7,83%
Indústrias de couros, de peles e outras matérias duras do reino animal	86	1.104	1.004	90,94%	20	1,81%	80	7,25%
Indústrias de madeiras	183	2.089	1.960	93,82%	6	0,29%	123	5,89%
Metalurgia	142	5.514	4.789	86,85%	298	5,40%	427	7,74%
Cerâmica	696	9.360	7.855	83,92%	1.010	10,79%	495	5,29%
Produtos químicos propriamente ditos e produtos análogos	265	4.748	3.192	67,23%	1.303	2,73%	253	5,33%
Indústria da alimentação	1.267	11.213	8.564	76,38%	1755	15,65%	894	7,97%
Indústria do vestuário e toucador	736	10.494	5.941	56,61%	3.554	33,87%	999	9,52%
Indústrias do mobiliário	207	2.030	1.643	80,94%	135	6,65%	252	12,41%
Indústria da edificação	55	726	701	95,56%	4	0,55%	21	2,89%
Construção de aparelhos de transporte	239	1.458	1.295	88,82%	4	0,27%	159	10,91%
Produção e transmissão de forças físicas	11	64	61	95,31%	-	-	3	4,69%
Indústrias relativas às ciências, letras e artes. Indústria de Luxo	11	373	278	74,53%	73	19,57	22	5,90%
Total	4.145	83.998	51.635	61,47%	25.909	30,84%	6.454	0,08%

Fonte: RIBEIRO, 1988. Boletim do Departamento Estadual do Trabalho. Adaptado.

Já em 1917, uma reforma no Código Sanitário mostrou maior cunho de proteção a menores, como o estabelecimento da idade mínima de trabalho para 12 anos, enumeração de serviços proibidos para menores, requisitos para a admissão de menores entre 12 e 15 anos, estabelecimento de cinco horas diárias para menores entre 12 e 15 anos, e alguns dispositivos de defesa ao trabalho da mulher, como a proibição do trabalho noturno para mulheres, sem limite de idade, e a coibição do trabalho das mulheres em estabelecimentos industriais durante o último mês da gravidez e o primeiro do puerpério (RIBEIRO, 1988).

No entanto, apesar da existência da legislação, a fiscalização não era aplicada, e os industriais apresentavam argumentos para a inaplicabilidade da lei. Alguns desses argumentos envolviam que a diminuição da jornada de trabalho alterava a organização dos turnos e, portanto, da produtividade da fábrica, e que o emprego de crianças e jovens os impedia de alterar a ordem pública, afirmando que as fábricas são verdadeiras escolas de disciplinarização.

A inexistência de uma ‘disciplina férrea’, a presença de um contingente enorme de trabalhadores especializados e de ‘horários suaves’ constituíam-se, dentro da visão dos industriais, em elementos que caracterizavam a organização do trabalho nas fábricas. (RIBEIRO, 1988, p. 97)

A união dos industriais conseguiu anular essas restrições ao trabalho feminino e infantil nas fábricas, num episódio em que Francisco Matarazzo e Jorge Street, em 1922, convenceram o diretor do Serviço Sanitário de que as medidas eram inexequíveis.

Em 1927, foi criado o chamado Código de Menores, que dispunha de novas medidas regulamentadoras do trabalho infantil, como proibição dos menores de 14 anos em usinas, manufaturas, estaleiros, minas ou qualquer trabalho subterrâneo, pedreiras, oficinas; a proibição dos menores de 18 anos em trabalhos perigosos à saúde, excessivamente fatigantes; o estabelecimento de seis horas diárias para todos os menores de 18 anos; a proibição do trabalho noturno das 19h às 5h para os menores de 18 anos; e a apresentação de certificado escolar de curso elementar e de atestado de aptidão física aos menores de 18 anos. Ribeiro (1988), no entanto, argumenta que o Código

[...] visava mais a organizar a assistência e proteção aos menores abandonados ou delinquentes que tivessem menos de dezoito anos de idade do que propriamente à regulamentação do trabalho dos menores nas fábricas. (RIBEIRO, 1988, p. 161)

Dessa forma, a inaplicabilidade das leis e a falta de fiscalização contribuíram para a manutenção das más condições de trabalho da mão-de-obra feminina e infantil nesse início do século XX. Vale destacar também o papel da imprensa e da opinião

pública acerca do emprego de mulheres e crianças operárias, visão essa por vezes muito contraditória. Em revistas e jornais de 1874, por exemplo, é possível observar anúncios para a contratação de mulheres e crianças em fábricas, “considerando-as ‘escolas de trabalho’ para ‘filhos e filhas do povo livre’” (BLAY, 1978, p. 137). Entretanto, principalmente o trabalho feminino nas fábricas provocava indignação da opinião pública, inclusive das classes operárias (Matos, 1996), uma vez que se predominavam os ideais morais dos papéis de gênero bem definidos: o homem e marido como provedor do lar e a mulher e esposa como cuidadora do mesmo.

Também a imprensa operária condenava o trabalho extradoméstico das mulheres, considerando-o prejudicial à saúde, à prole e à moralidade. Anarquistas e socialistas apontavam as suas consequências nocivas: tuberculose, prostituição e abandono das crianças. O trabalho fabril era visto como um desperdício físico de energias femininas e como fator de dissolução da saúde e da capacidade de desempenho das funções maternas, além de elemento nocivo à moralidade, comprometendo a dignidade feminina, culpado pela mortalidade infantil e responsável por desordens sociais. (MATOS, 1996, p. 74)

Assim, as tentativas de regulamentação do trabalho infantil e feminino apresentadas anteriormente, como o Código Sanitário, por exemplo, não visavam a proteção de mulheres e crianças operárias, mas a resolução dessas contradições que envolviam os papéis femininos, “[...] mantendo-as como produtoras e, simultaneamente, permitindo-lhes, através do seu trabalho doméstico, a reprodução e a manutenção de outros trabalhadores.” (MATOS, 1996, p. 75).

Dadas as más condições de trabalho, além do não cumprimento ou a falta de legislações reguladoras do trabalho operário, e apesar da dita submissão natural de mulheres e crianças a maridos e pais e, portanto, a mestres, a participação das operárias em greves foi frequente, ao contrário do que a maior parte da historiografia ressalta, invisibilizando tal participação.

Entretanto, sua ação “[...] se manifestou de maneira peculiar, através de formas mais espontâneas e circunstanciais, sendo também mais efêmeras e vulneráveis quanto à organização.” (MATOS, 1996, p. 116).

As contradições apresentadas pela opinião pública quanto ao trabalho feminino também eram manifestadas em relação às greves, que geralmente eram manifestações contra os maus-tratos corporais, repentinas diminuições de tarifas e/ou aumento de jornadas de trabalho (Matos, 1996).

A imprensa operária apresentou um discurso dúbio, ora clamando pelas ‘bravas’. ‘companheiras de luta’, ora tachando-as de ‘frágeis e incapazes’, ‘inofensivas’ e ‘indefesas’. As mulheres também eram nesse discurso

consideradas mais submissas e menos sindicalizadas, mais acomodadas e menos mobilizadas, mais imprevisíveis. Assim, utilizando desses estereótipos procuravam-se explicar atitudes e comportamentos. (MATOS, 1996, p. 119)

É importante ressaltar que o caráter desorganizado das manifestações femininas e a baixa participação sindical de mulheres podem ser justificadas pela dupla jornada a que estas eram submetidas, uma vez que o desgaste gerado pelo trabalho fabril se somava aos afazeres domésticos (Matos, 2016). No que se refere ao trabalho feminino e infantil na Fábrica São Martinho em Tatuí, Minhoto (1928) aponta que:

Empregão-se na fábrica 264 pessoas, quasi todas filhas do município e assim discriminadas: homens, 60, mulheres, 144 e crianças , 60 (...) sendo 10 horas de trabalho por dia. (MINHOTO, 1928)

Por enquanto, esse foi o único registro sobre o quantitativo dos trabalhos feminino e infantil na composição da força de trabalho total. Essa busca de dados é fundamental para a inserção e comprovação de discursos muito presentes entre a população da cidade, de que a maioria dos trabalhadores da fábrica eram mulheres. É comum a existência de relatos de muitas famílias apontando para o fato de que alguma parente tenha trabalhado na fábrica (mães, tias, avós e bisavós) em seus diferentes períodos de atividades. Ao que parece, a invisibilidade da memória operária na história da fábrica são Martinho apresenta mais esse componente: a ausência de dados registrados sobre o trabalho de mulheres e crianças.

3.3. Formação da classe trabalhadora e o movimento sindical

Assim como apontam os pesquisadores que estudaram as origens da industrialização em São Paulo, como José de Souza Martins (1992), a gênese da classe operária vinculou-se a processos de expropriação e expulsão dos agricultores do campo, uma vez que estes não conseguiram garantir formas de sobrevivência e de reprodução social, dada a herança concentradora da estrutura fundiária e da Lei de Terras de 1850 que transformou terra em propriedade privada.

Assim, à medida que a população do estado de São Paulo foi crescendo em número ao longo do final do século XIX, somado à extinção do trabalho escravizado, foi ampliando-se também a pressão demográfica sobre o campo, que resultou na impossibilidade de sobrevivência deste sujeito social como agricultor.

Em Tatuí, atesta este processo a análise dos dados dos primeiros censos realizados no Brasil. O censo de 1872, por exemplo, mostra que a maioria dos moradores de Tatuí eram agricultores (74% da população), analfabetos (76%) e, do ponto de vista da cor,

pretos e pardos (53%). Neste ano de 1872, a maioria da população preta e parda era livre (82%), mas ainda se verifica a presença de trabalhadores escravizados, sendo 10% da população.

No campo, além do cultivo do algodão se expandir a partir de 1860, tornando-se a principal fonte de riqueza e de trabalho na região de Tatuí e Sorocaba, a estrutura fundiária foi se caracterizando pela formação de grandes fazendas. Isto foi resultado da Lei de Terras de 1850, instituída pelo governo imperial, que restringiu o acesso à terra mediante aquisição, e regularizou situações anteriores apenas no caso das grandes áreas de posse. Isto impossibilitou aos pequenos posseiros o acesso e a permanência na terra, criando limites à sobrevivência no campo.

É este o quadro social e demográfico que contextualiza o momento anterior à implantação da Fábrica São Martinho e explica a formação da classe trabalhadora naquela localidade, ou seja, sua origem estava no campo, ligada às condições limitantes que ocorriam na agricultura. Da impossibilidade de reprodução da vida no campo nasce, assim, a classe trabalhadora que migrava para a cidade em busca de trabalho e fonte de sobrevivência. Os dados do censo confirmam estas afirmações. No período de 1872 a 1890, a população de Tatuí cresceu em mais de 100%, passando de 12.091 para 24.774 habitantes. O município se tornou naquele momento um dos mais populosos do estado. Isso significou uma abundância de força de trabalho para a nascente indústria, fator indispensável para manter os baixos salários.

A composição da força de trabalho industrial, neste primeiro momento, foi predominantemente local. Em Tatuí, ao contrário de outras regiões do estado que se industrializavam e que tinham sua força de trabalho formada predominantemente por imigrantes, os trabalhadores da Fábrica São Martinho eram predominantemente brasileiros. É o que mostra Antônio Bandeira Junior, a partir do recenseamento geral da indústria, feito em 1900. Os dados informam que dos 300 operários da Fábrica São Martinho, a maioria era “gente da terra”. Assim, a imigração não teve papel preponderante na formação da classe operária em Tatuí, fato evidenciado nos dados do censo de 1920, o primeiro que traz procedência da população e onde se vê uma porcentagem bastante reduzida de estrangeiros (4%) na composição da população.

Na bibliografia sobre a história da fábrica, há menção a estrangeiros, mas em cargos técnicos e não como a maioria do contingente de trabalhadores. Além disso se encontra menção a criação de uma Sociedade Italiana de Mutuo Soccorso Vitorio Emanuele, em 1900, sobre a qual não foram encontradas maiores informações (Fonte: Cronologia Tatuhyense). Outra menção é a de que famílias de italianos seriam trabalhadoras na Fazenda Pederneiras, de Martinho Guedes, onde foram plantadas as primeiras mudas de algodão.

Neste primeiro momento, a classe trabalhadora cresceu em número, um indicativo da importância da Fábrica São Martinho na industrialização de São Paulo. Os números mostram que até o final da década de 1920, a Fábrica São Martinho era a principal empregadora de trabalhadores do município, atingindo um número de operários semelhante à de grandes tecelagens da capital como a Sociedade Anônima Alpargatas (800), superando o número de empregados de empresas que são referência no ramo como a Moinho Santista (500) e a Fábrica de Tecidos Labor (650).

3.3.1. As condições de trabalho da classe operária

A experiência vivida pelos trabalhadores das primeiras fábricas têxteis mostra longas jornadas de trabalho, baixos salários que impediam a reprodução da vida, condições de insalubridade (resíduos, barulho, falta de ventilação, entre outros), emprego frequente de mulheres com menor remuneração e de crianças que perderam sua infância no interior da produção. Esta experiência vivida constitui a base para a formação da classe operária na região. Na definição de Thompson (2011), a classe não é uma coisa, mas uma relação histórica e concreta, encarnada em sujeitos reais, que vivem uma experiência em comum, capaz de produzir uma identidade de interesses em comum que os distingue de outros.

Mas quanta paciência requer este trabalho! Essas mulheres devem ficar sempre em pé, sempre com a máxima atenção nos 50 fusos ou mais que giram com velocidade vertiginosa; devem emendar muitas vezes os fios quando se rompe e consertar frequentemente os defeitos das máquinas. As pobres meninas das fábricas devem trabalhar onze horas e meia, respirando um ar impuro, com uma miserável recompensa de 45 mil réis por mês e com frequência dizimada pelas multas! São moças na flor da idade, pálidas, extenuadas por uma visão tão dura, são mães empurradas pela necessidade a fazer concorrência cruel aos maridos nas mãos dos industriais. (PINHEIRO; HALL, 1981, p. 163)

Os trabalhadores das indústrias têxteis, de acordo com Fausto (2016), eram os que apresentavam mais longa jornada de trabalho, de 10 a 12 horas, sendo que em alguns setores, como as cardas, a jornada poderia se estender a 16 horas (das 5 às 22 hs). Na Fábrica São Martinho, segundo Bandeira Junior (1901), as jornadas de trabalho eram de 10 horas por dia e 2 horas e meia por noite.

Jornadas elevadas combinavam-se com salários rebaixados, segundo Carone (1979), em função de um engenhoso sistema de exploração em que o salário resultava de pagamento por obra ou peça, levando o trabalhador a ampliar cada vez mais seu tempo de trabalho para garantir um pagamento que atendesse ao custo de vida. Além disso, as empresas descontavam dos salários o pagamento de multas impostas aos trabalhadores em função de atrasos ou problemas na produção.

Na primeira fase da industrialização brasileira não existia um salário mínimo estipulado por lei e a remuneração era definida a partir da conjuntura do mercado de trabalho e considerando os cálculos feitos por cada empregador de cada setor econômico, segundo Simão (1981). Isso resultava em um desnível grande entre o salário e o preço dos itens necessários à sobrevivência do trabalhador. Por mais que a família contasse ainda com o salário da mulher e das crianças, isso resultava apenas em um provimento mínimo de subsistência para a grande parte da classe operária, segundo o autor. O desnível entre salário e custo de vida foi marcante até o fim da década de 1930. Apenas em 1940, com o Decreto-lei no. 2.162 que o Estado Brasileiro instituiu o salário-mínimo.

Os salários rebaixados eram garantidos em função de um contingente grande de força de trabalho, o exército-reserva, alimentado por uma população migrante campocidade em função das crises do café e expulsas por dificuldade de acesso à terra, em função da concentração fundiária. Os relatórios da Secretaria de Agricultura ao final do XIX evidenciam o chamado “excesso” de trabalhadores no estado.

O emprego de mão de obra feminina, com salários ainda mais reduzidos, era predominante nas indústrias têxteis. É o que se constata na Fábrica São Martinho, nos dados de 1900 (Almanach Tatuense apud BARROS (2021). A maioria, ou seja 54%, eram mulheres (em número absoluto 144).

Assim como o emprego do trabalho feminino era comum para rebaixar os custos de produção, o mesmo acontecia com o emprego de crianças, que correspondiam a 23% do conjunto dos trabalhadores (em número absoluto 60), e que tiveram sua infância anulada pela necessidade do trabalho na fábrica. No total, em 1900, a Fábrica São Martinho tinha 264 trabalhadores. Sobre as condições de trabalho das crianças nas fábricas têxteis, neste início do século XX, temos que:

Esses menores de 12 anos, que ganham de 40 a 80 réis por hora de serviço, trabalham na fiação, nas maçarocas, nas espulas e carretéis, exatamente nas seções onde se despreende maior quantidade de resíduos. [...] Ocupados em bater o algodão, são eles obrigados a saltar continuamente. (PINHEIRO; HALL, 1981, p.61)

Dentre as condições de vida do trabalhador, a moradia era um grande problema, em virtude do custo elevado dos aluguéis, resultado da lógica econômica do rentismo. Em função disso, algumas empresas forneciam casas de aluguel como forma de garantir o controle sobre o trabalhador, além de beneficiarem-se do retorno econômico fruto do próprio rentismo.

Junto com o fornecimento de moradia, a disponibilização de armazém para a aquisição de gêneros alimentícios foi outra forma de atrelar e subjugar o trabalhador.

Neste caso, ambos intensificavam ainda mais a dependência dos trabalhadores da empresa, enfraquecendo a organização operária.

No caso da Fábrica São Martinho, além de um conjunto de cerca de 20 casas modestas voltadas para operários de melhor cargo, segundo Barros (2021), havia ainda uma farmácia que fornecia medicamentos gratuitos aos trabalhadores e um médico para atendimento dos mesmos, segundo Bandeira Junior (1901). De acordo com Barros (2021), para monitorar a saúde dos operários foi contratado o médico Emílio Ribas, na época recém-formado, que além de ocupar esta função por anos, ainda teve atuação política na cidade.

A empresa também criou em seus primeiros anos de funcionamento, em 1884, a Caixa Beneficente da Fábrica de Tecidos de Tatuí, segundo assinala Simão (1981). Era uma das poucas existentes no interior. A Caixa Beneficente da empresa era uma espécie de associação mutuária, instituída pelo empregador e mantida com desconto compulsório nos salários, além dos recursos de multas por infrações aos regulamentos da empresa. Era voltada às atividades assistenciais, como apoio às enfermidades e morte, servindo como uma espécie de mutualismo. Para o movimento anarquista, tanto as sociedades mútuas como as caixas beneficentes de empresa iludiam o trabalhador com a expectativa de melhoria das condições de vida.

O que se sabe sobre as condições de trabalho e da experiência vivida pela classe trabalhadora no interior da Fábrica São Martinho é quase nada, já que a narrativa histórica construída na cidade, aquela que está presente nas instituições e nos museus, se dá a partir de um ideário pouco crítico. A narrativa fundamenta-se no progresso material e na riqueza centralizadas na história da família de Manuel Guedes, o proprietário até o final dos anos 1930. Neste sentido, trazer aqui alguns elementos gerais das condições de trabalho nas fábricas têxteis em São Paulo possibilita refletir sobre o que aquelas e aqueles trabalhadores viveram neste início de processo de industrialização.

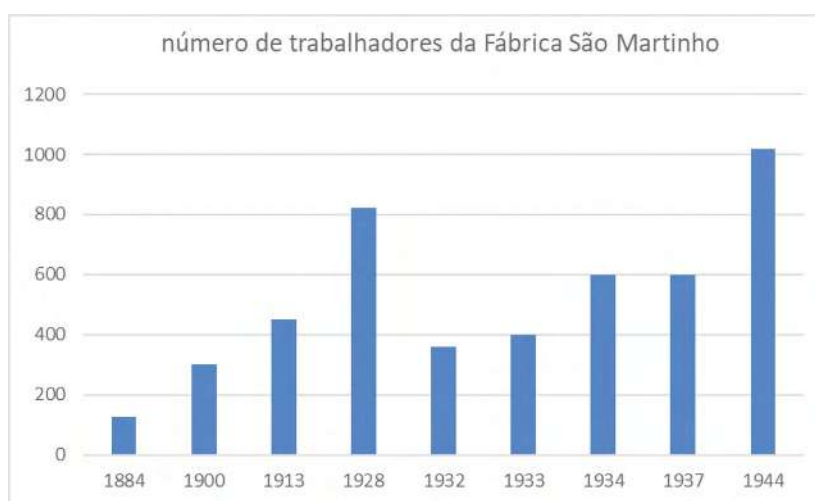
Além de ter sido a primeira fábrica têxtil a se instalar em Tatuí, a São Martinho foi a maior indústria de tecidos da cidade, empregando um grande número de trabalhadores ao longo de mais de um século de existência, conforme se observa no gráfico a seguir, o que fez dela um marco na história tatuiense. Isto pode ajudar a explicar as razões de uma narrativa acrítica e muito positivada, em que a exploração do trabalho e as duras condições de vida da classe trabalhadora fazem parte de um passado silenciado.

O gráfico evidencia a ampliação da classe trabalhadora ao longo dos anos e o seu ápice no ano de 1928, momento em que a Fábrica São Martinho atingiu o número de 820 trabalhadores, enquanto a sua concorrente, a Campos Irmãos (também chamada de Santa Cruz e depois Santa Adélia), fundada em 1908, tinha um pouco mais que

metade dos trabalhadores (543 no total), segundo o relatório Estatística Industrial do Estado de São Paulo, 1928. Entretanto, é no ano de 1944 que a Fábrica atinge seu maior número de trabalhadores, 1.017, segundo consta no primeiro Livro dos Sindicalizados.

Esse elevado número de operários era característica da primeira fase da industrialização brasileira, no século XIX, na qual o crescimento se dava alicerçado na incorporação de maior volume de trabalho vivo, em relação ao maquinário disponível e alimentado por uma intensa migração do campo para as cidades que acabava por pressionar os salários para baixo e dificultar a organização dos operários. (FAUSTO, 2016).

Gráfico 1: Os números da classe operária na Fábrica São Martinho



Fonte: Almanach Tatuhiense (1900); Estatística Industrial do estado de São Paulo, anos 1928, 1932, 1933, 1934, 1937; Livro do Sindicato dos Trabalhadores em Fiação e Tecelagem de Tatuí (1944).

No ano de 1930, a fábrica entrou em crise e foi fechada. Reaberta pouco tempo depois, ela voltou a contratar trabalhadores chegando a ter, em 1934 e em 1937, cerca de 600 operários (Fonte: Estatística Industrial do Estado de São Paulo, de 1934 e de 1937. Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio).

3.3.2. A gênese da organização dos trabalhadores e trabalhadoras

O início do século XX testemunhou as primeiras formas de organização da classe operária no estado e no país, fruto da primeira geração de trabalhadores que foi pioneira em suas formas de luta e ação direta, seja organizando as primeiras greves, seja formando as pioneiras associações de classe que realizaram congressos locais e nacionais, como também instituindo a imprensa operária que foi fundamental para dar visibilidade às demandas dos trabalhadores. Este momento foi denominado por French (1995) como sindicalismo revolucionário e durou até meados da década de 1930.

Neste momento as associações de trabalhadores constituíram um movimento operário independente liderado por minorias militantes de filiação anarquista, o chamado anarco-sindicalismo que teve uma predominância na condução das manifestações e da ação direta, inclusive na organização do primeiro Congresso Operário (SADER, 1980).

No que diz respeito à formação e atuação destes pioneiros órgãos de classe no estado de São Paulo, são marcos do início de século: a fundação da Federação Operária do Estado de São Paulo (FOSP), em 1905; a realização do 1º Congresso Operário, em 1906; a organização da União dos Operários em Fábrica de Tecidos, em 1907; a realização do 2º Congresso Operário de São Paulo, em 1908.

Estes exemplos mostram que a classe trabalhadora foi se organizando e se constituindo a partir da formação de uma consciência crítica sobre a exploração do trabalho:

Foi o exacerbamento pelas injustiças praticadas e a exploração salarial o maior aliciente para forçar o trabalhador a se agrupar e unir, dando início às reivindicações, criando nele. Ao mesmo tempo, uma consciência de seus direitos, situando-o não como coisa ou animal rudo e submisso de trabalho, mas como ser pensante, como indivíduo capacitado, como fator de progresso social – atitude essa considerada como inaudita audácia pela oligarquia capitalista da época. (DIAS, 1977, p. 48)

Neste contexto nasceram as greves como principal instrumento de luta e ação direta dos trabalhadores. Segundo French (1995), no início do século XX, São Paulo viveu uma verdadeira onda de greves, uma efervescência que marcou o nascimento do movimento operário urbano. Apesar desta importância, não há disponível em forma de dados ou em bibliografia um levantamento exato do número de greves que ocorreram e que torne possível avaliar seu crescimento e intensidade, situação por ano e por empresas ou setores. Há apenas dados pontuais, levantados por estudos de historiadores e circunscritos a determinados períodos que identificam algumas ocorrências.

Assim, a ausência de fontes de pesquisa que permitam acessar dados continuados e comparativos permite afirmar a produção de um silenciamento sobre o passado operário de lutas e mobilizações, ainda que alguns autores tenham tratado do tema, entre eles, Dias (1977); Carone (1979); Simão (1966), Rodrigues (1966), Pinheiro e Hall (1981) e French (1995).

Sobre a existência deste movimento operário na cidade de Tatuí, que chegou a ter 3 grandes fábricas têxteis até o início do século XX, a situação é bem crítica. Os registros encontrados são ínfimos e as fontes orais na cidade silenciam sobre esse fato.

No interior registrou-se a greve geral nas fábricas de tecidos de Sorocaba e Jundiaí – o movimento de solidariedade com a classe de pedreiros da capital, então afastada do trabalho – além de outra **parede em Tatuí, onde os operários exigiram aumento de salário sem lograrem ser atendidos.** (PINHEIRO E HALL, 1981, p.61. grifo nosso)

O registro de greve em Tatuí, citado anteriormente, data do 2º semestre do ano de 1911, e é o único encontrado até o momento; ele faz menção a motivação do movimento: aumento de salários, que não foi atendida pelos patrões. Apesar de pontual e até o momento única, essa referência encontrada nos permite refletir sobre a existência de uma organização de classe em Tatuí, nas primeiras décadas do século XX, e a mobilização dos trabalhadores têxteis por aumentos salariais.

Algumas outras indicações reforçam essa ideia de que, neste momento, os trabalhadores estavam organizados, de certa forma, tais como a existência de uma imprensa operária e a formação de uma associação de classe, a União Operária.

O jornal anarquista “A lanterna”, do ano de 1911, em sua edição 96, faz menção à existência em Tatuí de um jornal de defesa da classe operária, com tiragem semanal chamado “O operário”, sendo o responsável pela redação José Cândido Freire. Fausto (1976) destaca a importância dos jornais anarquistas neste momento, como principais centros de organização dos trabalhadores, pois permitem noticiar as condições de vida no interior das fábricas e as tentativas de mobilização e de greves.

Quanto ao órgão de classe, a União Operária de Tatuí, há referências a sua existência tanto no jornal anarquista “A lanterna”, de 1912, como encontram-se menções relacionadas a ela a partir da existência de uma Banda de Jazz da União Operária de Tathuy, em 1936, como se constata na fotografia a seguir.



Figura 33: Banda de Jazz da União Operária de Tathuy. Da esquerda para direita no trompete Genésio de Campos; no banjo Renato de Oliveira; no sax Praxedes de Campos; na tuba Acácio; no trombone Joani Bosso; na bateria José de Campos; e as crianças Paulo de Campos e Norberto de Campos. Acervo da Associação Cultural Pró Arte de Tatuí.

Fonte: <https://www.diariodetatuí.com/2015/02/historia-tatuí-1939-jazz-uniao-operaria.html>.

Acessado em 25/07/2023

O contexto econômico deste início da década de 1910 explica estas formas de organização operária. Segundo Fausto (1976), tratava-se de um período de expansão econômica, que foi acompanhada por uma tendência de aumento de preços de alimentos e de aluguéis, que levou a um ressurgimento de mobilizações operárias de protesto contra a carestia. Segundo o autor, entre abril e maio de 1912 tiveram início várias greves que se concentraram em dois principais ramos, têxtil e sapateiro, resultado do agravamento das condições de existência.

O arrolamento de greves feito por Fausto (1976) para o período de 1917 a 1920 mostra um grande número delas no estado de São Paulo, um total de 156, sendo sua grande parte na capital (112) e o restante no interior (44). O autor, no entanto, lembra que este número é apenas indicativo e que deveria ter sido bem maior. A precariedade de informação dificulta mensurar o tamanho desta luta operária em São Paulo.

Destes movimentos se destaca a participação dos têxteis, a categoria que fez mais greves no período, segundo este mesmo estudo de Fausto (1976). A própria greve geral de 1917 deve seu início com a ação de trabalhadores têxteis do Cotonifício Crespi, em particular as mulheres operárias. A motivação inicial para a paralisação deveu-se à decisão patronal de ampliar o serviço noturno, mas foi ampliada para outras reivindicações como abolição das multas, regulamentação do trabalho feminino e das crianças e supressão de uma contribuição obrigatória chamada pró-pátria, descontada do salário dos trabalhadores e direcionada para a campanha de apoio a Itália. A greve alcançou cerca de 100 mil trabalhadores após o assassinato por forças policiais do jovem sapateiro anarquista Antonio Martinez.

Nestas três primeiras décadas do século XX, as greves foram combatidas por intensa repressão policial, já que tanto o poder público, como o empresariado, não as tratavam como uma questão social, mas como caso de polícia. Exemplo disso foi a criação, pelo governo de São Paulo, em 1924, do DOPS (Departamento de Ordem Social), que se especializou em assuntos trabalhistas, realizando um recenseamento operário em 1927. Para French (1995) a estreita cooperação entre o empresariado e a polícia contribuíram para o declínio da mobilização dos trabalhadores. O próprio órgão patronal no ramo, o Centro das Indústrias de Fiação e Tecelagem de São Paulo (CIFTSP), se encarregou de elaborar uma lista com nomes dos principais articuladores e militantes, chamados de “agitadores”, de forma a eliminá-los dos quadros fabris.

Segundo Sader (1980), o movimento operário nesse momento testemunha uma crise do anarquismo, marcada pela crítica ao espontaneísmo das ações e o seu caráter fragmentário. Sobre a crise, Gigi Damiani, jornalista de importância na imprensa anarquista e que contribuiu para periódicos como A Plebe, Guerra Social e La Battaglia, reconhecia a situação em artigo publicado em 1911, afirmando que o anarquismo

estava em decadência e morto, para a felicidade do governo, clero e burguesia. Assim, a partir dos anos 1920, o 3o Congresso Operário Brasileiro começa a afirmar que só havia no seio do operariado consciente uma tendência, a anarquista-comunista (CARONE, 1979).

A crise é contemporânea à organização para a fundação do Partido Comunista, em 1922. A partir daí, o novo partido passou a incorporar as lideranças que vieram do anarco-sindicalismo, afirmando a pauta da unidade de classe, o que resultou no crescimento de sua influência no interior do movimento operário.

Este momento foi também de forte controle e repressão policial com prisões, deportações de operários imigrantes e invasões de sedes de associações profissionais. Tais estratégias patronais e do governo, levaram também a esse enfraquecimento do anarquismo, e ao final, a uma crise do movimento operário. A década de 1920, segundo French (1995), teve como saldo a destruição das organizações operárias por uma década.

3.3.3. A organização sindical e a Fábrica São Martinho sob nova administração

No início da década de 1930, com a ascensão ao poder de Getúlio Vargas, o governo instituiu pela primeira vez uma legislação trabalhista. A Lei de Sindicalização de 19/03/1931, atribuiu aos sindicatos status legal como órgãos consultivos do Estado, estabelecendo a sua tutela governamental (FRENCH, 1995). A lei estabelecia que cabia ao Estado reconhecer e regulamentar os sindicatos, tornando-os órgãos legais cooperativos, momento que o autor denominou de Sindicalismo Legal (1931-1958). Para este autor, o sindicato transformou-se de um instrumento de organização e luta operária em uma espécie de balcão com vínculo estatal, desmobilizando a luta nas fábricas tão característica da fase anterior, chamada de sindicalismo revolucionário. Passou-se do movimento operário independente e de minorias militantes e combativas para os sindicatos burocráticos de massa, segundo Sader (1981).

Neste contexto político se dão os primeiros esforços para a criação de uma entidade representativa dos trabalhadores têxteis em Tatuí, com a fundação de uma associação profissional, no ano de 1935. Assim nasceu a Associação Profissional dos Trabalhadores da Indústria de Fiação e Tecelagem, tendo Benedito Lamoza como seu primeiro presidente, com mandato de 1937. A associação é contemporânea à criação, em 1934, do primeiro sindicato da categoria têxtil na cidade de São Paulo, o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Fiação e Tecelagem em São Paulo.

A associação foi criada poucos anos depois da instituição da primeira legislação no país que regulamentava o funcionamento das instituições profissionais. Em 1931,

foi instituído o Decreto no 19.770, de 19/03/1931, que regulamentou a criação de sindicatos no país, também conhecido como lei de sindicalização. De acordo com o artigo 6o, os sindicatos foram entendidos como órgãos de colaboração com o Poder Público, que deveriam cooperar na aplicação das leis trabalhistas. O objetivo era, assim, concentrar a ação dos sindicatos na defesa do cumprimento da lei, reduzindo as atividades sindicais de enfrentamento político e de ação direta, por meio das greves.

A obtenção do registro como Associação foi fundamental para sua posterior transformação em Sindicato dos Trabalhadores de Fiação e Tecelagem de Tatuí, o que se deu em 15/01/1944, atendendo ao que determinava o Decreto-Lei 1402 de 05/07/1939. Este estabelecia que somente associações profissionais registradas poderiam ser reconhecidas como sindicatos. Esta legislação reforçou, ainda, o caráter colaborativo que os sindicatos deveriam ter com o Estado na solução de problemas da profissão.

A dificuldade de pesquisar o acervo de documentos do Sindicato impede uma melhor avaliação das suas mobilizações, embates e posicionamento político. Entretanto, algumas referências encontradas nos documentos do DOPS, disponíveis para consulta no Arquivo do Estado, dão conta da existência de greves na Fábrica São Martinho em pelo menos duas ocasiões relatadas pela Delegacia de Polícia de Tatuí: em 1949, quando informa-se a paralisação de 1.100 trabalhadores da empresa, e em 1962, quando relata-se a greve que atinge cerca de 700 operários liderados pelo Sindicato. Outras referências neste mesmo acervo, descrevem a orientação política de alguns trabalhadores como “simpatizantes do Partido Comunista” como Arthur Avalone, presidente do sindicato de 1939 a 1947.

Quadro 1: Lista dos presidentes da Associação/Sindicato até 1990

Presidência associação/sindicato	período
Benedito Lamoza	1939–1947
Rafael Martins	1939
Artur Avalone	1939–1947
Ari de Campos	1947–1955
Benedito Rodrigues Filho	1955–1957 (ano de crise no sindicato)
Antonio Bastos	1957–1964
Martinho Rocha (interventor)	1964
Antonio Bastos	1964–1972
Julio Moreira Branco	1972–1982
Angelino de Moura	1982–1990

Fonte: Sindicato dos Trabalhadores em Fiação e Tecelagem de Tatuí. Organizado por Simone Scifoni.

A associação e, posteriormente o sindicato, nascem também em um momento político conturbado pela imposição do golpe e da ditadura varguista de 1937, que resultou em forte repressão às organizações independentes enfraquecendo a luta operária e tornando os sindicatos aparelhos burocráticos, sem contestação política.

O reconhecimento como sindicato pelo Estado representava o cumprimento das orientações traçadas dentro do Ministério do Trabalho, com a criação da Comissão Técnica de Orientação Sindical. A comissão tinha como programa de trabalho: promover o espírito sindical, divulgar a orientação governamental relativa à vida sindical, organizar cursos de preparação de trabalhadores para a administração sindical. (Manfredi, 2002).

Os dados do primeiro Livro de Registro dos sindicalizados mostram mais de mil associados em 1944, reunindo as 3 empresas têxteis, as fábricas São Martinho, Santa Cruz e Santa Izabel. O primeiro Livro de Sindicalizados é um retrato de como se constituía, naquele momento, a classe operária em Tatuí.

Por meio do gráfico 2, constata-se o papel que a Fábrica São Martinho exercia na industrialização da cidade, sendo ela a empresa que mais empregava trabalhadores (1.017 empregados), número três vezes maior que a Fábrica Santa Cruz (329 trabalhadores).

Em 1944 a fábrica já estava sob a administração de um novo empresário, Dario Meirelles. Considerando o elevado número de trabalhadores da empresa, além da comparação com as concorrentes, é possível concluir que a empresa passava por um momento de auge da produção.

Gráfico 2: Número de trabalhadores por empresa têxtil em Tatuí.



Fonte: Livro dos Sindicalizados, 1944.

Levando em conta o fato de que 73% da classe trabalhadora da cidade estava empregada na Fábrica São Martinho, naquele ano, entende-se a razão pela qual uma boa parte dos moradores da cidade guarda uma relação de memória com a fábrica. Como a principal empregadora da cidade, a Fábrica São Martinho é vista como uma espécie de mãe provedora de muitas famílias da cidade. Além disso, é por meio dos familiares que trabalham na fábrica que se dá a inserção de novos membros indicados para o trabalho na empresa. Paoli (1992) nota ser este um padrão para as empresas do país, a indicação de parentes como forma de contratação. Assim, se constitui a chamada família operária, um arranjo original de organização familiar, que resulta da proletarização da família, segundo a autora. As duras condições de vida dos trabalhadores, nestes anos 1940, conduz compulsoriamente à proletarização, incluindo mulheres e crianças. Os dados do Livro dos Sindicalizados indicam que aproximadamente 60% da classe trabalhadora era constituída por mulheres. A maior parte do conjunto do operariado eram jovens, na faixa etária de 18 a 30 anos, mas há uma porcentagem elevada de crianças, entre 14 e 17 anos, representando 11% do total, segundo essa mesma fonte.

Outro elemento que reforça a ideia da família operária é o fato de muitos trabalhadores terem entrado na fábrica ainda jovens, às vezes crianças e terem passado uma vida inteira ali, 30 ou 40 anos na mesma empresa. Tem-se, assim, uma relação de afetividade estabelecida com aquele lugar de trabalho, ainda que as condições sejam difíceis. Além de passar uma vida profissional inteira na mesma empresa, a existência de familiares e amigos conferia um ambiente de proximidade e camaradagem às relações de trabalho.

A forte relação afetiva e a visão positiva em torno da fábrica, evidenciam aquilo que Bosi (1994) chamou de fusão do trabalho com a substância da vida, na qual o mundo do trabalho se entrelaça na vida pessoal do trabalhador, de forma que este não mais separa o que é atividade profissional em relação às emoções e o íntimo do sujeito. O operário vive a fábrica como família o que o impede de se reconhecer dentro da produção como aquele que vende a sua força de trabalho. Isso obscurece a possibilidade da formação de uma identidade de classe fundada no reconhecimento do sujeito e de seu papel no processo produtivo.

3.3.4. A classe trabalhadora e a perda da centralidade da Fábrica São Martinho

Em 1948, no contexto do final da ditadura Vargas e da 2ª guerra mundial, marcado pela retomada do movimento operário em São Paulo, com a ocorrência de muitas greves e de um surto de ativismo popular apoiado pela atuação do Partido Comunista,

como demonstrou French (1995), a Fábrica São Martinho foi vendida para o empresário Antônio Adib Chammas.

A mudança de proprietário significou uma inflexão na trajetória da fábrica, marcando o fim de um ciclo no qual ela exercia um papel central nos negócios familiares, seja os de Manoel Guedes como de Dario Meirelles. A perda de centralidade da fábrica pode ser evidenciada nos poucos dados encontrados para este período, sobre a atividade industrial na cidade de Tatuí. Eles mostram uma pequena redução no número de estabelecimentos no período, mas uma queda expressiva do número de trabalhadores ocupados na indústria, em torno de 30%, de 1956 a 1957. Em apenas um ano a cidade perdeu 744 postos de trabalho na indústria. O valor da produção também caiu expressivamente, cerca de 17%, entre esses dois anos. Considerando que a Fábrica São Martinho era a mais importante indústria da cidade, esses dados corroboram para a hipótese de perda de importância da Fábrica São Martinho no conjunto da industrialização da cidade.

Tabela 3: Número de estabelecimentos, pessoal ocupado e valor da produção industrial em Tatuí, de 1956 a 1958.

Ano	Estabelecimentos	Pessoal ocupado	Valor da produção
1956	121	2.403	421.883,00
1957	116	1.659	349.597,00
1958	110	1.627	382.174,00

Fonte: Estatística Industrial do Estado de São Paulo, anos 1956 a 1958. Fundação Seade.

A nova fase da fábrica, como parte do complexo da família Chammas, é marcada também por forte repressão policial às atividades sindicais e ao movimento dos trabalhadores. No dia seguinte da decretação de golpe militar no país, em 1964, as sedes dos sindicatos de trabalhadores foram invadidas e muitos diretores sindicais foram presos e torturados.

A ficha do Dops (Departamento de Ordem Política e Social) de Antônio Bastos, presidente do Sindicato de Trabalhadores da Fiação e Tecelagem de Tatuí à época, indica que ele foi processado pela Lei de Segurança Nacional três dias depois do golpe. Na ficha pode-se verificar a sua ocupação na fábrica, a de contramestre, e a afirmação de que ele era comunista. Em conversas com sua filha, foi constatado que ele foi preso junto com outros sindicalistas no dia seguinte do golpe. As lideranças sindicais ficaram em celas no prédio da Delegacia da cidade, atualmente ocupado pelo Museu Paulo Setúbal. O museu tornou-se, assim, lugar da memória da violação de direitos humanos durante à ditadura militar.

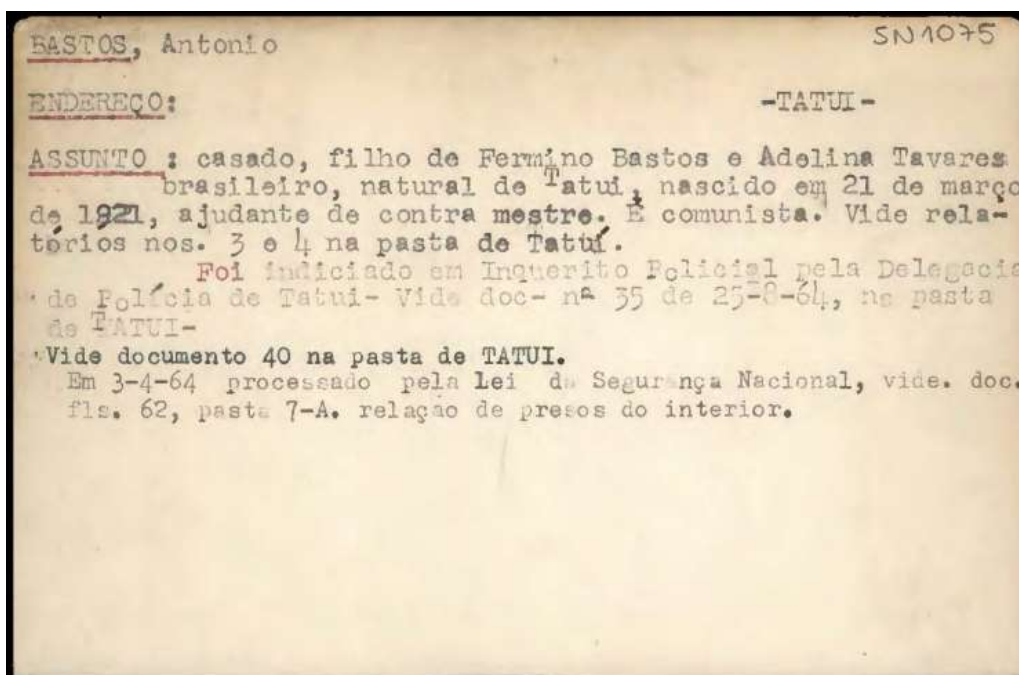


Figura 33: Ficha de Antônio Bastos, no Deops.
Fonte: Arquivo do Estado de São Paulo.

A perda de centralidade da fábrica também foi responsável pelo seu fim. Conforme afirmado anteriormente, as crises enfrentadas pelo Moinho São Jorge de Santo André nos anos 1980 e 1990, repercutiram na continuidade da produção de sacaria para a farinha realizada pela São Martinho, o que causou seu fechamento definitivo nos anos 1990. Em processo na Vara de Justiça da cidade, referente a ocorrência de um acidente de trabalho, informa-se que desde 1996 a fábrica estava desativada. O acidente ocorreu prensando a mão de uma trabalhadora, na máquina carimbadeira que estampava na sacaria o nome da empresa: Moinho São Jorge. De acordo com testemunhas no processo, o gerente da fábrica montou a máquina carimbadeira de forma caseira, utilizando peças de outra máquina, o que evidencia a fase final de decadência da São Martinho.

3.4. Futebol operário

Salve o Leão, símbolo meu
Tua garra, tua garra renasceu
Dentro e fora do gramado
Felino amado, teu passado convenceu
Dentro e fora do gramado
És operário, a tua fé nunca morreu
(HINO DO ESPORTE CLUBE SÃO MARTINHO)

Fundado em 1939, em Tatuí, pelo operariado da Companhia de Fiação e Tecelagem São Martinho, o Leão do Sul, alcunha originada nos anos quarenta, hoje com quase noventa anos de história, é uma instituição com laços de afetividade com grande parte da população de Tatuí. Segundo José Norbal (2021), ele é parte central da história e da identidade de famílias que vivenciaram o auge da fábrica São Martinho e que criaram relações com o clube, construído pelos operários.

A relação entre futebol e operariado está presente desde cedo, em suas origens na Inglaterra. Com o avanço da Revolução Industrial e a urbanização em massa nas cidades inglesas, há um desaparecimento de práticas populares anteriormente rurais, entre 1820 e 1860. Por isso, já em 1880, o futebol é extremamente popular entre os operários ingleses, sendo testemunhado pela fundação de diversos clubes como o Dial Square (que se tornaria o Arsenal Football Club) formado por operários da *Woolwich Arsenal Armament Factory*, o *Conventry* formado por empregados de uma fábrica de bicicletas e o *West Ham*, dos trabalhadores do estaleiro *Thames Ironworks and Shipbuilding Co. Ltda* entre outros mais. Como afirma Hobsbawm (2000, p. 291):

O operário se identificava com o seu time contra o resto do mundo — na verdade, em cidades suficientemente grandes, ele se identificava com uma das metades —, City ou United, Forest ou County, que entre si definiam o cidadão de Manchester, Nottingham ou de qualquer parte. O modelo da cultura do futebol, entretanto, era o mesmo em todos os lugares — com um pouco mais ou um pouco menos de emoção —, e era um modelo nacional, ou, para ser mais preciso, um modelo da nação proletária, visto que o mapa da Federação de Futebol era praticamente idêntico ao mapa da Inglaterra industrial. Ele era nacional até na conquista anual simbólica do espaço público da capital nacional pelos dois exércitos proletários provincianos que invadiam Londres para o jogo de decisão do campeonato.

Como supõe Stédile (2013), pela maior presença de ingleses no Uruguai, Chile e Argentina, a rapidez que o futebol se espalhou nestes países é, em um primeiro momento, mais intensa que no Brasil. E o processo espacial novamente se assemelha muito com o acontecido na Inglaterra, em que se identifica o papel muito forte dos operários na difusão e organização do futebol. Na Argentina, os ferroviários fundaram o Central Argentine Railway Club (hoje, Rosário Central) em 1889 e o Atlético Talleres Central Córdoba, pelos trabalhadores da Córdoba Central Railway, em 1913. No Uruguai, em 1891 fundou-se o Central Uruguay Railways Cricket Club, reunindo predominantemente jovens ingleses, empregados dessa empresa, e tinha o próprio gerente da ferrovia como seu primeiro presidente. Gradativamente, seu espaço foi ocupado pelos operários uruguaios, a ponto de ser rebatizado como Peñarol, doze anos depois, referindo-se ao bairro operário onde concentrava-se a maioria de seus jogadores e torcedores.

É importante destacar que o futebol, ao ser importado para estes países, destinava-se originalmente para às elites, sendo parte de uma cenarização de costumes, hábitos e modismos criados para a celebração do cosmopolitismo e refinamento de jovens burgueses, de tal forma como afirma Stédile (2013, p. 18). Segundo o autor, “[...] as primeiras referências na imprensa às atividades esportivas [podem] ser também vistas como verdadeiras coberturas sociais das atividades da alta sociedade. Frequentemente, as partidas eram anunciadas por convites e incluíam em seu programa, bailes e jantares comemorativos que reuniam os dois times”. Ou seja, há uma transferência desses valores das oligarquias sobre as práticas, equipamentos e espaços do futebol, como se a bola em si fosse uma representação da propriedade privada e do status da elite. Porém, o futebol apresenta uma facilidade imensa de improvisação material e espacial. Qualquer bola de meia em um determinado espaço permite já a prática futebolística, e com isso, o esporte passou a ser praticado nas várzeas, ruas, terrenos e nos ambientes fabris (ANTUNES, 1992, 1994; STÉDILE, 2013).

Pensar o espaço das fábricas, como a São Martinho, significa considerar uma estrutura territorial construída de forma a reunir todos os trabalhadores em um único espaço para resolver os problemas de hierarquia, disciplina e desvio de produção - ou seja, estrutura-se a fábrica espacialmente em relações de cooperação que permitam a produção de único produto. Mas apesar desse objetivo, outro evento acaba acontecendo: a reunião desse conjunto de trabalhadores outrora isolados, agora sob um mesmo local. Junto disso, desterritorializados de suas origens, o bairro e as relações de vizinhança estabelecem e entrelaçam a formação de novas territorialidades e lugares, como é o caso do bairro operário, em que pela busca de uma vivência de sentido comunitário, esses trabalhadores, de uma mesma empresa ou não, concentram-se dentro de um perímetro delimitado, que naturalmente, permite maior sociabilidade e formação de vínculos a partir do espaço e tempo de convivência cotidiana (STÉDILE, 2013). Assim, o futebol possui uma posição de destaque na formação do território fabril, como uma prática que representa tanto a fábrica, como o bairro.

O trabalho na fábrica e a vida em um bairro quase exclusivamente operário permitem esse encontro entre “iguais” e a materialização dessas identidades em associações que supram tanto a carência identitária quanto recreativa da comunidade de origem. Desse modo, é inteligível a expansão de agremiações e de esportes coletivos, especialmente o futebol, neste meio, ao invés de práticas desportivas individualizadas, como a ginástica. Assim como Giulianotti (2002) percebera na Inglaterra, o futebol vem suprir o vácuo deixado pela impossibilidade de manutenção das antigas práticas populares de lazer. (STÉDILE, 2013, p. 28).

A força do futebol, como já dito, está em sua improvisação. A bricolada (DAMO, 2005) ou bater uma pelada não tem limites de adaptação. Não são necessários dois times de onze jogadores, ou um campo com traves de metal. O que define a força comunitária do futebol é sua jogabilidade com o que se dispõe no momento, sendo normal adequar as regras e os recursos disponíveis (DAMO, 2005).

Muito importante é que o tempo da pelada é o tempo social do não-trabalho pois este não reproduz a divisão social do trabalho da fábrica, e ainda ocorre à margem dessas instituições formais, [...] “este futebol bricolado é o oposto da definição do esporte como prolongação da não-liberdade (e, portanto, da fábrica)” (STÉDILE, 2013, p. 29).

Porém, muito importante para a compreensão do Esporte Clube São Martinho, é que a pelada e a bricolada forma times, em seu sentido provisório, às vezes com a duração de uma partida, e não clubes. Por isso que a partir do momento que a prática do futebol começa a tomar outros contornos de administração e organização, como a extensão da prática para finais de semana - caso de São Martinho -, tem-se uma nova matriz comunitária se estabelecendo. Mas, essa matriz vai demandar mais recursos como uniformes, bolas e outros equipamentos, e com isso a busca pelo apoio da diretoria da fábrica torna-se uma saída viável (ANTUNES, 1994).

O Esporte Clube São Martinho, foi fundado em 31 de maio de 1939. O São Martinho surgiu com as peladas dos operários da Fábrica Têxtil São Martinho, no final da década de 1930, que ao final da jornada de trabalho reuniam-se onde ficava o antigo lenheiro da fábrica. E assim surgiu o Esporte Clube Camelo, que logo passou a se chamar Esporte Clube São Martinho. O time passou a contar com a simpatia da população, tal que no ano de 1939, Dario Freire Meirelles, na época dono da fábrica, passou a se tornar um benemérito do clube, com a doação de um campo, no perímetro da propriedade da Fábrica Têxtil São Martinho. Como afirma Norbal, “[...] naquele início do século XX, não havia muitas alternativas de lazer e o futebol já era uma paixão entre os brasileiros ...]” e complementa que a doação do campo foi verbal e que “[...] não havia naturalmente desmembramento, não havia uma escritura de concessão ao Esporte Clube”.

Assim, essa dimensão do tempo social do não-trabalho começa a formar outros sentidos de comunidade para além das peladas, e como já mencionado é corroborado por Norbal, “[...] naturalmente, a paixão do operariado que aos domingos não fazia outra coisa, era o dia de lazer, o dia de descanso, então jogava futebol. E os operários construíram então o Esporte Clube São Martinho e consta na história de quem viveu essa história que foram os próprios operários que botaram a mão na massa. Então o Esporte Clube São Martinho se consolidando como um clube amador de futebol, ele conquistou também a cidade de Tatuí. Então o clube é um patrimônio da cidade de Tatuí” (VOZ DA SAUDADE, 2021).

Outro ponto importante com a institucionalização do futebol operário como futebol amador, é a questão da ligação da imagem do time com a fábrica, sendo o futebol uma oportunidade de promoção de interesses industriais. Também permite a expansão da influência dos industriais para além do tempo de trabalho na fábrica, ingressando no tempo livre dos operários. E principalmente, acontece pelo clube uma promoção da imagem da empresa e seus produtos. Todavia, como aponta Stédile (2013, p. 32), “tal análise requer cautela para não resultar em uma conclusão mecânica e maniqueísta, onde o “pobre operariado” se vê “manipulado” pelos industriais, que transformam suas demandas em mecanismos de dominação”. Os clubes foram utilizados como instrumentos de propaganda, fidelidade e disciplinamento, mas o apoio da empresa é algo muitas vezes demandado pelo operariado como estratégia de acesso aos seus interesses. Logo, o apoio da fábrica foi muitas vezes importante pela proximidade e alocação de recursos. Porém, isso é uma via de mão dupla em que estende-se o poder da fábrica sobre o controle do tempo livre do operariado. Novamente, a discussão retorna a qualificação do uso de tempo pelos trabalhadores:

O elemento distintivo da identidade classista pode, em muitos momentos, não estar explícito no discurso, mas residir em opções como a adesão a organizações que buscam o atendimento de certas demandas no âmbito das relações mútuas entre pares, definidos por sua condição de classe. Assim, da mesma forma como os sindicatos, círculos operários ou associações mutualistas, os clubes operários de futebol também buscam o atendimento de uma determinada demanda: o uso do tempo livre. Na mesma medida em que surgem a partir de um local de sociabilidade, o bairro operário ou a fábrica, oferecem um novo espaço para a manifestação para esta sociabilidade e, nesse processo, afirmam laços de solidariedade. Sejam nas linhas de montagens, como também nas ruas e gramados, nos bailes e botecos, há uma disputa e tensão em torno do controle e da organização do espaço de não-trabalho. A exigência de disciplinar uma classe operária – nascente nos aglomerados urbanos – para o trabalho ordenado e para a produtividade industrial, pressupunha regular todas as dimensões da vida. Nesse contexto, os times operários de futebol são também campos privilegiados para essa disputa – ora manifestação da autonomia e organização dos operários, ora podendo ser reapropriada pelas fábricas a serviço de seus interesses. (STÉDILE, 2013, p. 43).

Ao pensarmos o Esporte Clube São Martinho como parte desse campo privilegiado de disputa pela qualificação do tempo livre do operário, a luta do clube pela garantia do uso do campo de futebol é marcante. Norbal conta que, em 1981, a família Chammas (então proprietária da fábrica) resolveu tomar o clube dos associados, ou seja, dos trabalhadores da fábrica. Em um dia desse respectivo ano, Norbal foi procurado pois alguém tinha fechado o campo de futebol e era dia de treino das bases infantis do clube.

Alguém acho que foi até o Pilico, falou: “Ó, alguém fechou o campo e a gente não tem chave do cadeado, puseram uma corrente, tá com um cadeado”. Sem entender muito, eu fui, quebrei o cadeado, falei bem, não tem outra alternativa. Quebrar o cadeado para gente ter acesso ao campo e assim foi feito, vida que segue, era treino das categorias infantis, os meninos entraram, treinador entrou e deu o treino. (VOZ DA SAUDADE, 2021).

Dias depois o episódio se repetiu, e novamente quebrou-se o cadeado. A partir da terceira ocorrência, Norbal e outros membros da diretoria já compreendiam o que estava se sucedendo e começaram a procurar um advogado para resguardar o clube. Mas como um clube operário, os recursos eram limitados, e sabendo disso o Dr. Jr. do Amaral Lincoln, morador de Tatuí aceitou realizar a defesa do clube caso algo acontecesse.

De manhã, eu não me lembro porque, mas eu me lembro muito bem de ter passado na Rua Capitão Lisboa em frente ao Clube São Martinho e ter visto alguns homens na frente do portão, sei lá, 15 ou 20 homens, mas eu não me dei conta, tava preocupado com outras coisas, era um dia de trabalho normal, tava trabalhando. E aconteceu isso, o presidente, o Nicolau e o Laranjeira fora da cidade, o Pilico me procurou e falou... Eu me lembro que ele foi até o trabalho, afoito, preocupado “Ô Norbal, tem vários homens funcionários da fábrica São Martinho, operários na porta do campo e o campo tá com seu portão fechado com cadeado. (VOZ DA SAUDADE, 2021).

Norbal foi até a delegacia mas o delegado não estava na cidade, e ele recorda nesse momento do escrivão falar para ele: “Você tem que ir lá e garantir a posse do clube”. O mesmo conta que foi correndo até sua casa, pegou uma marreta e uma talhadeira:

De marreta e talhadeira na mão, fui com a adrenalina lá em cima, um estado de nervo, tem vinte operários lá e se eles resolvem me enfrentar, já sou pequenininho. Mas eu não tinha alternativa, a alternativa seria entregar os pontos que era justamente o que a gerência da fábrica, os donos da fábrica esperavam, que a gente fosse intimidado, que entregasse os pontos. Estacionei o carro e lembro bem, estacionei bem em frente do portão principal, falei vou dialogar, espero que eles aceitem a minha argumentação né.

Norbal conta que não encontrou resistência e juntos aos trabalhadores reunidos pegaram a marreta e a talhadeira e quebraram novamente a corrente. Nisso, a Capitão Lisboa estava em polvorosa com o bar da frente com todo mundo na porta e as residências ao redor também.

Nós entramos. Nesse momento também tava chegando o Pilico com o Doutor Lincoln, e chegaram as viaturas, acho que duas viaturas da Polícia Militar, argumentando que eles tinham recebido uma denúncia de que estava acontecendo uma invasão. Olha a inversão de valores, uma invasão na

fábrica São Martinho, a fábrica estaria sendo invadida, mas aí o Dr. Lincon assumiu a discussão naquele momento, não havia muito que se fazer também, e a própria Polícia Militar falou olha, vamos acabar essa conversa na delegacia. Aí fomos todos para a delegacia. Esse foi um episódio assim, que é marcante, tanto que eu nunca esqueci né o medo que eu passei, o susto, a adrenalina, a necessidade de fazer uma resistência.

Outros eventos foram as constantes pressões e ameaças de demissão pela fábrica para com os dirigentes, conselheiros e membros do clube que eram funcionários da fábrica. A fábrica já estava quase fechando e encerrando suas operações quando a diretoria começou a ser pressionada para que fosse convocada uma assembleia e o grupo fosse afastado totalmente da direção. Os donos da fábrica queriam eles mesmos nomear outra gerência do clube, e segundo Norbal, nesta assembleia em questão, colocaram-se como vítimas de toda a situação. Foi uma reunião intensa segundo suas recordações, mas que não atingiu seu propósito, e o mesmo se indaga sobre o que teria sido do clube se eles tivessem sido retirados do conselho. A situação só seria resolvida no tempo do judiciário, e como recorda Norbal:

Eu me lembro que a minha a minha prancheta ficava bem próximo de uma janela que dava para Rua Coronel Orelhano de Camargo, próximo da Praça do Barão. E em um dia, final de dia, eu tava lá sentado na minha prancheta, absorvido ali pelos meus desenhos, me lembro hoje, figura Saulo dos Reis, presidente então do Esporte Clube São Martinho, senhor de idade já, histórico também no clube encostou na janela para dizer para mim o seguinte:

“Vim trazer uma boa notícia para você. Nós acabamos de ganhar na justiça em última instância aquele processo de posse definitiva do nosso campo. A escritura vai ser lavrada, não temos mais com que nos preocupar.”

Foi o final feliz que a gente imaginava, final feliz.

As relações dos operários entre si e com a fábrica, em suas lutas e resistências, ficam muito claramente projetadas espacialmente por essa disputa territorial pelo acesso e garantia do uso do campo de futebol. Espaço doado verbalmente, mas que, em suas representações, imagens, relações e práticas espaciais, ao longo de décadas, foi adquirindo significado pelos operários da fábrica São Martinho e se consolidando como território dos operários.

Da mesma forma que em outros clubes operários, em Tatuí, a falta de meios de lazer, a facilidade da improvisação, as relações do bairro e de vizinhança promoveram o avanço do futebol por bricoladas e peladas, ganhando sentidos comunitários mais fortes e qualificando até o tempo do final de semana como momento do futebol. Isso levou a formação do clube, um produto cultural direto das relações fabris na busca

de formas de usar-se o tempo livre disponível na fábrica. E disso, o campo do São Martinho evidencia-se como um território que disputado pelos donos das fábricas e pelo operariado que formou esse clube, pode ser colocado como uma materialização dessas relações de confrontação pelo controle do tempo social do não-trabalho, tempo que neste espaço proporcionou a formação de laços fortes de solidariedade, memória e identidade entre a classe trabalhadora.

3.5. Patrimônio industrial e operário

O tema da preservação do patrimônio industrial se estrutura nos países europeus a partir dos temas da desindustrialização a partir da década de 1960. A conceituação do “patrimônio industrial” ganhou força na década seguinte e principalmente nos anos 1980, como símbolo da democratização e alargamento do campo. É da década de 1970 a organização da primeira associação para a preservação deste patrimônio: o TICCIH – Comitê Internacional para a Conservação do Patrimônio Industrial, formalizado em 1973. Os temas da indústria e de suas materialidades foram representativos da democratização e alargamento do campo na Europa, em particular na França. Neste país, a descentralização das políticas de preservação nos anos 1980 ampliou as práticas seletivas, e, neste movimento, o patrimônio dito recente teve maior atenção. Também nos Estados Unidos o industrial como patrimônio construiu-se nos anos 1980 por meio do projeto “America’s Industrial Heritage Project”, iniciado pelo National Park Service em 1987.

A estruturação conceitual do patrimônio industrial levaria ainda muitos anos com a Carta de Nizhny Tagil de 2003, e, em 2011, por meio dos princípios de Dublin. Segundo Rafaela Citron, a definição de patrimônio industrial pode variar em diferentes países, principalmente porque a revolução industrial ocorreu no mundo em diferentes momentos.

Para a Carta de Nizhny Tagil:

[...] o patrimônio industrial compreende os vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico ou científico. Estes vestígios englobam edifícios e maquinaria, oficinas, fábricas, minas e locais de tratamento e de refinação, entrepostos e armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de energia, meios de transporte e todas as suas estruturas e infra-estruturas, assim como os locais onde se desenvolveram atividades sociais relacionadas com a indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação.

A carta mostra as possibilidades de valoração que podem ser associadas aos lugares da experiência industrial, tais como o cotidiano, os saberes, o trabalho e a memória operária.

No caso brasileiro foram os espaços de produção, a indústria em si mesma, que mais receberam atenção dos órgãos de patrimônio. Além deste, o patrimônio ferroviário teve grande emergência nos anos 2000 com a criação da lei n.11.483, Art. 9º, que conferiu ao IPHAN a responsabilidade da preservação e difusão da memória ferroviária, entendida como “constituída pelo patrimônio artístico, cultural e histórico do setor ferroviário”. De acordo com Beatriz Kühl, as ferrovias estavam fortemente ligadas ao processo de industrialização e por força da lei de reconhecimento federal receberam atenção nas políticas públicas federais. Esta atenção tem relação com o processo de construção da memória ferroviária no momento do desmonte das redes nos anos 1980, que mobilizou ferroviários e interessados, conforme as pesquisas de Lucina Mattos. Em São Paulo, o projeto do Condephaat de 2010 “Patrimônio Ferroviário: linhas e estações ferroviárias do Estado de São Paulo”, elaborado pelo Grupo de Estudos de Inventário da Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico (GEI/UPPH), buscou entender o patrimônio ferroviário como parte da memória paulista.

A bibliografia do patrimônio no Brasil cita recorrentemente os espaços agroindustriais como sendo os que primeiro foram salvaguardados pelas políticas de preservação. Espaços construídos no período da América Portuguesa, como os engenhos, tombados desde as primeiras décadas de atuação do Iphan. Os espaços configuram-se em atividades de produção que antecederam o período da industrialização brasileira, localizados em áreas rurais ou urbanas. De modo geral, os espaços de produção foram os que receberam mais atenção do ponto de vista da proteção legal no Brasil. Em geral, a produção e reprodução do espaço urbano no Brasil tem gerado inúmeras dificuldades para a preservação dos espaços da indústria, seja pelos problemas de escala, dimensão urbana, diversidade e extensão. Ao mesmo tempo, constata-se nas políticas públicas a separação entre os valores atribuídos à materialidade (no seu sentido estético e estilístico) e aqueles ligados aos sentidos da memória, dos afetos e do cotidiano operário.

O patrimônio industrial está recorrentemente envolto nos conflitos em torno dos processos de desindustrialização e novos arranjos produtivos da indústria e o conseqüente fechamento das fábricas. Há muitos conflitos entre as formas de morar e as materialidades impostas pela autoridade patronal, da mesma forma que a dificuldade da salvaguarda do conjunto de práticas, saberes e a cultura material ligada à indústria.

Quadro 2: patrimônio industrial tombado em São Paulo.

BEM TOMBADO	CIDADE	TOMBAMENTOS
Complexo Industrial Carioba	Americana	CONDEPHAAT
Conjunto do recinto de exposição agropecuária Paulo de Lima Correa	Barretos	CONDEPHAAT
Antiga Fábrica Lidgerwood	Campinas	CONDEPHAAT e CONDEPACC
Real Fábrica de Ferro de São João de Ipanema	Iperó	IPHAN e CONDEPHAAT
Edifício da Fábrica de Tecidos São Luís	Itu	CONDEPHAAT
Edifício da Manufatura de Tapetes Santa Helena	Jacareí	CONDEPHAAT
Argos Industrial	Jundiaí	CONDEPHAAT
Estação Ferroviária	Jundiaí	IPHAN e CONDEPHAAT
Destilaria Central	Lençóis Paulista	CONDEPHAAT
Estação Ferroviária	Mairinque	IPHAN e CONDEPHAAT
Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo	Marília	CONDEPHAAT
Engenho Central	Piracicaba	CONDEPHAAT
Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha – KKKK	Registro	IPHAN e CONDEPHAAT
Fábrica de chá Amaya	Registro	IPHAN
Fábrica de Chá Kawagiri	Registro	IPHAN
Fábrica de Chá e Residência Shimizu	Registro	IPHAN
Moinho Fratelli Maciotta	Ribeirão Pires	CONDEPHAAT
Cervejaria Paulista	Ribeirão Preto	CONDEPHAAT
Usina Hidrelétrica de Corumbataí	Rio Claro	CONDEPHAAT
Antiga Fábrica de Tecidos Brasital	Salto	CONDEPHAAT
Complexo Ferroviário de Paranapiacaba	Santo André	IPHAN, CONDEPHAAT e COMDEPHAAPASA
Antiga Fábrica Swift Armour	São José do Rio Preto	CONDEPHAAT
Estação Ferroviária	São José do Rio Preto	IPHAN
Conjunto da Tecelagem Parahyba	São José dos Campos	IPHAN, CONDEPHAAT e COMPHAC
Antiga Fábrica de Tecidos Labor	São Paulo	CONDEPHAAT e CONPRESP
Complexo do Gasômetro e Casa das Retortas	São Paulo	CONDEPHAAT

Continua na próxima página >>>

<<< Continuação da próxima anterior

Complexo Industrial do Antigo Gasômetro	São Paulo	CONDEPHAAT e CONPRES P
Conjunto Grandes Moinhos Minetti Gamba	São Paulo	CONDEPHAAT
Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo	São Paulo	CONDEPHAAT e CONPRES P
Matadouro de Vila Mariana	São Paulo	CONDEPHAAT
Moinho Matarazzo	São Paulo	CONDEPHAAT
Tecelagem de Seda Ítalo-Brasileira	São Paulo	CONDEPHAAT
Conjunto dos Grandes Moinhos Minetti Gamba	São Paulo	CONDEPHAAT
Estação da Luz	São Paulo	IPHAN, CONDEPHAAT e CONPRES P
Fiação e Tecelagem Nossa Senhora da Ponte	Sorocaba	CONDEPHAAT e CMDP
Indústrias Têxteis São Martinho	Tatuí	CONDEPHAAT
Antiga Fábrica Santa Adélia	Tatuí	CONDEPHAAT
Companhia Taubaté Industrial	Taubaté	CONDEPHAAT
Antiga Fábrica da Companhia Gessy Industrial	Valinhos	CONDEPHAAT

Fonte: CONDEPHAAT. Organização Marina Pio.

Os reconhecimentos, embora crescentes, englobando outros períodos da história da industrialização no Brasil, como o nacional-desenvolvimentismo, ainda não consideram o conjunto de práticas sociais dos mundos do trabalho, do cotidiano e da memória operária. Importante observar, como veremos mais adiante, que o estudo de tombamento da fábrica de Tatuí realizado pelo corpo técnico do Condephaat considera de maneira contundente os valores amplos da memória da resistência da Fábrica para os operários. Colocam tais valores no centro do estudo, fazendo raras menções aos significados arquitetônicos da fábrica.

O pedido de tombamento da fábrica São Martinho pelo Condephaat se iniciou em 1989, a partir da demanda encaminhada por Ana Villanueva Rodrigues, à época Coordenadora do Condepacc – Conselho do Patrimônio Cultural de Campinas. No pedido, a coordenadora solicitou o tombamento de outros vestígios da produção industrial na cidade:

“Cia de Fiação e Tecelagem São Martinho”, juntamente com a residência do seu antigo proprietário e junto de casas dos operários; e também a Fiação e Tecelagem fundada pelos irmãos Campos, atual “Santa Adélia”, situadas em Tatuí - pelos motivos seguintes:

Fiação e Tecelagem Santa Adélia Fundada pelos irmãos Campos em 1892, a Fábrica Santa Cruz, corno era originalmente chamada possuía mais de 750 operários, trabalhando 346 teares, movidos por motor a Óleo-Diesel de 600 HPS “. (novo jornal, dia 11/08/84, anexo). Além de suas características arquitetônicas marcantes (conforme fotos anexas), faz parte de um grande conjunto ambiental, imprescindível para Tatuí. Localizada no centro da cidade, ocupando praticamente três quadras inteiras, sua volumetria parte integrante da paisagem, marcando fortemente sua época. Aos domingos realizam-se feiras ao seu redor, e a mistura das cores, pessoas, atividades e edificações já fazem parte de uma cultura típica Tatuiana, que necessita ter seu espaço garantido. 2) Conjunto Arquitetônico Ambiental da Cia de Fiação e Tecelagem São Martinho. Além das justificativas teóricas anexas, é importante ressaltar a manifestação por parte da população local, com o intuito de preservar este conjunto, conforme documentação nos jornais de Tatuí.”

A justificativa associava a identidade industrial de Tatuí, os valores arquitetônicos dos conjuntos industriais e as manifestações pela população local da necessidade de preservação do conjunto. A tramitação do expediente, na forma de Guichê n. 00280/89 teve andamento nos anos 1990, com o início de demolições na Fábrica Santa Adélia. A então historiadora do Condephaat, Marly Rodrigues, manifestou-se favoravelmente ao pedido, indicando a abertura do processo para acautelar os bens e, então desenvolver os estudos históricos e arquitetônicos, indicando a importância dos bens culturais como “representativos da primeira fase da industrialização do Estado de São Paulo, no final do século passado e início deste, contribuindo importantes referências espaciais para a cidade de Tatuí.” (Processo Condephaat n. 31877/94, p. 65).

Com aprovação do Conselho e abertura do processo de tombamento teve então prosseguimento de dois estudos distintos, para cada uma das fábricas: São Martinho (31877/94) e Santa Adélia (Processo n. 31.876/94).

O processo da São Martinho foi aberto incluindo a fábrica, os conjuntos de residências para os trabalhadores e a casa da antiga Sede do Conservatório, na quadra acima do conjunto fabril. Em relação a este último bem, o então proprietário, Sr. Marcos Fábio Sampaio Guedes, contestou a inclusão da casa, alegando que não pertencia ao conjunto fabril e que não era sede do antigo conservatório, uma vez que ali havia se instalado de forma provisória Alegou ainda que foram feitas várias modificações no imóvel e a ausência de valor histórico da casa. Após intensos debates registrados em processo quanto à pertinência da casa no estudo de tombamento na sua relação com o Complexo Fabril, a casa acabou por sair em definitivo do estudo, em 1997. Para a historiadora Marly Rodrigues, os argumentos da fugaz relação da casa com o Conservatório de Tatuí e da ausência de relação com a Fábrica eram procedentes:

Ela não apresenta qualquer relação espacial ou de contemporaneidade com o conjunto da São Martinho, não havendo por isso qualquer motivo que justifique manter este bem sob proteção temporária, até que se conclua o estudo, bastante complexo, do tombamento da antiga tecelagem, o que implicaria restrições desnecessárias a referida residência. Permanecem, porém, em estudo os bens representativos da industrialização paulista que fazem parte do conjunto industrial da São Martinho. (Processo, Carta de Marly Rodrigues à Diretoria Técnica, p. 193)

Entretanto, cabe destacar que o processo de tombamento desconsiderou os vínculos com a fábrica em função do fato de que a casa foi a residência de um dos filhos do empresário Manoel Guedes, Thomas Guedes, que permaneceu durante muitos anos como diretor da São Martinho, junto com seu pai.

As dificuldades para a obtenção de fontes sobre a fábrica foram significativas, conforme consta no processo de tombamento. Foram inúmeras as tentativas de obter dados junto aos proprietários. Observa-se que pelos registros fotográficos constantes do estudo a fábrica ainda tinha muitos equipamentos, bem como a empresa ainda era existente do ponto de vista legal. Além disso, as técnicas do Condephaat, Marly Rodrigues e Tereza Epitácio relatam em ofícios as dificuldades para a realização do trabalho de pesquisa, diante da inexistência de condições materiais no órgão, como diárias e formas de deslocamento para Tatuí. Em 2005 apresentaram o “Estudo de tombamento da Companhia de Fiação e Tecelagem São Martinho, em Tatuí”, que foi, em seguida, enviado ao Conselho.

O ponto de partida do estudo foi entender “a fábrica como um lugar de memórias variadas e complementares, representativas do complexo e contraditório processo de industrialização e emersão da vida urbana e dos direitos civis, no qual se chocam interesses diversos, todos convergentes para o trabalho, embora não restritos ao seu espaço privilegiado, a fábrica.” (Condephaat, 1994, p. 150) Quanto ao valor do conjunto, destacam ser extremamente representativo, testemunho de uma das iniciativas pioneiras do parque industrial paulista, na formação e desenvolvimento do qual a indústria têxtil teve papel destacado. Ressaltam a iminente perda, pois estava abandonado e vulnerável à destruição.

O valor da fábrica para o tombamento desenvolvido ao longo do processo esteve relacionado às características arquitetônicas e à modernidade de seus processos fabris. As autoras mobilizam argumentos do estudo da dissertação de mestrado de Helena Saia, para a qual a São Martinho é o exemplar mais significativo da moderna indústria têxtil paulista, pois foi a primeira edificação a ostentar tanto nas soluções de espaços internos quanto nos desenhos de fachadas, uma linguagem que identifica o uso industrial.” (Condephaat, 1994, p.346)

A arquiteta chama a atenção para o fato de que o Grupo Chammas, então proprietário da fábrica estar atravessando, desde 1982, uma difícil fase. Apesar das tentativas realizadas pelo órgão, não houve contato com os mesmos, negando-se a atender às solicitações do órgão de preservação.

Quanto às casas, menciona-se o fato de que a propriedade de muitas delas havia passado para os moradores por usucapião, o que foi também mencionado pelos responsáveis pelo Cartório de Imóveis de Tatuí.

Quanto aos valores, mesmo na ausência de informações mais consistentes sobre o histórico da fábrica, o parecer de tombamento destaca:

[...] a importância do conjunto remanescente para a memória da industrialização em São Paulo, dos grupos sociais polarizadores do processo de industrialização e da sociedade de Tatuí é incontestável. [...]

A fábrica representa o lugar, por excelência, de manifestação da tensão consequente da presença de proprietários e operários na sociedade paulista, estes últimos sujeitos de reivindicações de direitos inconcebíveis em um país de origem escravista. A existência de um novo grupo social, seu reconhecimento pelos demais grupos, do mesmo modo que a conquista de seus direitos de trabalho e cidadania, se fizeram de greves e de surdas resistências.

A fábrica é, também, o lugar do encontro, da sociabilidade, da possibilidade de realização coletiva do trabalho e da transformação da sociedade. Tombar esta unidade fabril é, neste sentido, reconhecer a existência e o papel da classe operária como construtora da sociedade paulista; a reconhecer a existência de um pensar operário, de uma forma de ver o mundo sob um ponto de vista particular que, com outros, compõe a complexidade e a multiplicidade que se pretende consagrar através da coexistência democrática de opiniões e direitos.

Reconhecer oficialmente o valor da São Martinho para o desenvolvimento da cultura do trabalho em São Paulo é, por fim, ampliar a possibilidade de democratização do conjunto de bens tombados, no qual as representações do trabalho já incluídas constituem parte ínfima, o que não deixa de chamar a atenção, uma vez que o imaginário brasileiro atribui a indústria e ao trabalho toda a grandeza e pujança do Estado de São Paulo.

Por fim, a manutenção do conjunto edificado, bastante integrado na paisagem e na escala urbana de Tatuí, representa um ganho na qualidade do ambiente da cidade, onde é referência afetiva e de localização, pela grande parte das famílias locais tem sua memória ligada à fábrica, onde trabalharam seus pais e avós. (Condephaat, 1994, p.172)

A Resolução de tombamento, de 29 de setembro de 2005, coloca em seus considerandos iniciais os seguintes aspectos:

[...] o valor histórico da São Martinho que está entre as indústrias têxteis pioneiras do Estado; que São Martinho foi constituída a partir de iniciativas envolvendo a acumulação de capital gerado nos setores agrícola e comercial, o que faz parte da constituição da cultura empresarial paulista; que a fábrica, por excelência, representa o lugar do convívio e das tensões resultantes da existência de industriais e operários na sociedade paulista; que a fábrica e, também, o lugar do encontro, da sociabilidade, da possibilidade de realização coletiva do trabalho; que o conjunto fabril, local de trabalho e residências, é bastante integrado na paisagem e na escala urbana de Tatuí, onde é referência afetiva e de localização.

O tombamento incide sobre o conjunto da São Martinho, incluindo a unidade fabril, a casa da família proprietária, a casa de hóspedes e o conjunto de moradia de trabalhadores, definindo diferentes graus de proteção: grau 1 para o Casarão e grau 2 para a fábrica e casas operárias.

3.6. Produção cultural associada à Fábrica

Numa perspectiva construtivista, não se trata mais de lidar com os fatos sociais como coisas, mas de analisar como os fatos sociais se tornam coisas, como e por quem eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade (Pollak, 1989, p. 4).

A historiografia sobre a história de Tatuí continua a construir uma narrativa baseada na proeminência das contribuições de populações europeias, bem como seus ascendentes e descendentes no desenvolvimento econômico, social e cultural da cidade — seja de origem portuguesa ou por espanhóis, italianos, alemães e ingleses que imigraram para a região — ao mesmo tempo em que invisibiliza a classe operária local, que foi, de fato, a protagonista desses méritos: pessoas indígenas, africanas e afro-brasileiras, nordestinas e nortistas, que também compunham a força de trabalho na Fábrica São Martinho, no território da cidade. A produção cultural que hoje caracteriza a região em que se insere é resultado dos processos de interação existente entre esses grupos sociais.

As manifestações culturais oriundas da Fábrica São Martinho se articulam com expressões culturais do município de Tatuí, influenciando a dinâmica local das atividades lúdicas e recreativas. No período contemporâneo, observa-se que os interesses no desenvolvimento do setor de turismo na cidade se utilizam de algumas das principais referências culturais locais, de modo a construir uma “vocação cultural”, conforme apontou Maria Isaura Queiroz (1995), no território da cidade.

No entanto, anteriormente às preocupações com o fomento da atividade turística, as festividades de carnaval (sendo eventos que atendem também ao turismo na contemporaneidade), tiveram influência direta das operárias e operários que atuavam na fábrica, bem como o futebol, que, muito além de uma atividade físico-esportiva, foi uma importante ferramenta política no contexto das reivindicações por direitos, incluindo o acesso ao lazer, ainda que com sua prática controlada pela gerência da fábrica. Nota-se que na cena musical, as bandas que emergiram no espaço fabril também contribuíram para a construção da identidade que Tatuí carrega e dissemina hoje como a “Capital da Música”, sobretudo com a predominância do estilo erudito.

Busca-se aqui, por meio dos vestígios encontrados em fontes diversas como websites, artigos de jornais, artigos científicos e outras produções acadêmicas, revelar aspectos históricos das manifestações culturais da memória que se faz presente no contexto da fábrica e de suas influências sobre as práticas culturais, consideradas rugosidades (SANTOS, 1996) no ambiente urbano de Tatuí. Isto é, os elementos culturais tangíveis e intangíveis, enquanto o acúmulo do tempo histórico no espaço geográfico, formas que ainda permanecem nos dias atuais com a sobreposição de novas referências e valores na estrutura vigente (SANTOS, 1985).

3.6.1. Eventos atuais: entre a memória operária e o legado cultural

Para situar os eventos que acontecem em Tatuí na atualidade, apresentamos um levantamento preliminar das manifestações culturais, considerando enquanto recorte aquelas que possuem, de alguma forma, relações diretas e indiretas com a presença da Fábrica São Martinho. O quadro 3, sintetiza a identificação das manifestações culturais com predominância religiosa, musical e gastronômica. A investigação do conjunto dessas práticas nos permite compreender a dialética possível de ser estabelecida entre os aspectos econômicos e culturais de uma sociedade, e assim contribuir para a reflexão da memória coletiva e sua relação com o patrimônio cultural.

Entre os cinco eventos destacados, O primeiro diz respeito a um bloco de carnaval que ocorre todos os anos em desfile pela cidade, desde sua criação na fábrica “(...) composto por dezenas de bonecos e bonecões, representando animais e figuras caricatas, feitos de bambu, cola, papelão e tecidos, Bloco que ainda percorre as ruas no carnaval e em datas comemorativas” (PINHEIRO, 2020).

Em 1995, Queiroz destacava a simplicidade, o modo de vida ainda rural e o papel das ações para o incentivo cultural, no caso do carnaval dos bonecos em Tatuí. O “Dicionário do Folclore Brasileiro” (1954), de Câmara Cascudo, aponta possíveis relações entre o Cordão dos Bichos e a presença de trabalhadores nordestinos nas

fábricas têxteis de Tatuí. Acredita-se que tenha sido originado como “Arca de Noé” e idealizado por famílias nordestinas e nortistas que ali se instalaram para trabalhar na fábrica São Martinho a partir das referências folclóricas do bumba meu boi e do boi-bumbá (CARVALHO, 2013; MORAES, 2014).

Quadro 3: Eventos culturais de segmentação religiosa, musical e gastronômica

1. Festa de Santa Cruz	8. Baile do Verde e Branco
2. Festa de São Jorge	9. Baile do Azul e Branco
3. Procissão dos Cavaleiros de São Jorge/ Cavalgada para São Jorge	10. Bailes das Sociedades de Ajuda (Sociedade Italiana)
4. Festa de São João do Bemfica	11. Fandango Tropeiro e Cururu
5. Festa da Caridade	12. Serestas e Serenatas
6. Cordão dos Bichos e Cordão dos Bichos Mirim	13. Feira do Doce de Tatuí
7. Baile do Vermelho e Preto	14. Festival Vozes da São Martinho

Fonte: elaboração própria com dados extraídos de fontes diversas (2023).

Por outro lado, as realizações das festas batizadas em Baile do Vermelho e Preto, Baile do Verde e Branco e Baile do Azul e Branco são celebrações tradicionais de Tatuí e podem estar associadas à produção têxtil do município, visto a especificidade que essas festas possuem. Como a produção fabril era destinada ao abastecimento interno e a produção de excedentes era recorrente, a cidade de Tatuí tornou-se, por reconhecidamente, um centro de produção, comercialização e distribuição do ramo de negócios têxtil e indumentária. A Lei da Oferta e da Procura barateava o preço do metro de tecido, o que contribuiu para a sua popularização entre todas as camadas da sociedade tatuiana no século XX.

A partir da década de 1960 é possível mencionar a presença de estilistas como Claudia Rebouças, considerada “patrimônio do carnaval de Tatuí”, de acordo com o jornal O Progresso. Ainda hoje é possível observar a presença ostensiva de lojas de roupas e tecidos pelo centro da cidade. Essas características certamente contribuíram para a apreciação e popularização dos tecidos nos eventos carnavalescos.

O quinto evento destacado, o Festival Vozes da São Martinho, é bastante recente e teve início no ano de 2022. Realizado pelo Grupo Vozes da São Martinho, coletivo criado em 2021, tem o propósito de resgatar, registrar e disseminar as memórias afetivas da população local que, de algum modo, remetem ao conjunto fabril São Martinho, afim de contribuir para a preservação e a salvaguarda do patrimônio cultural operário tatuiano frente aos organismos político-institucionais do território brasileiro.

Segundo Maíra de Camargo Barros (2022, p. 17-18):

O Grupo Vozes da São Martinho, composto por diversos representantes da sociedade civil como professores, historiadores, arquitetos, artistas, interessados pelo tema, segmentos sociais e instituições educacionais e culturais da cidade de Tatuí, atuando desde maio de 2021, visa resgatar as memórias acerca do conjunto, com enfoque nos silenciamentos ocasionados em muito pelo protagonismo dado ao fundador da Companhia, Manoel Guedes Pinto de Melo. Dar voz e vez aos grupos minorizados, como os operários e operárias da Fábrica, é seu principal objetivo (...).

O Festival Vozes da São Martinho trata-se de um evento surgido com a preocupação de sensibilizar as pessoas para o campo do patrimônio cultural e mobilizar o pensamento coletivo para que se reflita seus possíveis usos sociais.

O complexo gerou muitos empregos, virou uma referência. Quem trabalhava nela [fábrica] sentia orgulho. Eram anos pujantes da industrialização na região, e isso mexe com a memória dos tatuianos que vivenciaram todo esse processo” (Depoimento da gestora em produções de artes visuais, Carmen Brígida Negrão)².

As rugosidades que perduram na vida urbana tatuiana, como as festividades e celebrações, mostram a resistência cultural que se fortalece ao longo do tempo histórico.

3.6.2. O turismo cultural

Visto que as manifestações culturais também se relacionam com a agenda do turismo no município de Tatuí, observamos que, até o momento, as práticas de turismo não se relacionam com o patrimônio arquitetônico. No entanto, este expressa o patrimônio imaterial, com a música e a produção de doces, conforme a identidade cultural construída e reforçada pelo turismo. Deste modo, o desenvolvimento do turismo surge mais recentemente para dinamizar a economia local, como atividade complementar a outros setores, incluindo a cultura.

Tatuí possui o título de Município de Interesse Turístico (MIT), fato ocorrido em 2018: “a classificação garante a cada cidade o recebimento de cerca de 650 mil reais por ano”, destinados a investimentos no aprimoramento da infraestrutura turística (ALESP, 2019). Segundo a Casa Civil de São Paulo (2021), os municípios:

² O Progresso. Festival Vozes da S. Martinho inicia busca por ‘memórias’ do complexo. 03/08/2022. Disponível em: <https://oprogressodetatu.com.br/festival-vozes-da-s-martinho-inicia-busca-por-memorias-do-complexo/>. Acesso em: 10 mai. 2023.

(...) devem preencher alguns critérios como potencial turístico, ter um Conselho Municipal de Turismo, oferecer serviço médico emergencial, infraestrutura básica, plano diretor de turismo e atrativos reconhecidos.

Tatuí recebe uma média de 55 mil visitantes por ano e cumpre com os requisitos para a classificação MIT, no entanto ressaltamos que não há uma preocupação entre a salvaguarda do patrimônio cultural local e sua integração com as práticas de turismo. Trata-se de uma lacuna do planejamento e gestão, pois as memórias e a identidade operária reivindicadas pelos coletivos locais podem ganhar maior visibilidade com a promoção do município como destino turístico no interior do Estado de São Paulo alinhando, de modo paralelo, as referências da música erudita, da produção e do comércio de doces e de outras festividades ou atrativos como bens culturais.

A Fábrica de São Martinho não é reconhecida como um atrativo da oferta local, pois não há um uso social direcionado para visitação pública. Esse fato é importante, pois a preservação do patrimônio pode estar associada aos usos turísticos, respeitando as diretrizes do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT-SP) e do Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico Nacional (IPHAN).

Apesar de Tatuí ser um município de Interesse Turístico (MIT) e contar com o Fundo de Melhoria dos Municípios Turísticos (FUMTUR), os mecanismos institucionais capazes de promover a participação da sociedade civil na distribuição dos recursos ainda são insuficientes. Em 2023, a prefeitura suspendeu grande parte do financiamento público ao carnaval, cedendo assim o financiamento privado.

Deste modo, as contradições no planejamento atual do turismo mostram que o patrimônio cultural ainda não é tratado como prioridade na agenda do setor e caminha segundo os interesses do capitalismo.

3.6.3. O futebol e a luta política pelo acesso ao lazer

É possível observar que a maioria dos times de futebol que se estruturaram após a primeira metade do século XX eram relacionados à organização dos operários das fábricas que se instalaram na região, ainda no século XIX. Assim, o movimento ilustra a demanda dos trabalhadores por equipamentos de lazer e cultura capazes de dar vazão às relações de sociabilidade que se formavam nos espaços de trabalho.

Quadro 4: Relação dos times de futebol extintos em Tatuí (SP)

1. Sport Clube Tatuhyense, 1907
2. Tatuhy Football Club, 1907
3. Operário Futebol clube, 1910
4. Associação Atlética Pindorama, 1921
5. Associação Atlética Tatuhyense, 1923-1925 (Atual Santa Cruz Futebol Clube)
6. Esporte Clube Caramelo, década de 1930-1939 (atual Esporte Clube São Martinho)

Fonte: Elaboração própria com dados extraídos de fontes diversas (2023)

Como afirma Jorge Rizek, ex-diretor do Departamento Municipal de Cultura e Desenvolvimento Turístico, quando da inauguração da exposição “Tatuí, Carnaval de Todos os Tempos”, realizada no Centro Cultural Municipal, no ano de 2015, existe uma profunda relação entre os clubes tatuianos e os bailes carnavalescos, uma vez que os bailes eram realizados a partir dos espaços de sociabilidade dos clubes. Desse modo, podemos inferir que as organizações sociais que se forjaram em torno dos clubes e times de futebol contribuíram ativamente na construção das lutas por reivindicações de direitos sociais, como o acesso ao lazer.

3.6.4. A cena musical e o Conservatório de Tatuí

Como observa Diniz (2015), as bandas da cidade estavam em conexão direta com as atividades econômicas das fábricas têxteis do município. A partir da primeira metade do século XX, formaram-se agremiações operárias para a prática musical, como a Banda São Jorge, composta por trabalhadores da Fábrica São Martinho. Esse impulso é associado, na maioria das vezes, à atuação de Manoel Guedes, enfatizando os investimentos por ele realizados na econômica e na cultura de Tatuí e a consequente catalisação das produções culturais da região, ainda no século XIX.

Quanto às agremiações musicais da cidade, muito se produziu sobre as contribuições dos europeus na introdução dos instrumentos e das técnicas, ao passo que se desconsiderou a agência dos grupos sociais subalternizados. Nesse caso, o resgate da figura de Praxedes Januário de Campos é fundamental para promover uma inversão à narrativa dominante. Essa questão elucida as disputas em torno dos sentidos do patrimônio cultural.

Por meio dos relatos dos antigos trabalhadores das fábricas, como as memórias em torno do “despertar ao som da banda” nos dias de trabalho, reitera-se a presença das bandas e as suas relações com o “mundo do trabalho”. De todo o modo, foi a

partir desse período que a produção cultural tatuiana foi impulsionada, entre o chão da fábrica e o chão da cidade, multiplicando-se em função do espaço e do tempo os territórios de ocupação da referida prática cultural, extravasando-se pelas ruas de Tatuí e ocupando diversos territórios do município. Esse extravasamento, por sua vez, possui relação com o desenvolvimento da economia algodoeira – sintetizado pela chegada da Estrada de Ferro Sorocabana – uma vez que esse processo é acompanhado pela difusão cultural na cidade (DINIZ, 2015, p. 86).

Nesse panorama histórico e social é que nos deparamos com as transformações culturais ocorridas em Tatuí, pois a um movimento artístico que visa à ampliação do conhecimento, podemos chamar de cultura. Cultura que modificou para sempre os caminhos da cidade e seus habitantes, passando a fazer parte do modo de “viver” de Tatuí (DELAROLE, 2010, p. 38).

A partir desse momento, as bandas passaram a compor a maioria dos eventos culturais da cidade. Durante os desfiles de carnaval, por exemplo, compunham os blocos operários, que ao som de seus instrumentos, desfilavam pelas ruas de Tatuí reivindicando as demandas da classe trabalhadora tatuiana, como o emblemático carro alegórico “Falta D’Água”, que desfilou pelo Clube Operário em 1923. Assim sendo, essa constatação permite atribuir um caráter político às agremiações musicais operárias, cabe, porém, identificar de qual maneira o referido método de manifestação influenciou as relações de trabalho entre as classes sociais à época. De acordo com Neves (CAMPOS, 2014), o carnaval de Tatuí era tido como o melhor da região. Algumas instituições conseguiram dinheiro para execução do ano inteiro com este dinheiro.

A tradição musical representada pelas bandas de música também impulsionou a criação do Conservatório de Tatuí em 1954. O conjunto de fenômenos culturais motivaram os processos da história musical da cidade. Não obstante, a presença do Conservatório possibilitou a prática e a difusão das bandas, um eco reverberado desde o século XIX, com a Casa do Bimbo, um importante espaço de produção cultural do período. Atualmente, a cidade é reconhecida nacionalmente como a “capital da música”, atributo que contribui para a visibilidade cultural do município, embora, apesar de compor com uma narrativa de atrativo, no entanto, este não é aberto para visitação pública, tampouco para a população local.

As dificuldades encontradas na identificação de atividades culturais contemporâneas e sua relação direta com a fábrica foram um dos principais entraves na busca por fontes confiáveis, embora existam muitas manifestações culturais em Tatuí que deverão ser investigadas ao longo dos trabalhos de campo, em busca destas correlações.

A produção historiográfica sobre a história de Tatuí ainda é escassa, desse modo, são poucos os documentos históricos disponíveis para a análise e, na maioria das vezes, esses exemplares não abordam em sua centralidade a produção cultural do município, o que acaba por dificultar a identificação e a sistematização das suas atividades culturais, sobretudo quanto às suas possíveis correlações com a fábrica São Martinho.

Uma possibilidade foi ampliar a concepção de documento histórico para investigar tanto as referências fotográficas e videográficas como referências da história oral, baseada nos relatos dos moradores da cidade e dos antigos funcionários da fábrica. Desse modo foi possível identificar boa parte das manifestações culturais que compõem o universo social da cidade, bem como permear as temporalidades que envolvem as suas realizações.

Outra questão a destacar é que as produções disponíveis carecem de revisões substanciais, o que acaba por torná-las, cada vez mais, obsoletas. Além disso, muito do que ainda se reproduz está baseado nas sistematizações realizadas pelo historiador tatuiano Renato Ferreira de Camargo (1939-2012), em livros como “Memórias de Tatuí” (1997) e “Achegas para a História Tatuense” (1999). De modo geral, essas publicações reiteram o imaginário da história dominante.

Além disso, reitera-se que a produção de um Inventário Participativo (IP), institucionalizado pelo IPHAN, se constitui enquanto uma ferramenta importante para trazer à luz as memórias apagadas da relação entre inúmeras práticas socioculturais e a existência da Fábrica de Tecidos São Martinho como rugosidade no ambiente urbano de Tatuí.

O reconhecimento da fábrica como Patrimônio Cultural pelo IPHAN poderia incentivar, também, o uso turístico e pedagógico do bem, aproximando, assim, as práticas da preservação do patrimônio aos seus usos sociais contemporâneos e, particularmente, para a inclusão da população local.

4. Identificação das Referências Culturais

A partir da compreensão do território inventariado e em diálogo com os grupos sociais nas atividades participativas identificou-se um conjunto de referências culturais que foram classificadas conforme as categorias do Manual de Aplicação do Iphan. A classificação contou com a criação de uma nova categoria - natureza - tendo em vista as indicações feitas pelos grupos sociais nas atividades de oficinas e Rodas de Conversa.

A seguir são apresentadas as 44 referências culturais identificadas e pesquisadas. Elas foram organizadas em um quadro sintético que permite ter uma visão geral do que foi levantado. Também são apresentados os dados em formato de gráfico que expressa um olhar quantitativo e comparativo entre categorias. Soma-se, ainda, a esse levantamento a elaboração de uma leitura espacial, por meio da cartografia de referências culturais. Para complementar o inventário, são apresentadas as fichas de cada referência na forma de texto explicativo, de forma a possibilitar a compreensão deste rico patrimônio cultural popular.

Quadro 5: Síntese das Referências Culturais identificadas

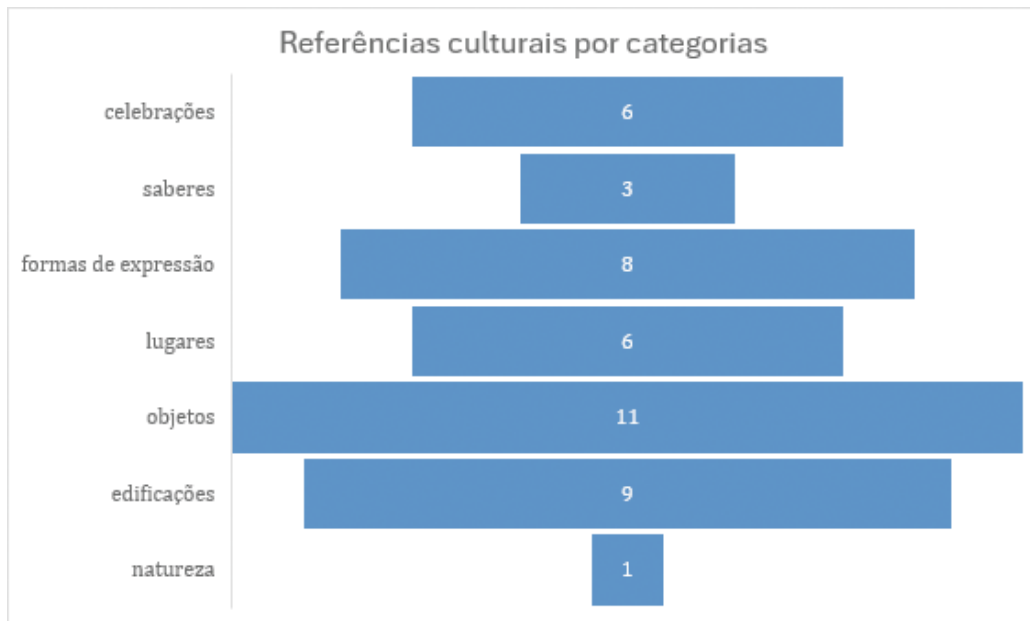
Categoria	Denominação das Referências Culturais
CELEBRAÇÕES (6)	Festas no Casarão da Família Guedes e na Fábrica São Martinho
	Festas de Fim de Ano na Fábrica
	Viagens à praia
	1º de Maio
	Concurso de Sirenes
	Campeonatos de futebol e Liga Tatuiana
SABERES (3)	Saberes do Mundo do Trabalho Têxtil
	Arte Bonequeira
	Táticas da Luta do Futebol
FORMAS DE EXPRESSÃO (08)	Família Operária
	Lenda da noiva
	Boato da visita de D.Pedro II ao Casarão
	Boato da presença de Getúlio Vargas no casarão dos Guedes e na Fábrica
	Indicação
	paisagem sonora da fábrica São Martinho
	Cordão dos Bichos Mirim
Cordão dos Bichos	

LUGARES (6)	Sala do Batedor e Carda
	Praça São Martinho
	Sala dos Troféus do Esporte Clube São Martinho
	Esporte Clube São Martinho
	Campo Beira Rio (antigo Campo São José)
	Vila Esperança
OBJETOS (11)	Troféus do Esporte Clube São Martinho
	Relógio e Sino da Torre
	Camiseta do Esporte Clube São Martinho
	Carro Alegórico Falta D'Água (em memória)
	Urdideira
	Livro de Sindicalizados
	Lançadeira
	Espulas
	Maçaroqueira
	Espuladeira
	Busto de Getúlio Vargas
EDIFICAÇÕES (9)	Casarão dos Guedes
	Fábrica São Martinho
	Museu Histórico Paulo Setúbal
	1ª sede do Conservatório de Tatuí
	Igreja São José Operário de Vila Esperança
	Cine São Martinho (em memória)
	Torre do Relógio da São Martinho
	Vila Operária São Martinho
1ª Sede do Sindicato dos Trabalhadores	
NATUREZA (1)	Ribeirão do Manduca

Os dados evidenciam que as indicações feitas nas oficinas abrangem todas as categorias constantes no Manual de Iphan. Há uma expressiva participação do chamado patrimônio material, que corresponde a 61% do universo total, frente ao patrimônio imaterial que corresponde a 39%. A categoria melhor representada nas indicações foi a de Objetos. Isso se deve principalmente aos objetos relacionados ao trabalho na fábrica, os quais correspondem a quase metade desta categoria. As edificações também correspondem a um grande número deste conjunto e mostram-se diretamente vinculadas com ao mundo fabril: são casas de operários, as instalações da fábrica, a casa do empresário, o sindicato e a igreja dos operários.

O patrimônio imaterial representado nas celebrações, formas de expressão e saberes coloca em evidência as relações estabelecidas entre o mundo do trabalho e aquilo que *aparentemente* pode ser considerado como fora dele: o futebol, a música e o carnaval. As referências indicadas reforçam o fato de que a cultura da classe trabalhadora se enraizou no território, permanecendo mesmo com o fim do trabalho fabril nas históricas tecelagens de Tatuí.

Gráfico 3: Número de referências culturais por categoria



Fonte: Dados organizados pela equipe

O mapeamento das referências culturais identificadas, conforme se constata a seguir, permite observar os aspectos sobre essa espacialidade. Em particular o fato de que a fábrica exerce uma força de centralidade, aglutinando os bens culturais em seu entorno, configurando uma territorialidade cujo sentido é dado pelo cotidiano do trabalho e da vida da classe trabalhadora. Entretanto, outros bens identificados, ligados ao universo fabril, se espalham pela área central da cidade, a leste e ao sul, mostrando que a territorialidade configurada pela cultura operária é mais ampla abarcando outras partes da cidade.

Inventário Participativo - Referências culturais

Polígonos

- 1 - Festa do Casarão da Família Guedes e na Fábrica São Martinho
- 2 - Festas de fim de Ano na Fábrica
- 3 - Viagem à praia
- 4.1 - 1º de Maio - Homenagem
- 4.2 - 1º de Maio - Avorada
- 4.3 - 1º de Maio - Missa e festa na rua
- 5.1 - Concurso de Sereias - antiga Tecelagem Santa Adélia
- 5.2 - Concurso de Sereias - Companhia Têxtil São Martinho
- 5.3 - Concurso de Sereias - Fábrica Santa Isabel
- 6 - Competição de futebol e Liga Tatuiana

Sábios

- 7 - Saberes do Mundo do Trabalho Têxtil
- 8 - Arte do carpinteiro - sede do Cordeão Politécnico Tatuianense
- 9 - Fábrica da Luta do Povo

Formas de Expressão

- 10.1 - 10.2 - 10.3 - Família Operária
- 11 - Lenda da Neve
- 12 - Boato da visita do D. Pedro II ao Casarão
- 13.2 - Boato da presença de Getúlio Vargas na Fábrica São Martinho
- 13.4 - Boato da presença de Getúlio Vargas no casarão dos Guedes
- 14 - Trindade
- 15 - Paisagem sonora da Fábrica São Martinho
- 16 - Cordeão dos Bichos Mirim
- 17 - Cordeão dos Bichos

Lugares

- 18 - Salão do Bebê e Cards
- 19 - Praça São Martinho
- 20 - Salão Têxtil do Esporte Clube São Martinho
- 21 - Centro de São Martinho
- 22 - Campo base do antigo Campo São José
- 23 - Vila Esperança

Objetos

- 24 - Troféus do Esporte Clube São Martinho
- 25 - Relógio e Sino da Torre
- 26 - Camiseta do Esporte Clube São Martinho
- 27 - Cetro alegórico Fiel D'Água
- 28 - Urucirei
- 29 - Livro de Sindicalizados
- 30 - Lanyalêira
- 31 - Escovas
- 32 - Neopreneira
- 33 - Espalhoeira
- 34 - Busto de Getúlio Vargas

Edificações

- 35 - Casarão dos Guedes
- 36 - Fábrica São Martinho
- 37 - Museu Histórico Paulo Sebald
- 38 - Primeira sede do Conservatório de Tatuí
- 39 - Igreja São José Operário da Vila Esperança
- 40 - Casa São Martinho
- 41 - Torre do Relógio de São Martinho
- 42.1 - 42.2 - Vila Operária São Martinho
- 43 - Primeira sede do Sindicato dos Trabalhadores em Fiação e Tecelagem de Tatuí e Região

Natureza

- 44 - Ribeirão Manduca

Polígonos

- Ribeirão Manduca
- Vila Nova Esperança
- Vila Operária
- Vila Esperança
- São Martinho

Base Cartográfica: Malha Municipal IBGE (2022)
Projeção: DATUM SIRGAS 2000
Coordenadas UTM - Fuso 23S
Elaboração: Luísa S. Trematerra

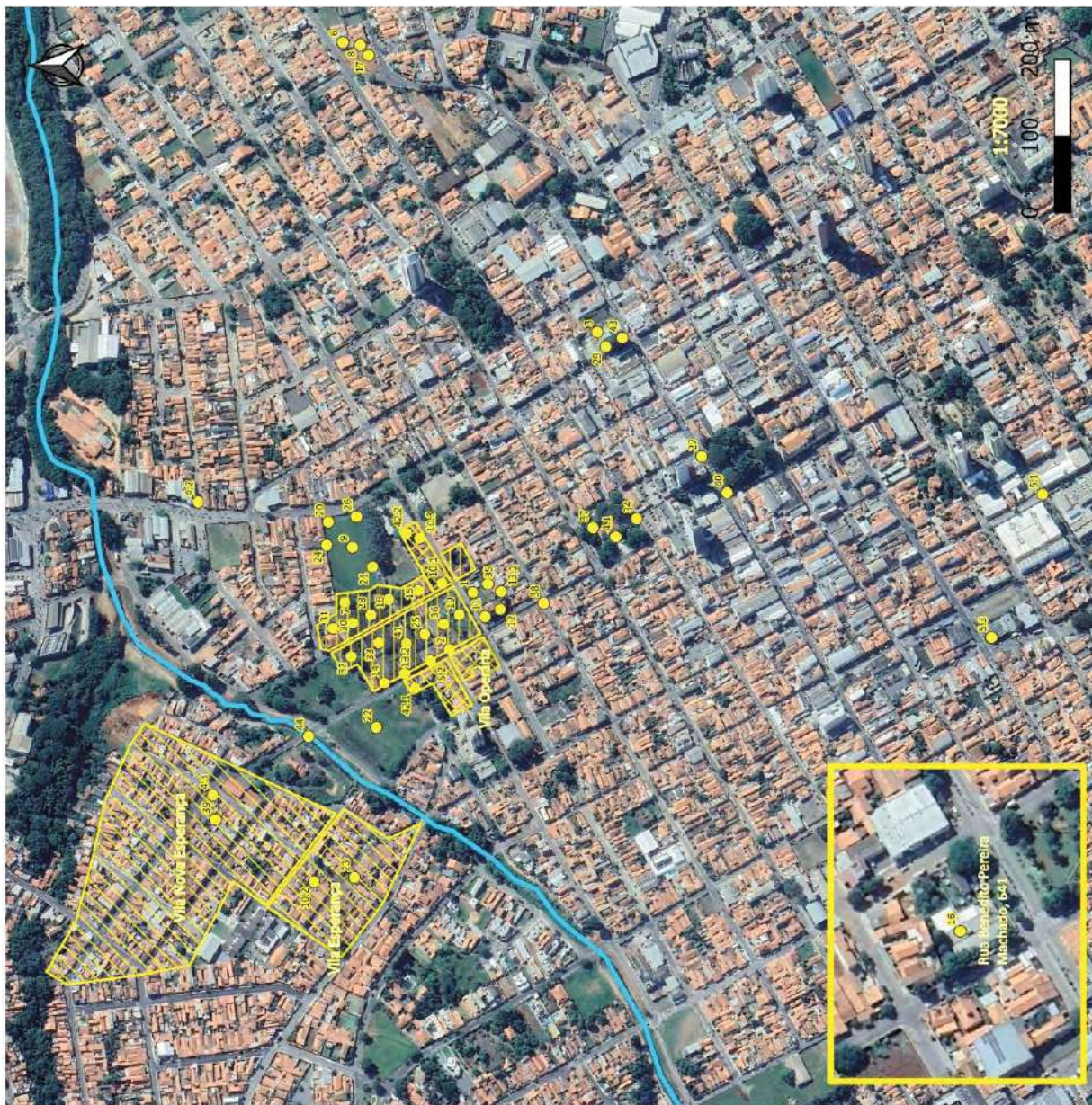


Figura 34: Mapa das referências culturais do Inventário Participativo da antiga Tecelagem São Martinho.

APRESENTAÇÃO DAS REFERÊNCIAS CULTURAIS

4.1. Celebrações

4.1.1. Festas no antigo casarão da família Guedes e na fábrica São Martinho



Figura 35 e 36: Cartazes de divulgação da festa no Casarão, organizada por Jorge Rozek, maio de 1996.
Fonte: Acervo Tony Guedes.

O que é?

Entre os anos de 1995 e 2000, o antigo casarão da família Guedes e a fábrica de tecido São Martinho, foram utilizados esporadicamente para a realização de festas que serviam como uma forma de entretenimento para a população local.

O casarão foi utilizado para o uso residencial pelos proprietários da fábrica até o final dos anos 80. Desde os anos 1990, quando a fábrica faliu, o casarão e os galpões fabris deixaram de ser utilizados e entraram em estado de abandono, fato que justifica o mau estado de conservação dessas edificações.

No decorrer dos anos 1990, o casarão e a fábrica passaram a ser locais de realização de algumas festas organizadas pela agência Fábrica de Eventos e, por isso, tornaram-se locais simbolicamente representativos para os antigos frequentadores desses eventos,

por estreitar os laços de sociabilidade entre as pessoas, ao serem locais de encontro, lazer, entretenimento e diversão.

Segundo Guarinello (2001, p. 972), “A festa é uma produção do cotidiano, uma ação coletiva, que se dá num tempo e lugar definido e especial, implicando a concentração de afetos e emoções (...), e cujo produto principal é a simbolização da unidade dos participantes na esfera de uma determinada identidade. Festa é um ponto de confluência das ações sociais cujo fim é a própria reunião ativa de seus participantes”. São, portanto, um importante *lócus* de sociabilidade oferecendo uma pausa na rotina do trabalho.

Segundo Jorge Rizek, antigo proprietário da empresa Fábrica de Eventos, “ocorreram três festas em cada um desses lugares e uma virada cultural na fábrica. As festas ocorriam das 22h às 4h e a virada ocorreu em dois dias, aos finais de semana”. Os imóveis eram alugados para tais finalidades e entregues limpos e em ordem após o evento, afirma Rizek.

As festas não implicam apenas na presença de um número determinado de pessoas em certo lugar. Pressupõem também a participação ativa do público visando a “[...] superação das distâncias entre os indivíduos; a produção de um estado de efervescência coletiva; e a transgressão das normas coletivas” (Durkheim, 1968 *apud* Amaral, 1998, p. 14). Sua relevância social e cultural fortalece o sentimento de identidade e pertencimento do grupo, além de suscitar memórias individuais e coletivas em torno dos espaços onde ocorrem e de seus elementos característicos como as músicas, danças, comidas e bebidas, rituais entre outros aspectos que lhes são característicos.



Figura 37: Festival na Fábrica, em 2013. Fonte: Acervo Tony Guedes

Nas festas ocorridas no casarão e na fábrica tocava-se música eletrônica, portanto, os tipos de músicas e as danças eram os principais fatores de atração das pessoas, porém, os locais em que ocorriam aumentavam a atratividade dos eventos, por seus aspectos diferenciais e por já serem considerados locais de referência simbólica para muitos moradores da cidade.

Segundo Di Meo (2001, p. 1-2), “A festa possui com efeito a capacidade de produzir símbolos territoriais cujo o uso social se prolonga bem além de sua duração. Esta simbólica festiva une e qualifica lugares [...]”, que se tornam referências à memória e à identidade daqueles que frequentavam esses espaços nos momentos festivos. Portanto, o antigo casarão da família Guedes e as instalações da São Martinho são também espaços de referência para a população local por avivar memórias e histórias da comunidade em torno dos fatos e acontecimentos ocorridos nas festas celebradas nos imóveis.

4.1.2. Festas de final de ano



Figura 38 e 39: Confraternização de trabalhadores.
Fonte: Acervo Sindicato dos Trabalhadores

O que é?

A Companhia Têxtil promoveu, nos últimos anos da década de 1980, festas de confraternização nos finais de ano, com o oferecimento de bebidas e alimentos aos operários.

Diversos deles relatam, com entusiasmo, estas confraternizações, indicando que eram momentos de descontração, no qual, em geral, era oferecido um churrasco.

De acordo com o ex-funcionário Reginaldo Oliveira, em quatro anos consecutivos esta celebração aconteceu: 1986, 1987, 1988 e 1989, sempre em algum dos ambientes da própria indústria. Segundo ele, em 1986, 1988 e 1989 ocorreu na chamada “sala de

pano”. No ano de 1987, a reunião foi realizada em um edifício secundário, localizado na Rua Coronel Aureliano de Camargo, onde hoje encontra-se instalado um antiquário.

Oliveira ainda relata que se lembra de ter havido o evento também em 1990 e 1991, porém não se lembra do local. Em 1992, a confraternização aconteceu em um restaurante da cidade, por iniciativa dos funcionários, não sendo mais subsidiada pela São Martinho.

Fica evidente, nestas narrativas, que os proprietários não participavam destes momentos, apenas os funcionários, dos mais diferentes cargos. Este é um fator destacado por muitos dos ex-operários: como os funcionários em cargos de chefia eram cordiais, e até por vezes paternais, com os operários mais jovens ou de posição mais modesta dentro da hierarquia industrial. Esta fala é sempre colocada como um gesto de cortesia, de bondade, de admiração e não como algo primordial, de respeito.

4.1.3. Viagens à Praia



Figura 40 e 41: Ônibus para transporte nos eventos e antiga sede do Sindicato.
Fonte: acervo do Sindicato dos Trabalhadores

O que é?

Ex-operários da Companhia Têxtil relatam que, por vezes, foram ao litoral Sul de São Paulo em excursões organizadas pelo Sindicato dos Têxteis da cidade, a preços módicos.

Segundo eles, iam em ônibus fretado, dormiam em pousadas, e retornavam no dia seguinte. Muitos apontam que estas viagens foram a primeira vez que tiveram a oportunidade de ver o mar, sendo um momento realmente marcante em suas vidas.

4.1.4. 1º de Maio



Figura 42: Festa do Dia do Trabalho, com homenagem a Getúlio Vargas, e entrega de ramalhetes, s/data.
Fonte: Acervo do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Fiação e Tecelagem.

O que é?

O 1º de maio é um conjunto de celebrações que acontecem no Dia do Trabalhador, data de comemoração internacional. Este conjunto é composto de momentos que articulam a dimensão política (ato político de homenagem às lutas, as conquistas da classe e a afirmação de direitos), a dimensão religiosa (tradição de devoção e fé a São José Operário como o padroeiro e protetor da classe trabalhadora), a celebração esportiva (campeonato de futebol que completa a festa do trabalho) e a dimensão profana (celebração dionisíaca dos comes e bebes, do encontro e a sociabilidade na rua) e que fazem parte da cultura da classe trabalhadora, constituindo um de seus momentos mais significativos.

História: 1º de maio em Tatuí

A festa começava com a Alvorada da Banda Santa Cruz e depois percorria a cidade. Havia, também, um café da manhã no sindicato. À tarde ocorria a homenagem ao Getúlio Vargas, junto ao seu busto que fica na praça. Eram levados ramalhetes de flores em homenagem ao ex-presidente e havia uma espécie de comício, com discursos proferidos pelos sindicalistas.

A Festa do 1o de Maio também incluiu comemorações religiosas na Igreja São José Operário, com a realização de missa (vide ficha da Igreja). Logo após a missa, havia uma festa na rua, em frente a igreja, com comidas e bebidas.

Soma-se a comemoração a realização de atividades esportivas, como o Campeonato de Futebol 1º de maio.



Figura 43: Jogadores do campeonato de Confraternização do 1º de maio.
Fonte: Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Tatuí.



Figura 44: Campeonatos da confraternização do 1º de maio, em 1977 e em 1974.
Fonte: Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Tatuí.

História de uma data

Segundo Del Roio (1998) a data de 1º de maio representa, mundialmente, o mais importante símbolo da luta dos trabalhadores pela jornada de trabalho de 8 horas diárias. Na Europa, essa pauta foi debatida pela primeira vez no Congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores, conhecida como Primeira Internacional, no ano de 1866. A partir daí, a pauta das 8 horas unificou a luta dos trabalhadores em várias partes do mundo.

Mas foram os acontecimentos trágicos ligados à violenta repressão policial ocorrida na cidade de Chicago (EUA) e seus desdobramentos, em 1886, que tornaram o 1º de maio como símbolo mundial da luta dos trabalhadores.

Ao início do mês de maio de 1886 eclodiram uma série de greves em cidades norte-americanas, entre elas Chicago, até então, vanguarda do capitalismo americano pela dimensão da concentração de estabelecimentos industriais. A cidade era também o centro do anarquismo na América do Norte.

Para marcar a greve, os trabalhadores organizaram uma passeata no dia 1º de maio, daquele ano de 1886. A passeata reuniu dezenas de milhares de trabalhadores e suas famílias que tomaram as ruas da cidade e terminou pacificamente com um comício e dispersão do público.

Alguns dias depois, em continuidade ao movimento paredista, operários são assassinados, feridos e presos por forças policiais enquanto protestavam em frente a uma fábrica de Chicago. Nova manifestação então foi marcada para dar força e união ao movimento. Ao final desta, com o público já se dispersando, uma bomba estourou no meio dos guardas e isso desencadeou uma reação violenta e muitas mortes entre operários, prisões e a destruição de sedes de sindicatos, além de toque de recolher e estado de sítio.

Como desdobramento do ocorrido, 8 lideranças sindicais foram processadas, julgadas e condenadas, alguns a prisão perpétua, outros à execução por enforcamento. Em novembro de 1886, quatro sindicalistas, Spies, Engel, Fischer e Parsons, são executados.

Em homenagem aos que morreram no episódio lutando contra a exploração do trabalho, dois anos depois, em 1888, o Congresso da Federação de Trabalhadores Americanos (AFL) estabeleceu o dia 1º de maio como marco simbólico da luta pela jornada de 8 horas. Em 1889, foi a vez do Congresso da recém fundada Segunda Internacional dos Trabalhadores colocar dentre suas resoluções a indicação do 1º de maio como uma data de luta, de realização de greves e manifestações pela defesa da jornada de 8 horas.

1º. de maio no Brasil

O movimento internacional pelas 8 horas alcançou muito lentamente o Brasil, país que, em finais do século XIX, vivia iniciativas ainda incipientes de industrialização. Durante a Primeira República os trabalhadores não contavam com nenhum direito, segundo Del Roio (1998), e surgiram as primeiras tentativas de criação de um partido operário incorporando em seu programa a jornada de 8 horas.

Para o autor, a primeira cidade brasileira que comemorou o 1º de maio foi Santos, no ano de 1895, fruto da ação do Centro Socialista, fundado por Silvério Fontes de Araujo, Sóter Araújo e Carlos Escobar, em 1889. De acordo com o autor, a cidade de Santos foi vanguarda no movimento de trabalhadores, com a fundação do círculo operário intitulado Sociedade Primeiro de Maio. Também é preciso lembrar do pioneirismo na greve de 1877, dos carregadores do Porto.

A luta pela jornada de 8 horas foi incorporada às primeiras organizações de trabalhadores no alvorecer do século XX. Segundo Dias (1977), o ano de 1903 marcou a estaca zero da organização sindical no país, quando começaram a aparecer as primeiras greves com caráter reivindicatório, fruto da ação de ligas operárias, uniões profissionais e associações de resistência. As jornadas de trabalho eram diferenciadas conforme a categoria profissional, variando de 10 a 12 horas. Os salários eram baixos e a vida do trabalhador era de agonizante sujeição, segundo o autor. As greves que começaram a ser organizadas, a partir de 1903, tiveram como pauta a redução da jornada de trabalho e o 1º de maio foi reivindicado como um dia de protesto contra a exploração e opressão no trabalho. O primeiro Congresso Operário Brasileiro, realizado em 1906, reforça a data como jornada de luta.

Entretanto, na década de 1920, o intenso controle policial promovido pelo Estado Brasileiro com apoio dos empresários, resultou em enfraquecimento das organizações operárias e a data de 1º de maio foi apropriada pelo presidente Arthur Bernardes com outra finalidade, transformando-se em feriado nacional voltado a promover o conagraçamento entre capital e trabalho. Na mensagem enviada ao legislativo para justificar o feriado, o presidente afirma a necessidade de transformar a data em “glorificação do trabalho ordeiro e útil, em oposição aos protestos subversivos anteriores”.

A partir de 1930, com a constituição do Estado Getulista e sua necessidade de regulamentar as relações trabalhistas no país, tem-se a criação do Ministério do Trabalho e o Decreto no. 21.364/1932 que regulamentou a jornada de trabalho de 8 horas para a indústria.

Sob tal política, Getúlio Vargas transforma o 1º de maio em um evento oficial dedicado à festa do trabalho, retirando da data seu significado político contestador.

É nesta data, em 1943, que se edita o decreto-lei 5.452, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Este processo acentua-se na ditadura pós 1964, com a intensa perseguição de lideranças operárias e o fechamento dos sindicatos. A data passou a ser motivo de recordação subversiva com a circulação clandestina de panfletos e jornais, além das inscrições nos muros das fábricas, sempre sob controle e vigilância dos órgãos de repressão.

Mesmo assim, os operários voltaram a marcar a data com manifestações políticas no final dos anos 1970, quando o novo sindicalismo surgiu com força na região do ABC paulista. As emblemáticas missas do 1º de maio, realizadas na Igreja Matriz de São Bernardo do Campo, tornaram-se um evento político de resistência à ditadura que marcou o movimento operário.

4.1.5. Concurso de sirenes



Figura 45, 46 e 47: Fiação Santa Izabel, Fábrica São Martinho e Fábrica Campos Irmãos.
Fonte: Arquivo Erasmo Peixoto e Acervo Museu Paulo Setúbal.

O que é?

Antigo marco sonoro na cidade, que compunha a celebração do final de ano com o toque das sirenes das tecelagens da cidade, durante a virada do ano. As sirenes das fábricas, ao anunciarem a chegada do ano, são ressignificadas na vida popular, deixando de ser reguladores do tempo de trabalho para se transformarem no marco temporal e celebrativo do ano que chega e das esperanças renovadas relacionadas a ele.

As fábricas competiam em uma espécie de concurso da sirene na qual a vencedora seria a mais longa no tempo. A Fábrica São Martinho era recorrentemente campeã. Maria Bernardete, moradora vizinha da fábrica, lembra com saudades do concurso de sirenes que marcava a passagem do ano, evidenciando que a sirene de fábrica compõe inexoravelmente a memória da classe trabalhadora, na medida em que constitui um importante marcador do tempo social, do ritmo do trabalho com suas trocas de turno e da própria vida cotidiana. Por meio dela organizava-se e controlava-se o tempo, disciplinando o espaço fabril e a vida do trabalhador. A sirene era o relógio das fábricas, regulando os horários, convocando para o trabalho ou liberando o trabalhador para o descanso ao findar o seu expediente.

Assim, na organização da vida cotidiana da classe trabalhadora, a sirene pode ser entendida como um “ruído sagrado”. Conforme destacou Leal (2022), na sua origem o ruído sagrado relacionava-se com eventos naturais como o barulho do trovão, de erupções vulcânicas e tempestades, acreditando-se que tais sons representavam combates divinos ou a ira dos deuses para com o homem. Para o autor, por analogia, a expressão pode ser estendida aos ruídos sociais como o toque dos sinos de igreja, o ruído industrial, as sirenes de fábrica. Segundo ele, esse conceito está ligado à expressão de poder: som e poder entrelaçados em uma relação na qual atores sociais proeminentes exibem, ou mesmo ostentam, sua posição pelo uso do som.

4.1.6. Campeonatos de Futebol e Liga Tatuiana



Figura 48: Time do Clube São Martinho de Tatuí, de Tatuí.
Fonte: Acervo do Museu Histórico Paulo Setúbal.

O que é?

Os campeonatos organizados pela Liga Tatuiana de Futebol podem se configurar como momentos de celebração, principalmente, ao considerar-se o aspecto da sociabilidade, característica marcante quando são mencionados nos relatos de seus frequentadores. Isso se dá, em decorrência de uma série de fatores, sendo o principal deles o fato de que os campeonatos são eventos que não envolvem somente os jogadores e sim a comunidade como um todo, além de promoverem um sentimento de pertencimento e unidade para aqueles que a integram. Dessa forma, quando foram mencionados em relatos poucas vezes o aspecto central foi a qualidade do jogo ou do campeonato, mas o fato de como as famílias iam assistir e torcer ou até mesmo das outras atividades que eram realizadas para comemorar o campeonato.

Já no que se refere a Liga Tatuiana de Futebol (LITAFU), ela se trata da principal entidade do futebol em Tatuí, fundada no dia 30 de dezembro de 1953, respondendo à Federação Paulista de Futebol (FPF). É responsável por organizar jogos e campeonatos para seus 33 times membros, entre eles o Esporte Clube São Martinho. Sendo assim, o time da São Martinho já participou de uma série de campeonatos, entre eles a Copa Rádio, descrita como a mais tradicional e como o evento esportivo mais aguardado de Tatuí. Ela já está em sua 21ª edição, dentre as quais o Esporte Clube São Martinho saiu vitorioso em nove vezes.

Outro campeonato que recebeu bastante destaque nas entrevistas foi o Campeonato de 1º de Maio, entre os times das Fábricas São Martinho, Santa Cruz e Santa Adélia, as três principais fábricas da cidade na época. Esse torneio era uma celebração do Dia do Trabalho realizada pelos operários, contando inclusive com samba, e por isso era organizada pelo sindicato e não pela LITAFU. Além disso, foram mencionados diversos outros campeonatos como o Campeonato de Verão da São Martinho, que teve sua 25ª edição em 2022, e o Campeonato Paulista Amador de Futebol, o qual foi vice-campeão em 2006.

Além dos campeonatos que foram mencionados nas entrevistas e oficinas, os quais parecem ter significado mais afetivo para os que estavam envolvidos, o Esporte Clube São Martinho também foi campeão dos seguintes torneios:

- Campeão da 26ª Copa Região em 1944;
- Campeão Regional em 1944, 1945, 1949, 1953, 1955, 1961, 1965, 1967, 1968, 1969, 1970, 1971, 1983, 1984, 1989, 1991 e 1996;
- Campeão do Torneio Início em 1958, 1961, 1967, 1969, 1977 e 1978;
- Campeão Triangular em 1958 e 1969;
- Campeão da Taça Altamiro Vieira em 1977;
- Campeão da Copa Tatuí em 1993;
- Campeão Amador em 1944, 1996 e 1997;

Por fim, um dos campeonatos de maior destaque que o Esporte Clube São Martinho disputou foi a Divisão do Interior em 1944, porém infelizmente não foi campeão.

4.2. Saberes

4.2.1. Saberes do Mundo do Trabalho Têxtil



Figura 49: Saberes do trabalho na indústria têxtil.

Fonte: Painel do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Tatuí.

O que é?

Conjunto de conhecimentos do mundo do trabalho têxtil que configuram um saber altamente especializado, mas que é aprendido na prática no chão de fábrica, passado de trabalhador/ a trabalhador/a e que se introduzem precocemente, quando o aprendiz muito jovem entra na fábrica. São os saberes ligados à indústria, à vida e ao trabalho fabril, que dizem respeito à atuação direta no ambiente da fábrica, que são aprendidos na formalidade, mas também no cotidiano das fábricas, passados entre colegas, entre familiares. O domínio dos códigos, conhecimentos e saberes na fábrica dão sentido, articulam identidades e memórias e são motivo de orgulho para os trabalhadores. Os saberes da indústria dão sentido de uso e valoram a dimensão do trabalho fabril no campo do patrimônio industrial.

Nos processos de escuta e nas entrevistas do inventário foram recorrentes as memórias dos saberes do trabalho, articuladas com orgulho do trabalho na Fábrica São Martinho. Nas memórias orais dos trabalhadores, o recontar da complexidade do que se executava como trabalho dentro da fábrica, do lugar na linha de produção, do aprendizado do ofício e de suas dificuldades, se deu nas diversas entrevistas.

História

A indústria têxtil é dos ramos produtivos mais tradicionais, presente no início da industrialização do Brasil. Antes disso, a produção artesanal têxtil sempre esteve presente na nossa história, com seus saberes e técnicas passados de geração em geração. A cadeia têxtil industrial, que transforma fibras naturais e sintéticas em tecidos e produtos acabados, é formada por uma complexa série de etapas, setores e máquinas diversas.

Apesar de um contexto individualizante e impessoal muitas vezes associado ao trabalho industrial, a transmissão de saberes e técnicas da produção têxtil na indústria têxtil São Martinho sempre foi algo marcado no dia a dia da fábrica. Cada máquina tinha sua especificidade de cuidados e técnica, que eram adquiridos pelos trabalhadores tanto para se evitar acidentes de trabalho e no aumento da produtividade, quanto para se evitar erros na produção.

Nesse sentido, o trabalhador que muitas vezes entrava na fábrica com 13 ou 14 anos, iniciava como aprendiz em um setor ou máquina específico, aprendendo com seu superior e por conta própria as especificidades dos cuidados e técnicas de seu, para então passar esse conhecimento adiante aos próximos trabalhadores que chegarem na fábrica.

A seguir estão algumas máquinas situadas na Fábrica São Martinho e seus saberes específicos.

Saberes na fábrica

Os levantamentos e conversas com antigos trabalhadores evidenciaram alguns saberes especializados do interior da fábrica que foram anunciados como referências culturais importantes. Foram lembrados os conhecimentos ligados ao ring e a roca, que se destacam a seguir.

O ring é uma máquina de produção de fios, também chamada de filatório a anel. Nesta máquina é feito o processo chamado de fiação a anel, em que o pavio que saiu da maçaroca é torcido até se constituir um fio de acordo com a especificidade a ser produzida.

Segundo relatos de trabalhadores da fábrica, cada setor tinha um saber específico. Para se operar o Ring era preciso muita agilidade, prática e clareza pois havia sérios riscos de acidentes de trabalho na máquina, como queimaduras.

Hoje em dia, há fios produzidos, os chamados “fios open end”, em que os processos de estiragem, afinamento da carda e torção são feitos apenas em uma máquina, ao invés de passar pela passadeira, maçarqueira e depois o ring. No entanto, pela razão do processo feito em uma única máquina afetar a resistência do fio, o processo de fiação ainda é feito como no século XX e na fábrica São Martinho. Durante as entrevistas, ouvimos muitas menções sobre a delicadeza do trabalho no Ring e sobre os riscos de acidentes graves de trabalho.

Já a roca, é um instrumento bastante antigo utilizado nas primeiras iniciativas de fiação como atividade artesanal. Com o advento das primeiras indústrias têxteis, a roca transforma-se em maquinário fabril. A máquina conhecida como roca, ou roca de fiar, assim como no ring, desempenha a função de transformar uma fibra em fio, utilizando uma vara que se estende até um cabeçalho onde a fibra é enrolada. O processo de filamento é executado por meio de uma roda, manivela (ou pedal) e um suporte giratório. O componente essencial dessa máquina é a roda, responsável por acionar as demais partes do mecanismo. O pedal, conectado à roda por uma barra de transmissão, é crucial para mobilizar o conjunto. Além disso, a máquina inclui uma espula (ver ficha sobre espulas e espuladeira) com uma ferramenta que automaticamente forma nós, denominada “maquineta”. Essa técnica, embora valiosa, traz consigo desafios, uma vez que a prática relacionada a essa máquina está associada a muitos casos de queimaduras e acidentes de trabalho. A importância dos saberes acerca dessa máquina é destacada, ressaltando que a compreensão aprofundada da operação e precauções necessárias é crucial para evitar incidentes.

Hoje em dia o processo de fiação pode ser feito de algumas maneiras tanto para fibras sintéticas quanto naturais, são utilizadas algumas máquinas como fiação a rotor ou fiação de fios open end.

Surgimento da proteção legal no mundo

Nos países europeus a partir da desindustrialização nos anos 1960, com a transformação das relações de produção, novo operariado, o patrimônio industrial como conceito emerge na Europa nos anos 1970, ganha força na década de 1980 como símbolo da democratização e alargamento do campo. O patrimônio industrial esteve inicialmente focado nas dimensões formais e arquitetônicas dos espaços de produção. Embora tradicionais, elas colaboraram na superação de critérios estético-estilísticos

que comumente conformam as valorações. A criação em 1973 do TICCIH - The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage - foi resultado de processo de debates sobre o tema que remontam, no cenário internacional, à década de 1950.

A ideia de saberes industriais como conceitos que articulam, também, a memória e o patrimônio foram lentamente gestados. O reconhecimento dos múltiplos valores - testemunhais, históricos, sociais - nos quais a experiência do trabalho industrial, nas suas dimensões técnicas, tecnológicas e sociais articuladas pelos sujeitos no passado e no presente, é mais recente. Em 2003, com a Carta de Nizhny Tagil traz uma definição mais ampliada, mas ainda bastante atrelada à materialidade:

“O patrimônio industrial compreende os vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico ou científico. Estes vestígios englobam edifícios e maquinaria, oficinas, fábricas, minas e locais de tratamento e de refinação, entrepostos e armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de energia, meios de transporte e todas as suas estruturas e infra-estruturas, assim como os locais onde se desenvolveram atividades sociais relacionadas com a indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação.”

Os Princípios de Dublin de 2011 há uma ampliação considerável dessa definição, incorporando as dimensões intangíveis da industrialização - e, portanto, dos saberes, de forma mais direta:

“os saberes e fazeres técnicos, a organização do trabalho e dos trabalhadores, ou um complexo legado de práticas sociais e culturais resultantes da influência da indústria na vida das comunidades, as quais provocaram decisivas mudanças organizacionais em sociedades inteiras e no mundo em geral.”

No caso brasileiro, não é frequente que os saberes da indústria sejam colocados em foco. O desafio segue sendo o de superar o fetiche da materialidade e valorar a dimensão social e memorial, compreender a dimensão urbana e a cultura material dos vestígios industriais, ainda está por se fazer. As valorações à materialidade guiam tombamentos e salvaguardas, dificultando a expansão dos valores. No Brasil, além de os espaços de produção serem os que receberam mais atenção, do ponto de vista da proteção legal, tal valoração se dá, principalmente, considerando a presença ou a ausência de seus atributos. A separação entre o valor da materialidade e os espaços de memória e cotidiano da sociabilidade operária é um valor a ser pactuado.

4.2.2. Arte Bonequeira



Figura 50: Bonecos do Cordão dos Bichos.
Fonte: Acervo Museu Paulo Setúbal

O que é?

Saberes envolvidos na confecção dos bonecos e cabeções utilizados no Cordão dos Bichos. Os bonecos e cabeções são produzidos com armações de bambu, madeira ou ferro, papelão, jornal, cola, tintas e tecidos, a partir da técnica da papietagem. A produção dos bonecos de bichos era viabilizada, no passado, por meio das sobras dos materiais da fábrica São Martinho, como a estopa, retalhos de malha diversos, predominantemente de algodão, que geralmente era utilizada para a limpeza das máquinas e de outros equipamentos da indústria.

O conjunto de saberes aplicados à arte estava relacionado às técnicas de produção empregadas no ambiente laboral, com destaque para as contribuições do mecânico inglês Tomaz Kershaw, funcionário da tecelagem. As confecções e restaurações desses objetos são realizadas anualmente pelos membros da diretoria, que são os detentores desses modos de fazer, e também os seus guardiões, responsáveis por transmiti-los.

4.2.3. Táticas da luta do futebol



Figura 51: Edição de 25 de abril de 1981 do jornal Folha de São Paulo noticiando sobre a mobilização do Clube São Martinho pelo direito de propriedade e uso do campo.

Fonte: José Norbal, 2023

O que é?

Os saberes da luta do futebol são compostos pelos conhecimentos, técnicas, recursos sociais e materiais articulados pela diretoria do Esporte Clube São Martinho no período de 1978 à 1986 para a luta de garantia ao direito de uso e propriedade sobre seu campo de futebol, área que foi doada verbalmente ao operários em 1939 pelo então proprietário da fábrica, Dario Meirelles, e consolidando a formação do clube. A fábrica buscou de várias formas pressionar o grupo esportivo como ameaças de demissão e utilização de cadeados nos portões do clube para impedir o acesso dos operários. A diretoria do clube precisou buscar formas de se articular para poder continuar com as atividades esportivas, e logo, permitir a continuidade do clube, fundado por trabalhadores da fábrica e meio principal do lazer operário.

Origem do campo

A história do clube está atrelada à fábrica São Martinho. Conforme Oswaldo Laranjeira Filho, ex-jogador e que fez parte da direção do clube em vários momentos, o São Martinho não nasceu na Rua Capitão Lisboa, mas atrás, do lado oeste do Clube São Martinho, há um terreno hoje murado que funciona o Centro de Orientação e Serviços a Comunidade (COSC) que na época chamava-se Camelo, o campo do Camelo. O nome origina da topografia da área pois havia no terreno acidentado uma saliência como se fosse a corcova de um camelo (VOZ DA SAUDADE, 2023).

Em 1939, a fábrica era de propriedade de Dario Freire Meirelles e com o aumento de popularidade do clube, Dario passou a se tornar um benemérito do clube, com a doação de um campo, no perímetro da propriedade da Fábrica Têxtil São Martinho. Como afirma José Norbal, ex-jogador e também membro constante da direção do clube, “aquele início do século XX, não havia muito alternativas de lazer e o futebol já era uma paixão entre os brasileiros” e complementa que a doação do campo foi verbal e que “não havia naturalmente desmembramento, não havia uma escritura de cessão ao Esporte Clube”.

O embate da piscina e o início da pressão pela fábrica

Oswaldo Laranjeira Filho, na época jogador e primeiro-secretário do clube pela diretoria de 1978, diz que havia uma disputa intensa entre o São Martinho e o XI de Agosto. Dessa rivalidade, surgiu a demanda dos frequentadores do São Martinho de uma piscina maior que a do clube rival. Em 1978, quando a diretoria assumiu, e da qual era composta por jogadores, tiveram a ideia de terminar a piscina, obra que para ser concluída seria necessário a solicitação de um metro linear do terreno fabril. Laranjeira diz que a piscina “era colada ao muro divisório do clube com a fábrica, então não havia passagem. Então nós fomos lá na fábrica, achando que era uma coisa normalíssima, para pedir um metro para ele, ou para comprar um metro [...] Foi quando o gerente da fábrica ficou tremendamente irritado. Pediu para que nós saíssemos, que não ia ter conversa e já foi lá e encadeou os portões do Esporte Clube do São Martinho” (VOZ DA SAUDADE, 2023).

Desse momento vemos o início do modo de fazer por parte da fábrica em um sentido prático com a utilização de cadeados e correntes que impediam o acesso físico ao campo, e ao mesmo tempo, uma prática ritual e simbólica buscando representar a sua a força de poder perante o operariado. Contra isso, a diretoria, os jogadores e simpatizantes do clube, segundo recorda Laranjeira, “a gente, a cada fechamento do cadeado, a gente ia, arrebentava e entrava a treinar. E às vezes a gente não conseguia

arrebentar o cadeado, a gente pulava o muro”. Isso criou um tremendo problema, porque houve uma briga interna que envolveu muita gente. A diretoria quase toda saiu. Ficamos quatro: Nicolau Sinisgalli Sobrinho, que era o presidente; José Roberto Pires de Campos [o “Pilico”], diretor de patrimônio; José Norbal Moraes Marques, diretor esportivo; e eu que era primeiro secretário. Mas em momento algum a gente acreditava que fosse ganhar”. José Norbal relembra que Nicolau foi uma figura muito importante nesse período, “homem muito correto, sério, dedicadíssimo, foi um gigante na condição da presidência do São Martinho principalmente nesse episódio” (VOZ DA SAUDADE, 2023).

Norbal recorda desse período também quando em 1981, foi pela primeira vez chamado para quebrar cadeados e correntes do portão. Alguém tinha fechado o portão em dia de treino, e os jogadores procuraram Pilico e Norbal. O último diz que “sem entender muito, eu fui, quebrei o cadeado, falei bem, não tem outra alternativa”. Quebrar o cadeado para gente ter acesso ao campo e assim foi feito, vida que segue, era treino das categorias infantis, os meninos entraram, o treinador entrou e deu o treino”. Depois, “eu não lembro quantos dias depois, o episódio se repetiu. Eu repeti a operação. A gente começou a compreender o que estava acontecendo a partir do terceiro episódio”. A partir dessa ocorrência ficou claro para a diretoria que seria necessário se resguardar com um advogado.

A procura pelo advogado

A fábrica na época era de propriedade da família Chammas, e com a recorrência dos episódios de cadeados e correntes, deixa claro sua demanda de tomar de volta o campo e o clube do operariado. A diretoria composta por Nicolau, Laranjeira, Pilico e Norbal decidiu se resguardar com a ajuda de um advogado, e Laranjeira procurou e contactou José Rubens do Amaral Lincoln, advogado e com família de Tatuí ligada ao clube, especialmente seu pai, que já havia sido secretário. Lincoln sabia que como um clube operário, os recursos eram limitados, e aceitou mesmo assim realizar a defesa do clube caso algo acontecesse. Ele relembra:

“De uma hora para outra, a empresa de fiação que seria a dona do imóvel onde está o estádio, é assim, manu militari, ou seja, uma expressão latina que quer dizer a força; eles fecharam completamente com correntes a entrada do estádio. Então isso foi um golpe muito grande, principalmente naquelas pessoas que estavam mais próximas do São Martinho, que sempre conviveram com o São Martinho, como o caso do Laranjeira. E tinha assim, uma paixão pelo São Martinho. Então, isso causou um impacto muito grande esse fechamento arbitrário da entrada do imóvel”.

Quando surgiu o problema, que fecharam arbitrariamente a entrada do estádio, o Laranjeira me procurou. Eu quis dizer que não poderia tomar providência naquele momento e aí ele procurou outros advogados e nenhum advogado queria aceitar a causa, porque achava, suponho, que seria uma luta contra uma empresa tão forte como era a Companhia São Martinho, não sei que nome tinha na época. Então aí o Laranjeira voltou e insistiu comigo e eu aceitei lutar para desobstruir. E aí eu mandei assim, falei que a primeira providência é arrebentar o cadeado todo aí, porque é uma legítima defesa da posse. Eu entendi assim, né? Independente de qualquer providência judicial, arranque o cadeado aí e deixa entrar. Aí se eles, se eles eu digo o lado contrário, entender que isso está errado, que vão à justiça. Vamos inverter os papéis. Nós não vamos à Justiça. Eles que vão aí porque eles que agiram errado” (Lincoln, Voz da Saudade, 2023).

A assistência de Lincoln se evidencia em sua importância na medida em que essa ajuda está dentro de um contexto que quem frequentava, jogava e participava das atividades do clube eram moradores da circunvizinhança. Mas como recorda Laranjeira, “eles não foram ao nosso favor porque a fábrica, através dos funcionários do escritório, passaram para eles que se acontecesse de nós entrarmos nessa demanda, eles iam fechar a fábrica. Então, isso para a cabeça dos moradores, que a maioria, a maioria era trabalhador da fábrica de São Martinho, foi terrível. Nós sofremos uma pressão imensa” (VOZ DA SAUDADE, 2023). Lincoln complementa sobre isso que:

“essa é uma das razões pelas quais os advogados não queriam pegar a causa, porque estava lutando um simples time de futebol contra uma empresa grande, conceituada, como era a São Martinho, que tinha mais outras propriedades lá em São Paulo. Enfim, era uma empresa forte, Chammas, e tinha um batalhão de advogados das melhores qualidades de São Paulo. Advogados de nome, quatro, cinco, seis advogados para defender a empresa Chammas. E o São Martinho teria quem, teria eu, um advogado desconhecido naquela época, um simples advogado como eu sou hoje, até me considero assim. Então tinha que lutar com toda essa equipe de advogados renomados. Essa que foi a grande dificuldade”.

A marreta e a Capitão Lisboa empolverosa

Norbal relembra aqui outro episódio marcante da memória pela luta da propriedade do campo:

De manhã, eu não me lembro porque, mas eu me lembro muito bem de ter passado na Rua Capitão Lisboa em frente ao Clube São Martinho e ter visto alguns homens na frente do portão, sei lá, 15 ou 20 homens, mas eu não me dei conta, tava preocupado com outras coisas, era um dia de trabalho

normal, tava trabalhando. E aconteceu isso, o presidente, o Nicolau, e o Laranjeira fora da cidade, o Pilico me procurou e falou... eu me lembro que ele foi até o trabalho, afoito, preocupado “Ô Norbal, tem vários homens funcionários da fábrica São Martinho, operários na porta do campo e o campo tá com seu portão fechado com cadeado.

Refletindo sobre o que fazer, Norbal pediu que Pilico fosse atrás de Lincoln e que ele iria até a delegacia, mas o delegado não estava na cidade, e ele recorda nesse momento do escrivão falar para ele: “Você tem que ir lá e garantir a posse do clube”. O mesmo conta que foi correndo até sua casa e pegou uma marreta e uma talhadeira: “Falei, “é isso que eu preciso”.

De marreta e talhadeira na mão, fui com a adrenalina lá em cima, um estado de nervo, tem vinte operários lá e se eles resolvem me enfrentar, já sou pequenininho. Mas eu não tinha alternativa, a alternativa seria entregar os pontos que era justamente o que a gerência da fábrica, os donos da fábrica esperavam, que a gente fosse intimidado, que entregasse os pontos. Estacionei o carro e lembro bem, estacionei bem em frente do portão principal, falei vou dialogar, vou argumentar, espero que eles aceitem a minha argumentação né.

Norbal conta que não encontrou resistência, “aquilo foram 500 Kg que saíram da minha costa né, respirei, suspirei, peguei a talhadeira, peguei a marreta e aí ele me ajudaram né, “segura aqui, segura aqui”. Aí pá, marreta com a talhadeira no cadeado. E abrimos”. Nisso, conforme o diretor esportivo recorda, a Capitão Lisboa estava em polvorosa com o bar da frente com todo mundo na porta e as residências ao redor também.

Nós entramos. Nesse momento também tava chegando o Pilico com o Doutor Lincoln, e chegaram as viaturas, acho que duas viaturas da Polícia Militar, argumentando que eles tinham recebido uma denúncia de que estava acontecendo uma invasão. Olha a inversão de valores, uma invasão na fábrica São Martinho, a fábrica estaria sendo invadida, mas aí o Dr. Lincon assumiu a discussão naquele momento, não havia muito que se fazer também, e a própria Polícia Militar falou: olha, vamos acabar essa conversa na delegacia. Aí fomos todos para a delegacia. Esse foi um episódio assim, que é marcante, tanto que eu nunca esqueci né o medo que eu passei, o susto, a adrenalina, a necessidade de fazer uma resistência.

A pressão sobre o conselho deliberativo

Outros eventos foram as constantes pressões e ameaças de demissão pela fábrica para com os dirigentes, conselheiros e membros do clube que eram funcionários da

fábrica. A fábrica já estava quase fechando e encerrando suas operações quando a diretoria começou a ser pressionada para que fosse convocada uma assembleia e o grupo fosse afastado totalmente da direção. Os donos da fábrica queriam eles mesmos nomear outra gerência do clube, e segundo Norbal, nesta assembleia em questão, colocaram-se como vítimas de toda a situação. Foi uma reunião intensa segundo suas recordações, mas que não atingiu seu propósito, e o mesmo se indaga sobre o que teria sido do clube se eles tivessem sido retirados do conselho. Sobre esse evento, ele diz:

Quando a assembleia foi chamada, o presidente do conselho deliberativo do clube é uma pessoa que ainda está aí entre nós, mas era uma figura respeitadíssima, é um empresário respeitadíssimo, é o João Sgorlon, inclusive foi presidente também do esporte clube São Martinho, era um abnegado do Esporte Clube São Martinho, ajudou muito o clube em vários momentos da vida, da história do clube.

O objetivo era afastar a diretoria para nomear outra, mas alguém naquele momento que eu não me lembro quem era, começou a fazer a explanação da situação deles se colocando numa situação de vítima, mas eu me lembro até hoje da expressão do João Sgorlon, ele ouvindo a narrativa do porque que solicitaram a ele a convocação de uma assembleia do Conselho Deliberativo. Ele é um sujeito muito claro, fechou a fisionomia, ficou vermelho, olhou para Assembléia de maneira geral, falou: “Olha, eu queria fazer uma pergunta para vocês. Vocês não estão envergonhados? Precisa vir Norbal, Santa Cruz, o Nicolau, vir aqui para fazer a defesa daquilo que é nosso?”. E passou um sabão no conselho, deu uma lição de moral no conselho. Houve quem se exaltasse, tinha também o pessoal do deixa disso, mas essa foi uma reunião intensa, mas que não atingiu o propósito. Senão, nós teríamos, nós quatro principalmente, teríamos sido afastados, e sabe-se lá o que teria acontecido né.

A suntuosidade da Avenida Paulista como modo de fazer pressão

Neste episódio, João Chammas, na época presidente do grupo Moinho São Jorge, propôs um diálogo com o clube. Norbal e Nicolau foram até a instalação da empresa em um edifício na Avenida Paulista, próximo ao Trianon.

Quem sabe ele tá voltando atrás, ele vai reconhecer a importância do clube para cidade, para o bairro, para os próprios operários, aqueles que tinham alguma ligação afetiva com a fabricação São Martinho e com o clube né. Algo que a gente não pode deixar nunca, é de dialogar quando é proposto algum tipo de diálogo.

Mas até hoje eu não sei, eu não consigo saber porque nós somos chamados. Nós fomos com essa expectativa, mas na verdade, imagino que era mais uma forma, mais uma tentativa de intimidação, porque aquilo é muito

suntuoso né, Avenida Paulista, é um andar inteiro onde ele tinha ficado para presidência, é aqueles garçons, fomos muito bem servidos.

A diretoria interpretou esse momento como mais uma tentativa de intimidação por parte da gerência da fábrica. Levar tanto Nicolau quanto Norbal até aquele prédio foi para os dois uma tentativa de deixar clara a posição de poder entre o clube e a fábrica, e intimidar a diretoria para que deixasse a luta pelo campo.

O final da disputa

A situação só seria resolvida no tempo do judiciário, e como recorda Norbal:

Eu me lembro que a minha a minha prancheta ficava bem próximo de uma janela que dava para Rua Coronel Orelhano de Camargo, próximo da Praça do Barão. E em um dia, final de dia, eu tava lá sentado na minha prancheta, absorvido ali pelos meus desenhos, me lembro hoje, figura Saulo dos Reis, presidente então do Esporte Clube São Martinho, senhor de idade já, histórico também no clube encostou na janela para dizer para mim o seguinte: Vim trazer uma boa notícia para você. Nós acabamos de ganhar na justiça em última instância aquele processo de posse definitiva do nosso campo. A escritura vai ser lavrada, não temos mais com que nos preocupar. Foi o final feliz que a gente imaginava, final feliz.

Essas memórias e saberes evidenciam a importância da identidade operária, da articulação de pessoas, que se deu a partir de técnicas e rituais de luta pelo espaço da fábrica e do clube como lugar de sociabilidade e de formação de vínculos a partir de um tempo de convivência cotidiana. Episódios como a busca pelo advogado e a pressão sob o conselho deliberativo mostram como a adesão a organizações busca o atendimento de certas demandas no âmbito das relações mútuas entre pares, definidos por sua condição de classe. Todos os sujeitos presentes nestes relatos fazem parte de relações geracionais de pertencimento ao Esporte Clube São Martinho e da mesma forma como os sindicatos, os clubes operários de futebol também buscam o atendimento de uma determinada demanda: o uso do tempo livre.

A quebra de cadeados, a utilização de marretas e a busca pelo advogado são modos de ações, práticas e rituais, que surgem da sociabilidade operária como forma de manifestar e afirmar a continuidade desses laços. Afirmação essa que fica muito clara na fala de Lincoln:

independente de qualquer providência judicial, arranque o cadeado aí e deixa entrar. Aí se eles, se eles eu digo o lado contrário, entender que isso está errado, que vão à justiça. Vamos inverter os papéis. Nós não vamos à Justiça. Eles que vão aí porque eles que agiram errado.

4.3. Formas de Expressão

4.3.1. Família Operária



Figura 52: Reunião na antiga sede do Sindicato com a presença de trabalhadores, trabalhadoras e as crianças da família operária.

Fonte: Acervo do Sindicato dos Trabalhadores.

O que é?

A Família Operária é uma forma de expressão ligada à cultura do trabalho fabril, resultado da inserção de grande parte dos membros de uma família ou núcleo familiar no trabalho nas fábricas. Segundo Paoli (1992), p. 30,

[...] a família aparece como um dos princípios necessários para a viabilidade da proletarização que o capital industrial empreende e da qual depende; isto põe em jogo sua constituição na medida que, em todos os casos, é este coletivo genético, cultural e social que viabiliza a formação de uma classe social.

Ainda, a família operária representava, por um lado, a dignidade do trabalhador, aparecendo como uma referência positiva diante da precarização das condições de vida do trabalhador, e, por outro, uma instância de controle das fábricas e do capital industrial sobre os operários, através da instrumentalização da organização familiar desses trabalhadores (Paoli, 1992). Isso trazia diversas consequências, como por exemplo o pagamento de salários para o pai, como “chefe da família”, e as punições

coletivas, quando a resistência ao mando fabril por parte de um dos membros da família acarretava na dispensa dos outros.

Paoli (1992, p. 34) salienta ainda que é com a instituição do salário mínimo, em 1940, que foi consolidado o processo de proletarização familiar, uma vez que esses salários apenas validaram os níveis salariais mais baixos existentes no Brasil. Dessa forma, se tornou impossível para um trabalhador adulto manter sua família com essa remuneração, o que obrigou que todos os membros da família passassem a trabalhar. Nota-se que a promulgação do salário mínimo, assim, como ocorria anteriormente nas fábricas, reafirmou os papéis tradicionais de gênero dentro da família nuclear, ao discriminar as condições de pagamento para os diferentes trabalhadores urbanos:

Os empregados domésticos (em geral mulheres) foram excluídos de seus benefícios, bem como os que trabalhavam em oficinas familiares (em geral mulheres e crianças). Os trabalhadores menores recebiam metade do montante mínimo fixado na lei. E, finalmente, um decreto do mesmo ano de 1940 permitia reduzir 10% do salário mínimo devido às mulheres trabalhadoras, exatamente com base no argumento de que sendo trabalhadoras privilegiadas, eram onerosas para as fábricas (Paoli, 1992, p. 35).

Dessa forma, é necessário ressaltar também a importância da casa operária, a materialização da família, locus da reprodução da força de trabalho e também onde as famílias constroem seu mundo próprio (Woortmann, 2018).

A criação do sentido de família na Fábrica São Martinho também decorre das experiências em comum dos familiares nas fábricas, inclusive além do trabalho, como a presença em missas e festas da fábrica, fazendo com que grande parte da vida dos familiares girasse em torno das atividades fabris. É comum que várias gerações de uma família tenham trabalhado na Fábrica, e mesmo aqueles que não trabalhavam, como crianças, também relatam memórias em torno da fábrica, como brincar na fábrica enquanto pais trabalhavam, jogar bola na praça da fábrica, ir pagar aluguel na fábrica, etc. A vivência da infância ao redor da Fábrica levava ao sonho da criança de um dia trabalhar ali, como seus pais.

O sentimento de gratidão à São Martinho por ter garantido o sustento da família por gerações também é presente, conformes relatos a seguir:

[...] eu entrei em 75, mas as caldeiras fez [sic] parte da minha também infância e juventude

[...] porque me vem na memória, de criança pra adolescência, o meu avô contando: que calor', 'to cansado

o que eu tenho é uma gratidão gigantesca de vir de uma família operária que trouxe sustento pra nossa família (Oficina Participativa em novembro de 2023).

Na Oficina Participativa e nas entrevistas do Festival Vozes realizadas em 2023, o sentido de “família” é usualmente relacionado aos laços afetivos entre os próprios trabalhadores da fábrica, responsáveis pelo bom clima de trabalho e por uma rede de apoio:

[...] o ciclo de amizade era em torno das pessoas que a gente trabalhava [sic], a gente saía pra passear no final de semana todos juntos [...]

[...] a gente brincava, entrava lá dentro pra brincar, se escondia, brincava de esconde-esconde, com os pais trabalhando, chutava bola, caía bola, ia pegar lá. (Oficina Participativa em novembro de 2023).

4.3.2. Lenda da noiva



Figura 53: Casarão da família Guedes em estado de abandono que acabou ensejando lendas, como a da noiva vestida de branco.



Figura 54: Interior do Casarão da Família Guedes, local associado à lenda da noiva.
Fonte: Simone Scifoni, 2023.

O que é?

O casarão da família Guedes é comumente considerado mal assombrado por muitos moradores de Tatuí. O imóvel figura como cenário principal de algumas lendas urbanas como a lenda da noiva. Segundo relatos da população local, a imagem de uma mulher vestida de noiva costuma aparecer durante as noites na parte superior do sobrado ou no telhado, levando muitas pessoas a se assustarem com a aparição.

As lendas urbanas fazem parte do imaginário popular e são transmitidas oralmente, em geral, por meio de conversas informais entre os membros de uma comunidade. Segundo Dion (2008, p. 3), “a lenda [...] é uma narrativa, uma fabulação que revela uma certa subjetividade tendo por pano de fundo fatos reais, históricos e de elementos reveladores do fantástico, do sobrenatural e do extraordinário”.

As lendas urbanas abrangem temas variados, como acontecimentos sobrenaturais e macabros; eventos estranhos, inexplicáveis e assustadores; além de histórias e personagens fictícios que podem ou não ser baseadas em fatos reais. As lendas exprimem os mistérios, os medos, os anseios e as preocupações de uma determinada comunidade, despertando a imaginação e estimulando a criatividade. Podem ser contadas de diferentes maneiras e em situações diversas, como festas, conversas entre amigos, encontros familiares entre outras ocasiões.

As lendas são elementos representativos da cultura imaterial de determinado grupo social e possuem um papel importante na transmissão de valores, crenças e tradições ao longo das gerações. As tradições e expressões orais como as lendas podem ser consideradas como Patrimônios Imateriais de uma comunidade (UNESCO, 2003). Portanto, são saberes socialmente compartilhados que representam as suas tradições culturais e tornam-se referências identitárias para a sociedade.

As lendas de assombração figuram entre as mais comuns e mais conhecidas. Muitas delas estão associadas à aparição de fantasmas e eventos sobrenaturais em casarões antigos, a maior parte deles, abandonados e em mau estado de conservação, como é o caso do casarão que pertenceu à família Guedes localizado em frente à antiga Fábrica de Tecido São Martinho.

Segundo relatos de Eduardo Guedes, suas tias afirmavam que uma das filhas do segundo casamento de Manoel Guedes caiu da escada do casarão, porém, não se feriu gravemente. Tempos depois a comunidade passou a difundir a lenda de que essa mulher havia morrido no imóvel e o seu espírito circulava por suas dependências vestido de noiva.

Carlos Eduardo (Cadu), residente da vila operária da fábrica São Martinho, relatou que as crianças procuravam não olhar para a parte de cima do imóvel com medo de ver a mulher vestida de branco que o assombrava e que costumava ser avistada nas janelas do piso superior do casarão.

Quando pequeno, Cadu e outras crianças entravam no porão da casa para brincar, mas tinham medo da assombração da noiva. Segundo relatos de ex-funcionários do casarão e de membros da comunidade, o vulto da mulher costumava aparecer no mês de maio, considerado o mês das noivas.

4.3.3. Boato da visita de D. Pedro II ao Casarão

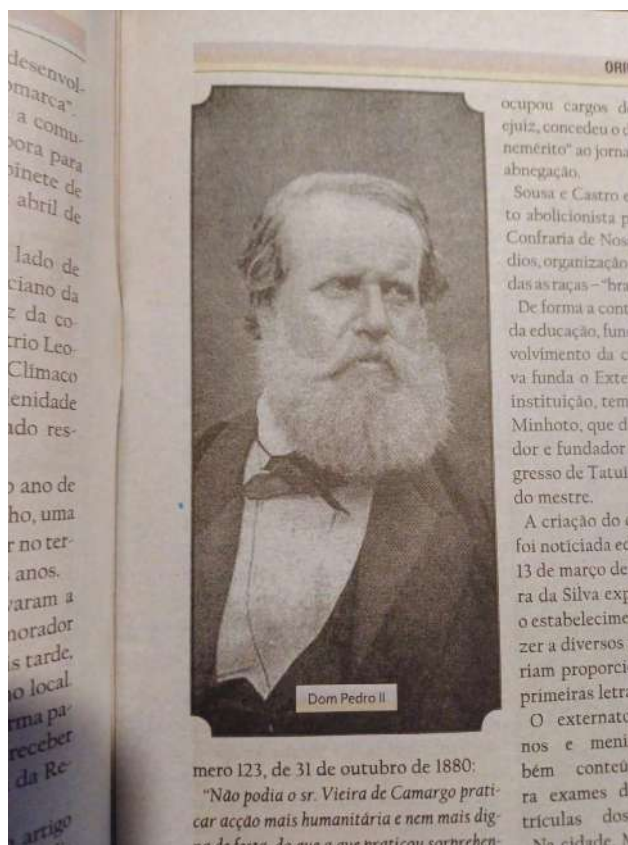


Figura 55: Foto de Dom Pedro II.

Fonte: Jornal O Progresso de Tatuí, suplemento especial de 100 anos, 2002, p.13.

O que é?

Entre os antigos moradores de Tatuí difundiu-se a lenda que Dom Pedro II e sua comitiva visitaram a antiga residência da família Guedes e conheceram as instalações da antiga fábrica de tecido São Martinho, fundada em 1881, durante o reinado do imperador.

Durante seu reinado, que ocorreu de 1831 a 1889, Dom Pedro II realizou diversas viagens no país e no exterior. Ao percorrer as províncias do vasto território brasileiro, o monarca buscava “[...] demonstrar a ligação direta do trono com o seu povo e com a terra que governava” (Rezzutti, 2019, p. 181).

As viagens também tinham como propósito conhecer melhor as características socioeconômicas, culturais e os elementos da fauna e flora do território; impulsionar a realização de projetos de infraestrutura para fomentar o progresso do país e fortalecer a imagem do imperador como símbolo de uma nação ainda em processo de formação.

As viagens de Dom Pedro II pelo Brasil e por diversos países foram uma das principais características do seu reinado. Segundo Schwartz (1998), o “imperador itinerante” gostava de conversar com as pessoas comuns, visitar fábricas, escolas, hospitais, igrejas, conventos, prisões e demais instituições públicas. Também gostava de conhecer as obras de infraestrutura e de visitar empresas do setor de serviços (telegrafia, saneamento, energia e transporte), reforçando o seu papel de gestor eficiente e seus anseios em transformar o Brasil em um país moderno.

Ao longo do seu reinado, Dom Pedro II viajou pelas províncias do Norte e Nordeste, Sul e Sudeste conhecendo áreas urbanas e rurais. Além de visitar a capital paulista, o monarca visitou as cidades litorâneas de Santos, São Vicente e Cubatão. No interior paulista, “o imperador e sua comitiva visitaram Cotia, São Roque, Sorocaba, São João de Ipanema, Porto Feliz, Itu, Indaiatuba, Campinas e Jundiaí” (Rezzutti, 2019, p. 188), sendo que algumas delas foram visitadas pelo monarca por diversas vezes como é o caso de Itu, Sorocaba e a fábrica de ferro São João de Ipanema, geograficamente próxima a Tatuí.

As visitas de Dom Pedro II na região suscitam até hoje boatos de que o monarca tinha contatos frequentes com a família Guedes, proprietários da Fábrica de Tecidos São Martinho, e que teria feito visitas à fábrica e à residência da família Guedes. Porém, não há registros oficiais de que estas visitas realmente ocorreram. Em geral, as visitas oficiais eram registradas pelos jornais de época e no próprio diário de viagens de Dom Pedro II, não constando registros sobre as suas visitas ao casarão.

Durante as viagens, Dom Pedro e sua comitiva costumavam se hospedar nas residências mais imponentes das famílias mais abastadas das localidades por onde passava. Por se tratar de um fato histórico importante para muitos municípios, os locais visitados pela comitiva e as casas onde Dom Pedro e outros membros da família real se hospedaram tornam-se referências históricas para o município e, em muitos casos, viram atrativos turísticos, sendo alvo de interesse e curiosidade de turistas e visitantes.

A falta de registros históricos oficiais da passagem de Dom Pedro II pelo casarão da família Guedes torna essa história uma narrativa fictícia transmitida oralmente de geração em geração que busca evidenciar a relevância histórica da fábrica de Tecidos São Martinho e a importância política da família Guedes durante o Brasil Império, período em que a fábrica se consolidava como uma das mais importantes indústrias têxteis do país.

4.3.4. Boato da visita de Getúlio Vargas ao Casarão dos Guedes e Fábrica



Figura 56: Imagem de Getúlio Vargas cumprimentando a população. A imagem é uma demonstração do apelo populista do governo e do carisma que possuía entre as classes populares.

Fonte: Museu Joaquim José Felizardo / Fototeca Sioma Breitman)

O que é?

A visita de Getúlio Vargas a Tatuí, com passagem pela antiga fábrica de tecido São Martinho e ao casarão da família Guedes, é um boato ou lenda que circula na cidade de Tatuí. Segundo relatos de moradores, Getúlio Vargas, que governou o país em diferentes períodos (1930-1945 e 1951-1954), teria visitado a cidade de Tatuí e o casarão da família Guedes de forma inesperada, sem que tenha avisado as autoridades locais.

Essa história configura-se como um boato ou lenda que, de acordo com Renard (2007, p. 97-98), pode ser considerado uma “[...] informação não verificada ou uma informação falsa. Outros boatos tomam a forma de uma narrativa, de uma pequena história [...]. São estes boatos narrativos que se chamam lendas”. Essa visita lendária de Getúlio Vargas a Tatuí costuma ser envolta em mistérios e especulações, com diferentes versões sobre os motivos da visita à cidade e às atividades realizadas durante sua estadia. Alguns habitantes afirmam ter ouvido relatos de familiares sobre o acontecimento, enquanto outros consideram a história como uma simples lenda urbana.

Getúlio Vargas possui uma inegável importância por ter impulsionado o desenvolvimento industrial no país e pela criação das leis trabalhistas. Como Tatuí era uma cidade de grande relevância industrial durante a Era Vargas, com mais de uma centena de estabelecimentos fabris, as organizações sindicais de algumas delas, como as do ramo têxtil, eram muito atuantes como a Associação Profissional dos Trabalhadores da Indústria de Fiação e Tecelagem de Tatuí, criada em 1935.

Durante a Era Vargas, os sindicatos passaram a ter uma função mais assistencialista com a oferta de “assistência jurídica, assistência médica, entre outros benefícios para os sindicatos que estivessem atrelados ao Estado” (Souza, 2018). O governo buscava regulamentar e exercer uma forma de controle da atividade sindical com o intuito de evitar e solucionar eventuais conflitos entre empregados e patrões (Romita, 1999).

O governo de Getúlio Vargas caracterizou-se por um forte apelo populista. Por ter sido responsável pela criação das leis trabalhistas e pela regulamentação dos sindicatos de cunho assistencialista, o presidente era considerado um líder carismático. Para Skidmore (1982), o estadista era reverenciado como uma figura paterna e uma parcela significativa da população demonstrava confiança e afeto pelo presidente que, de certo modo, personificava o Estado. Por meio dessa política populista, Vargas buscou se aproximar do povo consolidando sua imagem como o benfeitor dos trabalhadores, porém, mantendo o apoio e a confiança da burguesia industrial pelo fomento à industrialização durante a vigência do seu mandato.

Para muitos trabalhadores, Getúlio era reconhecido como “pai dos pobres e protetor dos trabalhadores”, reforçando o mito de um estado paternalista e protetor da classe trabalhadora e do seu líder como um governante preocupado com o bem estar da população (Boito Junior, 2003).

O carisma conquistado por Getúlio entre a classe trabalhadora, incluindo os operários da fábrica de tecido São Martinho, pode ser evidenciado nas contribuições da classe trabalhadora para a confecção do busto de Getúlio Vargas, situado na praça Manoel Guedes; e nas homenagens ao ex-presidente durante as comemorações do Primeiro de Maio. Essa admiração pode ter alimentado a imaginação popular acerca de uma suposta visita do presidente à Tatuí e às dependências do casarão. No entanto, não há registros oficiais ou documentos que comprovem a veracidade dessa história.

4.3.5. Indicação

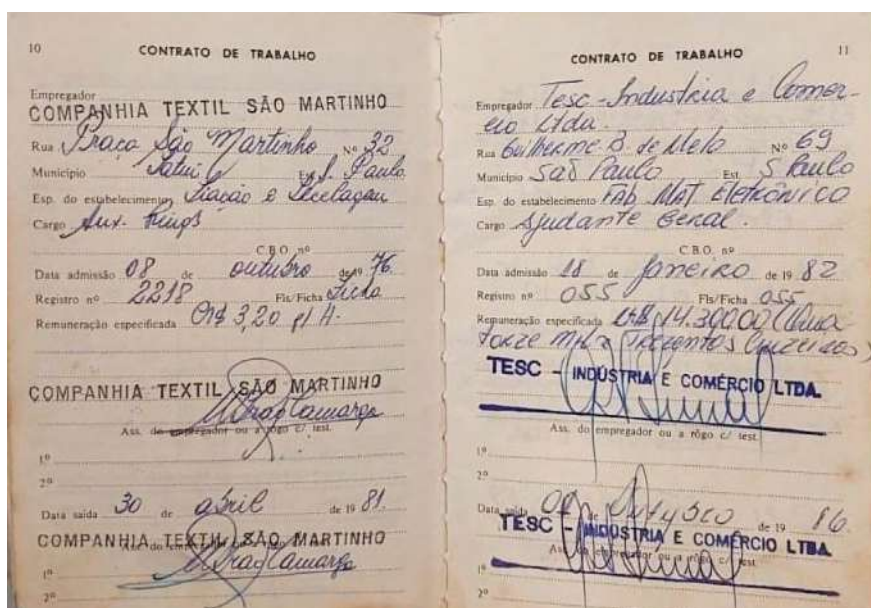


Figura 57: Registro em Carteira de Trabalho de Lúcia Helena Branco, filha de operário que trabalhava na Fábrica São Martinho. Por intermédio do pai, Lucia foi contratada pela Fábrica, mostrando as relações da indicação de familiares como forma de acesso ao trabalho.

Fonte: Acervo de Lucia Helena Branco.

O que é?

A indicação era uma das formas de acesso ao emprego nas indústrias no Brasil. Os empregados indicavam familiares, amigos ou parentes. Segundo Paoli (1992, p. 27), na maioria das fábricas têxteis do estado de São Paulo, “[...] o recrutamento da mão-de-obra era feito familiarmente, a partir de uma pessoa que se tornava operário e acabava trazendo toda a família”.

Segundo Lima (1996, p. 139), as fábricas de modo geral, independente de seu grau de modernidade, utilizaram o recrutamento por meio de indicação de parentes e amigos de seus próprios trabalhadores, constituindo o “grosso” dos operários adquiridos (Lautier, 1993 apud Lima, 1996, p. 139).

Dessa forma, as indicações são processos inseridos dentro da proletarização de famílias, “[...] através do assalariamento de todos os seus membros válidos [...]” (PAOLI, 1992, p. 26), assalariamento esse necessário para a sobrevivência da família. A indicação, principalmente por meio da família, se deu “[...] como conjunto econômico e cultural ativo, tão ativo que chega a apagar a individualização da compra e venda da força de trabalho com que se espera que o capitalismo opere.” (PAOLI, 1992, p. 30).

Para o operário, a indicação também funciona como elemento de pressão sobre o indicado em termos de disciplina no trabalho e obrigações com o colega que o indicou,

configurando-se, assim, uma rede intrincada de sociabilidade e obrigações mútuas na fábrica (Lima, 1996).

Dentre os entrevistados e participantes da Oficina Participativa realizada em novembro de 2023, Cristina cita diretamente a indicação de familiares para o trabalho na São Martinho:

era assim: a gente fazia 14 anos, tirava carteira de trabalho e começava a trabalhar, porque a irmã que tava lá [trabalhando na Fábrica] já colocava a outra [...] nós quatro [irmãs], o primeiro emprego foi na Fábrica [São Martinho] (Oficina participative, 2023)

Muitos outros citaram pais, irmãos e outros parentes que trabalhavam na fábrica, muito provavelmente consequência de indicações:

minha mãe é tecelã, minha tia é tecelã, meu tio [...], meu pai [...]" – Jair, também ex-funcionário da São Martinho

Quando eu nasci, minha mãe já era tecelã [...] meu avô materno trabalhava nas caldeiras (Oficina Participativa, 2023)

4.3.6. Paisagem sonora da Fábrica São Martinho



Figura 58: Sino de 1889, acionado por martelete. Constitui elemento marcante da paisagem sonora da Fábrica, marcando os ritmos e a passagem do tempo.

Fonte: Acervo Tony Guedes.

O que é?

A paisagem sonora da Fábrica São Martinho foi indicada por meio de lembranças trazidas pelos participantes nas escutas realizadas durante as oficinas e entrevistas do projeto. Foram identificadas muitas sonoridades do espaço como o apito da fábrica, a sirene e o som do sino, revelando que o processo fabril propicia a constituição de uma paisagem sonora com seus ritmos próprios incorporando, ações cotidianas como a entrada e saída dos turnos de trabalho, o horário das refeições e outras atividades rotineiras dos moradores do entorno.

O senhor Gedel Floriano de Oliveira, que trabalhou na fábrica no período de 1987 a 1990, conta que “deitava e dormia com o barulho pá pá pá na cabeça” referindo-se ao barulho das máquinas e, também, que “o sino do relógio tocava de hora em hora, você não precisava nem ter relógio”.

Esses sons expressavam o ritmo do cotidiano e do trabalho. Segundo Raymond Murray Schafer (2001 apud Ferreira, 2023) a paisagem sonora “se define pela composição de sons e ruídos que formatam nossa percepção do lugar numa concepção macrocósmica”.

Noel Rosa, em 1933 compôs “Três apitos” e, poeticamente, relaciona seu cotidiano na fábrica com o relacionamento com sua amada evidenciando essa percepção dos sons nas diferentes dimensões da vida.

Ecléa Bosi(1994), em brilhante trabalho sobre as memórias de moradores e da história social da cidade de São Paulo identifica em sua pesquisa a importância de sons do espaço sonoro compartilhado que “[...] é um bem comum, mesmo os diminutos sinais que compõem suas mensagens são vitais para seus habitantes.” (BOSI,p.445)

A autora diz ainda que “[...] sons que desaparecem, que voltam, formam o ambiente acústico dos bairros. As pedras da cidade, enquanto permanecem, sustentam a memória.” (BOSI, E.p.444)

4.3.7. Cordão dos Bichos Mirim



Figura 59: Acervo da EMEI “Joaquim da Silva Campos”, para o Cordão dos Bichos Mirim.

Figura 60: Camiseta do Cordão dos Bichos Mirim, do acervo da EMEI Joaquim da Silva Campos

Fonte: Simone Scifoni, 2024

O que é?

Cordão carnavalesco formado por crianças e inspirado no tradicional bloco carnavalesco de Tatuí, o “Cordão dos Bichos”, criado a partir de um projeto pedagógico de uma escola de Tatuí. Este ano, completando 14 anos de existência, o Cordão dos Bichos Mirim é uma tradição cultural sendo renovada pelas mãos das crianças e de uma instituição escolar. Trata-se de uma iniciativa de educação patrimonial exemplar, que deve ser reconhecida e valorizada. Sua concepção se deu em agosto de 2010 e tornou-se tradição do folclore tatuiano. O Cordão dos Bichos Mirim é formado por alunos de 3 a 5 anos de idade da EMEI Joaquim da Silva Campos, situada no bairro Valinhos. Ele foi criado para salvaguardar e fomentar a cultura tradicional de Tatuí em diversos lugares.

Para a confecção dos bichos são utilizados materiais reutilizáveis, como caixas de papelão, estimulando um olhar sobre a importância da reciclagem e destinação de resíduos. O trabalho explora a criatividade e a imaginação das crianças, propiciando momentos de interação com as famílias e a comunidade e estimula a pesquisa e o conhecimento do folclore tatuiano.

História

O Cordão foi criado em 2010, pela professora Maria Elisa Machado e pela então diretora da EMEI Joaquim da Silva Campos, Ana Paula Andrade, e tem continuidade hoje a partir da atuação da diretora da escola, Rita de Cássia Braz da Silva e sua equipe. A escola conta com uma sala própria para o acervo do Cordão, onde se encontram os bonecos usados pelas crianças, camisetas, faixas e materiais usados no carnaval.

4.3.8. Cordão dos Bichos



Figura 61: Foto de 1946 mostrando o Cordão dos Bichos.

Fonte: Acervo Museu Paulo Setúbal.

O que é?

Uma das principais atrações do Carnaval de Tatuí, o Cordão dos Bichos é formado por bonecos de personagens do folclore e animais da fauna brasileira. Inicialmente denominado “Arca de Noé”, é um folguedo popular criado em 1928 por operários da fábrica São Martinho, através da iniciativa de Vicente de Almeida e Aladim Ponce.

O grupo anima os foliões em matinês e desfiles desde a fundação, em 1928. Criados por iniciativa de funcionários da extinta tecelagem São Martinho, os bichos são produzidos com a técnica da papietagem, a partir de materiais recicláveis.

História: O Cordão Folclórico Tatuense

A origem do Cordão dos Bichos remonta à década de 1860, e faz referência às tradicionais apresentações de bonecos realizadas pelo mestre Benedito de Arruda Pais durante as comemorações de festa junina em Tatuí. Essa tradição, resgatada na primeira metade do século XX, em 1928, por operários da fábrica São Martinho, está intrinsecamente ligada à presença e a influência de migrantes nortistas no município, sobretudo paraenses e amazonenses, que através das referências do boi-bumbá produziram uma manifestação cultural singular, reconhecida nacionalmente enquanto patrimônio cultural da cidade.



Figura 62: Alegoria “O berço”.
Fonte: Prefeitura de Tatuí, 2024.

4.4. Lugares

4.4.1. Sala do Batedor e Carda



Figura 63: Maquinário das instalações da Fábrica São Martinho, após o fechamento.
Fonte: Processo de tombamento, Condephaat, 2001.

O que é?

A sala do Batedor e Carda é o lugar inicial onde começa o processamento das fibras na Fábrica São Martinho. Neste local entra o algodão em fardos advindo do algodão, onde é desensacado e desmembrado em pedaços menores. Neste local há algumas máquinas específicas para tratar o algodão no seu princípio: o Batedor e a Carda.

Batedor

O Batedor é a máquina que efetua o primeiro processamento do algodão, separada em fardos. A função desta máquina é limpar, uniformizar e misturar as fibras do algodão para então juntá-las em mantas ou flóculos, que irão seguir para a máquina cardadora.

4.4.2. Praça São Martinho



Figura 64: Praça São Martinho em 1910. Fonte: Acervo Museu Paulo Setúbal.

O que é?

Praça localizada entre o edifício principal da Fábrica São Martinho e o Casarão da Família Guedes e que antes recebia o nome de Praça São Martinho. Era um espaço público muito utilizado pelos trabalhadores da fábrica e pelas famílias operárias. Como toda praça pública, era um lugar de encontro, de convívio e descanso durante as longas jornadas longas de trabalho. Mais do que um espaço aberto e não edificado, as praças constituem o centro da vida coletiva nas cidades. São lugares que no passado concentravam as festas e eventos públicos da cidade. Ao ser fechada entre os muros da Fábrica São Martinho a praça perdeu sua função de área pública e de vida coletiva.

Segundo o Estudo de Tombamento elaborado pela técnica Marly Rodrigues do CONDEPHAAT, a Praça resultava em uma integração entre o espaço público da rua e o privado da fábrica, até ser fechada por um muro, em data indeterminada. Relatos na Oficina Participativa realizada em novembro de 2023 indicam que o muro já existia em 1979.

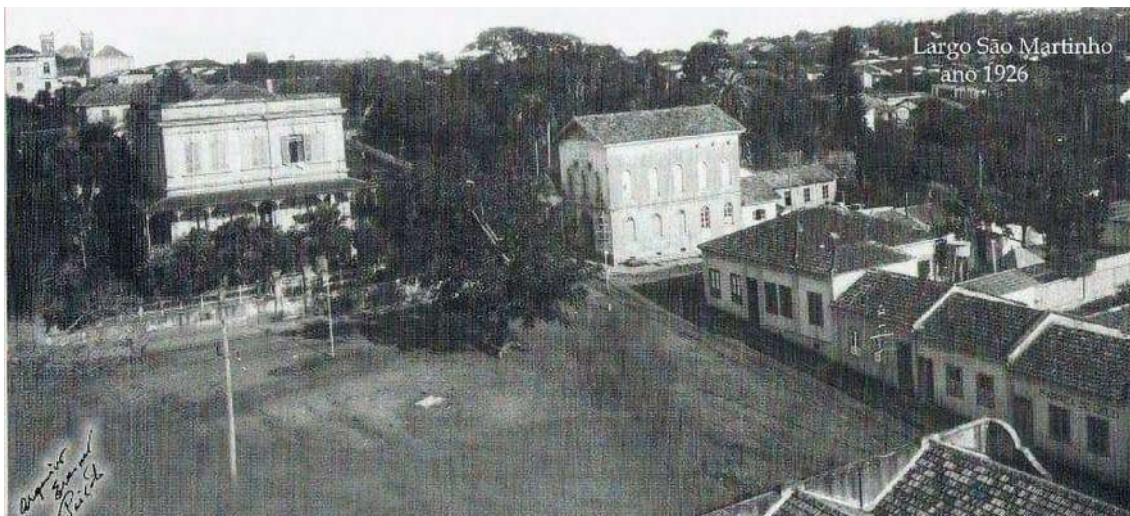


Figura 65: Praça São Martinho em 1926, antes de ser fechada com muros.

Fonte: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=7122280794550062&set=gm.958420885290102&idorvanity=604804860651708>

A Praça São Martinho, além de integrar o público e o privado, era utilizada pelos trabalhadores nos horários de almoço e de lazer.

[meus pais] ficavam ali fora [na Praça São Martinho] comendo a marmitta (II Festival Vozes, 2023).



Figura 66: Praça São Martinho incorporada ao espaço fabril da empresa.

Fonte: Simone Scifoni, 2019.

Segundo morador, durante a Oficina Participativa, o terreno pertencia, na verdade, à prefeitura, que o cedeu à Fábrica por sua intensa ocupação dos trabalhadores, já consolidada:

ali na frente do casarão, ali tem os coqueiros né, ali era fechado. Só que aquele espaço ali era da prefeitura. [...] Aí como os funcionários ficavam na hora do almoço, vários funcionários, tinha muitos funcionários, muitas pessoas passando pra rua, muito movimento [...] aí acho que os donos conversaram como o prefeito da época e falaram assim 'vamos resolver fechar a pra gente botar ordem na casa' [...] aí fechou e depois esse terreno veio a ser da fábrica. (Oficina Participativa em novembro de 2023)

4.4.3. Sala de Troféus do Esporte Clube São Martinho



Figura 67: Sala dos Trofeus.
Fonte: Maria Cordeiro, 2024.

O que é?

A Sala de Troféus do Esporte Clube São Martinho é o lugar que reúne os objetos que expressam simbolicamente as vitórias do time e de forma semelhante aos próprios troféus, que por sua vez representam uma materialização desses acontecimentos, ela se trata de uma espacialização dos mesmos.

Sendo assim, a sala de troféus é um lugar emblemático para a história do time e, conseqüentemente, tem apego emocional e afetivo para seus torcedores, uma vez

que simboliza o sucesso do time e a concretização do desejo e dedicação de sua comunidade de torcedores. Portanto, tal qual o troféu é um símbolo do futebol que representa um totem da vitória do time, a sala de troféus apresenta um significado semelhante, mas se manifestando no espaço físico onde esses totens são armazenados.

4.4.4. Esporte Clube São Martinho



Figura 68: Campo de futebol do Esporte Clube São Martinho.

Fonte: acervo da equipe, 2023

O que é?

O Esporte Clube São Martinho é um clube de futebol fundado em 31 de maio de 1939 e com sede no estádio Doutor José Rubens do Amaral Lincoln. O São Martinho surgiu com as peladas dos operários da Fábrica Têxtil São Martinho, no final da década de 1930, que ao fim da jornada de trabalho, reuniam-se onde ficava o antigo lenheiro da fábrica. E assim surgiu o Esporte Clube Camelo, que logo passou a se chamar Esporte Clube São Martinho. Lazer do operariado aos domingos, os trabalhadores da fábrica construíram o clube. Logo, é parte central da história da identidade de famílias que vivenciaram o auge da fábrica São Martinho, e sendo um clube construído por estes operários e suas famílias.

As origens operárias do clube:

“Salve o Leão, símbolo meu
Tua garra, tua garra renasceu
Dentro e fora do gramado
Felino amado, teu passado convenceu
Dentro e fora do gramado
És operário, a tua fé nunca morreu”
(HINO DO ESPORTE CLUBE SÃO MARTINHO)

A história do clube está atrelada com a fábrica São Martinho. Conforme Oswaldo Laranjeira Filho, ex-jogador e que fez parte da direção do clube em vários momentos do clube, o São Martinho não nasceu na Rua Capitão Lisboa, mas atrás, do lado oeste do Clube São Martinho, há um terreno hoje murado que funciona o Centro de Orientação e Serviços a Comunidade (COSC) que na época chamava-se Camelo, o campo do Camelo. O nome origina da topografia da área pois havia no terreno acidentado uma saliência como se fosse a corcova de um camelo (VOZ DA SAUDADE, 2023).

Em 1939, a fábrica era de propriedade de Dario Freire Meirelles e com o aumento de popularidade do clube, Dario passou a se tornar um benemérito do clube, com a doação de um campo, no perímetro da propriedade da Fábrica Têxtil São Martinho. Como afirma José Norbal, ex-jogador e também membro constante da direção do clube, “aquele início do século XX, não havia muito alternativas de lazer e o futebol já era uma paixão entre os brasileiros” e complementa que a doação do campo foi verbal e que “não havia naturalmente desmembramento, não havia uma escritura de cessão ao Esporte Clube”.



Figura 69. Equipe de pólo do Esporte Clube São Martinho e dentre os jogadores, Dario Meirelles.
Fonte: A Voz da Saudade, 2021.

A partir de 1978 inicia-se o episódio de luta de posse do campo de futebol - evento que está mais detalhado na ficha “Saberes da luta do futebol” -, quando a família Chammas, grupo proprietário da fábrica na época, decide tomar de volta o campo e o clube do operariado. Com a pressão, a diretoria quase toda saiu ficando somente em quatro figuras importantes nesse evento: Nicolau Sinisgalli Sobrinho, presidente do clube; José “Pilico” Roberto Pires de Campos, diretor de patrimônio; Oswaldo Laranjeira Filho, primeiro-secretário; e José Norbal Moraes Marques, diretor esportivo. Com o auxílio do Doutor José Rubens do Amaral Lincoln, advogado e com família de Tatuí e ligada ao clube especialmente seu pai, que já havia sido secretário do clube, Lincoln sabia que como um clube operário, os recursos eram limitados, e aceitou mesmo assim realizar a defesa do clube caso algo acontecesse.

O nome do estádio

Durante o período de luta pela posse do estádio, Laranjeira recorda que uma das principais dificuldades estava no fato de que a maioria das pessoas que jogavam, que participavam das mesas de baralho, eram moradores da circunvizinhança do clube, e logo trabalhadores da fábrica, e que “eles não foram ao nosso favor porque a fábrica, através dos funcionários do escritório, passaram para eles que se acontecesse de nós entrarmos nessa demanda, eles iam fechar a fábrica” (Laranjeira em Voz da Saudade, 2023). Lincoln em depoimento diz que há essa dificuldade que impediu e levou vários advogados a decidirem não pegar esse caso, pois de um lado estava um time operário de futebol e do outro uma empresa grande como a São Martinho, parte da empresa Chammas e seu batalhão de advogados diretamente da capital, “e o São Martinho teria quem, teria eu, um advogado desconhecido naquela época, um simples advogado como eu sou hoje, até me considero assim. Então tinha que lutar com toda essa equipe de advogados renomados. Essa que foi a grande dificuldade” (Lincoln em Voz da Saudade, 2023).

Laranjeira diz que a ideia de homenagear Lincoln com o nome do estádio parte desse enfrentamento e da dificuldade do processo. O nome do estádio era P.G. Meirelles, que

... salvo engano, era o pai do Dario Meirelles, que era dono da fábrica e depois teve um filho também um neto, que era P.G. Meirelles também, que foi casado com uma família daqui, com a família Peixoto. E aí eu falei para o Lincoln, “Lincoln”, nós fomos lá, eu e Norbal, “se nós ganharmos, o estádio vai ser em seu nome”. E eu não sabia nem se eu podia fazer isso, porque eu era secretário. Mas o medo era tanto, o desespero era tanto.

Lincoln sobre esse momento diz:

O nome foi dado ao estádio. Eu nunca pensei em nome de estádio, absolutamente. Na verdade, eu fui surpreendido porque o presidente do clube, que era o Saulo dos Reis. Saulo dos Reis, que era o presidente, disse ele depois que havia se reunido com a diretoria e queriam dar um carro de presente para mim e eu fazer o cotejamento lá, cotejar e me dar um carro. E eu falei não, eu não quero carro nenhum, porque eu estou fazendo isso aí pelas razões que eu já expliquei. Aí, surpreendentemente, o Larangeira é testemunha, se reuniram e colocaram meu nome no estádio. Eu fui avisado depois, quando já tinham modificado o estatuto e colocado o meu nome. Eu fiquei absolutamente surpreso porque não esperava nada, não fiz aquilo por interesse nenhum, né? E fiquei surpreso, claro que agradavelmente surpreso e muito honrado. Embora eu achasse que se eles tivessem feito em nome do meu pai, eu ficaria mais feliz, porque foi meu pai que deu toda vida lá para o São Martinho, mas já estava no meu nome e eu não podia fazer nada (VOZ DA SAUDADE, 2023).

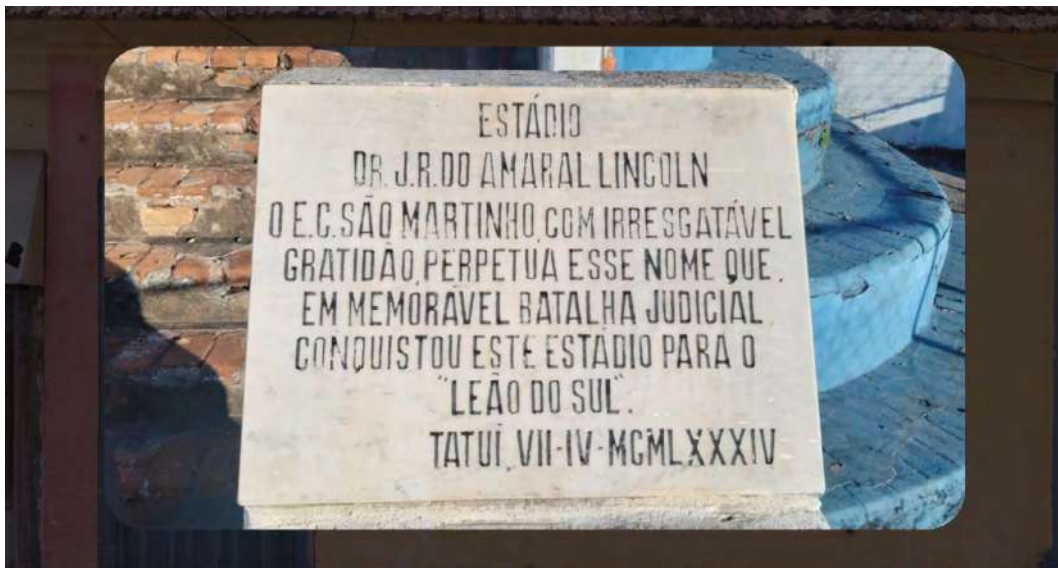


Figura 70: Placa de homenagem e agradecimento ao Dr. Jr. do Amaral Lincoln pela ajuda.

Fonte: Voz da Saudade (2021).



Figura 71: Presidente do Clube Nicolau Sinisgalli ao lado dos jogadores Djalma Santos e Garrincha.
Fonte: Voz da Saudade (2021).



Figura 72: Time do São Martinho com destaque para as figuras de Lincoln e Laranjeira.
Fonte: Voz da Saudade (2021).



Figura 73: Time do Clube em 1954.
Fonte: Voz da Saudade (2021).



Figura 74: Registro de jornal sobre a equipe de 1946.
Fonte: Voz da Saudade, 2021.



Figura 75: Registro de jornal sobre a equipe de 1962.

Fonte: Voz da Saudade, 2021.

4.4.5. Campo Beira Rio



Figura 76: Campo Beira Rio.

Fonte: Maria Cordeiro, 2024.

O que é?

O Campo Beira Rio constitui um lugar importante para a memória da Fábrica São Martinho e de seus operários, uma vez que sua história está intrinsecamente conectada a da fábrica e seu futebol operário. Isso se dá, visto que esse campo se tratava do espaço de treino do time São José, time do bairro Vila Esperança onde residiam boa parte dos operários da fábrica.

A princípio o campo tinha o nome de Campo São José, homônimo ao time, porém eventualmente começou a ser tratado por Campo Beira Rio, já que se encontrava ao lado do córrego que separa a Fábrica São Martinho e o Bairro Vila Esperança. Em uso até hoje, pela presença das traves no campo, mostra que a tradição do futebol operário permaneceu ali.

4.4.6. Vila Esperança



Figura 77: Vila Esperança, vista a partir do Campo Beira Rio.
Fonte: Simone Scifoni, 2024.

O que é?

Bairro popular, local de moradia dos trabalhadores da Fábrica São Martinho desde metade do século passado, a Vila Esperança é constituída por dois loteamentos contíguos. O que os unificou sob a mesma denominação foi a constituição, ao longo da passagem do tempo, de uma vida social e comunitária desde a chegada dos primeiros moradores, no início da década de 1950. O bairro tem uma espacialidade específica uma vez que se constitui como a unidade da vida social, um microcosmo onde se teceram relações de solidariedade, reciprocidade e parentela, unificados por uma condição em comum aos seus moradores: ser trabalhador da Fábrica São Martinho.

Essa condição reunia a todos em uma rede intrincada de relações com pais, mães e filhos, tios, tias, primos morando perto e trabalhando na fábrica. A proximidade também facilitava a indicação dos parentes para ingressar na fábrica, já que essa era preferencialmente a forma de contratação. Assim, a Vila Esperança, como a própria denominação expressa, constitui-se em espaço comum de convivência, trabalho e compartilhamento de sonhos, expectativas de vida e fé.

História

No início da década de 1950, em terreno próximo à Fábrica São Martinho, na vertente norte do Ribeirão Manduca, deu-se início ao arruamento e loteamento de um novo bairro, denominado de Vila Esperança. Algumas poucas quadras e ruas formavam o loteamento onde foram construídas casas populares, de diferentes padrões e em lotes pequenos. Essa fisionomia popular ainda se mantém hoje, apesar das muitas reformas nos imóveis.

Os lotes distribuídos entre as principais vias longitudinais como a Rua Chico Catarina, Rua Dr. Otávio de Moraes e Rua Antônio Henrique da Silva, cortadas por ruas transversais como a Cecílio Boneder, a Flávio Vanni e a Idalina Távora apresentam testada estreita, o que dá um aspecto singular às construções que se alinham a uma das laterais do terreno. A pequena dimensão da testada levou a padronização de projetos populares de telhado de meia água. Mas há também casas com telhado de duas águas, quando o lote apresenta dimensões um pouco maiores de testada.



Figuras 78 e 79: Diferentes padrões de construção das casas operárias na Vila Esperança.

Fonte: Simone Scifoni, 2023.

É muito comum, também, encontrar um padrão de casas com fachada frontal que apresenta a porção superior com detalhe geométrico que esconde o telhado, característica que parece expressar um desejo de modernidade na casa operária.



Figura 80 e 81: Diferentes padrões de construção das casas operárias na Vila Esperança.
Fonte: Simone Scifoni, 2023.

A padronização dos projetos das casas indica que o loteador não somente procedeu ao arruamento e divisão dos lotes mas vendeu-os já com as casas prontas, que foram sendo reformadas e ampliadas no decorrer do tempo. Apesar de não terem sido encontradas as plantas deste primeiro loteamento, em conversas com moradores foi relatado que alguns já nasceram lá, no início da década de 1950.

Anteriormente ao loteamento a gleba tinha um uso rural, como se verifica na fotografia de 1912, na qual se constata que a fábrica era o limite da área urbanizada naquele momento. O pasto e a área cultivada na fotografia indicam sua função rural.



Figura 82: Vista da Fábrica, a partir da Vila Esperança.
Fonte: Barros (2022), p. 31.

Em meados da década de 1950 a demanda por casas para trabalhadores ampliou-se, o que levou ao segundo loteamento, em terreno contíguo, que foi chamado de Vila Nova Esperança. A empresa loteadora é a Construtora e Imobiliária Pedroso Menezes Ltda, situada em Tatuí, que divide a gleba em 210 lotes em 12 quadras e 9 ruas.

A capela em devoção ao santo protetor da classe trabalhadora tornou-se o centro da vida do bairro, razão para ter ocupado a praça do loteamento, em forma de cessão do terreno. Seja por meio das celebrações religiosas, ou dos momentos que marcaram a vida da família do trabalhador, como batismo, casamento ou falecimento, a igreja teve papel de lócus da sociabilidade do bairro. As festas do padroeiro, em 1o de maio, foram momentos agregadores e formadores do sentido de uma comunidade. De acordo com Seabra (2003), em seu processo de formação, a Igreja faz do bairro uma extensão de seu espaço sagrado, organizando a vida social por dentro e por fora.

Pouco a pouco, no curso da década de 1950, com a abertura deste novo loteamento, a Vila Esperança se consolida como um bairro operário, voltado aos trabalhadores da São Martinho. Muitos moradores se referem aos finais de turnos da fábrica como um “formigueiro de gente” subindo em direção ao bairro.

O acesso ao bairro, pela rua José Bonifácio, se dá em via de forte inclinação, que durante muito tempo permaneceu sem asfaltamento. Segundo os moradores, o bairro era de ruas de terra e somente recebeu asfalto nos anos 1980.



Figura 86: Foto da Procissão de São José Operário, onde se constata a via íngreme que dá acesso ao bairro e ainda como rua de terra.

Fonte: Fotos Antigas Tatuí, grupo do facebook.

<https://www.facebook.com/groups/604804860651708>.

Outra referência importante relatada pela memória dos moradores é a escola do Coca, a primeira do bairro e que funcionava em um casarão grande, possivelmente uma sede de fazenda ou sítio que permaneceu após o loteamento do bairro, como se constata na foto que, apesar de não ser datada, indica ser, pelas vestimentas utilizadas, nas primeiras décadas do século passado. A escola ganhou esta denominação popular em função do nome do proprietário do casarão. Os filhos de moradores estudaram nesta escola até o ano de 1975, quando foi demolida. O terreno é hoje ocupado pela Escola Estadual Prof. Ary de Almeida Sinisgalli.



Figura 87: Casarão do Coca, onde funcionava a escola.

Fonte: Fotos Antigas Tatuí, grupo do facebook.

<https://www.facebook.com/groups/604804860651708>.



Figura 88: Escola do Coca, ano de 1971.

Fonte: Fotos Antigas Tatuí, grupo do facebook.

<https://www.facebook.com/groups/604804860651708>.

A abertura destes loteamentos significou também uma mudança na forma de morar da classe trabalhadora. Nas primeiras décadas do século XX, a principal forma de moradia se dava por meio do aluguel, já que o acesso à propriedade privada era uma impossibilidade diante de salários baixos. O livro dos sindicalizados de 1944 mostra que a moradia desses trabalhadores dispersava-se em várias ruas que atualmente configuram o centro da cidade. A partir de meados do século passado, além do acesso do trabalhador à casa própria, sua localização na cidade concentrou-se no novo bairro criado.

4.5. Objetos

4.5.1. Troféus do Esporte Clube São Martinho



Figura 89: Vitória do Esporte Clube São Martinho na 11ª edição do Campeonato de Futebol “José dos Campos” em 2017.

Fonte: O Progresso, disponível em:

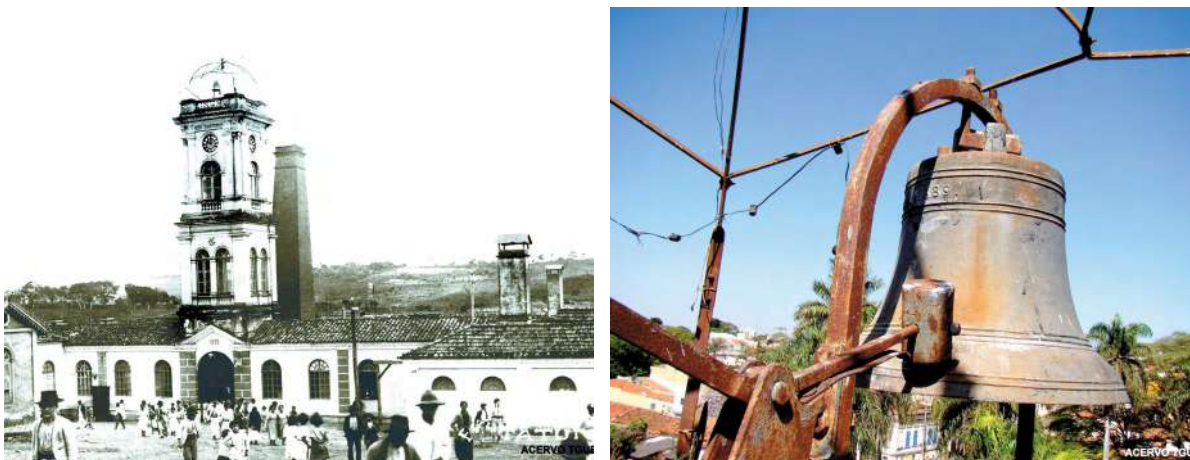
<https://oprogrossodetatuí.com.br/sao-martinho-vence-nos-penaltis-e-sagra-se-campeao-do-ze-leiteiro/>.

O que é?

Os troféus do Esporte Clube São Martinho são objetos que simbolizam as vitórias do time, representando uma identidade e o sentimento de pertencimento e coletividade que o futebol proporciona e que culmina na vitória, ganhando títulos e por fim materializando-se no troféu. Dessa forma, entende-se o troféu como um objeto que representa a coletividade e o resultado tão almejado por aqueles que pertencem a esse grupo, tratando-se de sua principal meta como coletivo.

Para compreender a relevância do troféu para o torcedor é imprescindível compreender a significação do futebol para os mesmos, sendo o principal aspecto disso a afetividade que se constrói entre torcida e time. Esses torcedores tornam-se uma poderosa comunidade, que tem como elo principal o afeto pelo time e o desejo pela vitória, construindo uma série de ritos e símbolos que circundam esse espetáculo. Portanto, entende-se o troféu como um dos diversos símbolos do futebol, e possivelmente o mais almejado deles, sendo ele um totem do sucesso e, consequentemente daqueles que torcem por ele.

4.5.2. Relógio e Sino da Fábrica São Martinho



Figuras 90 e 91: à esquerda, torre com relógio e sino da Fábrica São Martinho, em 1912. À direita, sino com detalhe do ano de fabricação 1889 e mecanismo de acionamento.

Fonte: Acervo Tony Guedes.

O que é?

Trata-se de um relógio e sino fixados na torre, construção central da Fábrica São Martinho, responsáveis por marcar o tempo dos turnos e das atividades dos operários no cotidiano fabril. O relógio tem formato circular, em ferro, com números romanos. O sino, de fabricação em 1889, de material em ferro e com mecanismo de acionamento no formato de um martelo, tinha a função de indicar os diferentes turnos de funcionamento da fábrica, orientando os trabalhadores para a entrada e saída da fábrica. Além disso, o toque dos sinos era utilizado aos finais de ano para marcar a mudança de calendário, compondo a celebração da passagem de ano. Assim, o toque do sino marca não apenas o mundo fabril mas o tempo da vida cotidiana na cidade.

História

A história das torres com relógios no espaço público remonta ao período medieval, mas ganha força na era industrial. As temporalidades marcadas pelos relógios públicos estão presentes desde as cidades medievais e se transpõem como elementos de marcação do tempo do trabalho na era industrial. Nas fábricas, o seu principal objetivo era o de marcar as entradas e saídas e os turnos dos funcionários. A sua presença simbólica na entrada da fábrica mostrava o controle do tempo pelos donos das fábricas. Na Revolução Industrial e desenvolvimento do sistema capitalista, a marcação do tempo na sua associação com a força de trabalho, mostravam a temporalidade do trabalho, o ritmo dos dias e noites na lida fabril.

No espaço urbano, o som das badaladas marcava as temporalidades da cidade, com as saídas e entradas de funcionários da São Martinho e os horários de circulação na cidade. O tempo da fábrica era o tempo da produção e o relógio em termos sonoros, visuais e simbólicos era fundamental no contexto da Fábrica São Martinho, marcado, também, pelo apuro visual e acabamento arquitetônico da torre onde está situado. Os relógios como objetos da industrialização relacionam a memória do trabalho, o controle do tempo pelo industrial, o ritmo da vida cotidiana.

4.5.3. Camisa do Esporte Clube São Martinho



Figura 92: Equipe uniformizada da categoria 43 em cinco de junho de 2023.
Fonte: EC São Martinho

O que é?

A camisa do Esporte Clube São Martinho é um objeto de moda símbolo dos jogadores e torcedores do clube. Junto de outros objetos como os troféus, a camisa faz parte da experiência de torcer pelo São Martinho como uma linguagem de identificação e pertencimento ao coletivo do clube. A camisa está totalmente ligada na leitura e compreensão do torcer, das maneiras de reagir ao jogo de futebol e todas suas emoções relacionadas. Rasgar, contorcer-se, amassar, bater no peito e tirar a camisa são todas ações relacionadas por meio desse objeto a demonstrar as emoções ligadas com a prática social e memórias do futebol.

Além de uniforme: o amor à camisa e o torcedor

A camisa de futebol revela mais que somente um adorno para a prática futebolística e suporte para a exposição de símbolos do time e de patrocinadores, sendo produtora

e produto de relações culturais entre os torcedores. Como afirma Toledo (2019), as camisas de futebol vão além de vestir corpos e identificar torcedores e jogadores. E mais além, a camisa é mais que uma identidade entre torcedor e algum coletivo.

Vestir uma camisa de futebol implica - além de gestos, maneirismos e relações de solidariedade entre os membros de um coletivo - um encontro com o outro semelhante, a busca desse outro e também estabelece relações de uns contra outros (relações de adversários e rivais). A camisa como objeto de referência cultural remete à ação de torcer, e, portanto, como um vínculo entre moda e social, evidencia a subjetividade que há em pertencer, envolver-se e torcer para um time de futebol.

Como uma segunda pele, é um objeto com força agentiva no sentido que permite que o torcedor possa produzir relações de interação com outros indivíduos e coletivos e assim, mais que simplesmente uniformizar um time para permitir a prática do futebol, camisas servem como representação material “[...] de algo maior ou exterior aos próprios corpos que as vestem e aí tal associação ou moda representaria algum coletivo que identificamos classificatoriamente por um time, um time representando uma cidade, ou um time representando todo um país ou um continente” (Toledo, 2019, p. 40).

Um ponto que esse objeto remete é sua ênfase na corporalidade. A camisa está totalmente ligada na leitura e compreensão do torcer, das maneiras de reagir a um jogo de futebol e todas suas emoções relacionadas. Rasgar, contorcer-se, amassar, bater no peito e tirar a camisa são todas ações relacionadas por meio desse objeto a demonstrar as emoções ligadas com a prática social do esporte. Isso para Toledo (2010) mostra que a clareza do futebol diz respeito não só aos que jogam, mas também com aqueles que assistem, e isso passa necessariamente por uma adesão corpórea fora do campo, e aqui o uso da camisa é essencial. Citando novamente Toledo (2010, p. 180):

Pensar a corporalidade do torcer ou, de outro modo, pensar o jogo pela leitura gestual e teatral que cada torcedor faz numa ou sobre uma partida é se colocar no âmago daquilo que define a beleza plástica do futebol, o conjunto quase ilimitado de suas técnicas corporais que produzem o enredo do jogo.

A camisa de futebol pode-se considerar como linguagem além dos quatro cantos do campo, as conversas, comemorações e palavrões presentes no campo, como uma linguagem corporal do torcer. Esse objeto de moda “distribui a pessoa” dentro de um estádio, um lugar dentro de um universo com outras centenas de indivíduos articulados pela arte do futebol, com camisetas, troféus, bolas e outros objetos expressando esse lugar e suas relações de pertencimento e memória, “[...] pois há algo de nós nesses objetos, há algo dos objetos agenciados em nós” (Toledo, 2010, p. 182)

4.5.4. Carro Alegórico Falta D'água (em memória)



Figura 93: Carro Alegórico “Falta D’água” do, Operário Futebol Clube, com a representação de uma grande torneira, 1923.

Fonte: Acervo Museu Paulo Setúbal.

O que é?

Carro alegórico que traz a representação de uma grande torneira e que desfilou no carnaval da década de 1920, fazendo alusão aos constantes episódios de falta d’água na cidade. Trata-se de uma iniciativa bem-humorada do Operário Futebol Clube de chamar atenção para um problema grave que se sucedia na cidade naquelas primeiras décadas do século XX. As Atas da Câmara Municipal de Tatuí, no início da década de 1920, trazem manifestações dos vereadores relatando problemas no fornecimento de água para os moradores, em particular a que foi encontrada no dia 25 de fevereiro de 1925. A citação ao carro alegórico, bem como a sua fotografia pertencente ao Arquivo Erasmo Peixoto, foi trazida por uma exposição no Centro Cultural realizada na cidade, sobre um século de carnaval em Tatuí (Fonte: Telejornal Globo 1a Edição, Itapetininga/ Região). De acordo com a reportagem, o carnaval de Tatuí já esteve entre os melhores do país, razão da realização da exposição com mais de 200 fotos que mostram os bailes e desfiles de quase um século atrás.

Apesar de inexistente hoje, o carro alegórico compõe a memória dos carnavais na cidade e da participação de clubes operários como agremiações festivas, o que não significava, por isso, renunciar à crítica política e social à realidade da cidade.

História: carnaval de Tatuí

De acordo com Neves (CAMPOS, 2014), o carnaval de Tatuí era tido como o melhor da região. Seja nas festas ou nos blocos de rua, as bandas compunham a maioria dos eventos culturais da cidade. Durante os desfiles de carnaval, por exemplo, faziam parte dos blocos operários, que ao som de seus instrumentos, desfilavam pelas ruas de Tatuí reivindicando as demandas da classe trabalhadora tatuiana, como o emblemático carro alegórico “Falta D’Água”, que desfilou pelo Clube Operário em 1923. Assim sendo, essa constatação permite atribuir um caráter político às agremiações musicais operárias, cabe, porém, identificar de qual maneira o referido método de manifestação influenciou as relações de trabalho entre as classes sociais à época.

A partir da primeira metade do século XX formaram-se agremiações operárias para a prática musical, como a Banda São Jorge, composta por trabalhadores da Fábrica São Martinho. O carnaval reunia também agremiações ligadas ao futebol, como o Operário Futebol Clube.



Figura 94: Carnaval do Operário Futebol Clube, 1923.
Fonte: Acervo do Museu Paulo Setúbal.

Esse impulso é associado, na maioria das vezes, à atuação de Manoel Guedes, enfatizando os investimentos por ele realizados na econômica e na cultura de Tatuí e a consequente catalisação das produções culturais da região, ainda no século XIX.



Figura 95: Associação Atlética Pindorama, 1923.
Fonte: Acervo Museu Paulo Setúbal

Atualmente, a cidade é reconhecida nacionalmente como a “capital da música”, atributo que contribui para a visibilidade cultural do município, embora, apesar de compor com uma narrativa de atrativo, no entanto, este não é aberto para visitação pública, tampouco para a população local.

4.5.5. Urdideira

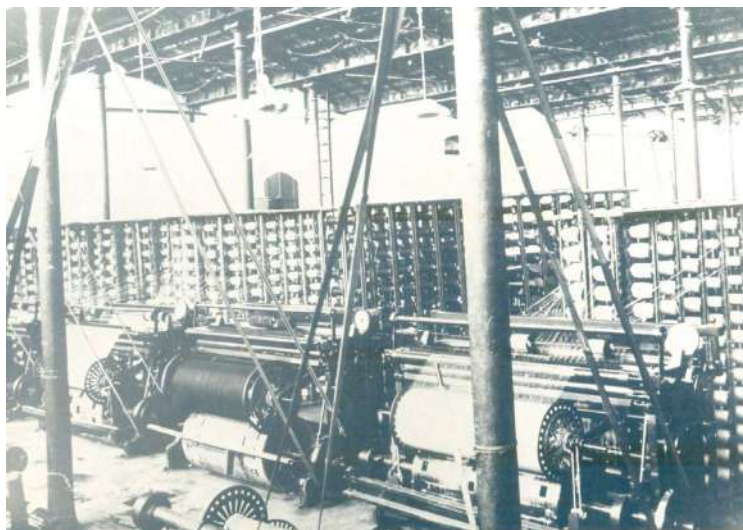


Figura 96: Interior da seção de urdideiras da indústria têxtil Companhia Petropolitana, no início do séc XX.
Fonte: LABHOI

O que é?

A urdideira, uma máquina de significativa importância na indústria têxtil, desempenha uma função essencial na fase preparatória do urdume, que representa a estrutura fundamental dos tecidos, constituindo-se como a base para a produção do tecido final. Sua relevância se encontra na capacidade de criar a urdidura, constituída por fios paralelos e tensionados que exercem uma influência direta sobre a qualidade e o acabamento final dos tecidos (SÓ ESCOLA).

O funcionamento da urdideira se dá por um mecanismo de bobinagem, responsável pela criação de rolos de fios conhecidos como urdume. Durante esse processo, os fios são desenrolados e conduzidos por meio de guias sendo direcionados pela máquina para a formação da estrutura do tecido. É preciso manter uma tensão adequada nos fios, visando evitar problemas como quebras ou desalinhamentos, ao longo desse procedimento (SÓ ESCOLA).

Segundo entrevistas realizadas com antigos trabalhadores do setor da urdideira na Fábrica São Martinho, os saberes locais revelam a delicadeza dessa etapa, onde a quebra de um fio pode acarretar defeitos no tecido final. A destreza e cautela são essenciais para garantir a integridade da urdidura.

Existem diferentes tipos de urdideiras, cada uma com suas características distintas. Por exemplo, a urdideira de jato d'água que, segundo entrevistas, era possivelmente utilizada na fábrica em Tatuí, já que em conversas foi revelado que este setor demandava o uso considerável de água, provavelmente retirada do Ribeirão do Manduca.

Hoje em dia, a urdideira se transformou desde sua versão datada de meados do século XX, incorporando adições, como por exemplo de uma estrutura denominada "Gaiola" para o ato de urdir, uma engomadeira, um cilindro aquecedor destinado à secagem e uma "Cabeça de Urdideira" para o acondicionamento dos fios em "carretéis" especiais, conforme explanado no âmbito da discussão sobre Urdição.

4.5.6. Livro dos Sindicalizados

Figura 97: Página 1 do livro dos sindicalizados, ano de 1944 apresenta os 30 primeiros nomes.
Fonte: Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Tatuí.

O que é?

Primeiro livro de registro de sindicalizados, aberto após o registro concedido, em 1944, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio ao Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Tatuí. O livro traz informações de quase 1.400 trabalhadores vinculados ao sindicato naquele ano, constando dados como nome, idade, local de nascimento, endereço, função e empresa vinculada. Por meio dele é possível constatar o papel da Fábrica São Martinho como a grande empregadora do município, já que 73% dos sindicalizados estavam vinculados a ela.

História

Os primeiros esforços para a criação de uma entidade representativa dos trabalhadores têxteis em Tatuí se deu com a fundação de uma associação profissional, no ano de 1935. Assim nasceu a Associação Profissional dos Trabalhadores da Indústria de Fiação e Tecelagem, tendo Benedito Lamoza como seu primeiro presidente, com mandato de 1937. A associação é contemporânea à criação, em 1934, do primeiro sindicato da categoria têxtil na cidade de São Paulo, o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Fiação e Tecelagem em São Paulo.

A associação foi criada poucos anos depois da instituição da primeira legislação no país que regulamentava o funcionamento das instituições profissionais. Em 1931 foi instituído o Decreto no 19.770, de 19/03/1931, que regulamentou a criação de sindicatos no país, também conhecido como lei de sindicalização. A obtenção do registro como Associação foi fundamental para sua posterior transformação em Sindicato dos Trabalhadores de Fiação e Tecelagem de Tatuí, o que se deu em 15/01/1944, atendendo ao que determinava o Decreto-Lei 1402 de 05/07/1939. Este estabelecia que somente associações profissionais registradas poderiam ser reconhecidas como sindicatos.

O registro obtido junto ao Ministério do Trabalho permitiu ao sindicato obter figura jurídica para representar, perante as autoridades, administrativas e judiciárias, os interesses individuais dos associados relativos à sua atividade profissional. Um dos critérios fundamentais para garantir o registro era o número de sócios, razão pela qual o livro de registro de associados era peça fundamental comprobatória para sua atuação. O livro foi aberto em 28/01/1944, sob a presidência de Artur Avalone.

Alguns dados tabulados a partir das informações do livro mostram que:

- a maior parte eram mulheres, contando com 58% do total sindicalizado;
- as/os solteiras/os representam a maioria, com 50,5%;
- 58% tinham idade entre 18 a 30 anos;
- a grande predominância de operárias/os brasileiros, sendo 98,8%;
- grande parte destes trabalhadores eram nascidos em Tatuí, 47,6%;
- maior parte se encontrava trabalhando em funções como: tecelã/ão 29,4%, fiandeira/o 13,3% e roçadeira/o 10,7%;
- a maior parte das operárias/os estavam vinculadas/ a Fábrica São Martinho, 73,2%, depois a Fábrica Santa Cruz com 23,7% e por último a Fábrica Santa Izabel com 3,2%.

Destes dados depreende-se a importância dos operários da Fábrica São Martinho para composição da base sindical da categoria dos têxteis na cidade.

4.5.7. Lançadeira



Figura 98: Lançadeira antiga com pontas de metal.

Fonte: Oportunity Leilões

A lançadeira é um objeto que desempenha um papel importante na tecelagem. Esta peça, muitas vezes feita de madeira ou metal, é projetada para transportar o fio da trama através da urdidura do tecido, criando o padrão e a estrutura desejados.

Com suas duas caixas, a lançadeira se movimenta-se passando o fio de um lado para o outro, contribuindo para a formação do tecido. Uma única lançadeira é utilizada para cada tipo de material, exigindo habilidades específicas por parte dos trabalhadores para operá-la.

As trabalhadoras que operavam as lançadeiras, a maioria mulheres, que nesse caso também trabalhavam no terceiro turno, ganhavam seu salário de por metro de tecido produzido e possuíam um vasto conhecimento e habilidades técnicas para lidar com os desafios enfrentados. Elas tinham que suportar o barulho ensurdecedor das lançadeiras, o que podia resultar em perda auditiva ao longo do tempo, além do constante risco de acidentes de trabalho como a perda de dedos e demais lesões.

O som característico “tac tac tac” das lançadeiras era uma constante na fábrica, às vezes ecoando para fora do prédio. Na fábrica São Martinho as lançadeiras tinham pontas de aço, que conferiam maior resistência ao instrumento, algo que também aumentava a gravidade dos ferimentos em casos de acidente. A qualquer momento as lançadeiras podiam saltar para fora da máquina, representando um risco real de acidentes. O uso de um couro como amortecedor era comum, mas sua quebra podia alterar a direção da lançadeira, que “saía voando” para qualquer direção.

A atenção no trabalho dos teares era determinante não só para evitar acidentes, mas também para manter a integridade do trama produzida. Isto se dava já que um fio

sequer quebrado poderia resultar em defeitos no tecido, exigindo a rápida intervenção das trabalhadoras para cortar as beiradas com uma tesourinha, soltar e esticar o tecido com uma ferramenta feita de osso, tudo na tentativa de restaurar sua integridade. Os tecidos com defeitos eram enviados para a sala de pano, onde as trabalhadoras enfrentavam repreensões, além de não receberem o pagamento destes metros de tecidos que voltavam para o processamento.

Hoje, a tecnologia avançou consideravelmente e muitas fábricas têxteis adotaram teares automatizados, assim, as lançadeiras não são mais vistas nas fábricas modernas. No entanto, a lançadeira ainda é usada em alguns processos de produção têxtil tradicionais e artesanais.

4.5.8. Espulas



Figuras 99 e 100: Foto à esquerda: Espula antes de entrar na Espuladeira.

Foto a direita: Espula com fio, depois de sair da espuladeira.

Fonte: Márcio Pinho Leiloeiro público.

O que é?

A espula, ou canudo, é um objeto que sai da espuladeira após o processo de enrolamento dos fios. Estes canudos são essencialmente cilindros de fios enrolados de forma compacta e organizada, prontos para serem utilizados no tear durante o processo de tecelagem. Os canudos são cuidadosamente preparados e alimentados ao tear, onde são desenrolados e entrelaçados com os fios da trama para formar o tecido final, geralmente tecido de malha. Os saberes e precisão na fabricação e no manuseio das espulas são fundamentais para garantir a consistência do produto acabado na indústria têxtil.

4.5.9. Maçaroqueira

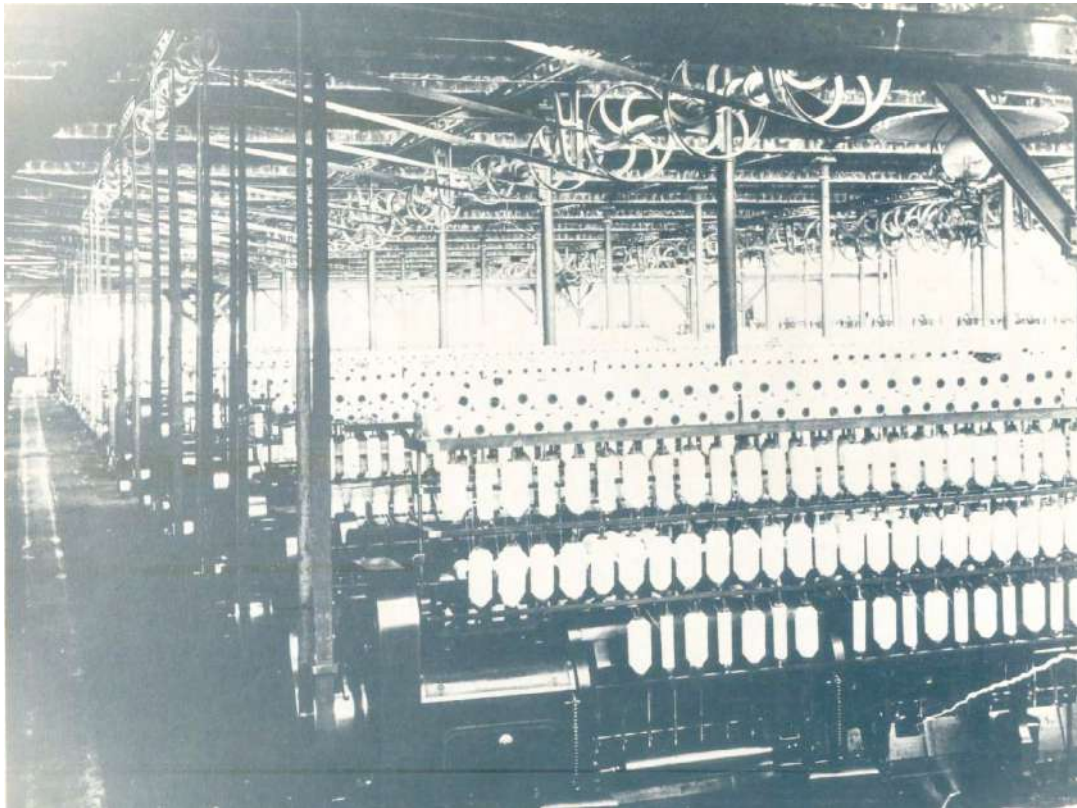


Figura 101: Fotografia de maçaroqueira do início do século XX no RJ.
Fonte: LABHOI, 2022.

O que é?

A Maçaroqueira é um dispositivo projetado para realizar a estiragem e torção da mecha, reduzindo seu diâmetro até transformá-la em um pávio.

Pávio refere-se a um conjunto de fibras que são extraídas da maçaroqueira com um diâmetro ligeiramente superior ao do fio, apresentando alguma torção. Esse processo contribui para a formação de um material mais fino e mais adequado para determinadas aplicações.

A maçaroqueira ainda é usada hoje em dia na produção de fios resistentes.

4.5.10. Espuladeira



Figura 102: Espuladeira da Fábrica São Martinho, já desativada.
Fonte: Processo de tombamento, Condephaat, 2001.

O que é?

A espuladeira é uma máquina que desempenha um papel fundamental na produção têxtil, realizando o processo agrupar diferentes tipos de fios em forma de canudos (Espulas). Cada canudo produzido pela espuladeira é destinado ao tear, onde será utilizado na tecelagem para a produção de tecidos planos e de malha. Hoje em dia as espuladeiras são mais modernas e velozes, e os profissionais que operam a máquina, conhecidos como Operadores de Espuladeira, também costumam desempenhar uma variedade de outras como a preparação da trama e o urdimento dos fios, engomação e remeteção.

4.5.11. Busto do Presidente Getúlio Vargas



Figuras 103 e 104: Busto em pedestal, situado na Praça Manoel Guedes. Aos fundos, o atual Museu Paulo Setúbal. Foto em detalhe do busto.

Fonte: Simone Scifoni, 2023.

O que é?

Trata-se de busto erigido em homenagem ao Presidente Getúlio Vargas, inaugurado em 25/04/1955 na Praça Manoel Guedes e realizado a partir de contribuições arrecadadas dentre os trabalhadores têxteis da cidade, em uma campanha que começou um ano antes, logo após a sua morte. O Busto em bronze representa a parte superior do ex-presidente e está assentado em pedestal revestido em granito e fica próximo ao Museu Paulo Setúbal. Getúlio Vargas é figura emblemática na memória dos trabalhadores e o busto expressa esta importância para a classe trabalhadora em Tatuí. Durante muitos anos, as comemorações do 1º de maio na cidade incluíam homenagens ao ex-presidente, por meio da entrega de ramalhetes de flores junto ao busto, o que era sucedido por uma espécie de comício.

História

O presidente Getúlio Vargas suicidou-se no Rio de Janeiro no dia 24 de agosto de 1954 e, logo pela manhã, a notícia foi dada em primeira mão pelo Repórter Esso, deixando a população do país atordoada (Correia, 2021). Na cidade que era, até então, distrito federal, milhares de pessoas se aglomeraram junto ao Palácio do Catete, onde o corpo era velado, conforme o autor.

O presidente tinha sua figura cultuada entre a classe trabalhadora em geral, em razão da instituição de uma série de leis que amparam o trabalhador como a jornada de 8 horas e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada no 1º de maio de 1943. A legislação foi fruto da necessidade de regular as relações capital-trabalho frente a luta de classes e os conflitos surgidos nas décadas anteriores. No entanto, a política social e trabalhista ficou configurada em um mito, como resultado do estado getulista e não como conquista da luta dos trabalhadores (Almeida, 1981).

No dia seguinte à sua morte, a cidade de Tatuí organizou uma passeata de homenagem póstuma, que percorreu as ruas da cidade até terminar na Praça Matriz, em frente a igreja, onde ocorreu um ato religioso, como é possível ver nas fotos a seguir. A homenagem mostra homens, mulheres e crianças trajando luto e faixas com frases que expressam o respeito e admiração pelo presidente:

“ Homenagem póstuma dos trabalhadores ao seu benfeitor”

“Esse sorriso jamais será esquecido pelos trabalhadores de Tatuí”

“A nação está em luto”

“Getúlio permanece em nossos corações”

“Eu vos dei a minha vida, agora ofereço a minha morte”

(trecho da carta de suicídio)



Figuras 105 e 106: Foto à esquerda: fim do cortejo e ato religioso em frente a Igreja Matriz.

Foto à direita: centenas de trabalhadores em passeata tomam as ruas de Tatuí.

Fonte: Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Tatuí.

Poucos dias depois de sua morte e como parte das homenagens ao presidente, os trabalhadores de Tatuí formam uma comissão encarregada de angariar recursos e providenciar a edificação de um monumento a Getúlio Vargas, um busto em bronze para ser colocado na Praça da Igreja Matriz. A comissão foi formada no início de setembro de 1954 e tinha em sua composição 50 pessoas, dentre elas membros da diretoria do sindicato e outros trabalhadores e trabalhadoras da cidade.

O sindicato guarda em seus arquivos o processo contendo toda a documentação que registra os procedimentos adotados para a edificação do busto. O presidente do sindicato era Ari de Campos e compunha como um dos principais membros da comissão. Dentre os procedimentos, a comissão encarregou-se de passar um abaixo assinado solicitando autorização da prefeitura para a colocação do busto em praça pública e angariar recursos entre os trabalhadores da cidade.

Com o apoio do prefeito Alberto dos Santos, que encaminhou a documentação necessária, a Câmara Municipal aprovou a instalação do busto na Praça Manoel Guedes.

O fato foi noticiado pelo jornal Última Hora, de São Paulo, em capa da edição do dia 20/01/1955, informando que o busto seria instalado a partir de contribuições espontâneas do povo de Tatuí.

O busto foi inaugurado no dia 25 de abril de 1955, recebendo sua primeira homenagem no 1º de maio, dia do trabalho daquele ano.



Figura 107: Ramalhetes em homenagem a Getúlio Vargas marcam o 1º de Maio.

Fonte: Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Tatuí.

4.6. Edificações

4.6.1. Casarão dos Guedes



Figura 108: Fachada lateral do casarão.
Fonte: Simone Scifoni, 2023.

O que é?

Residência do proprietário da Fábrica São Martinho, Manoel Guedes, o casarão de três pavimentos situa-se estrategicamente em frente a sede da empresa. A proximidade entre moradia e trabalho facilitava a gestão da produção, além do controle da classe operária. Juntamente com os galpões da fábrica, além de algumas residências como a casa do administrador e a vila operária, conforma-se assim um complexo industrial remanescente da primeira fase de industrialização paulista. É um marco na paisagem da área central de Tatuí, tanto pelas suas dimensões monumentais como pelas características arquitetônicas. Como edifício de linguagem eclética e palacete requintado acompanha os padrões burgueses de habitação do século XIX, segundo Barros (2021).

A construção apresenta um porão limitado por semi-arcos que era utilizado como adega e depósito, de acordo com a autora, e um pavimento térreo onde se encontram as salas de receber, de estar e de jantar, além dos cômodos de serviços,

circundados por uma ampla varanda coberta. No pavimento superior, contam-se oito quartos. Manoel Guedes morou no palacete, inicialmente com sua primeira esposa, Adelaide Sophia, e seus 2 filhos, Martinho e Thomaz, e posteriormente a sua morte, com a segunda esposa, Maria Adelaide Barnsley e seus filhos. Em 1927, Manoel faleceu deixando entre os bens de sua herança, o palacete e a fábrica. Mesmo assim, o palacete continuou a ter sua importância como moradia do proprietário da fábrica.

Nos anos 1930, com a transferência da propriedade para o empresário Dario Meirelles, o palacete e a fábrica testemunham momentos prósperos, sendo o período de auge da produção têxtil na cidade. Entretanto, com a venda dos bens para Antonio Adib Chammas, proprietário do Moinho São Jorge de Santo André, na década de 1940, a fábrica deixou de ser atividade econômica central nos negócios, passando a desempenhar função complementar. Ainda assim, o palacete foi importante como moradia-sede da direção da fábrica de Tatuí. A crise dos negócios da família Chammas, a partir dos anos 1980, o palacete foi abandonado, o que causou sua deterioração física. No entanto, nos anos 1990 e 2000, o palacete foi ressignificado por meio das festas e bailes organizados na cidade.

Importância da arquitetura como documento do tempo

Como expressão da arquitetura produzida em São Paulo no último quartel do século XIX, o palacete de Manoel Guedes compreende um novo conceito de morar das classes abastadas, que se desenvolveu a partir do enriquecimento propiciado pela economia cafeeira no estado.

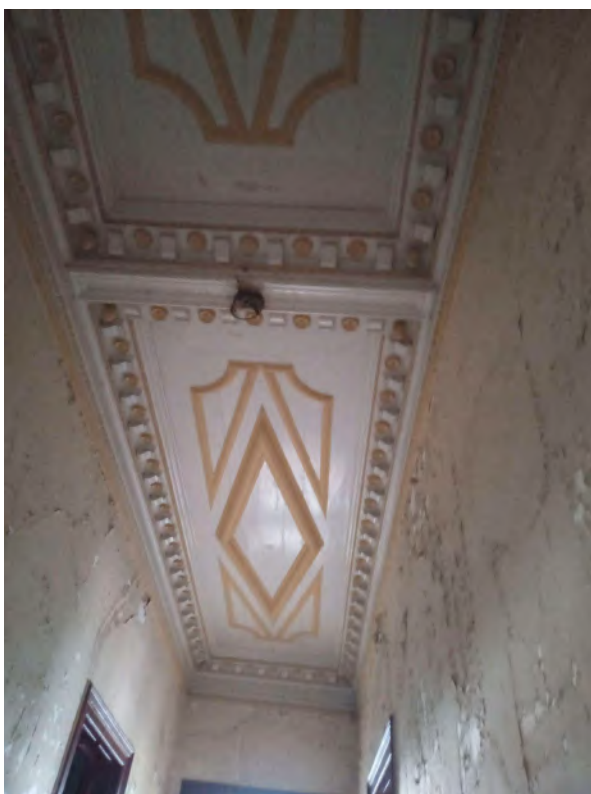
O casarão assobradado, de alvenaria de tijolos, recuado do alinhamento da rua o que lhe permitia contar com muitas janelas nas fachadas que lhe proporcionava entrada de luz e ventilação. Circundado por jardins e com porão que permitia que o assoalho fosse ventilado e afastado da umidade do solo, testemunha os princípios de salubridade e privacidade característicos deste momento histórico e que estavam presentes nos bairros de elite da capital paulista.



Figuras 109 e 110: Na foto à esquerda destaca-se a dimensão monumental do palacete e seu distanciamento do alinhamento da rua. Na foto à direita, observa-se a posição do palacete recuado das divisas do lote.

Fonte: Simone Scifoni (2023).

De acordo com Lemos (1999), a riqueza propiciada pela economia do café trouxe a São Paulo novidades advindas da Revolução Industrial como a moderna tecnologia da alvenaria de tijolos, novos materiais de acabamento e novos elementos arquitetônicos como a platibanda escondendo o telhado, e outros critérios de morar para os ricos, que assumiram o “morar à francesa”, produzidos por profissionais especializados como engenheiros e arquitetos.



Figuras 111 e 112: Interior do palacete: detalhe do trabalho em madeira no forro e no piso.

Fonte: Simone Scifoni (2023)



Figura 113: Detalhe da fachada lateral, e o uso de material em ferro fundido como guarda-corpo e estrutura da cobertura da varanda.

Fonte: Simone Scifoni, 2023



Figuras 114 e 115: Uso do ladrilho hidráulico no interior do palacete (cozinha) e na varanda coberta.

Fonte: Simone Scifoni, 2023

A partir do estudo feito por Barros (2021) é possível identificar algumas das características importantes do edifício:

- A)** Imponente construção de 3 pavimentos e fachada ornamentada com platibanda e detalhes em estuque,
- B)** linguagem eclética da arquitetura,

- C)** pavimento térreo cercado por uma varanda coberta, com chão em piso de ladrilho hidráulico de padrão geométrico e guarda-corpo de ferro fundido, bastante rebuscado,
- D)** no lote de 3 mil metros quadrados há ainda uma edícula para moradia dos funcionários domésticos, um orquidário, um bangalô, jardins e uma piscina, da década de 1950;
- E)** uso de madeira nos forros e nos pisos de tabuado compondo desenhos geométricos com diferentes tonalidades na área de uso social,
- F)** uso de ferro fundido nos guarda-corpos, nas portas da área social e nos pilares que as sustentam, nos gradis externos e nas esquadrias,
- G)** pinturas decorativas nos ambientes de uso social
- H)** escadas de mármore na entrada do palacete

4.6.2. Fábrica São Martinho



Figura 116: Fachada da Fábrica com destaque para a torre do relógio.
Fonte: S. Scifoni, 2019.

O que é?

A Fábrica São Martinho foi fundada em 1881, e inaugurada dois anos depois, como Companhia de Fiação e Tecelagem São Martinho, fazendo parte do primeiro momento da industrialização paulista. Ela foi pioneira na cidade e, durante anos, a principal empregadora de trabalhadores, muitos deles pertencentes à mesma família, já que o principal meio de contratação era a indicação por parte de algum parente ou conhecido. Sendo assim, muitas das memórias dos moradores de Tatuí passam necessariamente pela existência da Fábrica.

Isso faz dela uma importante referência cultural na categoria edificação, pela sua presença física marcante na paisagem urbana e como símbolo de um momento considerado de progresso, trazido pela industrialização. Além disso, ela também se destaca em função de sua relevância arquitetônica, tendo sido tombada como patrimônio cultural em duas instâncias, no âmbito estadual pelo Condephaat, por meio da Resolução SC no.61 de 2007, e no âmbito municipal por meio do decreto municipal 4.735/05.

Apesar de seu imenso valor como patrimônio cultural, a Fábrica foi abandonada pelos atuais proprietários, desde seu fechamento, na década de 1990. Atualmente em péssimo estado de conservação e em parte em ruínas, motivou o surgimento, em 2021, de um movimento de moradores pela sua efetiva preservação. Trata-se do Coletivo Vozes da São Martinho que tem chamado atenção pública para a necessidade de garantir um uso público no imóvel e, assim, valorizar essa memória. O Coletivo já organizou 2 festivais, em 2022 e 2023, em frente a Fábrica contando com shows, coleta de depoimentos de antigos trabalhadores, exposição de fotos e outras atividades.

História

A fábrica São Martinho ao longo de sua história de mais de um século de existência teve diversas denominações em função da mudança de seus proprietários:

- A)** Têxtil São Martinho Ltda é a denominação atual da empresa, desde o ano de 2002, quando mudou a organização do capital, passando para sociedade por cotas de responsabilidade limitada. Seu atual presidente é o Sr. Jorge Chammas Neto e como acionistas têm-se as Indústrias Reunidas São Jorge S/A, Jorge Chammas Neto, Oscar Anderle e Violeta Cury Chammas.

Companhia Têxtil São Martinho, denominação anterior a 2002 quando tinha seu capital gerido como sociedade anônima. Fonte: Processo 944105-1, Vara de Justiça do Trabalho de Tatuí.

A história da Fábrica se inicia em 1860 com a introdução do plantio de algodão na região de Sorocaba e Tatuí. Martinho Guedes começa a produção de algodão na Fazenda Pederneiras e outras propriedades, em sistema de meação. Com o seu falecimento em 1872, coube ao seu filho Martinho Guedes Pinto de Mello assumir os negócios da família e implantar a fábrica de tecidos.

Os primeiros trabalhadores da fábrica, cerca de 300, eram oriundos da zona rural do próprio município, contrariando a tendência do início da industrialização em São Paulo no qual a maior parte da força de trabalho era de origem imigrante. Tatuí teve neste fim do século XIX um grande crescimento populacional, tornando-se um dos municípios mais populosos do estado. A pressão do crescimento demográfico sobre o campo fomentou a migração para a cidade estimulada pela atração do emprego industrial. Além da Fábrica São Martinho, a partir de 1907 a cidade passa a contar com a Fábrica Santa Cruz.

Em 1927 o proprietário da empresa, Martinho Guedes faleceu, o que deu início a disputas pela herança. Somado a isso, a crise de 1929 também comprometeu a continuidade da fábrica, que foi a falência e fechou em 1930. Neste mesmo ano adquiriu a fábrica Dario Meirelles, pessoa que mantinha ligações com a empresa. Na gestão de Meirelles a fábrica expandiu a produção, ampliou o número de trabalhadores, atingindo o auge. Em 1944, era a maior empregadora da cidade, contando com cerca de 73% dos trabalhadores têxteis sindicalizados. Em 1939, nesta mesma gestão, inaugura-se o Esporte Clube São Martinho, a partir da cessão de uso de parte do terreno da empresa. Dario foi um grande incentivador do futebol operário.

Em 1948 a fábrica foi vendida a Antônio Adib Chammas, um influente político e empresário investidor em vários ramos. Chammas foi proprietário da Moinho São Jorge, fundada em 1940 em Santo André, uma empresa de fabricação de farinha de trigo. A aquisição da Fábrica São Martinho fez parte da estratégia de garantir o fornecimento de sacaria para venda da farinha de trigo, em grande expansão naquele momento.

No entanto, sob administração de Chammas, em 1982 a fábrica entrou em crise e fechou temporariamente, como resultado da crise do principal negócio da família, o Moinho São Jorge. Ela foi reaberta em 1986 e ainda funcionaria por mais 10 anos, paralisando suas atividades em 1996, junto com o fechamento do Moinho São Jorge. Fatores da política econômica brasileira, como a abertura aos produtos importados com preços mais baixos, dificultaram a concorrência de empresas nacionais, o que levou a muitas falências e fechamentos no estado de São Paulo.

Assim como a Fábrica São Martinho, a Moinho São Jorge também representa um importante patrimônio industrial do estado, na mesma situação de abandono e ruínas.

4.6.3. Museu Paulo Setúbal



Figura 117: Museu Paulo Setúbal, maio de 2023.
Fonte: Simone Scifoni, 2023

O que é?

A edificação que abriga o Museu Histórico Paulo Setúbal foi construída em 1920, para funcionar como cadeia pública, delegacia e o Fórum e faz parte de um conjunto de prédios oficiais paulistas da Primeira República. O terreno foi doado neste ano pela Câmara Municipal de Tatuí para a Fazenda Pública do Estado, destinado à construção deste equipamento público. Funcionou com estes usos até o ano de 1970, quando o edifício foi destinado ao Museu Histórico Paulo Setúbal. O prédio apareceu como referência à memória operária em função de ter sido usado como prisão política, logo após o golpe de 1964 que instituiu o regime de ditadura militar. Em celas improvisadas no porão foram presos o presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Fiação e Tecelagem, Antonio Bastos, e alguns políticos. Neste sentido, o edifício aparece como lugar ligado à memória da repressão política e da perseguição a sindicalistas e à violação dos direitos humanos durante a ditadura civil-militar.

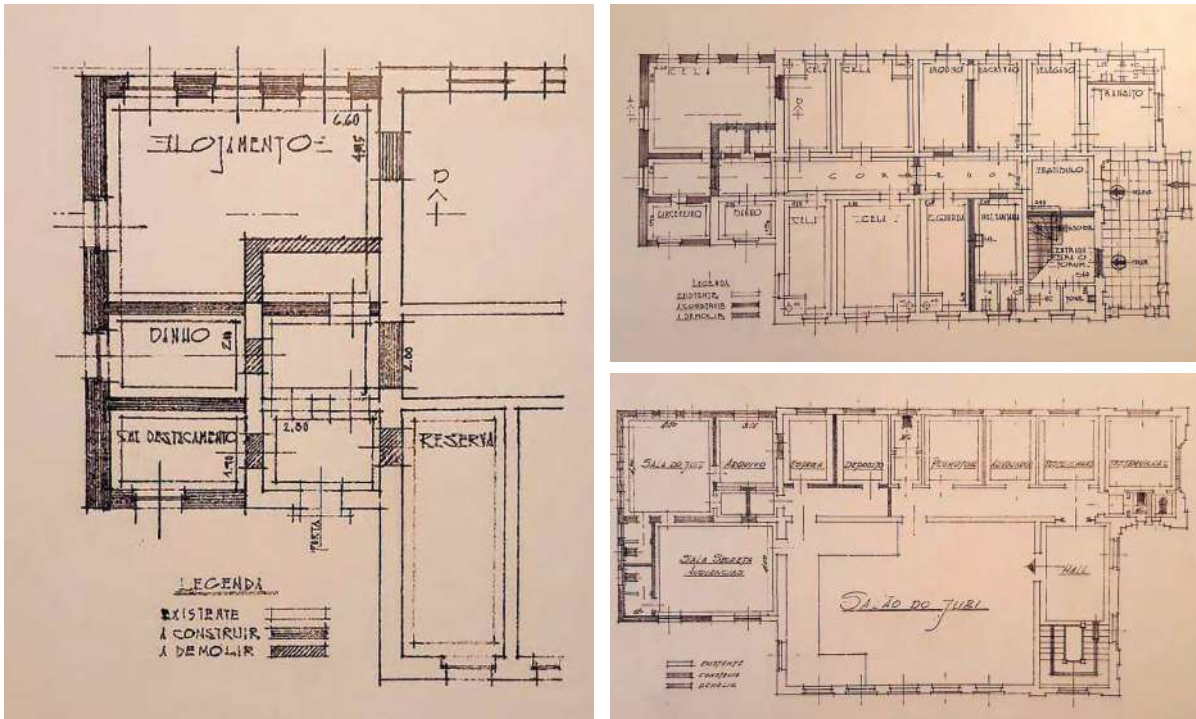
História

O edifício foi construído na gestão de Altino Arantes como governador do Estado de São Paulo (1916-1920), como resultado do reforço de aparelhamento institucional da Primeira República. Reproduz, como alguns congêneres, um esquema de edifícios de tradição lusitana aplicados ao país, desde o início da colonização. Contava no pavimento térreo com salas prisionais, 5 ao todo, além de salas de carceragem, do delegado e do escrivão. As atividades administrativas e de uso público ficavam no pavimento superior, onde funcionava o Fórum, com sala do júri, de audiências, do promotor, de testemunhas e arquivo. O subsolo mais amplo que em outros edifícios da tipologia, contava com espaço para alojamento e destacamento que são subunidades policiais utilizadas em cidades pequenas.



Figura 118: Edifício ainda funcionando como cadeia, delegacia e Fórum, até o ano de 1969.

Fonte: Vianna e Barros, 2020.



Figuras 119, 120 e 121: Plantas com disposição dos usos originais: subsolo, térreo e pavimento superior.

Fonte: Vianna e Barros, 2020.

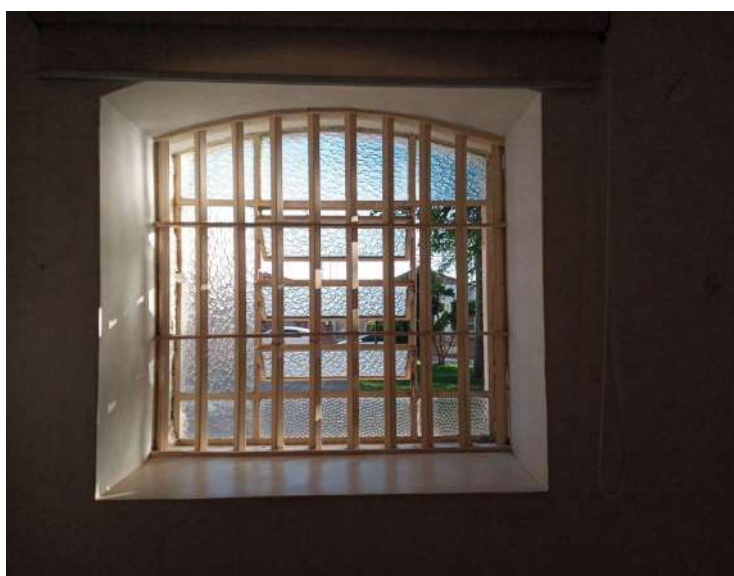
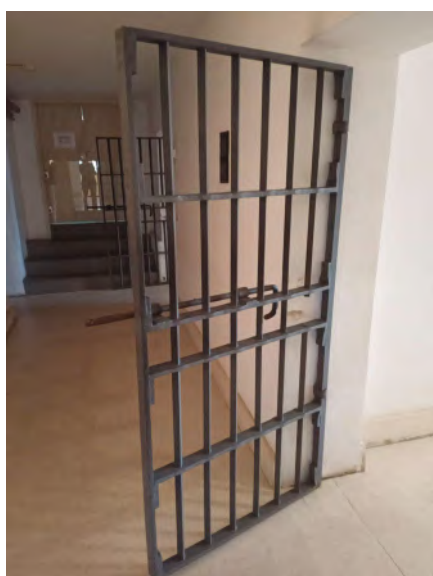
A construção apresenta linhas sóbrias e linguagem neoclássica, típica desta tipologia de edifício funcional voltado à segurança pública e à justiça, que em alguns casos obedeciam um projeto-tipo, elaborado pelo Departamento de Obras Públicas. Sua posição junto a uma praça garante o destaque a edificação.



Figura 122: Aos fundos do edifício observa-se a presença marcante dos muros altos que ocupam boa parte da praça.

Fonte: Vianna e Barros, 2020.

Logo após o golpe militar de 1964, o prédio recebeu presos políticos, entre eles, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Fiação e Tecelagem de Tatuí, Antonio Bastos. Em entrevista realizada com sua filha, Norma Bastos, ela relata que o pai foi preso juntamente com colegas que eram políticos, logo após a decretação do golpe. Não foram colocados com os presos comuns nas celas do térreo, mas alojados no subsolo, em celas improvisadas. Ali, segundo Norma, o pai foi torturado para fornecer informações de interesse dos militares. O sindicato sofreu devassa em seus documentos, mas sem conseguir comprovar nenhuma atividade irregular, o dirigente sindical foi solto, permanecendo, ainda por 18 dias em prisão domiciliar, sem direito a sair da cidade.



Figuras 123 e 124: Remanescentes no subsolo de estrutura prisional, usada durante a ditadura civil-militar de 1964.

Fonte: Simone Scifoni, 2023.

Ainda durante a ditadura, em 1969, o decreto estadual 51.328 de 28/01/1969, transferiu o edifício da posse da secretaria de Justiça para a Secretaria de Cultura com sua destinação para abrigar a casa de Paulo Setúbal (Museu Histórico de Tatuí). Em 1970, o edifício foi adaptado, tendo sido demolido o muro de fechamento e a guarita que lhe dava o ar prisional, o que garantiu a inserção do edifício na praça de forma mais orgânica.



Figura 125: Demolição em 1970, das estruturas de muros de fechamento e guarita de vigilância.
Fonte: Vianna e Barros, 2020.

O Museu Histórico e a Casa Paulo Setúbal foram inaugurados no ano de 1975, abrigando o acervo de documentos e objetos relativos à história da cidade e alguns objetos ligados a Paulo Setúbal, poeta-romancista que pertenceu à Academia Brasileira de Letras. Apesar de presentes ainda no subsolo os remanescentes das estruturas prisionais usadas durante a ditadura, o Museu não dedica qualquer menção a estes acontecimentos que marcaram a história do país.



Figura 126: Museu recém inaugurado em 1975, na Praça Manoel Guedes.
Fonte: Vianna e Barros, 2020.

4.6.4. Primeira sede do Conservatório de Tatuí

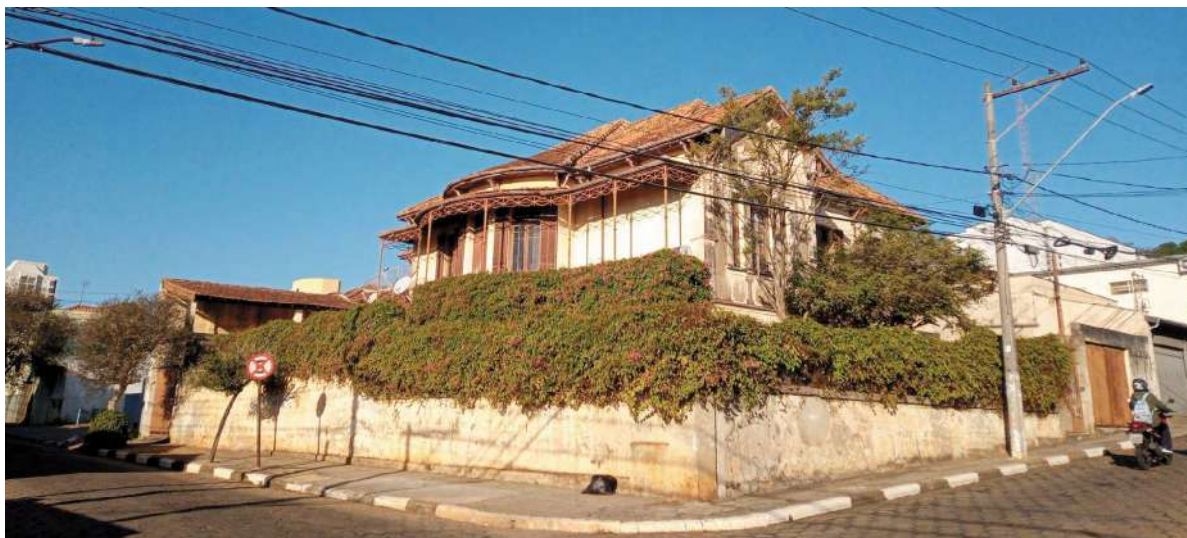


Figura 127: Fachada do imóvel onde funcionou a 1ª sede do Conservatório de Tatuí.

Fonte: Simone Scifoni, 2023.

O que é?

A Primeira sede do Conservatório de Tatuí, funcionou de 1954 até 1969, no porão de uma casa de estilo bangalô, propriedade originalmente de Thomás Guedes, filho de Manoel Guedes, e também diretor administrativo da Fábrica São Martinho por vinte e dois anos. Thomaz Guedes era morador do bangalô e vizinho de seu pai, Manoel Guedes, que morava no casarão próximo a fábrica. Thomaz faleceu em 1951, aos 66 anos. O porão do imóvel foi emprestado para as atividades do Conservatório que acabara de ser fundado, no ano de 1954, na cidade que foi escolhida por ter forte tradição de música. O imóvel estava inserido na proposta de tombamento inicial, feita pelo Condephaat. Entretanto, no curso do processo, os proprietários contestaram informando que o imóvel não tinha relação com a fábrica, o que levou o órgão estadual a retirá-lo do perímetro de tombamento.

História

O Conservatório de Tatuí foi criado em 11 de agosto de 1954, contando com 70 anos de existência. Foi a primeira escola pública de música do Estado de São Paulo, constituindo-se, assim, em um patrimônio cultural do estado. É um importante equipamento de formação e de difusão cultural do estado de São Paulo, formando milhares de músicos(as), atores/atrizes e luthiers. A escola conquistou o título de “maior escola de música e teatro da América Latina”, atendendo atualmente mais de 2.700

estudantes por ano, de diversos municípios do estado e de outras regiões do Brasil e, também, de outros países.

O contexto de criação do Conservatório se relaciona ao grande desenvolvimento industrial de Tatuí, na década de 1950, o que fomentou sua vida social. As fábricas têxteis na cidade traziam a tradição musical a partir da formação de bandas como a Santa Cruz e blocos de carnaval.

Uma das bandas trazia em sua formação o violinista Otávio de Azevedo (“Bimbo” Azevedo) e o violoncelista João Del Fiol, que foi seu aluno e que teve importância fundamental na fundação do Conservatório de Tatuí.

O projeto de criação teve origem na visita do deputado estadual Narciso Pieroni a cidade, que se encantou com a qualidade musical de Tatuí. A partir daí, e inspirados no Conservatório Dramático e Musical de São Paulo e na Escola Nacional de Música do Rio de Janeiro, um grupo de intelectuais da cidade se reuniu em um bar do Hotel Del Fiol, para escrever o projeto de lei. Este foi apresentado à Assembleia Legislativa em dezembro de 1950 e sancionado pelo então governador Lucas Nogueira Garcez (1951-1955) em 13 de abril de 1951.

Como justificativas para sua criação destaca-se:

Tatuí é uma das cidades interioranas que com mais carinho se cultiva a arte entre seus filhos. Grande é o número de jovens tatuianos que buscam entre os poucos e modestos professores da localidade aprimorar seus conhecimentos artísticos. Findo os estudos rudimentares com grande sacrifício, dispêndio de tempo e dinheiro em viagens, se locomovem duas ou três vezes por semana para a capital, buscando nos conservatórios particulares ou no oficial, concluir os estudos iniciados.

Isto se dá, porém, com os mais favorecidos da sorte: os que não têm meios para fazê-lo sufocam de início seus anseios artísticos, sendo certo que, por mais abundantes, vão formar o exército de artistas frustrados por falta de apoio vocacional. E quem poderá negar que entre eles poderá estar um embrião que irá, no futuro, aumentar o panteão nacional de virtuosos?

É de notar, também que a criação de um conservatório dramático e musical em Tatuí virá beneficiar todo o sul paulista cujas cidades (Tatuí, Apiaí, Porangaba, Porto Feliz, Tietê, etc) ora mandam estudantes para a Capital, superlotadas as escolas frequentáveis, o que redundará em prejuízo para os educandos.

Outrossim, essa criação é sadio modo de atender a louvável tendência descentralizadora que orienta os setores educacionais, tão bem delineável nos proveitosos projetos de lei em andamento nesta Assembleia, dispondo sobre a criação de Faculdades em diversas cidades do interior paulista.

O Conservatório de Tatuí foi criado por lei estadual sob número 997 em 13 de abril de 1951.

O primeiro endereço foi o porão do bangalô herdado após o falecimento de Thomaz Guedes e emprestado para as primeiras atividades, mostrando o envolvimento da família com a música. De acordo com o site do Conservatório, os proprietários habitavam a parte superior da casa e cederam a parte inferior para a instalação das salas de aula. Segundo a mesma fonte, o anúncio de abertura de vagas, em abril de 1954, atraiu 331 candidatos(as) em apenas cinco dias. Os primeiros cursos ofertados foram: Canto, Piano, Violino, Violoncelo, Violão, Flauta, Clarinete e outros instrumentos de sopro, além das aulas teóricas de Harmonia, Contraponto e Fuga, História da Música, Pedagogia Musical, Análise Harmônica e Construção Musical, Folclore e Arte Dramática.

Em 1968, o Conservatório de Tatuí registrava 250 alunos matriculados, quantidade já excessiva para as instalações originais, o que resultou no ano seguinte na mudança de sede para o prédio onde funcionava a Câmara e Biblioteca Municipais, cedido para o Conservatório de Tatuí.

4.6.5. Igreja São José Operário



Figura 128: Edifício atual da Paróquia e Santuário São José Operário, em Tatuí - SP.
Fonte: Simone Scifoni, 2023.

O que é?

Símbolo da religiosidade católica que predominava no grupo operário da Fábrica São Martinho, a paróquia de São José Operário nasceu a partir da construção de uma capela no bairro de Vila Esperança, dedicada ao santo padroeiro da classe trabalhadora. Não se tem a data exata da construção da antiga capela, mas as fotos da festa do 1o de maio de 1955 mostram a sua existência. A capela pintada de branco, com uma torre lateral, inicialmente tinha a fachada frontal voltada para o outro lado, para o interior do bairro de Vila Esperança. Nos anos 1980 a antiga capela foi demolida e em seu lugar erguido a atual igreja, voltada para a entrada do bairro de Vila Nova Esperança. A capela e posteriormente a igreja constituíram o lugar da festa do trabalhador, a celebração do 1o de Maio. A festa era constituída por uma parte religiosa, com a missa e a benção aos objetos ligados ao trabalho (carteira de trabalho, ferramentas), e uma parte recreativa com barracas de comidas na rua, em frente a igreja, o que fortalecia a sociabilidade no bairro. Com a pandemia da covid 19, em 2020, tomou a forma de carreata, devido a necessidade de distanciamento social. Em 2024, foi retomada pelo padre em formato presencial. No início dos anos 2000, foi transformada em Santuário São José Operário, designação que considera o caráter sagrado do lugar, como centro de peregrinação de diversas regiões.

História

A capela pertencia inicialmente à Paróquia Nossa Senhora da Conceição. Sua construção era de tijolos e telhado de barro, e ocupava mais ou menos 60m².



Figura 129: Antiga Capela (em destaque) na Vila Esperança em foto tirada da torre da Fábrica São Martinho, por volta dos anos 1970.

Fonte: <http://imagens.diariodetatuui.com/>



Figura 130: Foto da festa do 1o de maio, em 1955, na qual se constata a capela inicial já construída. Percebe-se que a capela tinha sua fachada voltada para oeste, para o miolo do bairro Vila Esperança.

Fonte: vídeo Ação de Graças Dedicção à Paróquia de São José Operário.

<https://www.youtube.com/watch?v=wavjLwgeEn0>



Figura 131: Foto da fachada da capela, sem data. Presença de carro Simca Chambord, que começou a ser produzido no Brasil em 1959.

Fonte: vídeo Ação de Graças Dedicção à Paróquia de São José Operário.

<https://www.youtube.com/watch?v=wavjLwgeEn0>

A construção da Capela, que se deu nos anos 1950, se deu em terreno que estava destinado à implantação de uma praça, quando do loteamento da Vila Nova Esperança. No entanto, a capela em devoção ao santo protetor da classe trabalhadora tornou-se o centro da vida do bairro, razão para ter ocupado a praça do loteamento, em forma de

cessão do terreno. Seja por meio das celebrações religiosas, ou dos momentos que marcaram a vida da família do trabalhador, como batismo, casamento ou falecimento, a igreja teve papel de lócus da sociabilidade do bairro. As festas do padroeiro, em 1o de maio, foram momentos agregadores e formadores do sentido de uma comunidade. De acordo com Seabra (2003), no processo de formação, a Igreja faz do bairro uma extensão de seu espaço sagrado, organizando a vida social por dentro e por fora.



Figuras 132 e 133: Celebração da primeira comunhão realizada na antiga capela.
Fonte: Acervo Igreja.



Figuras 134 e 135: Festas na Igreja, momentos de promoção da sociabilidade no bairro.
Fonte: Acervo da Igreja.



Figura 136: Na foto acima vemos um cartaz colado na parede informando sobre o Clube de Mães, que foi uma iniciativa da igreja voltada a ações sociais com as famílias operárias, em especial a formação das mulheres.

Fonte: Acervo da Igreja.

Em 1982, a antiga capela foi demolida para dar lugar à atual Igreja. Em 2004, o Bispo Diocesano Dom Gorgônio Alves da Encarnação Neto elevou a Igreja de São José Operário a nível de Paróquia, que atende a comunidade da Vila Esperança, Nossa Senhora do Carmo (Residencial Astória), Santa Cruz (Barro Preto), Santo Antônio de Pádua (Jardim Europark), São Cristóvão (Vila São Cristóvão) e São Paulo Apóstolo (Jardim Tóquio).

Já em 2021, o Padre André Viana, responsável pela Paróquia, solicitou a elevação da Paróquia a Santuário, em razão do “Ano de São José”, comemorado em 2021. O mesmo Bispo Dom Gorgônio Alves da Encarnação Neto elevou a Igreja à categoria de Santuário diocesano. O Padre André Viana, em razão da elevação, comenta:

Recebemos muitas pessoas em nossa paróquia, que vêm pedir socorro a São José, principalmente a benção das carteiras de trabalho, e é diante do que vivemos nesses sete anos que posso dizer que a nossa paróquia se enquadra naquilo que a igreja estabelece para que se torne um santuário (O PROGRESSO, 2021).

Por que São José Operário?

A escolha do padroeiro da Igreja, São José, protetor dos trabalhadores e das famílias, se deu, provavelmente, devido à influência dos trabalhadores da São Martinho na fundação da capela. São José, segundo os evangelhos, era carpinteiro, ferreiro e

serralheiro, e representa a dignidade do trabalho humano. A adoção de São José como padroeiro de igrejas de núcleos fabris, é, segundo Quecini (2016),

[...] mais do que uma homenagem e pedido de proteção da massa trabalhadora ao santo padroeiro da família e desta atividade, foi, com frequência, uma estratégia dos empresários para auxiliar na formação de um corpo operariado laborioso, voltado à família e submisso (QUECINI, 2016, p. 164)



Figura 137: Imagem de São José Operário, que ficava na parte superior da igreja, aguardando processo de restauração.

Fonte: Simone Scifoni, 2024.

Dessa forma, foram várias as estratégias da Igreja Católica no Brasil em busca de uma paz social entre classes, envolvendo um discurso anti-revolucionário e paternalista como forma de dignificar o trabalho, além de uma aliança com o Estado, principalmente a partir do Estado Novo, para criação de escolas, fraternidades, hospitais, etc (Quecini, 2016).

A própria Igreja Católica enfrentou essa questão a partir das profundas transformações sociais ocorridas com a industrialização em meados do século XIX, e trouxe, portanto, o culto à figura de São José, como trabalhador.

Assim como o Papa Pio IX declarou São José como patrono universal da Igreja em meados do século XIX, depois que os Estados Papais foram perdidos, o Papa Leão XIII exaltou São José como modelo de trabalhador no final do século XIX, depois que a classe trabalhadora foi transformada pela industrialização. Por um lado, o Papa se preocupava com o fato de que os empregadores capitalistas poderiam ignorar o bem da alma do trabalhador e encorajá-lo a negligenciar o lar e a família. Por outro lado, Leão XIII viu que os socialistas ‘agem contra a justiça natural e destroem a estrutura do lar’ quando substituem a família pelo Estado. (FOLEY, 2021, tradução nossa)

Seguindo as opiniões de seus antecessores³, o Papa Pio XII estabeleceu o dia de São José em 1º de maio, em 1955, com o objetivo de “suplantar a comemoração comunista do Primeiro de Maio” (FOLEY, 2021, tradução nossa), data tida como Dia do Trabalho no Brasil desde 1924, e usada para promoção do governo estadonovista.

A Festa do Padroeiro em Tatuí

Como escrito anteriormente, a festa de São José Operário se dava no dia 1º de maio. A Igreja São José Operário, em Tatuí, historicamente realizava quermesses, festas e missas temáticas, no espaço na frente da construção, juntamente com outras comemorações, como o Campeonato de Futebol de 1º de maio. Assim relata a participante da Oficina Participativa de novembro de 2023, que frequentava a missa temática quando criança, quando seus pais trabalhavam na São Martinho, mas não se recorda de frequentar a missa quando se tornou funcionária, em 1975:

tinha missa, depois tinha bandeirinha [...]

depois da missa, tinha mesmo os comes e bebes, música, né [...]

talvez, quando eu entrei [como empregada na fábrica], já não houvesse mais essa missa do primeiro de maio [...]

³ Pio IX foi Papa entre 1846 e 1878 e Leão XIII entre 1878 e 1903.

4.6.6. Cine São Martinho (em memória)



Figura 138: Cine São Martinho nos anos 1970.

Fonte: [https://www.facebook.com/](https://www.facebook.com/photo/?fbid=845458152186519&set=pcb.845458248853176&locale=pt_BR)

[photo/?fbid=845458152186519&set=pcb.845458248853176&locale=pt_BR](https://www.facebook.com/photo/?fbid=845458152186519&set=pcb.845458248853176&locale=pt_BR).

O que é?

Edifício que funcionou como cinema e teatro desde os anos 1910 ou 1920 até 1977, quando foi demolido, sendo um dos três principais cinemas da cidade, quando o Cine São José e o Cine Santa Helena estavam também em funcionamento. Constituiu-se, assim, em um dos principais pontos de lazer, diversão e sociabilidade na cidade. Apesar de ter sido demolido, sua edificação permanece na memória dos moradores de Tatuí, muito ligada à Fábrica São Martinho por ter sido construída por Manoel Guedes.

História

Inicialmente Theatro São Martinho, foi construído nos anos 1910 ou 1920 por Manoel Guedes.



Figura 139: Theatro São Martinho em 1912.
Fonte: MAIA, 2023a; Arquivo Erasmo Peixoto.

Passou por reforma entre os anos 1920 e 1930, provavelmente após incêndio em 1926, quando Manoel Guedes reconstruiu as paredes e o telhado. Foi comprado por Alberto Stape por 700 contos em 1939. Tinha capacidade de 200 lugares (RIZEK, 2016).

Seu edifício se transformou novamente, entre os anos 1940 e 1970, tomando traços mais modernos. Nos anos 1960, funcionava diariamente, com média anual de 412 sessões e 123.853 espectadores, funcionando com 896 lugares e aparelho de 35mm (CINE MAFALDA, 2010).



Figura 140: Cine São Martinho nos anos 1950. O filme em cartaz, “O vale da esperança”, é de 1954.
Fonte: https://www.facebook.com/groups/604804860651708/search/?q=%22s%C3%A3o%20martinho%22&locale=pt_BR. Acesso em 01 abr. 2024.

Em 1977, o cinema foi demolido.

Na época em que funcionou, o Cine São Martinho era um dos poucos divertimentos da cidade e, por isso, um dos seus principais pontos de atração (O PROGRESSO, 2016; RIZEK, 2016), tendo como programação, além dos filmes, cinema mudo com orquestra (GUIA TATUÍ). Relatos de participantes da Oficina Participativa realizada em novembro de 2023, além das entrevistas do Festival Vozes de julho de 2023 e outras fontes pesquisadas, confirmam a popularidade do cinema:

o passeio na praça, no cinema [São Martinho] (Cristina, Oficina Participativa em novembro de 2023).

era um cinema que tinha bem em frente à Praça da Matriz (II Festival Vozes em 2023).

Bem, em 1977, o Cine São Martinho foi vendido e passava pelo processo de demolição quando eu, com uma máquina sem muitos recursos, fotografei a sua fachada e a parte interna. E não escondo de vocês que até chorei de ver tudo aquilo no chão, e de tudo o que ele representou na minha infância e parte da minha linda juventude. (RIZEK, 2016)

Nota-se também a forte relação do cinema com a Praça Matriz, que antes ou após as sessões, se tornava um local de lazer e entretenimento. O famoso Bar XV, também já extinto, por exemplo, “vendia pasteis [sic], empadas, bolinhos, sorvetes e até café expresso” (AA XI DE AGOSTO) para o público que saía do Cine São Martinho.



Figura 141: Cine São Martinho logo antes da demolição.
Fonte: Voz da História, 2018.

Cinema e Fábrica São Martinho

Não foi possível identificar uma relação contundente entre o Cine São Martinho e seus trabalhadores enquanto trabalhadores, mas sim enquanto moradores de Tatuí. Nanci, no Festival Vozes, afirma que seu pai, operário da São Martinho, também trabalhava no cinema após seu turno na fábrica:

meu pai, depois, ele trabalhava aí [Fábrica São Martinho], trabalhava no cinema, daí a noite ele passava filme (Nanci, no II Festival Vozes em 2023).

4.6.7. Torre do Relógio da São Martinho



Figuras 142, 143 e 144: Fachada da Fábrica São Martinho em Tatuí com a Torre do Relógio e Detalhe da Torre. Vista Interna da Torre do Relógio.

Fonte: Flávia Brito do Nascimento, 2023.

O que é?

A torre do relógio é uma construção vertical que se destaca no centro da fachada principal da Fábrica São Martinho, Tatuí, cuja principal função é marcar visualmente a presença fabril na cidade e ser o lugar de fixação visual do relógio, elemento central no cotidiano fabril. Elemento de grande visualidade e imponência visual, destaca-se pela erudição formal e dos detalhamentos arquitetônicos realizados de acordo com sistema clássico da arquitetura.

Construída em tijolos revestidos com argamassa pintada em amarelo e ocre, é dividida em três partes. No térreo marca a entrada para o espaço fabril uma grande porta em arco pleno com frontão triangular dá acesso ao corpo principal e de entrada, onde se localizava a administração da fábrica. No segundo pavimento em diante, a torre é simétrica em todos os seus quatro lados. Em cada um deles, o relógio marca a paisagem e dá o controle do tempo, o que não demonstra a sua importância no conjunto fabril. A segunda porção do corpo da torre é marcada por janelas duplas com vergas em arcos plenos, sobrepostas por detalhes decorativos em massa. Finalmente, na terceira parte, onde ficam os relógios, há uma janela com balcão em balaústres, arrematado por uma cúpula em ferro e vidro.

Todo o corpo da torre tem cunhais com colunas abatidas, derivando do sistema construtivo, mas também da linguagem clássica e do ecletismo arquitetônico vigente no período. No terceiro pavimento, junto ao relógio, quatro delgadas colunas da ordem

coríntia delimitam as laterais da torre, fazendo face com a frente e o lado da torre. Os quatro relógios tem os componentes em ferro com números romanos e fechamento em vidro. Internamente, o acesso à torre é feito por uma escada helicoidal. O conjunto todo tem uma apurada composição arquitetônica.

História

A história da fixação de relógios nas fachadas das edificações vem da Europa, no começo da idade moderna. Os relógios eram equipamentos únicos e caros, e por isso, fixados nas fachadas de edificações públicas, como prefeituras. Na Companhia de Fiação e Tecelagem São Martinho, inaugurada em 1881, a maior produtora do chamado “Ouro Branco” no sul e sudeste do país, a torre destaca-se no grande conjunto fabril e na paisagem da cidade de Tatuí.

A organização formal das fábricas na Europa tem relação direta com a necessidade da produção. Amplos espaços livres com estrutura metálica, iluminação e aeração sob a forma de sheds (janelas nos telhados) foram pensados e organizados no começo do século XIX no contexto inglês. No caso das fábricas de tecidos, algumas soluções foram necessárias e espraiam-se nos espaços produtivos na Inglaterra, alguns deles chegando ao Brasil - torres de exaustão de poeira, casas e máquinas e a setorização interna pelas etapas produtivas (muitas vezes visíveis das fachadas).

De acordo com Helena Saia, a Fábrica São Martinho marca o segundo momento da expansão da produção fabril e algodoeira no estado de São Paulo. Sorocaba e Tatuí foram as cidades que se destacaram nesta fase a partir da década de 1890. Quando da construção da Fábrica de Tatuí a produção algodoeira alcançou novo impulso. E ainda que a padronização fosse presente, as soluções próprias, com elementos arquitetônicos de destaque, estiveram presentes. Este é o caso da Companhia Têxtil de Tatuí, que, dentre as fábricas deste período, é a que mais se destaca do ponto de vista formal e arquitetônico. Não se sabe a autoria do projeto arquitetônico da fábrica, mas ela será a primeira fábrica a ostentar soluções arquitetônicas externas e internas em a que produção fabril é reconhecível, com as paredes em tijolos revestidos com argamassa, iluminação por sheds, conferem ao conjunto unidade visual e formal.

A torre é elemento central na linguagem na imponência e destaque ao espaço de produção, no local de entrada e saída da fábrica. A implantação da em suave declive, dá à torre ainda mais visualidade e presença urbana.

4.6.8. Vila Operária São Martinho



Figura 145: Casas operárias da Rua Nhonhô da Botica.
Fonte: Simone Scifoni. 2023

O que é?

A vila operária da Fábrica São Martinho, construída entre as décadas de 1920 e 1930, não se caracteriza como um modelo de vila fechada ou anexa à empresa, mas se estende pelas ruas do entorno imediato do complexo fabril. As residências abrigavam predominantemente famílias de trabalhadores qualificados, muitos ocupando posições estratégicas dentro da fábrica. Composta por seis conjuntos de casas geminadas, suas construções possuem diferentes tipologias, porém todas térreas, com porões não habitáveis, erguidas em tijolo e madeira, algumas ainda com paredes em taipa.

Em sua obra “Patrimônio Industrial e Agroindustrial no Brasil: a forma e a arquitetura dos conjuntos residenciais”, Telma de Barros Correia analisa o surgimento e a estruturação das políticas habitacionais no contexto industrial brasileiro. A autora remonta o início dessa prática, no Brasil, aos engenhos de açúcar coloniais, onde patrões forneciam alojamentos a seus empregados. A evolução desse sistema de fornecimento de moradia adentra o período industrial, intensificando-se no final do século XIX e ao longo da primeira metade do século XX, momento de um surto de crescimento urbano no país, no qual aparecem diversas alternativas de provimento habitacional à crescente classe trabalhadora (CORREIA, 2010).

As novas tipologias arquitetônicas proporcionadas pelas habitações operárias baseavam-se na economia, racionalidade e salubridade, com arquiteturas de maior

sobriedade. Em outro trabalho, Correia analisa a maneira como as vilas operárias passam a ser entendidas no contexto social urbano da época, pois, mesmo sendo um tipo de moradia voltada a classes mais baixas, operárias, eram vistas e associadas a habitações decentes e de boa qualidade:

As “vilas operárias” definiam-se como um padrão de moradia popular oposto à favela, ao mocambo e ao cortiço, supondo ordem, higiene e decência. O termo sugeria casas salubres e dotadas de ordem espacial interna, que se distinguia da falta de higiene, de espaço e de conforto atribuída às casas dos pobres urbano. Também sugeria casas de famílias de trabalhadores estáveis, em oposição às misturas entre estes últimos e os indivíduos afastados dos empregos regulares (autônomos, vadios, prostitutas etc.) (CORREIA, 1998)

Ana Beatriz Pahor Pereira da Costa desenvolve estudos que abordam o entendimento das vilas operárias de forma mais ampla, sendo essas um “conjunto de casas operárias, construídas de forma seriada, seguindo um certo padrão” (COSTA, 2018). Segundo ela, nem todas as casas de uma mesma vila seriam idênticas, mas possuiriam alguma repetição de tipos, situação que pode ser notada no conjunto de casas da Vila Operária São Martinho.

A proximidade física das moradias, com portas e janelas voltadas diretamente para a rua, fomentava relações intensas entre os moradores. Adultos e crianças compartilhavam livremente o espaço, nutrindo uma atmosfera de familiaridade e confiança. O dia a dia dessas famílias era inseparável da rotina da fábrica e dos sons que ela emitia. O ruído das máquinas, operando dia e noite, era uma constante no cotidiano das famílias, assim como os sinos que pontuavam as trocas de turnos e os horários das refeições.

As lembranças dos momentos de entrada e saída dos trabalhadores são vivas nas memórias dos que ali viveram, como contou a entrevistada Maria Aparecida Kershaw Machado, que ainda guarda a imagem das operárias saindo da fábrica em grupo no final de seus turnos, com pedaços de algodão grudados em suas roupas e cabelos.

Com relação às casas, alguns problemas foram apontados, principalmente ligados às questões de salubridade, à disposição dos cômodos e à escassez de janelas, o que fazia com que as residências não tivessem um ambiente particularmente saudável, contribuindo para problemas respiratórios, sobretudo entre as crianças.

A constante movimentação das ruas ao redor da fábrica, marcada pelo apito que anunciava os horários, criava um ambiente vibrante e agitado, onde as relações se estabeleciam com facilidade. As famílias dos trabalhadores se conheciam, criavam relações íntimas entre si e com aqueles que todos os dias faziam os trajetos de entrada e saída da fábrica.

Atualmente, as casas ainda abrigam famílias locatárias, não mais necessariamente ligadas aos antigos operários.

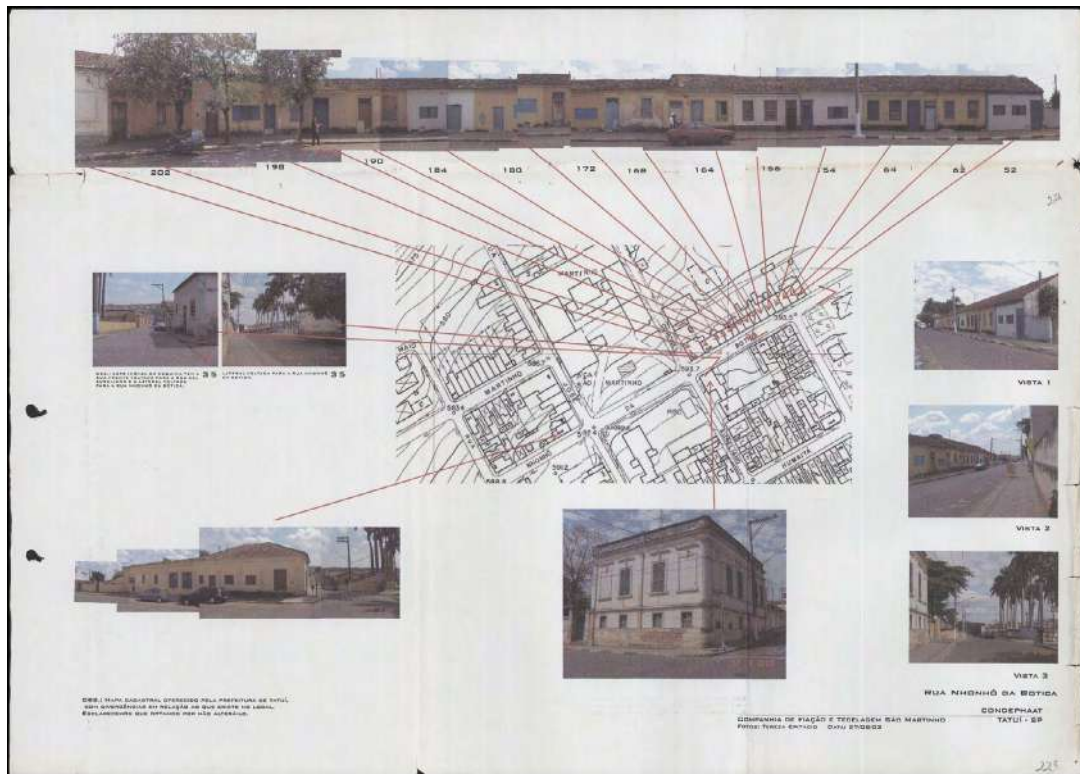


Figura 146: Levantamento fotográfico das casas da Rua Nhônô da Botica.
Fonte: Processo de Tombamento - Condephaat.

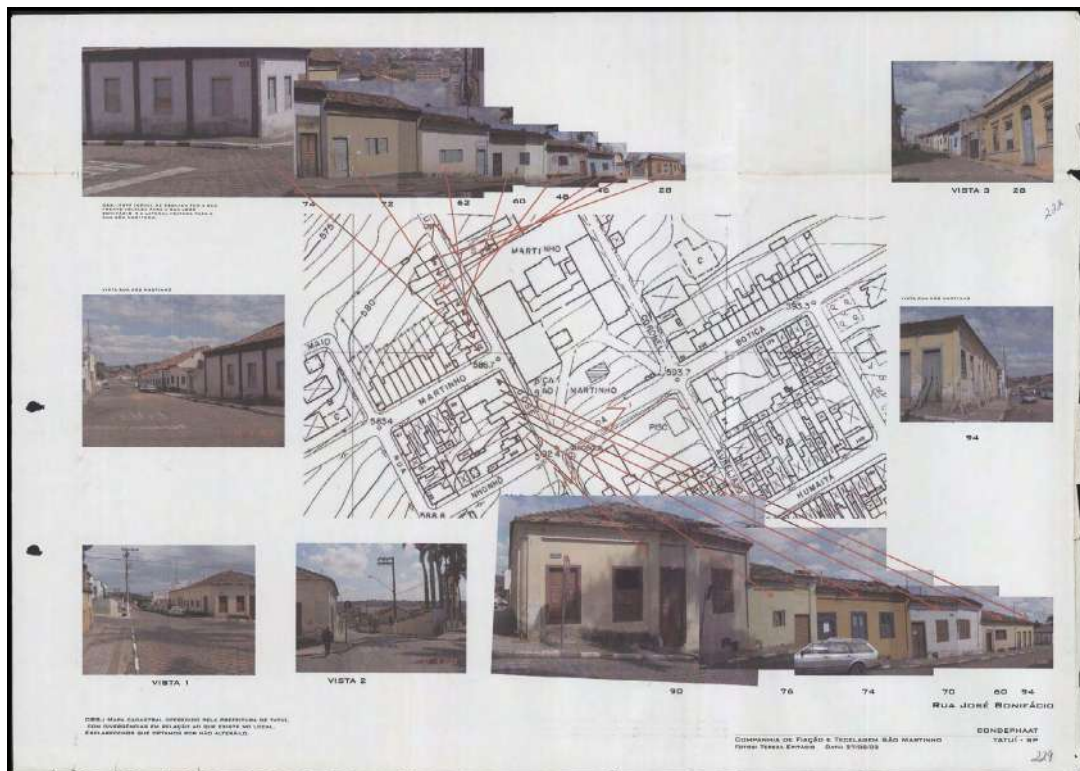


Figura 147: Levantamento fotográfico das casas da Rua José Bonifácio.
Fonte: Processo de Tombamento - Condephaat.

4.6.9. Primeira Sede do Sindicato dos Trabalhadores em Fiação e Tecelagem de Tatuí



Figura 148: Antiga sede do Sindicato, s/d. À direita observa-se placa indicando que em breve no terreno será construído um centro empresarial.

Fonte: Sindicato dos Trabalhadores em Fiação e Tecelagem de Tatuí.

O que é?

A primeira sede do sindicato funcionou em um edifício comercial térreo, de esquina, de características construtivas relativas às primeiras décadas do século XX. A edificação, sem recuos frontais, ocupava todo o lote com exceção de um quintal aos fundos, onde eram realizadas algumas reuniões e assembleias de trabalhadores.

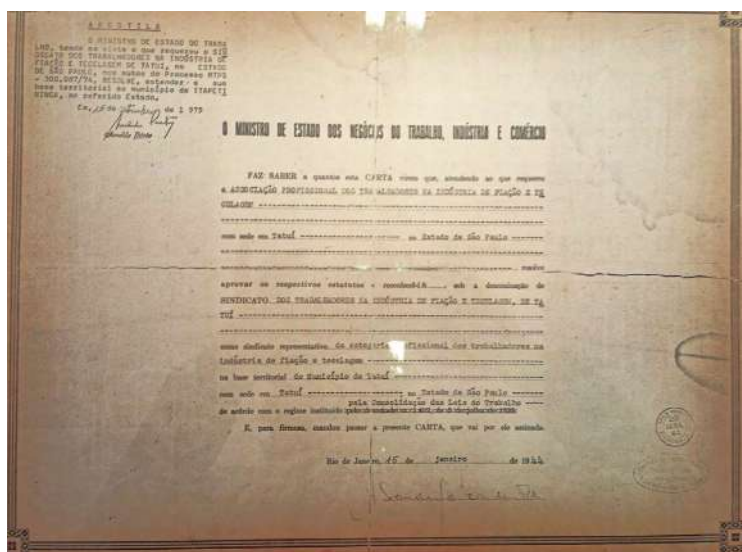
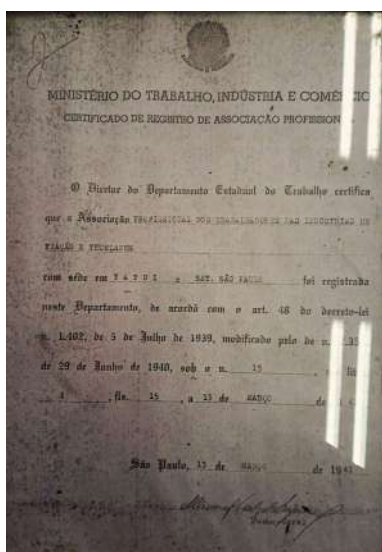
Em negociação com o sindicato, a edificação foi demolida para que em seu lugar fosse erguido um Centro Empresarial nos anos 1980. O edifício chamado Condomínio 1o de Maio abriga em suas salas comerciais a sede do Sindicato desde então.

História

Os primeiros esforços para a criação de uma entidade representativa dos trabalhadores têxteis em Tatuí se deu com a fundação de uma associação profissional, no ano de 1935. Assim nasceu a Associação Profissional dos Trabalhadores da Indústria de Fiação e Tecelagem, tendo Benedito Lamoza como seu primeiro presidente, com mandato de 1937. A associação é contemporânea à criação, em 1934, do primeiro

sindicato da categoria têxtil na cidade de São Paulo, o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Fiação e Tecelagem em São Paulo.

A associação foi criada poucos anos depois da instituição da primeira legislação no país que regulamentava o funcionamento das instituições profissionais. Em 1931 foi instituído o Decreto no 19.770, de 19/03/1931, que regulamentou a criação de sindicatos no país, também conhecido como lei de sindicalização. De acordo com o artigo 6o, os sindicatos foram entendidos como órgãos de colaboração com o Poder Público, que deveriam cooperar na aplicação das leis trabalhistas. O objetivo era, assim, concentrar a ação dos sindicatos na defesa do cumprimento da lei, reduzindo as atividades sindicais de enfrentamento político e de ação direta, por meio das greves.



Figuras 149 e 150: Foto à esquerda: certificado de Registro da Associação, junto ao Ministério do Trabalho Indústria e Comércio. Foto a direita: certificado de Registro do Sindicato.
Fonte: Sindicato dos Trabalhadores em Fiação e Tecelagem de Tatuí.

A obtenção do registro como Associação foi fundamental para sua posterior transformação em Sindicato dos Trabalhadores de Fiação e Tecelagem de Tatuí, o que se deu em 15/01/1944, atendendo ao que determinava o Decreto-Lei 1402 de 05/07/1939. Este estabelecia que somente associações profissionais registradas poderiam ser reconhecidas como sindicatos. Esta legislação reforçou, ainda, o caráter colaborativo que os sindicatos deveriam ter com o Estado na solução de problemas da profissão.



Figura 151: Trabalhadores em assembleia na área externa do sindicato, foto s/d.

Fonte: Sindicato dos Trabalhadores em Fiação e Tecelagem de Tatuí.

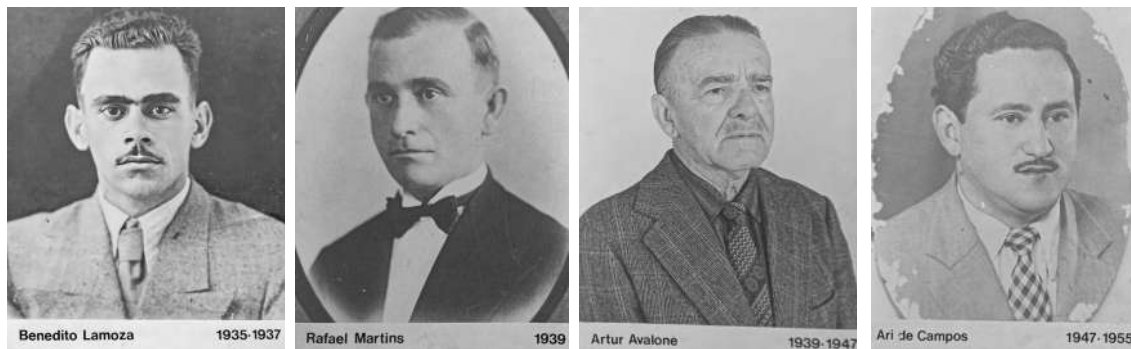
Este momento corresponde ao que French (1991) chamou de sindicalismo legal, em que a ação sindical se atrela necessariamente ao Estado, por força da lei e dos mecanismos de controle criados pelo governo de Getúlio Vargas, no bojo da instituição da política trabalhista e de legalização dos órgãos representativos de classe. Tal política, segundo o autor, mudou a forma de atuação do movimento operário, já que subordinou os sindicatos ao Estado e transformou a negociação coletiva dos salários em procedimentos legais, inibindo o poder de pressão da luta operária. Restou aos sindicatos, de acordo com o autor, atuar no papel assistencialista nas áreas jurídica, médica e de lazer, desmobilizando a luta.

Segundo o autor, o sindicalismo legal sucede o momento anterior, mais combativo, de atuação dos órgãos de classe, na forma de Sindicatos, Ligas ou Uniões Operárias, que caracterizou a primeira fase do movimento dos trabalhadores, chamada de Sindicalismo Revolucionário. Este entra em crise, nos anos 1920, em função da forte repressão policial e dos empregadores, após a greve geral de 1917, que mobilizou grande contingente de trabalhadores, paralisando as fábricas e cidades em São Paulo. Segundo French, além da cooperação polícia-empregadores que sustentou a violenta repressão sobre movimentos grevistas, a queda da atividade econômica também resultou em uma atenuação da mobilização dos trabalhadores nesta década de 1920.

A associação e, posteriormente o sindicato, nascem também em um momento político conturbado pela imposição do golpe e da ditadura varguista de 1937, que

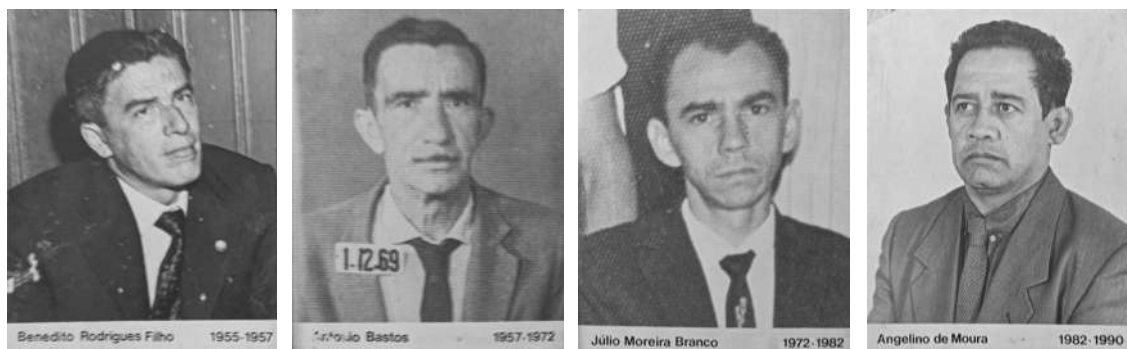
resultou em forte repressão às organizações independentes enfraquecendo a luta operária e tornando os sindicatos aparelhos burocráticos, sem contestação política.

O reconhecimento como sindicato pelo Estado representava o cumprimento das orientações traçadas dentro do Ministério do Trabalho, com a criação da Comissão Técnica de Orientação Sindical. A comissão tinha como programa de trabalho: promover o espírito sindical, divulgar a orientação governamental relativa à vida sindical, organizar cursos de preparação de trabalhadores para a administração sindical. (Manfredi, 2002).



Figuras 152, 153, 154 e 155: Presidentes do sindicato de 1935 até 1955.

Fonte: Sindicato dos Trabalhadores em Fiação e Tecelagem de Tatuí.



Figuras 156, 157, 158 e 159: Presidentes do sindicato de 1955 até 1990.

Fonte: Sindicato dos Trabalhadores em Fiação e Tecelagem de Tatuí.

Com o fim da ditadura Vargas, o período pós-guerra, de 1945 a 1950, foi marcado pela retomada da ação direta, com muitas greves, um surto de ativismo popular, como se referiu French (1995), além da expansão da atuação do partido comunista. Em 1946, ocorreu uma onda de greves, que envolveu 10 mil trabalhadores em São Paulo, segundo o autor. Em tentativa de conter o movimento dos trabalhadores, o governo Dutra reage com intensa repressão ao movimento, com intervenção nos sindicatos e o decreto-lei 9.070 de 15/03/1946, de proibição de greves, que perdurou até o ano de 1966, apesar da Constituição Federal de 1946 garantir o seu direito.

Em consequência, o pós guerra resultou em um forte controle policial, com transferência de trabalhadores, multas, demissões e substituição por trabalhadores

mais jovens, além de prisões e agressões. Em 1947, o PCB que tinha atuação em vários sindicatos, foi colocado na clandestinidade e seus militantes sindicalistas perseguidos. Neste ano foram decretadas várias intervenções em sindicatos substituindo os eleitos por juntas nomeadas.



Figura 160: Reunião no interior do sindicato, em 1957.

Fonte: Sindicato dos Trabalhadores em Fiação e Tecelagem de Tatuí.

Outro período de intensa perseguição aos trabalhadores e suas lideranças se dá a partir do golpe de 1964, em que são decretadas intervenções nos sindicatos, com invasões e destruição de suas sedes e seus documentos. Segundo Rossi (2009), centenas de sindicatos foram fechados, inúmeros dirigentes presos ou foragidos, milhares de delegados sindicais perseguidos e demitidos, já que o golpe militar teve amplo apoio e ação do empresariado brasileiro.

Em Tatuí, à época, presidia o sindicato Antonio Bastos, que também sofreu perseguições logo após o golpe, com sua prisão juntamente com colegas que eram políticos, segundo entrevista realizada com sua filha, Norma Bastos. Ela conta que estes ficaram presos na cadeia da cidade, atual Museu Paulo Setúbal, mas não em celas habituais, eles ficaram nos porões, adaptados como celas para presos políticos. Enquanto isso foi feita uma devassa nos documentos do sindicato, nos livros contábeis, em busca de provas que não foram encontradas. Antonio Bastos foi torturado para confessar algum envolvimento naquilo que a ditadura considerava subversivo. Depois de solto, ainda permaneceu por 18 dias em prisão domiciliar, sem direito a sair da cidade.

Enquanto esteve sob intervenção, o sindicato foi presidido pelo tesoureiro, nomeado interventor, Martinho Rocha. Ao retornar ao sindicato, Antonio Bastos terminou seu mandato tendo sido depois reeleito, por diversas gestões, tendo ficado 8 anos como presidente. Foi em sua gestão que o sindicato criou dois consultórios, um médico e outro dentário. Norma Bastos lembra que ao final da gestão anterior, em 1957, o sindicato viveu uma crise que levou a nova gestão encabeçada pelo seu pai a reestruturar a instituição.

Durante a ditadura militar, segundo Rossi e Gerab (2009), os sindicatos aprofundaram o caráter assistencialista, dependente do Estado e de colaboração de classes. A legislação criada então impedia o direito à greve e ao mesmo tempo lançava mão de políticas de arrocho salarial.

Como exemplo de ações assistencialistas desenvolvidas pelo Sindicato em Tatuí, ficaram conhecidos os concursos de redação, na época chamado de composição, realizados na Semana da Pátria.



Figura 161: Foto interna da sede do sindicato, onde seus membros avaliam as redações do Concurso da Semana da Pátria.
Fonte: Sindicato dos Trabalhadores em Fiação e Tecelagem de Tatuí.

Os vencedores do concurso recebiam bolsas do Sindicato, como forma de incentivo aos estudantes. O sindicato também patrocinava diversas atividades esportivas durante as comemorações do Dia do Trabalho, como campeonatos de futebol e desfiles de fanfarras.



Figura 162: Desfiles, organizados pelo sindicato, 1º de maio de 1977.
Fonte: Sindicato dos Trabalhadores em Fiação e Tecelagem de Tatuí.

4.7. Natureza

4.7.1. Rio Manduca

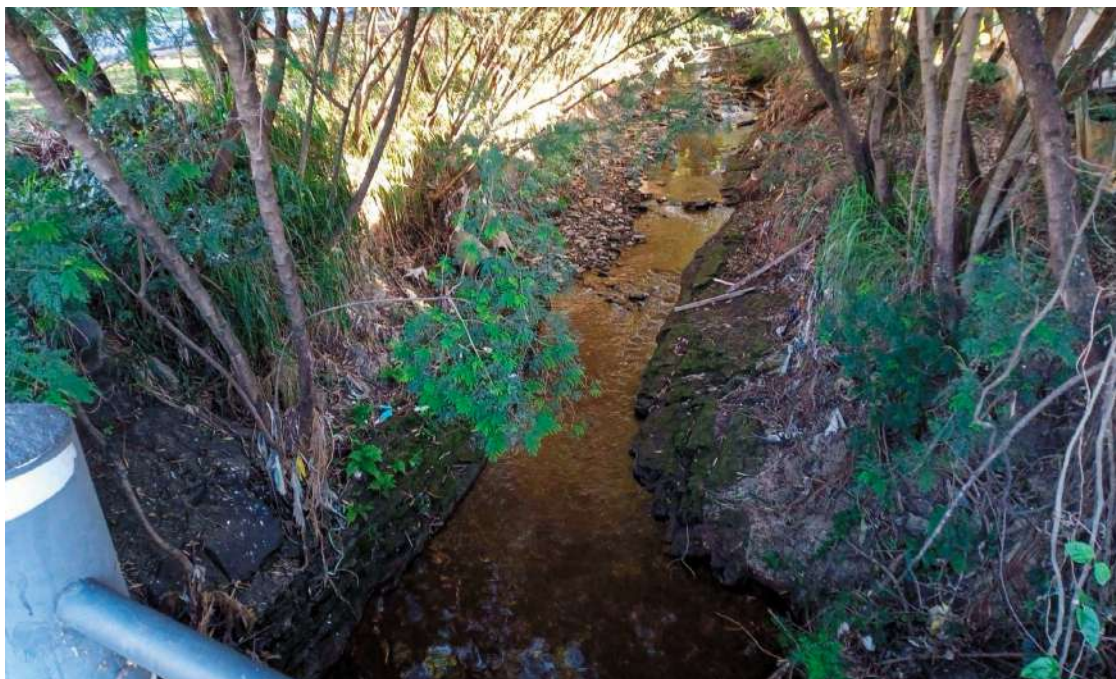


Figura 163: Foto de trecho do Ribeirão Manduca, próximo a Rua Bento Correa Antunes, entrada para a Vila Esperança.
Fonte: Simone Scifoni, 2023.

O que é?

Curso d'água responsável pelo abastecimento da produção de tecidos da Fábrica São Martinho, razão pela sua localização junto a este rio que recebeu a denominação Manduca, em homenagem ao proprietário da fábrica, Manuel Guedes, também chamado de Manduca. Na cartografia oficial do IBGE o curso d'água encontra-se com a denominação de Córrego do Matadouro Velho e é um dos formadores do Rio Tatuí. Ele é a expressão de como a toponímia popular pode substituir a oficial, mostrando a força da cultura popular.

Ele nasce a oeste da cidade, em uma área de mata junto às Ruas Roseli Marques e Maria H. Dias, passando depois, à jusante pelo interior do terreno do Clube de Campo de Tatuí e mais a leste sendo represado em forma de 3 lagos que se encontram no parque Ecológico São Francisco. Sua foz se encontra junto ao Rio Tatuí.

A água é fundamental no processo de produção industrial das tecelagens, razão pela qual as primeiras indústrias localizavam-se próximas a cursos d'água. O recurso é utilizado tanto no processo de fiação e de tecelagem propriamente dito, como forma de energia motriz, mas também no processo de acabamento que exige o uso abundante de água. Isso cria relação estreita entre a atividade têxtil e a disponibilidade de água para o desenvolvimento da produção, que é possível verificar até os dias atuais, em menor ou maior grau.

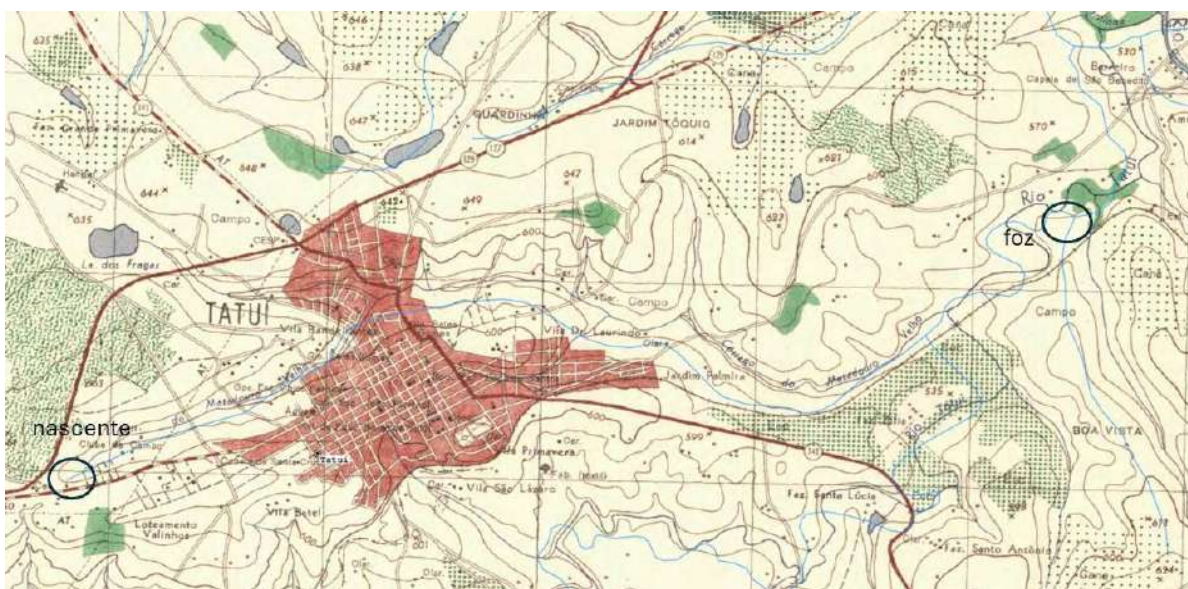


Figura 164: Carta topográfica IBGE

O processo de produção de tecidos envolve o uso de água como recurso em alguns setores específicos, tais como o beneficiamento e estamparia. A etapa de beneficiamento é uma das mais impactantes para o consumo dos recursos hídricos. No beneficiamento primário, cujo objetivo é remover impurezas e melhorar o aspecto



visual e maciez do tecido, são envolvidos processos que utilizam produtos químicos dissolvidos em água, tais como: a purga que remove resíduos como cera, gorduras e resinas de fibras naturais; e o alvejamento que utiliza peróxido de hidrogênio, hipoclorito de sódio e clorito de sódio para branquear o tecido.

5. Resultados da Devolutiva

No dia 14 de dezembro de 2024, ocorreu a Oficina Participativa Memórias da Fábrica São Martinho, na ETEC Sales Gomes, localizada à Praça Adelaide Guedes, nº 1, em Tatuí.

A atividade final do projeto teve como propósito realizar uma devolutiva à comunidade e aos representantes do poder público em relação aos resultados da pesquisa realizada sobre as referências culturais relacionadas à Fábrica São Martinho e às memórias da classe operária que trabalhou neste complexo fabril em diferentes períodos históricos. Também promoveu a troca de saberes entre pesquisadores, gestores e representantes da sociedade civil sobre as memórias da fábrica e de seus trabalhadores, e o debate sobre os possíveis projetos e ações realizados coletivamente visando a preservação e valorização do seu patrimônio cultural

Estiveram presentes no evento oito participantes externos – identificados por meio de assinatura de lista de presença – os quais foram recepcionados com café da manhã e exposição de fotos e documentos, em uma das salas de aula da instituição.



Figura 165: Exposição de imagens e documentos das referências culturais da Fábrica São Martinho.

Fonte: Fábio Campos, 2025

As imagens e os documentos exibidos retrataram algumas referências culturais importantes relacionadas à fábrica que foram identificadas nas oficinas participativas realizadas anteriormente com integrantes da comunidade e representantes do poder público, totalizando 44. Nesta atividade foram selecionadas imagens da fábrica, do casarão da família Guedes, da Vila Esperança do sindicato, das celebrações de 1 de maio, do bloco carnavalesco Cordão dos Bichos, do futebol e do rio Manduca, visando instigar o público presente a identificá-las e a realizar registros de memórias, informações, sentimentos entre outros relatos sobre os lugares, celebrações e fatos importantes relacionados à fábrica e aos seus operários.



Figuras 166 e 167: Foto à esquerda: registro no mural de fotografias por uma participante. Foto à direita: observação do mural de fotografias e documentos das referências culturais da Fábrica São Martinho pelos participantes do Seminário Regional.

Fonte: Fábio Campos, 2025

A exposição causou o efeito desejado: incitar nos participantes o resgate de memórias, sentimentos entre outras informações escritas em poucas palavras em *post-its* colados ao lado das imagens, que remetessem a estas lembranças, formando, assim, um painel visual heterogêneo e colorido. Também foi apresentado o mapa com a identificação e localização das referências culturais que constam no Inventário Participativo.



Figuras 168 e 169: Foto à esquerda, mapa das referências culturais referentes à Fábrica São Martinho. Foto à direita, registros dos momentos de observação das referências culturais pelo público.

Fonte: Fábio Campos, 2025

Na sequência todos foram convidados a sentar-se em círculo para uma rodada de apresentação, visando identificar os participantes, a sua relação com a fábrica e o seu interesse em participar do Seminário. A pesquisadora Sônia Regina Rampim Florêncio,

representando a equipe, fez uma apresentação abordando a composição do grupo de pesquisa, os principais objetivos do Inventário Participativo, a metodologia da pesquisa, as ações já desenvolvidas e os resultados preliminares do Inventário da fábrica.



Figuras 170 e 171: Foto à esquerda: roda de conversa com os participantes do Seminário.
Foto à direita: apresentação do projeto e dos resultados preliminares ao público

Fonte: Fábio Campos, 2025

Durante a explanação da pesquisadora, foi ressaltada a relevância das metodologias participativas para incentivar o processo de escuta da população visando resgatar as memórias das pessoas que construíram e viveram nesses lugares tão representativos para a história, a memória, a cultura e a identidade da comunidade. Nesse contexto, a pesquisadora abordou a relevância desse processo para a produção de Inventários participativos como ferramentas de Educação Patrimonial destinada a agregar pessoas para identificarem e relatarem as referências culturais que consideram importantes e significativas, e mobilizar a população a participar dos processos decisórios do patrimônio, como membros de conselhos de cultura e patrimônio entre outros.

A pesquisadora ressaltou a relevância dos grupos sociais, outrora invisibilizados pelas políticas de patrimônio, como protagonistas dos processos de identificação e decisão sobre as referências culturais que podem ser consideradas como patrimônios para esses grupos, contemplando não apenas as narrativas dos especialistas, mas também da multiplicidade de narrativas da população.

A partir dessa explanação, os participantes puderam compreender a importância da representatividade dos grupos sociais no processo de identificação, reconhecimento e gestão do patrimônio, instigando-os a relatarem suas referências culturais mais significativas e considerações a respeito do que cada um espera do futuro do espaço da antiga fábrica, que, atualmente, encontra-se em estado avançado de degradação e sem uso.

Durante a apresentação das referências culturais identificadas nas oficinas participativas, o público foi apresentando seus relatos e considerações sobre ambos os assuntos. Entre os relatos mais expressivos, destacam-se a fala de Eduardo

Guedes sobre a relevância econômica da indústria têxtil para o crescimento de Tatuí nas primeiras décadas do século XX, lembrando que naquele período a cidade foi a quinta mais populosa do Estado de São Paulo. Também foi relatada a indignação com a falta de interesse dos gestores locais com a preservação da edificação da antiga fábrica e do casarão da família Guedes.

Para o participante, por conta da política, não houve interesse de historiadores em divulgar o papel da fábrica no desenvolvimento econômico estadual e nacional. Reforça também que os estudantes do ensino básico e o restante da população desconhecem a história e a relevância da fábrica.

Sobre os boatos da visita de Dom Pedro II e Getúlio Vargas à fábrica, o participante abordou que faz sentido que tenham visitado a fábrica, porém, não há registro documental sobre o assunto. Nesse contexto, a palestrante Sonia referendou que para reforçar a hipótese deve-se encontrar o documento, alguma referência concreta que comprove que ambos visitaram o espaço.

Carmem, conselheira do Conselho Municipal de Cultura, ressaltou que a fábrica São Martinho remete-se a uma memória juvenil. Quando vinham primos de fora, levava para conhecer e fotografar a fábrica. Apesar de não conhecer a história da fábrica, possui uma ligação afetiva com o espaço e algumas de suas referências culturais.

Anderson, ator, produtor, roteirista e dramaturgo, relatou como as informações trazidas na apresentação não eram de seu conhecimento e a importância da abordagem destes assuntos de maneira ampliada. A sua ligação com o complexo vem desde a infância, quando pulava os muros da fábrica para brincar. Se declara um apaixonado pelo complexo. Atualmente, desenvolve um projeto cultural que tem a ver com a fábrica.

Regiane e Rita, atuantes na organização do bloco carnavalesco Cordão dos Bichos Mirim, se recordam das apresentações do batuque de umbigada no São Martinho. Destacam que os primeiros que fizeram o Cordão dos Bichos foram os funcionários da São Martinho. Ambas têm como propósito transmitir às crianças as marchinhas de carnaval vinculadas ao Cordão.

Em suas falas, contaram sobre o processo de retomada do movimento e da importância das ações para difundir entre as crianças a cultura local, destacando que muitas já não conheciam o grupo cultural.

Sobre as memórias da fábrica, relataram que, quando crianças, ficavam vendo as pessoas trabalharem na fábrica. Também participaram de algumas festas no casarão por curiosidade em saber como era a casa por dentro. Também lembraram de algumas histórias de assombração no casarão.

Sobre as referências do futebol, Norbal e Kelvin comentaram sobre as ações que vêm sendo desenvolvidas em comemoração aos 100 anos do Esporte Clube Santa Cruz.

O vereador Kelvin reforçou o compromisso de seu mandato em apoiar as iniciativas que estão em curso para valorizar a memória do futebol e a relevância do time São Martinho.

Após mais de duas horas de atividade, os participantes foram estimulados a responderem a questão: **O que queremos para o futuro do espaço da antiga fábrica São Martinho?** Foram elencadas as seguintes considerações:

- A)** Reabertura do processo de tombamento federal. Pensou-se coletivamente em promover uma sessão solene/audiência pública/sessão extraordinária na Câmara Municipal de Tatuí, na qual poderia ser apresentado o projeto do Inventário e seus resultados. Para o evento, que será aberto ao público, deverão ser formalmente convidados os vereadores, secretários de setores com mais aderência ao tema, prefeito e o superintendente do IPHAN no estado, Danilo Nunes para dar mais visibilidade ao projeto e às ações realizadas pelo coletivo. Foi pontuada também a possibilidade de convidar o grupo “Salve a Boyes”, de Piracicaba, para o evento, talvez com espaço de fala.
- B)** Ensejo de preservação do espaço a partir de uma ocupação pública e coletiva, com o uso das instalações para algum serviço público.
- C)** Necessidade e interesse em ampliar a apresentação do projeto a outros grupos para mobilizar a comunidade, por meio do envio de carta convite para entidades sociais, ONGs e entidades de classe para maior mobilização de pessoas nos próximos encontros.
- D)** Importância do uso das redes sociais como estratégias de ampliação da divulgação do projeto e de seus resultados, por meio da definição de perfil do público, idade, região etc.
- E)** Relevância da plataforma para ampliar a divulgação da pesquisa a um público mais amplo, visando dar mais visibilidade às referências culturais e aos propósitos do projeto.
- F)** Desejo de transformar a antiga fábrica em um espaço de exposições e apresentações culturais sobre as referências relacionadas à fábrica. Esta seria uma estratégia de apresentação dos resultados no festival Vozes com uma pegada mais artística com música, teatro, apresentação do Cordão dos Bichos, mostra fotográfica etc.
- G)** Proposta de apresentação da Semana Vozes de São Martinho, instituída por lei, bem como a realização do Festival como fechamento da semana. A semana poderia contar com uma rica programação de oficinas com escolas, ligadas à questão formativa e atividades mão na massa, apresentação do Cordão dos Bichos entre outras.

Observações, pós-oficina:

Identificou-se a necessidade de se fazer convites individuais, provavelmente via *whatsapp*. Infelizmente, a fixação de cartazes e convites mais amplos, em grupos, que o público presente esteja extremamente envolvido.

Além disso, é preciso pensar em mecanismos que assegurem a presença de autoridades locais para dar visibilidade ao tema. No encerramento do Seminário, todos os participantes agradeceram pela oportunidade de participarem da atividade e reiteraram o compromisso de divulgar a pesquisa para ampliar a mobilização social em prol da divulgação das memórias e das referências culturais da fábrica.



Figura 172: Participantes do Seminário Regional após o encerramento das atividades.

Fonte: Fábio Campos, 2025

6. Considerações Finais

O inventário se propôs a ser um instrumento de escuta e diálogo com os moradores de Tatuí em busca da identificação dos bens materiais, imateriais e daqueles que ficaram em memória, apesar de terem desaparecido no tempo. Tais bens identificados na forma de categorias, conforme a proposta do Manual de Aplicação do Iphan, constituem patrimônio cultural da população, tal como estabelece a Constituição Federal, em seu artigo 216º, na medida em que fazem referência à ação, memória e identidade dos grupos formadores da sociedade brasileira.

Ao colocar em evidência o que constitui o patrimônio da classe trabalhadora que esteve outrora vinculada à Fábrica São Martinho, este inventário busca suprimir uma lacuna historicamente existente no campo da preservação. Trata-se da ausência da classe trabalhadora no conjunto patrimonial protegido pelas instituições públicas, seja federal, estadual ou municipal.

Este importante esforço de pesquisa participante que se beneficiou de estratégias de extensão universitária, como foram as oficinas de mandala de referências culturais, é o primeiro passo para a busca de medidas de salvaguarda deste rico patrimônio operário.

Além disso, os resultados da pesquisa abrem novas perspectivas para o estudo da classe operária em Tatuí e suas formas de organização e luta que foram silenciadas por meio da construção de um discurso celebrativo que transformou os empresários em heróis, dissimulando as estratégias de opressão e controle no mundo do trabalho. As evidências encontradas sobre o movimento sindical ligado à Fábrica São Martinho abrem um novo caminho para a continuidade da pesquisa, cujo desafio permanente é romper com o silenciamento produzido sobre o passado da classe trabalhadora e buscar formas de proteção deste rico patrimônio cultural.

7. Referências

A.A.XI DE AGOSTO. Associação Atlética XV de Agosto. Nossa História. Tatuí, [S.l.]. Disponível em: <https://aaonzedeagosto.com.br/>. Acesso em: 01. abr. 2024.

ALENCAR, Gedeon Freire de. Fé & Futebol: esse jogo pode ser jogado. Manaus, v.03, p.23-38, 2018. Disponível: <https://periodicos.fbnovas.edu.br/index.php/paxdomini/article/view/32/36>

ALMEIDA, Eneida de. Aspectos teórico-metodológicos da reutilização do patrimônio industrial. Uma apreciação acerca do caso do antigo matadouro municipal, atual sede da Cinemateca Brasileira. In: VI Colóquio Latino Americano sobre recuperação e preservação do patrimônio industrial, 2012, São Paulo. VI Colóquio Latino Americano - sobre recuperação e preservação do patrimônio industrial. São Paulo: Centro Universitário Belas Artes de São Paulo, 2012.

ALMEIDA, Márcia Mendes. O sindicato dos Têxteis em São Paulo: história (1933-1957). Mestrado (Dissertação) - Departamento de Ciências Sociais - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1981.

AMARAL, R. As mediações culturais da festa. Mediações - Revista de Ciências Sociais, Londrina, v. 3, n. 1, p. 13-22, 1998

ANTUNES, Fatima Martin Rodrigues Ferreira. Futebol de fábrica em São Paulo. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992. 190 p.

_____. O futebol nas fábricas. Revista USP, 1994, no 22, p. 102-109.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Projeto em tramitação na ALESP propõe a reclassificação de municípios estâncias turísticas e de interesse turístico. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=427823>. Consultado em: mai. 2023.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo ganhará 43 Municípios de Interesse Turístico. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=396460>. Consultado em: 10 mai. 2023.

AZCÁRATE, Francisco Mejía. Programa de Textilización. Disponível em: <https://programadetextilizacion.blogspot.com/2014/12/capitulo-6-maria-de-perinat-1997-2000.html>. 2015. Acesso em 14 de fev. de 2024.

BANDEIRA JUNIOR, Antonio. A indústria no estado de São Paulo em 1901. São Paulo: Typ. do Diário Oficial, 1901. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=livrossp&pagfis=23083>. Acesso em 01/08/2023.

BARDESE, Cristiane Ikedo. Arquitetura industrial: patrimônio edificado, preservação e requalificação. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

BARROS, Maíra de Camargo. Companhia de Fiação e Tecelagem São Martinho, Tatuí, SP: pré-inventário arquitetônico de habitações do conjunto fabril. UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - FACULDADE DE ENG. CIVIL, ARQUITETURA E URBANISMO. Agência Financiadora: PIBIC- Unicamp-SAE, 2009. BARROS, Maíra de Camargo. Fábrica São Martinho. Do protagonismo familiar ao patrimônio cultural. Tatuí: edição da autora, 2022.

_____. Fábrica São Martinho. Do protagonismo familiar ao patrimônio cultural. Tatuí: ed. da Autora, 2022.

BIBLIOTECA IBGE. Praça Manoel Guedes. [Busto de Getúlio Vargas]. Museu Histórico Paulo Setúbal.

Tatuí, IBGE. 1984. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=etalhes&id=449266>. Acesso em 09/02/2024.

BLAY, Eva Alterman. Eu não tenho onde morar: Vilas operárias na cidade de São Paulo. São Paulo, SP: Nobel, 1985.

_____. Trabalho domesticado: a mulher na indústria paulista. São Paulo: Editora Ática, 1978.

BOITO Jr. A. Vargas e a herança populista. Politeia - História e Sociedade, 2003, p. 29-37.

BONDUKI, Nabil Georges. Os pioneiros da habitação social. São Paulo, SP: Sesc, 2014.

BONFIGLIOLI. Maçaroqueira. Disponível em: <https://www.bonfiglioli.com/brazil/pt/aplica%C3%A7%C3%B5e/ma%C3%A7aroqueira>. Acesso em: 02 fev. 2024.

BOSI, Eclea. Memória e sociedade. Lembrança de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. O tempo vivo da memória. Ensaio de psicologia social. São Paulo: Ateliê editorial, 2003.

BRASIL. Justiça do Trabalho. Vara do Trabalho de Tatuí. Processo n. 944105-1. [S.l.], [s.d.].

CAMPOS, 2014

CARONE, Edgard. Movimento operário no Brasil (1877-1944). São Paulo: Difel, 1979.

CARVALHO, Flávia Medeiros de. O dicionário do folclore brasileiro: um estudo de caso da etnoterminologia e tradução etnográfica. Brasília: Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução, Universidade de Brasília, 2013, 252 p. Dissertação de mestrado.

CHAUÍ, Marilena. Cidadania cultural: O direito à cultura. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

CINE MAFALDA. Tatuí. Relação de Cinemas Antigos de Rua do Brasil em atividade nos anos 60. [S.l.], 2010. Disponível em: <https://cinemafalda.blogspot.com/2010/01/tatui.html>. Acesso em: 01 abr. 2024.

CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. A evolução da indústria têxtil no contexto da afirmação do imperialismo americano. XII Colóquio Internacional de Geocrítica, Bogotá, Colombia, 2012.

CONDEPHAAT. Processo de Tombamento 31877/94. Indústrias Têxteis São Martinho.

CONSERVATÓRIO DRAMÁTICO E MUSICAL “DR. CARLOS DE CAMPOS” DE TATUÍ. Histórico Tatuí: Conservatório Dramático e Musical “Dr. Carlos de Campos” de Tatuí, [s.d.]. Disponível em: <https://www.conservatoriodetatui.org.br/quem-somos/historico/>.

CORREIA, Paulo C. Liberato. O busto de bronze de Getúlio Vargas: memória e política em praça pública. Mosaico – Volume 13 – Nº 20 – Ano 2021. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/mosaico/article/view/82392/79991>. Acesso em 09/02/2024.

CORREIA, Telma de Barros. De vila operária a cidade-companhia: as aglomerações criadas por empresas no vocabulário especializado e vernacular. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, no. 4, p. 83, 2001.

_____. Forma urbana e arquitetura de vilas operárias e núcleos residenciais de empresas no Brasil. 1ª edição. São Paulo, SP, Brasil [s.n., s.d.].

_____. Patrimônio Industrial e Agroindustrial no Brasil: a forma e a arquitetura dos conjuntos residenciais, São Paulo, SP. 2010

CORREIA, Telma de Barros. Patrimônio industrial e agroindustrial no Brasil: a forma e a arquitetura dos conjuntos residenciais. Lugares de produção: arquitetura, paisagens e patrimônio. Tradução. São Paulo: Annablume, 2013.

_____. CORREIA, Telma de Barros; GHOUBAR, Khaled; MAUTNER, Yvonne. Brasil, suas fábricas e vilas operárias. Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP, vol. 0, no. 20, p. 10, 2006.

COSTA, Ana Beatriz Pahor Pereira. Habitação e cidade: as casas de vila e a ocupação de São Paulo (1894 – 1921), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2018.

DAMO, Arlei. Do dom à profissão: Uma etnografia do futebol de espetáculo a partir da formação de jogadores no Brasil e na França. Porto Alegre: UFRGS (Tese de Doutorado), 2005.

DARVICHE, Yasmin. O trabalho em memória: ausências e resistências nas políticas do patrimônio cultural em São Paulo. 2022. Dissertação (Mestrado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022. doi:10.11606/D.16.2022.tde-11112022-153942. Acesso em: 25 abr. 2025.

DEL ROIO, José Luiz. A história de um dia 1º de maio. São Paulo: Ícone, 1998.

DELAROLE, Pedro Juliano. O Conservatório Dramático e Musical “Dr. Carlos de Campos” de Tatuí como Difusor da Cultura. São Paulo, 2010. Dissertação de Mestrado na área de concentração Musicologia – Universidade de São Paulo - ECA/USP.

DEZEN-KEMPTER, E. O lugar da indústria no patrimônio cultural. Labor & Engenho, Campinas [Brasil], v.5, n.1, p.107-125, 2011.

DIAS, Everardo. História das lutas sociais no Brasil. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977.

DIÁRIO DE TATUÍ. Novo documentário dá sequência à história do EC São Martinho. 7 de setembro de 2023. Disponível em: <https://www.diariodetatuí.com/2023/09/novo-documentario-da-sequencia-historia.html>

DINIZ, Gustavo da Silva. Atividades criativas e desenvolvimento territorial: música, território e criatividade em Tatuí - SP. Dissertação de Mestrado, UNESP - Rio Claro, 2015.

DION, Sylvie. A Lenda Urbana: Um Gênero Narrativo de Grande Mobilidade Cultural. Boitatá – Revista do GT de Literatura Oral e Popular da ANPOLL, p. 1-13, número 6 – ago-dez de 2008.

ESPORTE CLUBE SÃO MARTINHO. Esporte Clube São Martinho - EverybodyWiki Bios & Wiki. Disponível em: https://pt.everybodywiki.com/Esporte_Clube_S%C3%A3o_Martinho. Acesso em: 20 fev. 2024.

Exposição La fàbrica tèxtil del MNACTEC. Museu Nacional de la Ciència i la tècnica de Catalunya. Disponível em: <https://procestextil.mnactec.cat/la-filatura-de-carda/>. Acesso em 15 de fev. de 2024.

FAUSTO, Boris. Trabalho urbano e conflito social 1890-1920. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (FIESP). Dicionário de Moda: Para Decifrar as Terminologias da Indústria Têxtil. 2017. Disponível em: <https://www.sindicatodaindustria.com.br/noticias/2017/11/72,118223/dicionario-de-moda-para-decifrar-as-terminologias-da-industria-textil.html>. Acesso em: 30 de jan. 2024.

FERNANDES, Ricardo L.; CARIO, Silvio A.F. Da roda d'água a nanotecnologia: a trajetória da evolução tecnológica do setor têxtil. Disponível em: <https://www.abphe.org.br/arquivos/silvio-antonio-ferraz-carrio-ricardo-lopes-fernandes.pdf>. Acessado em 10/06/2024.

FERREIRA, Maria Leticia Mazzucchi. Paisagens sonoras: memórias de uma cidade fabril (Rio Grande, RS - 1950-1970) in Dossiê História e Culturas Sonoras. Revista de História – DH – FFLCH – USP n. 182 (2023).

FRENCH, John. O ABC dos operários. Conflitos e alianças de classe em São paulo. São Caetano do Sul: PMSC/HUCITEC, 1995.

FOLEY, Michael P. The Feast of Saint Joseph the Worker. New Liturgical Movement. [S. L.], abr. 2021. Disponível em: <https://www.newliturgicalmovement.org/2021/04/the-feast-of-saint-joseph-worker.html>. Acesso em: 17 mar. 2024.

FOTOCOPIA SIMOES. Início do Calçamento, 07/01/1942, foto ofertada por Zenaide Ribeiro Bergami, aos fundos Cine Theatro São Martinho (megafones anunciavam as atrações) e do lado direito prédio do Banco Comercial. 2013. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=557390607668438&set=a.554344531306379>. Acesso em: 31 jan. 2024.

FUJITA, Renata. Mayumi. Lopes.; JORENTE, Maria. José. A indústria têxtil no Brasil: uma perspectiva histórica e cultural. Modapalavra e-periódico, Florianópolis, v. .Modapalavra e-periódico, Florianópolis, v. 8, n. 15, 2015, p. 153 - 174.

FUZIWARA, Marco. Apostila de Cálculo Técnico Têxtil. Disponível em: https://www.academia.edu/8999969/APOSTILA_CALCULO_TECNICO_T%C3%8AXTIL. Acesso em 15 de fev. de 2024.

GITAHY, Maria Lucia Caira, PEREIRA, Paulo César Xavier. O complexo industrial da construção e a habitação econômica moderna, 1930-1964. São Carlos, SP: Rima, 2002.

GODOI, Danilo Pinheiro de. Resumo histórico da Paróquia e Santuário São José Operário. Tatuí: Paróquia e Santuário São José Operário, 2023.

GUARINELLO, N. L. Festa, trabalho e cotidiano. In. Jancsó, I & Kantor, I (orgs). Festa cultura e sociabilidade na América Portuguesa. São Paulo: Ed. Hucitec./Edusp, volume II. 2001.

GUIA TATUÍ. Capital da Música. Tatuí, [S.I.]. Disponível em: <https://tatuicidadeternura.com.br/capital-da-musica/>. Acesso em: 01 abr. 2024.

G1 ITAPETININGA E REGIÃO. Documentário resgata história do São Martinho, time de futebol amador de Tatuí: “Luta esquecida”. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/itapetininga-regiao/noticia/2023/09/10/documentario-resgata-historia-do-sao-martinho-time-de-futebol-amador-de-tatui-luta-esquecida.ghtml>>. Acesso em: 20 fev. 2024.

HOBBSAWM, Eric. Mundos do Trabalho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

IKIWANER. Karde von Rieter. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Karde_Rieter_33.jpg, 2006. Acesso em 15 de fev. de 2024

JANCÓS, Istvan. KANTOR, Iris (Orgs). Festa cultura e sociabilidade na América Portuguesa. São Paulo: Ed. Hucitec./Edusp, volume II. 2001.

JUNIOR, Antonio Francisco Bandeira. A indústria no Estado de São Paulo em 1901. Typ. do “Diario Oficial”, 1901.

KUHL, Beatriz Mugayar. Patrimônio industrial na atualidade: algumas questões. Patrimônio industrial na atualidade. Tradução. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2021.

LABHOI (Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense). Fotografia de um evento cultural. 2022. Disponível em: <https://www.labhoi.uff.br/imagens-digitais/212/>. Acesso em: 15 de jan de 2024.

LANÇADEIRA DE TEAR. Lançadeira antiga de tear industrial. Oportunity Leilões. Disponível em: <https://oportunityleiloes.auctionserver.net/view-auctions/catalog/id/2067/lot/762810/Lote-245-LAN-ADEIRA-DE-TEAR-Lan-adeira-antiga-de-tear-industrial-Esculpida-em-madeira-maci-a-Dimens-o-37-cm-de-comprimento-Sinais-de-uso>. Acesso em 10 de fev de 2024.

LEAL, Sérgio. “O sino e a sirene: memórias sonoras e transições do Ruído Sagrado”. MusiMid 3, no. 2: 26-43. 2022.

LE GOFF, Jacques. Tempo. In: LE GOFF, Jacques & SCHMITT, Jean-Claude. Dicionário temático do Ocidente Medieval. V. II. Bauru, SP: EDUSC; São Paulo, SP: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

LE MOS, Carlos A.C. A república ensina a morar (melhor). São Paulo: Hucitec, 1999.

LIGA TATUIANA DE FUTEBOL. Liga Tatuiana de Futebol - EverybodyWiki Bios & Wiki. Disponível em: <https://pt.everybodywiki.com/Liga_Tatuiana_de_Futebol>. Acesso em: 20 fev. 2024.

LIMA, Jacob Carlos. Trabalho, família e mobilidade social: um estudo sobre sociabilidade operária. CADERNO CRH, Salvador, n.24/25, p.123-153, jan./dez. 1996.

LOUREIRO, Felipe Pereira. Nos fios de uma trama esquecida. A indústria têxtil paulista nas décadas pós-Depressão. Dissertação de Mestrado, FFLCH / USP, 2006

MAIA, Bethu. Theatro São Martinho, ano 1912, antes de se tornar cine São Martinho que hoje é o atual Banco Itaú na praça da Matriz. 2023a. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo?fbid=1438533973218369&set=gm.810429573422568&idortvanity=604804860651708>. Acesso em: 31 jan. 2024.

MAIA, Bethu. “Cine São Martinho no seu auge - época em que a rua 11 de agosto não era pavimentada ainda era rua de chão batido. Hoje é onde funciona o Banco Itaú”. 2023b. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo?fbid=1419922575079509&set=gm.793476195117906&idortvanity=604804860651708>. Acesso em: 31 jan. 2024.

MANFREDI, Silvia Maria. Formação sindical. História de uma prática cultural no Brasil. São Paulo: Escrituras Editora, 1995.

MARTINS, José de Souza. Subúrbio. São Paulo: Unesp/Hucitec, 1992.

MATOS, Maria Izilda Santos de. Trama e poder: a trajetória e polêmica em torno das indústrias de sacaria para o café (São Paulo 1888-1934). 2. ed. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1996.

MELLO E SILVA, L. (2006). Patrimônio Industrial: Passado e Presente. Patrimônio: Revista Eletrônica do Iphan, Brasília, v. 4. Disponível em <http://www.iphan.gov>.

MENEGUELLO, C. ; RUBINO, S. B. . Preservação do Patrimônio Industrial no Brasil. Oculum Ensaios (PUCCAMP) , v. 1, p. 125-132, 2005.

MENEGUELLO, C. ; RUBINO, S. B. . A questão do patrimônio industrial no Brasil - em busca de uma tipologia. In: Miguel Ángel Álvarez Areces; Jorge D. Tartarini. (Org.). Testimonio de la memoria del trabajo y la producción. 1ed. Buenos Aires/Gijón: INCUNA/AySA, 2008, v. 1, p. 119-134.

MENEGUELLO, C. ; RUBINO, S. B. . Patrimônio Industrial: perspectivas e abordagens. In: Meneguello, Cristina; Rubino, Silvana. (Org.). I Encontro em Patrimônio Industrial. Campinas: , 2004, v. 01, p. 01-09.

METALURGIA TORRE. Espuladeira de Fios. Disponível em: <https://www.metalurgicatorre.com.br/espuladeira-fios>. Acesso em 10 de fev. de 2024.

MINHOTO, Laurindo Dias. Tatuhy através da história. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, vol. XXV, pp. 189 - 190, 1928

MORAES, Edson. Grupos de artistas na cidade de São Paulo: um estudo de caso do Cordão Folclórico de Itaquera – Sucatas Ambulantes. Centro de Pesquisa e Formação do SESC-SP, 2014. Disponível em: <https://centrodepesquisaeformacao.sescsp.org.br/uploads/BibliotecaTable/9c7154528b820891e2a-3c20a3a49bca9/242/14508138871366334870.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2023.

MOREIRA, Felipe Jovani. (2011). Param as máquinas, ecoam as vozes: A fábrica São Martinho e o processo de industrialização em Tatuí (1881-1970). São Paulo: Faculdade de Ciências Sociais da PUC-SP, 2011. (Especialização em História, Sociedade e Cultura). Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/36193>. Acesso em: 01 abr. 2024.

MUSEU DO PORTO. Urdideira. Disponível em: <https://museudoporto.pt/peca-colecao/urdideira/>. Acesso em: 2 de fev. de 2024.

NEVES, Déborah Regina Leal. Tecendo a história de São Paulo: tecelagens como patrimônio cultural. Revista Arq.urb, n. 26, 2019. p.61-79

O PROGRESSO. Festival Vozes da S. Martinho inicia busca por ‘memórias’ do complexo. . Disponível em: <https://oprogressodetatui.com.br/festival-vozes-da-s-martinho-inicia-busca-por-memorias-do-complexo/>. 2022. Acesso em: 10 mai. 2023.

O PROGRESSO. Muitas gerações, mesmos corações. Disponível em: <https://oprogressodetatui.com.br/muitas-geracoes-mesmos-coracoes/>. 2016. Acesso em: 01 abr. 2024.

_____. Paróquia São José Operário da vila Esperança é elevada a santuário. O Progresso de Tatuí. Tatuí, ago. 2021. Disponível em: <https://oprogressodetatui.com.br/paroquia-sao-jose-operario-da-vila-esperanca-e-elevada-a-santuario/>. Acesso em: 10 mar. 2024.

_____. São Martinho vence nos pênaltis e sagra-se campeão do “Zé Leiteiro”. 28 de março de 2017. Disponível em: <https://oprogressodetatui.com.br/sao-martinho-vence-nos-penaltis-e-sagra-se-campeao-do-ze-leiteiro/>

_____. 22º Campeonato de Verão do São Martinho já tem 3 times eliminados. Disponível em: <https://oprogressodetatui.com.br/22o-campeonato-de-verao-do-sao-martinho-ja-tem-3-times-eliminados/>. Acesso em: 20 fev. 2024.

OLIVEIRA, Daniella Christina Acioli do Carmo de. A perda nos processos de patrimonialização: Vila Operária como Patrimônio Cultural. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) - IPHAN, Rio de Janeiro, 2018. 211p

_____. Vilas Operárias e sua trajetória de reconhecimento e guarda pelo IPHAN. arq.urb, 2016.

OLIVEIRA, Eduardo Romero de. Patrimônio industrial para o século XXI. Patrimônio industrial na atualidade: algumas questões. p. 41-44, 2021

OLIVEIRA, Regiane Santos Flauzino de. Vivência em uma vila operária: um estudo sobre o habitar, o ser e o pertencer. 2020.

PAOLI, Maria Clelia. A família operária: notas sobre sua formação histórica no Brasil. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, 4 (1-2); 17-41, 1992.

PATRIMOINE HORLOGE. Patrimoine-Horloge. Disponível em: <http://www.patrimoine-horloge.fr/>.

PINHO, Márcio. Leiloeiro Público. Disponível em: <https://marciopinho.com.br/peca.asp?ID=5299226>. 14 de jun. de 2019. Acesso em 10 de fev de 2024.

PINHEIRO, Jaime. Meu percurso de inventor, experimentador e aprendiz. Mamulengo - Revista da Associação Brasileira de Teatro de Bonecos, Centro UNIMA Brasil, v. 1, n. 16, 2020.

PINHEIRO, Paulo S.; HALL, Michel M. A classe operária no Brasil. Condições de vida e de trabalho, relações com empresários e o Estado. São Paulo: Brasiliense, 1981.

POLAK, Michel. Memória e esquecimento. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n.10, 1992, p.200-212.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TATUÍ. Cordão dos Bichos Mirim participa de projeto de incentivo e fomento à leitura da Biblioteca Municipal. Tatuí, 20 set. 2023. Disponível em: <https://www2.tatui.sp.gov.br/2023/09/20/cordao-dos-bichos-mirim-participa-de-projeto-de-incentivo-e-fomento-a-leitura-da-biblioteca-municipal/>.

QUECINI, Vanda Maria. Salve São José Operário! As igrejas da Vila Maria Zélia (SP) e da cidade empresarial de Timóteo (MG). Cordis, São Paulo, n. 17, p. 163-191, jul. 2016.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. A ordem carnavalesca. Tempo Social - Revista de Sociologia. USP, São Paulo, 6 (1-2), 27-45, 1994 (ed. em jun. 1995).

REBÉRIOUX, Madeleine. Lugares da memória operária. O Direito à memória: Patrimônio Histórico e Cidadania. [s.l.: s.n.], 1992, p. 47-56.

REDES DE NANA. Como fazer uma rede. Disponível em: <https://redesdenana.blogspot.com/2011/07/como-fazer-uma-rede.html>. 6 de jun. de 2011. Acesso em: 10 de fev. de 2024

RIZEK, Jorge. No escurinho do cinema (Parte 1). 2016. Disponível em: <https://oprogessodetatui.com.br/no-escurinho-do-cinema-parte-1/>. Acesso em: 31 jan. 2024.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. Condições de trabalho na indústria têxtil paulista (1870-1930). São Paulo: Unicamp, 1988.

RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Campinas (SP): Editora Unicamp, 2007.

RODRIGUES, Leôncio. Conflito industrial e sindicalismo no Brasil. São Paulo: Difel, 1966.

RODRIGUES, Angela Rosch. Estudo do patrimônio industrial com uso fabril da cidade de São Paulo. 2011. Dissertação (Mestrado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

ROMITA, A. S. Justiça do Trabalho: produto do Estado Novo. In: Repensando o Estado Novo. Organizadora: Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

ROSSI, Waldemar; GERAB, Willian J. Para entender os sindicatos no Brasil: uma visão classista. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

RUFINONI, M. R. Do edifício ao território: o patrimônio urbano industrial na trajetória do CONDEPHAAT (1968-2018). arq.urb, [S. l.], n. 26, p. 44-60, 2019.

SAIA, Helena. Arquitetura e indústria : fábricas de tecidos de algodão em São Paulo. Dissertação (Mestrado) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. São Paulo, 1989. 259 p.

SANTANA TEX. Equipamento: Urdideira Seccional Comelato P220 com porta-pente elétrico. Disponível em: <https://santanatex.com.br/equipamento/01-x-urdideira-seccional-comelato-p220-com-porta-pente-eletrico/>. Acesso em: 2 de fev. de 2024.

SANTOS, Ana Raquel Mendes dos. Símbolos e Rituais do Futebol Espetáculo: uma análise das emoções no campo de jogo. Florianópolis, v.29, n.esp, p.162-180, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivencia/article/download/2175-8042.2017v29nespp162/35560/182954>

SANTOS, Milton. Espaço e método. 1 ed. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. A natureza do espaço. São Paulo: Edusp, 1996.

SCHWARCZ, Lília Moritz. As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SEABRA, Odette de L. Urbanização e fragmentação. Cotidiano e vida de bairro na metamorfose da cidade em metrópole, a partir das transformações do bairro do Limão. Tese (Livre Docência) - Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2003.

SERENO, T. Esporte Clube São Martinho - Tatuí (SP). Disponível em: <<https://historiadofutebol.com/blog/?p=56861>>. Acesso em: 20 fev. 2024.

SIMÃO, Aziz. Sindicato e Estado. São Paulo: Editora Ática, 1981.

[S.I.]. Aplicações de Vapor na Indústria Têxtil. Bermo. 2022. Disponível em: <https://blog.bermo.com.br/aplicacoes-de-vapor-na-industria-textil/>. Acesso em 15 de fev. de 2024.

[S.I.]. Museu da Indústria Têxtil de Bacia do Ave. Lifecooler. Disponível em: <https://lifecooler.com/artigo/atividades/museu-da-industria-txtil-da-bacia-do-ave/360197/>. Acesso em 15 de fev. de 2024.

[S.I.]. S. JOSÉ OPERÁRIO, ESPOSO DA SANTÍSSIMA VIRGEM MARIA, PROTETOR DOS TRABALHADORES. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/santo-do-dia/05/01/s--jose-operario--esposo-da-santissima-virgem-maria--protetor-do.html>. Acesso em: 10 mar. 2024.

SKIDMORE, Thomas E. Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930-1964. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982

SMITH, Laurajanne; SHACKEL, Paul; CAMPBELL, Gary. Heritage, labour and the working class. New York: Routledge, 2011.

SÓ ESCOLA. Glossário: Urdideira - O que é, significado. Disponível em: <https://www.soescola.com/glossario/urdideira-o-que-e-significado>. Acesso em: 2 de fev. de 2024.

SOUZA, Jessie Jane Vieira de. Círculos operários: a Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2002.

STÉDILE, Miguel Enrique. Clubes de futebol operário como espaço de autonomia e dominação. Espaço Plural, 2013, vol. 14, no 29, p. 15-44.

THE INTERNATIONAL COMMITTEE FOR THE CONSERVATION OF THE INDUSTRIAL HERITAGE – TICCIH. Carta de Nizhny Tagil sobre o Patrimônio Industrial. Nizhny Tagil, 2003. Disponível em: https://ticcihbrasil.org.br/?page_id=675.

THE INTERNATIONAL COMMITTEE FOR THE CONSERVATION OF THE INDUSTRIAL HERITAGE – TICCIH. Princípios de Dublin para a Conservação do Patrimônio Industrial. Dublin, 2011. Disponível em: <https://ticcih.org/wp-content/uploads/2017/12/Princi%CC%81pios-de-Dublin.pdf>.

THOMPSON, E.P. A formação da classe operária na Inglaterra. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

TOLEDO, Luiz Henrique de. Torcer: a metafísica do homem comum. Revista de História, São Paulo, n. 163, p. 175–189, 2010. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.v0i163p175-189. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/19175>. Acesso em: 5 maio. 2024.

TOLEDO, Luiz Henrique de. (In)vestindo camisas de futebol: moda esportiva e agência na produção das emoções torcedoras. dObras[s] – revista da Associação Brasileira de Estudos de Pesquisas em Moda, [S. I.], v. 12, n. 27, p. 31–46, 2019. DOI: 10.26563/dobras.v12i27.981. Disponível em: <https://dobras.emnuvens.com.br/dobras/article/view/981>. Acesso em: 2 maio. 2024.

TROUILLOT, Michel-Rolph. Silenciando o passado. O poder e a produção da história. Curitiba: huya, 2016.

TV TEM (SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, Central de Jornalismo). “O mistério do Casarão dos Guedes – Tatuí”. Revista de Sábado (TV TEM), Tatuí, 22 fev. 2025.

UNESCO. Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial. Paris, 17 de outubro de 2003.

URDIÇÃO OU URDIMENTO. Tecnologia da Tecelagem - Preparação à Tecelagem (Parte I). Disponível em: <https://1library.org/article/urdi%C3%A7%C3%A3o-ou-urdimento-tecnologia-tecelagem-prepara%C3%A7%C3%A3o-tecelagem-parte.z1ep81ey>. Acesso em: 2 de fev. de 2024.

VIANNA, Rogério; BARROS, Donny. O edifício da Praça do Museu 100 anos (1920-2020). Tatuí: Prefeitura Municipal de Tatuí, 78a semana Paulo Setúbal, 2020.

VOSS DA HISTÓRIA. Especial Voss. 2018. Disponível em: <https://issuu.com/oprogresso/docs/especial-voss-lw/10>. Acesso em: 31 jan. 2024.

VOZ DA SAUDADE. “Voz da Saudade – A história não contada do Clube São Martinho”, de Alan Feliciano de Souza. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=1mfc4O_W7fl&ab_channel=MuseuPauloSet%C3%BAbalTatu%C3%AD. Acesso em: 22 fev. 2024.

VOZ DA SAUDADE. A História não contada do Clube São Martinho Continua. Direção: Alan Feliciano de Souza. Produção: Alan Feliciano de Souza. Tatuí: [s. n.], 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=27J-xcyk864>.

WOORTMANN, Klaas. Casa e família operária. Anuário Antropológico, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 119–150, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6139>. Acesso em: 5 maio. 2024.



DOI: 10.11606/9788575065716

ISBN 978-85-7506-571-6